

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Adriano Luis Furini de Souza

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E TECTÔNICA: abordagens integradas e seu impacto no processo de restauração na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG

Belo Horizonte
2024

Adriano Luís Furini De Souza

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E TECTÔNICA: abordagens integradas e seu impacto no processo de restauração na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Área de concentração: Memória e Patrimônio cultural.

Linha de Pesquisa: Patrimônio e Memória

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota.
Coorientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Cruz Souza.

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S719a Souza, Adriano Luis Furini de.
Arqueologia da arquitetura e tectônica [manuscrito] : abordagens integradas e seu impacto no processo de restauração na Casa da Câmara e Cadeia de Mariana-MG / Adriano Luis Furini de Souza. - 2024.
315f. : il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.
Coorientador: Luiz Antônio Cruz Souza.

Dissertação (mestrado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arqueologia e história - Teses. 2. Arte e arquitetura - Teses. 3. Edifícios históricos - Conservação e restauração - Teses. 4. Mariana (MG) - Teses. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Souza, Luiz Antônio Cruz. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 720.288



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

"ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E TECTÔNICA: abordagens integradas e seu impacto no processo de restauração na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG"

ADRIANO LUÍS FURINI DE SOUZA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **vinte cinco de junho de dois mil e vinte e quatro**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - Orientador

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Luiz Antonio Cruz Souza - Coorientador

Escola de Belas Artes/UFMG

Profa. Dra. Mariana Petry Cabral

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG

Prof. Dr. Nelson Porto Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Belo Horizonte, 25 de junho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Petry Cabral, Professora do Magistério Superior**, em 26/06/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Porto Ribeiro, Usuário Externo**, em 28/06/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barci Castriota, Professor do Magistério Superior**, em 04/07/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Cruz Souza, Professor do Magistério Superior**, em 22/08/2024, às 07:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3324304** e o código CRC **C8BB52E9**.

Referência: Processo nº 23072.233865/2024-98

SEI nº 3324304

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

*Dedico esta dissertação ao literato, jornalista, agente cultural e homem do saber,
amigo e companheiro nesta jornada intelectual: poeta Jorge Alberto Nabut
(in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Retornar ao meio acadêmico após tantos anos afastado foi um esforço hercúleo, uma travessia repleta de desafios e descobertas. Esta jornada só se tornou possível graças ao apoio, direto ou indireto, de um grupo muito especial de pessoas. A cada uma delas, manifesto minha mais profunda admiração e gratidão pelo tempo, paciência e carinho dedicados.

Agradeço a Deus pela dádiva da capacidade cognitiva e saúde e por ter me dado a minha família, meu porto seguro e fonte inesgotável de inspiração: meus pais Valdete e Edson, minha irmã Claudia e meu sobrinho João Vitor, pilares da minha personalidade muitas vezes inquieta, persistente e resiliente. A Cristóvão José, meu agradecimento pelo carinho e apoio incondicional. Vocês são a bússola que orienta meu coração e a âncora que me mantém firme nas tempestades.

Em memória de dois grandes amigos Jorge Alberto Nabut e Gean Borges, que, ao longo dos últimos 20 anos, se mostraram presentes e disponíveis, sendo meus irmãos de alma.

Aos meus mestres, orientadores e colaboradores da UFMG, que me guiaram nesta jornada de autoconhecimento e crescimento: Dr. Leonardo Barci Castriota, Dr. Luiz Cruz Antônio Souza, Dra. Mariana Petry Cabral e Dr. Nelson Porto Ribeiro. Em especial, duas professoras e amigas que me incentivaram e ajudaram, fazendo-me acreditar que eu podia contribuir com minha experiência profissional no mundo acadêmico: Dra. Yacy-Ara Froner e Dra. Beatriz Maria Fonseca Silva. Suas palavras de encorajamento foram como sementes que floresceram em meu coração, transformando dúvidas em certezas e sonhos em realidade.

Meus agradecimentos especiais à arqueóloga e amiga Dra. Márcia Angelina e à pesquisadora Dra. Ana Tereza Fabris, pelo diálogo profícuo sobre o tema da dissertação, que me ajudaram a compreender melhor as linhas teóricas desta pesquisa.

À minha equipe da A3 Restauros: em especial a Arq. Paula Silva Sampaio, que sempre me apoiou e me deu suporte. Aos colegas, Arq. Ana Paula Pereira Silva e Arq. Lucas Inácio Reis, que me ajudaram a navegar pelo mundo da tecnologia gráfica e virtual da arquitetura. A ajuda de todos foi inestimável e fundamental.

Aos meus parceiros de trabalho, a arqueóloga, Dra. Clarisse Callegari Jacques, e a toda a equipe de Arqueologia que realizou a pesquisa e o acompanhamento da obra de restauro da CCCM, meu sincero agradecimento.

[...]

*Que queres tu memória,
O que a razão incisiva malha,
Rasgos de esquecida história,
Ausência que a lembrança entalha.*

Jorge Nabut

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado, busca-se analisar o processo de restauro da *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana* por intermédio de subsídios teóricos e metodológicos da *Arqueologia da Arquitetura (AA)* e tectônica. Desse modo, pretende-se compreender referido objeto sob prisma holístico, levando em consideração não apenas o prédio propriamente dito, mas inclusive os aspectos sociológicos, artísticos, filosóficos, antropológicos, políticos e culturais que motivaram eventuais alterações no edifício. Note-se, portanto, que o objetivo central deste trabalho diz respeito ao exame do prédio de *Câmara e Cadeia de Mariana* como artefato arqueológico e elemento tectônico, no que abraçamos uma perspectiva transdisciplinar com vista a subsidiar as tomadas de decisão no processo de restauro. Desse modo, entendemos que nosso trabalho pode contribuir, em alguma medida, com o resgate cultural e memorialista de dados consubstanciados na própria historicidade do prédio, bem como com a renovação metodológica, ao aprofundar debates relativos à Arqueologia da Arquitetura e, especialmente, no processo de restauro. Com o objetivo de ampliar a atuação da AA, busca-se, por meio das experiências no cotidiano do canteiro de obras, sistematizar método específico para a restauração. Portanto, por meio deste estudo de caso, almeja-se avaliar a aplicabilidade da *Arqueologia da Arquitetura* no processo de restauração da *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*, enfatizando suas contribuições ou eventuais descompassos, em efetiva associação da teoria à prática.

Palavras-chave: arqueologia da arquitetura; Casa de Câmara e Cadeia de Mariana; restauração; tectônica.

ABSTRACT

In this work, I seek to analyze the restoration process of the *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*, through theoretical and methodological subsidies from the Archeology of Architecture (AA) and Tectonics. In this way, the aim is to understand this object from a holistic perspective, considering not only the building itself but also the sociological, artistic, philosophical, anthropological, political and cultural aspects that motivated any changes to the building. It should be noted, therefore, that the main objective of this work concerns the examination of the Câmara e Cadeia de Mariana building as an archaeological artifact and tectonic element, in which we embrace a transdisciplinary perspective, with a view to supporting decision-making in the restoration process. In this way, we understand that our work can contribute, to some extent, to the cultural and memorialist recovery of data embodied in the historicity of the building itself, as well as to methodological renewal, by deepening debates related to the Archeology of Architecture and, especially, in the restoration process. This time, and with the aim of expanding AA's activities, we seek, through daily experiences on the construction site, to systematize a specific method for restoration. Therefore, through this case study, we aim to evaluate the applicability of Architectural Archeology in the process of restoring the Mariana Town Hall and Prison, emphasizing its contributions or possible discrepancies, in an effective association of theory with practice.

Keywords: archaeology of architecture; Casa de Câmara e Cadeia de Mariana; restoration; tectonics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Praça Minas Gerais.....	31
Figura 2: Planta A da Cadeia de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762	31
Figura 3: Planta B da Câmara de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762.....	32
Figura 4: Planta Alta da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762.....	33
Figura 5: Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 1947.	35
Figura 6: Planta do pavimento térreo da edificação, como foi executada em 1800, aproximadamente.....	35
Figura 7: Planta do primeiro andar da edificação, como foi executada em 1800, aproximadamente.....	36
Figura 8: Pintura de Nazareno Altavilla (1921-1989) da fachada da Casa de Câmara de Mariana.....	55
Figura 9: Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.....	55
Figura 10: Levantamento interno por meio de ScanLaser (2022).....	56
Figura 11: Levantamento externo por meio de ScanLaser (2022) com vista da praça Minas Gerais	56
Figura 12: Levantamento interno por meio de ScanLaser (2022) em corte transversal	57
Figura 13: Levantamento por meio de ScanLaser (2022), em corte longitudinal do segundo pavimento.	57
Figura 14 a, b e c: Prospecções estratigráficas (2022).....	58
Figura 15 a e b: Janela estratigráfica e prospecções estratigráficas (2022) sala da recepção.	58
Figura 16: Nuvem de pontos.....	59
Figura 17: Corte com definição de materiais e quadrantes.....	59
Figura 18: Ficha de unidade estratigráfica	60
Figura 19: Fachada em 1800	61
Figura 20: Decoração em 1800.....	61
Figura 21: Configuração da Casa de Câmara e Cadeia em planta de 1790.....	62
Figura 22: Configuração da Casa de Câmara e Cadeia em planta provavelmente elaborada entre 1824 a 1835	62
Figura 23: Diagrama de atividades, Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2023.	65
Figura 24: Diagrama de atividades	66
Figura 25: Abertura da escadaria principal.....	72
Figura 26 a, b e c: Prospecção no sistema hidráulico e descoberta do aqueduto.....	72
Figura 27: Escavação da Escada da Capela.....	73
Figura 28 a, b e c: Prospecção nas superfícies da Capela	73
Figura 29 a, b e c: Remoção de Taboado de piso das enxovias e descoberta do piso original e madeira.....	73
Figura 30 a, b e c: Remoção de aterro e pedras do piso das cozinhas, nas enxovias.....	74
Figura 31 a, b e c: Sistema de esgoto sala 01	74
Figura 32 a, b e c: Sistema de esgoto sala 02.....	74
Figura 33 a, b e c: Escavação Enxovia - Bacia.....	75
Figura 34 a, b e c: Escavação e remoção da bacia da Enxovia dos homens livres.....	75
Figura 35 a, b e c: Prospecção da pintura da Sala de Reunião	75
Figura 36 a, b e c: Casa do Carcereiro.	76

Figura 37 a, b e c: Escada do Campanário	Figura 38 a, b e c: Casa do Carcereiro	76
Figura 39 a, b e c: Mudança do Oratório		76
Figura 40: Nuvem de pontos da fachada e desenho técnico de fachada		77
Figura 41 a e b: Nuvem de pontos da fachada lateral esquerda e desenho técnico da fachada lateral esquerda		78
Figura 42: Nuvem de pontos da fachada posterior e desenho técnico da fachada posterior		79
Figura 43 a e b: Nuvem de pontos da fachada lateral direita e desenho técnico da fachada lateral direita		80
Figura 44 a e b: Nuvem de pontos do corte transversal e desenho técnico do corte transversal		81
Figura 45 a e b: Nuvem de pontos do corte transversal e desenho técnico do corte transversal		82
Figura 46: Paginação do piso térreo		83
Figura 47: Paginação do piso do primeiro pavimento		83
Figura 48: Paginação do forro do piso térreo		84
Figura 49: Paginação do forro do primeiro pavimento		84
Figura 50: Imagem do scanner do forro do piso térreo		84
Figura 51: Imagem do scanner da fachada da edificação		85
Figura 52: Imagem do scanner da fachada da edificação		85
Figura 53 a, b, c e d: imagens de sketchUp da edificação		86
Figura 54: Levantamento da janela J01		87
Figura 55: Levantamento da Janela J07		87
Figura 56: Levantamento da porta-balcão P07		88
Figura 57: Mapa das visadas realizadas pelos cortes de A a H, piso térreo		89
Figura 58: Mapa das visadas realizadas pelos cortes de A a H, piso superior		90
Figura 59: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais do piso superior		90
Figura 60: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais do piso térreo		91
Figura 61: Mapa dos quadrantes com cronologia e descrição dos materiais		93
Figura 62: evolução Cronologia da edificação corte A-A		93
Figura 63: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais		95
Figura 64: Evolução cronológica do edifício		96
Figura 65: Planta com cronologia evolutiva da edificação, piso térreo		106
Figura 66: Planta com cronologia evolutiva da edificação, piso superior		107
Figura 67: Planta com cronologia evolutiva da edificação, cobertura (Sótão)		108
Figura 68: Fachada Executada em “Proporção Divina”		111
Figura 69: Fachada frontal da edificação		112
Figura 70 a, b, c e d: Detalhes da cantaria da escadaria principal, 2021		113
Figura 71 a, b, c e d: Detalhes em cantaria da edificação, 2021		114
Figura 72 a, b, c e d: Detalhes em carpintaria da edificação, 2021		114
Figura 73 a, b, c e d: Detalhes em carpintaria da edificação		115
Figuras 74 a, b, c, d, e, f, g, h e i: Detalhes dos elementos compositivos das alvenarias; pau-a-pique, adobe, tijolos cerâmicos e treliça de taquara, respectivamente, 2021		116
Figuras 75 a, b, c e d: detalhes dos elementos metálicos		117
Figuras 76 a, b, c e d: Detalhes elementos metálicos		118
Figuras 77 a, b e c: Detalhes elementos metálicos		118
Figuras 78 a, b e c: Detalhes em cantaria da edificação, 2022		120

Figuras 79 a e b: Porta de Madeira Almofadada – Exemplo do uso da madeira ornamentada e Forro de gamela exibindo os trabalhos ornamentais geométricos compondo os caixotões, 2021.....	121
Figura 80: levantamento da edificação com detalhes da angulação da janela para aumentar a visibilidade da missa. Demonstra a importância da igreja na construção de prédio público no período colonial, 2022.	125
Figuras 81 a e b: sombra da capela projetada na fachada posterior da Câmara e fachada da capela.	126
Figuras 82 a e b: alinhamento da porta de entrada da cadeia com a capela.....	126
Figura 83: Planta A da Cadeia de Mariana – José Pereira dos Santos, 1762.....	129
Figura 84: Planta B da Câmara de Mariana – José Pereira dos Santos, 1762	129
Figura 85: Planta 1, pavimento térreo da edificação, como foi executada em 1790, aproximadamente.....	130
Figura. 86: Planta 1, segundo pavimento da edificação, como foi executada em 1790.....	130
Figura 87: Planta 2, pavimento térreo, após inclusão das portas das enxovias 1800.....	131
Figura 88: Planta 2, pavimento térreo da edificação, aproximadamente em 1800 na inauguração.....	132
Figura 89: Planta 3 do pavimento térreo da edificação por volta de 1834.....	134
Figura 90: Planta 3 do segundo pavimento da edificação por volta de 1834	135
Figura 91: Planta 4 do pavimento térreo da edificação por volta de 1940.....	136
Figura 92: Planta 4 do pavimento térreo da edificação por volta de 1940.....	136
Figura 93: Planta 5 do pavimento térreo da edificação por volta de 1980.....	137
Figura 94: Planta 5 do segundo pavimento da edificação por volta de 1980.	138
Figura 95: Planta do pavimento térreo da edificação após a restauração (2023).	140
Figura 96: Planta do segundo pavimento da edificação após a restauração (2023).....	141
Figura 97: Cores da fachada original.	142
Figura 98: Decoração interna de 1800.....	142
Figura 99: Composição cromática da fachada da edificação após a constituição do Império.	143
Figura 100: Decoração interna por volta de 1834	144
Figura 101: Composição cromática da fachada de aproximadamente 1930.....	145
Figura 102: Decoração interna de 1930.....	145
Figura 103: Fachada 1980 a 2020	146
Figura 104: Decoração interna em 2020.....	147
Figura 105: Fachada após restauro em 2023.....	148
Figura 106: Decoração interna após restauração em 2023.	148
Figura 107: Fachada em 2023	150
Figura 108 a, b, c e d: coleta de matérias e amostras.....	152
Figura 109: Esquema cronológico cromático da fachada	153
Figura 110: Fachada frontal e lateral.	154
Figuras 111 a, b, c e d: piso e barroteamento sobre o lajeado original das enxovias.	155
Figura 112 a, b e c: Aspecto do piso lajeado de pedra original das enxovias, depois de restaurado.....	156
Figura 113 a e b: Piso em madeira de recepção antes e durante restauração, respectivamente	158
Figura 114 a e b: Piso da recepção e plenário após restauração, respectivamente.....	158
Figura 115 a, b e c: Pisos após restauração, a, sala de reunião, b e c sala da secretaria .	159

Figura 116: Novo Fluxograma 2021	160
Figura 117: imagem de slide 01	160
Figura 118: Slide 02.....	161
Figura 119: slide 03	161
Figura 120: slide 04	162
Figura 121: slide 05	162
Figura 122: slide 06	163
Figura 123: slide 07	163
Figura 124: slide 08	164
Figura 125: slide 09	164
Figura 126: slide 10	165
Figura 127: slide 11	165
Figura 128: slide 12	166
Figura 129: slide 13	166
Figura 130 a, b, c e d: Local de instalação da rampa de acessibilidade antes, durante e após a restauração, respectivamente	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela A3 – Exigências Arqueológicas.....	67
Tabela 2: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 01	91
Tabela 3: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 02	94
Tabela 4: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 03.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA: Arqueologia da arquitetura

CCCM: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana

UES: Unidade estratigráficas

UEM: Unidade estratigráfica muraria

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

IEPHA: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 EDIFÍCIO, CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRIA E TÉCNICA.....	27
2.1 APRESENTAÇÃO E CONTEXTO URBANO.....	27
2.2 A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA.....	38
2.3 ARQUITETURA COMO ARTE (TECTÔNICA).....	45
3 A CIÊNCIA DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E DA TECTÔNICA COMO METODOLOGIA ANALÍTICA.....	53
3.1 ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA	65
3.1.1 Levantamento Fotográfico do processo de pesquisa.....	72
3.1.2 Levantamento Gráfico e de Imagens (scanner)	77
3.1.3 Levantamento da UEM's e Leitura Paramental	89
3.2 TECTÔNICA: ANÁLISE ESTILÍSTICA, MATERIAL E CONCEITUAL DA CCCM	109
3.2.1 A CASA DE CÂMARA E CADEIA SOB A LUZ DA TECTÔNICA	110
3.2.2 Análise da concepção projetual (escadaria e capela).....	122
4 RESULTADOS DA INTERSECÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E TECTÔNICA NO PROCESSO DE RESTAURO.....	127
4.1 MODELO EVOLUTIVO PROPOSTO PELA AA (ANÁLISE CRONOLÓGICA, ANÁLISE FUNCIONAL, ANÁLISE SOCIOCULTURAL)	128
4.2 MODELO INTERPRETATIVO DA FACHADA.....	141
4.3 CONTRIBUIÇÃO DO MÉTODO NO PROCESSO DE RESTAURO	149
4.4 PISOS.....	155
4.5 NOVA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO RESULTANTE DOS ESTUDOS.....	159
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	172
ANEXO A - LEVANTAMENTO GRÁFICO COM REPRESENTAÇÃO E MATERIAIS E CRONOLOGIA.....	179
ANEXO B - RELATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA EQUIPE DE RESTAURO	196
ANEXO C - PRANCHAS COM SOLUÇÕES PONTUAIS DO PROJETO DE RESTAURO.....	197
ANEXO D - RELATÓRIO DE MODIFICAÇÕES PONTUAIS	198
ANEXO E - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.....	199
ANEXO F - PARECERES TÉCNICOS.....	200
ANEXO G - CARTOGRAFIA.....	201

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado decorre de inúmeras indagações fomentadas ao longo de minha experiência no campo de restauração, tanto como professor da área de arquitetura quanto como gestor de empresa responsável por obras de restauro. Nesse sentido, buscamos conjugar saberes teóricos, metodológicos e práticos no processo efetivo de execução de intervenções restaurativas na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, objeto de nosso estudo.

Partindo de nossa experiência profissional, pudemos perceber relativo distanciamento entre as elaborações teóricas formuladas no meio acadêmico e as tomadas de decisão efetuadas em canteiro de obra. Note-se que nem sempre os executores dos projetos possuem interesse em investigar ou refletir, sob prisma teórico-acadêmico, suas realizações.

De fato, a restauração de um bem tombado deve ser precedida de projeto já padronizado pelos órgãos de proteção, como IPHAN, CONDENPHAT, IEPHA, entre outros. Ocorre que, de acordo com a legislação vigente, os projetos desenvolvidos são elaborados por profissionais que, necessariamente, não respondem por sua execução.

Dessa maneira, quem faz o projeto não realiza a obra, havendo, do ponto de vista prático, certo distanciamento entre a idealização teórica e a tomada de decisão durante a obra. Note-se, inclusive, que há, por vezes, maior preocupação dos projetistas em buscar especialização na área de restauro do que dos executores, o que também denota certa diferença em termos de formação teórica.

Assim sendo, o trabalho dissertativo ora apresentado é tentativa de associar saberes e vivências que, por vezes, não estão amplamente integrados, ainda que se reconheça a indissociabilidade da teoria e da prática. Então, tomando como objeto a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, tentamos aproximar o universo acadêmico do canteiro de obra.

Sob tal vértice, compreender o universo multifacetado de um monumento histórico, em sua relação material e intangível no tempo, é fundamental para a sua correta proteção. Conhecer o máximo possível das sucessivas camadas que o compõem

possibilita o desenvolvimento de critérios de conservação e de preservação específicos relacionados a cada bem cultural, arquitetônico ou artístico.

No contexto temporal, a valoração de um edifício pautada no histórico de suas relações sociológicas, antropológicas e estéticas deixa marcas expressas na sua materialidade e, sob óptica arqueológica, essa materialidade pode ser lida como texto que, por meio dos vestígios remanescentes, passa a contar a história do monumento. Portanto, a Arqueologia da Arquitetura reveste o edifício de *status* de artefato arqueológico e, por intermédio de sua materialidade, torna-se objeto de análise e de evidência dos processos construtivos, do gosto de época e dos processos de transformação.

A Arqueologia Urbana tem seus fundamentos e sua elaboração teórica decorrentes da análise das profundas transformações urbanas causadas pela aceleração do crescimento e seu impacto nas cidades, na segunda metade do século XX. Ao citar as consequências da interferência antrópica na Inglaterra a partir de 1963, Heyghway (1972) expõe a forma como a erosão acelerada do subsolo contribui para a degradação do patrimônio edificado e arqueológico, discutindo a importância dos estudos dessas ocorrências como demarcadoras da dinâmica urbana. Sua obra sinaliza tomada de consciência acerca dos problemas específicos da *Arqueologia* nas cidades, materializada na publicação da obra *The Erosion of History*, de 1972. Estudos dessa natureza contribuem para as discussões internacionais expressas em cartas, diretrizes e orientações, tais como a Carta de Nairóbi (1976), a Carta de Burra (1981), a Declaração de Roma (1983) e a Carta de Washington (1987), voltadas para a proteção de remanescentes históricos e arqueológicos em áreas urbanas.

A partir do momento em que se fundamentou a Arqueologia Urbana por meio da exposição da aceleração da erosão do subsolo arqueológico bem como da degradação do patrimônio edificado, buscou-se encarar o estudo da cidade em conjunto com a escavação arqueológica. Essa disciplina nascente exigiu novos processos de trabalho, como as formas de seleção de zonas para análise e escavação, as técnicas de campo e os modos de registro, bem como a análise e o tratamento das evidências arqueológicas (Albuquerque, 2007, p. 2). Com a difusão dessa disciplina por toda Europa, foram forjados novos conceitos da Arqueologia que

preconizam o entendimento da produção material humana, abarcando os estudos das civilizações antigas e da contemporaneidade no processo de construção histórica.

Esse fenômeno busca compreender o *permanecer*, o *ser* e o *estar* no mundo, revelando o aspecto social, psíquico e antropológico no espaço de convivência modificado pelo homem. A área da *Arqueologia Urbana* e, posteriormente, a área da *Arqueologia da Arquitetura* surgiram com a aplicação de preceitos mais plurais de compreensão do objeto e de seus significados temporais (Massoni, 1990, apud Quirós Castillo, 2002).

A área de pesquisa da Arqueologia da Arquitetura, desenvolvida nos últimos 30 anos, é deveras ampla, abarcando diferentes abordagens teórico-metodológicas. Quanto a isso, a AA possui ramificações em linhas de pesquisa, como as desenvolvidas pelo departamento de Arqueologia da UFMG, que enfoca o objeto arquitetônico como meio modelador de uma ideologia, ressaltando o espaço com olhar antropológico e a arquitetura na esfera do uso e do psicológico, principalmente em ambientes de reclusão, como sanatórios, presídios e hospitais, entre outros.

De modo ilustrativo, poderíamos apontar a tese de Juliana Moreira (2021), intitulada *Arqueologia da loucura: narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena*, bem como o trabalho de Funari, Zarankin e Reis (2008), denominado *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras*, as quais engendram análise de determinado espaço físico na interface com estudos de cunho sociológico, psicológico, antropológico e cultural. O cerne desses trabalhos diz respeito ao subjetivo, às experiências humanas, aos seus registros e à compreensão no uso do espaço edificado ao longo do tempo. Assim, o entorno físico é apreciado como condicionante de ideologias, estéticas, normas e regras, conformadas por intermédio de determinada concepção arquitetônica.

Além dessa proposta, é possível observar pesquisas em que o objeto central não se trataria especificamente de um prédio em particular, ainda que, eventualmente, sejam estabelecidos certos pontos de conectividade entre o edifício e estudos de caráter sociocultural. Sob tal prisma, poderíamos destacar os seguintes trabalhos: *Archaeology of Buenos Aires* (Schavelzon, 2000), *Cultura Material e Arqueologia Histórica* (Funari, 1998), *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX* (Symanski, 1998), *Sed non Satiata: Teoría Social en la Arqueología*

Latinoamericana Contemporânea (Zarankin e Acuto, 1999), *Teoria Social en la Arqueologia Latinamericana Contemporânea* (Zarankin y Acuto, 1999), *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista; O caso de Buenos Aires* (Zarankin, 2002), *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos* (Zanettini, 2002), entre outros.

Em nosso trabalho dissertativo, por sua vez, dialogamos com perspectivas teóricas desenvolvidas na Europa nos últimos 30 anos, sobretudo em países como Portugal, Espanha, Itália e Inglaterra. Nossos pressupostos teórico-metodológicos enfocam a materialidade objetiva do prédio histórico, não ressaltando elementos de ordem psicológica, sociológica e antropológica, os quais são apreciados de modo residual, com vista a complementar estudos relativos ao entendimento de determinado prédio. Assim, seguindo essa perspectiva, nosso objeto precípua de exame é a própria *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*, muito embora não negligenciamos a necessidade de compreender aspectos históricos, culturais e políticos que se inter cruzam desde a concepção do edifício até a realização do restauro.

Tal linha de pesquisa da AA surge como método analítico para datar cronologicamente as alterações da edificação. Dessa maneira, a perspectiva na qual nos alicerçamos salienta a materialidade do prédio, seus usos, as técnicas construtivas, os saberes e fazeres de seus construtores e, principalmente, a cronologia da edificação com suas adições e subtrações ao longo do tempo. Exemplo prático dessa diretiva seria o estudo de estratigrafia em cota positiva, consoante apontado por Ramalho (2011, p. 295):

Partindo da premissa que um edifício histórico é sempre uma construção estratigráfica torna-se necessário garantir que os fundamentos que desde já muitos são usados pela geologia e que posteriormente foram desenvolvidos para arqueologia como método de estudo sobretudo aplicado em contexto de escavações possam constituir-se agora como forma de conhecimento direto das estratigrafias situadas na cota positiva (Maria de Magalhães Ramalho, 2011, p. 295).

Dentro dessa abordagem, serão apresentadas, em nossa Dissertação de Mestrado, as diretrizes da Arqueologia da Arquitetura (AA) voltadas para o exame das edificações por intermédio da materialidade, da técnica e dos fazeres, a fim de traçar a cronologia temporal da existência da *Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*. Para tanto, adotamos metodologia específica do universo da Arqueologia Urbana por meio

das estratigrafias de camadas de deposição, muitas vezes adaptando o Método de Harris (1990)¹ e a leitura das técnicas e dos materiais de fatura das edificações, bem como a leitura tectônica, consoante apontado por Cantalice (2017). Villela (2015) compartilha os mesmos pressupostos teóricos, partindo das denominadas *Leis da Estratigrafia Arqueológica*, com a finalidade de identificar cronologias de edifícios.

Dessa forma, tais elementos teóricos da AA foram aplicados na restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. A pesquisadora Raquel Santos (2013) é referencial teórico relevante para a compreensão das práticas metodológicas específicas da AA, que foram discutidas em seu artigo intitulado *Arqueologia da Arquitetura: conceito e metodologia* (2013, p. 5-14), em que se afirma que “uma intervenção em AA deve seguir sequencialmente diversas [cinco] fases de trabalho”, sendo elas: pesquisa prévia, levantamento e representação gráfica e fotográfica; análise estratigráfica paramental; criação da base de dados e do modelo interpretativo.

Ressalte-se que a disciplina da AA praticada nos países de origem, Itália (Carandini, 1979) e Espanha (Castillo, 2011), é aplicada em edifícios que possuem contexto histórico temporal alargado (às vezes, com mais de mil anos), em realidade muito distinta daquele referente às edificações brasileiras, que, em sua maioria, foram construídas nos últimos 300 anos, com poucas exceções. Desse modo, acreditamos que seria oportuno empreender certas adaptações metodológicas, de modo a permitir que a leitura estratigráfica trouxesse à luz aspectos materiais e imateriais, caracterizando as alterações evolutivas do edifício num contexto mais amplo.

Percebe-se, então, a necessidade de ampliar a aplicação dos preceitos da *Arqueologia da Arquitetura* na tomada de decisões ao se restaurar bem cultural edificado. Assim, deve-se perceber que tais decisões são tomadas em canteiro de obra, à medida que são descobertos os elementos em questão.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo aplicar a metodologia acima especificada para, assim, embasar as decisões tomadas durante o processo de restauração. Essa abordagem complementa os benefícios da Arqueologia da Arquitetura por meio do viés da sua aplicabilidade em obras de restauro inseridas no

1 VILLELA (2015) em *Arqueologia da Arquitetura (AA): a estratificação tridimensional do tempo* (p. 89-94).

contexto brasileiro, tomando-se como exemplo específico, neste estudo, a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG.

O objeto de estudo escolhido apresenta relevância no contexto histórico local, regional e nacional, uma vez que a primeira câmara em Minas Gerais foi fundada em 4 de julho de 1711, na cidade de Mariana, então Vila do Carmo. O edifício histórico é um dos poucos no Brasil que mantém sua função primeira de câmara, tendo permanecido como cadeia até meados dos anos 80, além de fazer parte de um dos principais conjuntos monumentais de Minas, juntamente com a Igreja de São Francisco, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o pelourinho, conformando a praça Minas Gerais. Nesse sentido, Oliveira (2023) destaca a importância da referida obra:

A Casa de Câmara e Cadeia reflete no seu interior e exterior a história das grandes mudanças pelos quais passaram o Brasil. A estratigrafia pictórica dos seus interiores e as trocas dos símbolos no centro da fachada principal são reflexos por exemplo da Independência em 1822 e da Proclamação da República em 1889 - esses e outros eventos provocaram mudanças nas decorações internas e também nos ornamentos externos (Oliveira, 2023, p.112).

O processo de restauração da edificação, que se iniciou em 2021, é o primeiro restauro moderno de grande vulto na edificação. Tombado pelo IPHAN em 1945², passou por várias intervenções sem grandes alterações. Em uma ação inédita, o setor de Arqueologia do IPHAN exigiu acompanhamento arqueológico com a metodologia embasado na teoria da Arqueologia da Arquitetura (AA), o que trouxe para o canteiro de obra demanda até então desconhecida pelos arquitetos, engenheiros, restauradores e arqueólogos envolvidos no projeto.

Este estudo, que deveria ser realizado na fase projetual, foi inserido no momento da execução, alterando a metodologia e cronograma de montagem e ações no canteiro de obra. Sua implementação rompe o usual trabalho de restauro e de Arqueologia que sempre foi realizado em paralelo, e, ao se fundirem, passa a colaborar com o processo de restauro em suas tomadas de decisões de forma direta.

Assim, cada profissional, em seu eixo de atuação, compreende o edifício, analisando a técnica construtiva e estilística da materialidade, na visão do arquiteto, do restaurador e do arqueólogo. Em tal estudo, são fomentadas em consonância com a nova prática da *Arqueologia da Arquitetura* com a abordagem e a metodologia

² Número do tomo 345, folha 71.

arqueológica, na compreensão econômica, social, antropológica e temporal da edificação, e sua significância no contexto histórico.

Note-se, ainda, que o presente trabalho decorre de conjunto de inquietações teórico-metodológicas fomentadas por minha experiência prática, ao longo de 27 anos de carreira. Nesse sentido, também atuo como gestor da empresa *A3 Restauros*, dedicada à restauração de obras de arte, de monumentos históricos e de edificações. Dentre as obras que já foram objeto de restauro por parte da referida empresa, toma relevo a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, que é objeto da presente pesquisa.

Importante salientar que os estudos ora apresentados não integraram o escopo contratado para o restauro da edificação. Os documentos produzidos pela *A3 Restauros*, como diário de obras, arquivos fotográficos e desenhos cadastrais, foram utilizados como fonte de pesquisa para construção do trabalho, com certos dados apresentados na seção de anexos, de modo que os capítulos elaborados se revestem de originalidade, não consistindo em cópia dos relatórios da aludida empresa. Nesse sentido, a *A3 Restauros* disponibilizou alguns relatórios e documentos oficiais que foram enviados ao Iphan e são hoje de domínio público, os quais foram adicionados como anexos.

Considerando as questões expostas, a segunda seção deste trabalho apresentará o prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG como objeto de estudo.

A segunda seção aborda os subsídios teórico-metodológicos da “Arqueologia da Arquitetura”¹, considerando quatro eixos estruturais: 1. Instrumentos de análises com pesquisa exploratória; 2. Pesquisa Arqueológica; 3. Estratigrafia temporal e 4. Análises da teoria da Tectônica:

1. Instrumentos de análises: Pesquisa dos conceitos de Arqueologia da Arquitetura e do Restauro Arquitetônico. Leitura crítica reflexiva, observando-se: a) Análise dos projetos de restauro e histórico do processo de aprovação; b) Avaliação do método de contratação realizado para a execução dos projetos e da obra em patrimônio tombado; c) Pesquisas bibliográficas sobre a Casa de Câmara; teses, relatórios, laudos, revistas, artigos, no objetivo de compreender as diferentes visões persistentes sobre o objeto e suas alterações.

2. Arqueologia da construção (Arqueologia dos processos construtivos):

Dividida em dois pontos, arquitetônica e arqueológica, acompanhando as prospecções e escavações no edifício, no sistema de funcionamento das enxovias, escavação no sistema de esgoto e hidráulico primitivo, escavação do fosso do elevador, na linha de dreno, análises dos grafismos e pinturas parietais. E voltada à Arquitetura, observando-se as características construtivas originais e intervenções do telhado, alvenaria, pisos, sistema hidráulico, sistema de esgoto, pinturas parietais, forros e esquadrias.

3. Estratigrafia temporal: técnica aplicada à coleta de dados do andamento dos estudos artísticos integrados, na cantaria das escadarias, campanário e portadas, esquadrias, retábulo, balaustradas, forros, pinturas parietais, métodos de pesquisa química, e laboratorial. Através desta será realizada análise dos processos de trabalho em conjunto e a separado da Arquitetura e da Arqueologia, montagem de cronograma e de compatibilidade. Por fim, se fará a elaboração de documentação gráfica e virtual escaneamento na plataforma BIM para apresentação e melhor compreensão em 3D.

Esta etapa finaliza o processo metodológico da Arqueologia da Arquitetura, de modo que as próximas etapas consistem em complementação da análise temporal fornecida pela AA, com vista à melhor compreensão do processo de restauro.

4. Tectônica: conforme aponta Cantalice (2017), o conceito de tectônica pode ser entendido por intermédio de “ótica filosófica que liga construção, herança cultural e intelecto humano”, sendo por ele considerada como um “elemento que confere significado à obra e a distingue de uma mera construção” (Cantalice, 2017, p.2). Em consonância com o autor, será relacionada a arquitetura do objeto de estudo com o “saber-fazer” e com as “técnicas construtivas, que são normalmente passadas de geração para geração pelos mestres de obras, empreiteiros e técnicos da construção”. No processo de aplicação do arcabouço teórico-metodológica da tectônica, utilizamos, como principal ferramenta, a pesquisa em diário de campo, empregando, *in loco*, equipamentos manuais e tecnológicos que geram menos danos à edificação. Será levado em conta, neste estudo, o pressuposto da tectônica de voltar os olhares para a materialidade da construção, priorizando o saber-fazer, que consubstancia elementos relativos à cultura, à identidade e à constituição de determinado povo. Para

tanto, analisamos, especificamente, três elementos: escadaria principal, capela, sistema de esgoto e o uso da cal.

Após aplicação desses quatro eixos elementares da pesquisa, demonstraremos a relevância da intersecção das teorias da AA e da Tectônica como subsídios na formação dos critérios de restauração, conforme proposto para a quarta seção: *Resultados e Intersecção da Arqueologia da Arquitetura e Tectônica no Processo de Restauro*. Ela está dividida em duas subseções, 4.1, que expõe o modelo evolutivo (análise cronológica, análise funcional, análise sociocultural) e 4.2, que aborda o Modelo Interpretativo da Fachada, apresentando a intersecção das teorias e sua aplicabilidade no processo de seleção de critérios para o restauro da fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

Desse modo, este trabalho aspira demonstrar a importância desta investigação para o enriquecimento do domínio da restauração arquitetônica, um campo cujas metodologias operacionais têm sido predominantemente orientadas para as soluções práticas dos processos restaurativos, em detrimento de abordagens interpretativas. Tal enfoque se mostra essencial para salvaguardar a diversidade de valores e informações intrínsecas ao monumento, acessíveis unicamente por meio do meticuloso processo de restauração.

Assim sendo, almeja-se, com esta dissertação, contribuir em alguma medida para a teoria da Arqueologia da Arquitetura (AA) em sinergia com a Teoria da Tectônica, especificamente no contexto da prática restaurativa. A análise propõe a avaliação crítica da aplicabilidade de métodos dentro deste âmbito, adotando perspectiva crítico-analítica que facilita a identificação das potencialidades e limitações inerentes a essas abordagens teóricas. Portanto, este estudo não apenas ilumina novas possibilidades metodológicas para a restauração arquitetônica, mas também promove reflexão aprofundada sobre as ações atuais neste campo, sugerindo caminhos para prática de restauro mais informada, documentada e reflexiva.

2 EDIFÍCIO, CONTEXTO SOCIAL, HISTÓRIA E TÉCNICA

2.1 Apresentação e Contexto urbano

Diogo de Vasconcelos (1843-1957) apontou, em “História da Civilização Mineira-Bispado de Mariana”, de 1927, que as bandeiras paulistas de Miguel Garcia de Almeida e Cunha (1675-1699) e do Coronel Salvador Fernandes Furtado (?-1725) foram as responsáveis pela descoberta e posse do ribeirão batizado de Nossa Senhora do Carmo.³ em 16 de julho de 1969. Segundo o autor, o primeiro povoado da região foi erigido na região chamada de “Mata-Cavalos”, onde havia sido levantada uma capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo. O povoado cresceu consideravelmente, nessa época, devido à divulgação do descobrimento de jazidas de ouro na região e pelo incentivo à exploração por parte da Coroa. Já em 1701, o bispo do Rio de Janeiro “fundou a paróquia na capela do Carmo e nomeou para pároco o padre Manuel Brás Cordeiro”, após solicitação feita em 1698, pelo Coronel Salvador Furtado, como aponta Veloso (2012, p. 23). Reconhecido como Arraial do Ribeirão do Carmo – Arraial de Baixo –, a localidade já se encontrava, portanto, ocupado desde os últimos anos do século XVII. A mudança no status de Arraial para Vila aconteceu no dia oito de abril de 1711, principalmente a partir da demanda de estabelecimento de uma estrutura administrativa real que pudesse controlar o território colonial, tanto em razão do processo exploratório do ouro quanto em função da constituição de um agrupamento humano em escala jamais vista pela Coroa. Com o intuito de controlar as riquezas e as almas, erigiu-se a Câmara e Cadeia como espaço físico e simbólico da presença da mão real portuguesa na localidade. A construção dessa edificação, ocorre no mesmo momento em que o povoado expande sua identidade de arraial para vila, em 1711, sendo a Casa de Câmara e Cadeia mais antiga de Minas Gerais. As transformações ocorridas no século XVIII na morfologia do território também ocorreu devido às cheias do Ribeirão do Carmo, provocadas pela extração predatória do terreno, sobretudo pela utilização de técnicas rudimentares de mineração, incluindo o

³ “História da Civilização Mineira – Bispado de Mariana”, publicado postumamente em 1927 pelo autor, teve uma reedição lançada em 2014, a partir dos esforços de Mariza Guerra de Andrade e Francisco Eduardo de Andrade.

desvio dos cursos d'água e o desmatamento da mata ciliar das encostas dos cursos d'água.

Na década de 1730 e a partir dela, eram frequentes as enchentes na Vila do Carmo, motivo de grande preocupação dos camaristas, como aponta Tedeschi (apud Veloso, 2012, p. 25) ao expor que em 1737 um muro, que servia para conter as inundações, veio a ruir devido à força da água que se encontrava num nível mais alto que a vila. A autora constata que, em um primeiro momento o arraial se conformava às margens do ribeirão, mas que, devido a “30 de anos de exploração aurífera e morros contíguos” [ao rio], fez com que a população buscasse locais mais seguros, “em áreas mais afastadas dos “excessos” do ribeirão, em ações capitaneadas, na maioria das vezes, pela Câmara de Vila do Carmo”.

As medidas para contenção dos “excessos” do rio não foram satisfatórias, o que serviu como justificativa para “solicitação de novas terras junto ao rei para a ampliação da urbe”. A busca pela ocupação de terras mais afastadas do curso do rio levou os oficiais da câmara ao terreno utilizado anteriormente como pastos pelo Quartel dos Dragões (Veloso, 2012, p. 25).

Os novos edifícios públicos, bem como novas moradias, foram sendo instalados nesse novo núcleo. A “Rua direita” foi transferida para o trecho que levava à Matriz. Ao seu redor se abrigavam outros símbolos do poder colonial, tais como o pelourinho, a cadeia, a Casa da Intendência e a casa dos Juízes de fora, valorizando não só a praça da Matriz, mas os locais de seus arredores, como aponta Marx (apud Fonseca, 1998, p.37).

O Rei Dom João V (1689 – 1750) decidiu instalar na Vila do Carmo a sede do novo bispado, proposto desde 1720 e que veio a se concretizar em 1745, elevando a vila à categoria de Cidade de Mariana, homenageando sua esposa, D. Maria Ana Victória D'Áustria (1683 -1754), como aponta Fonseca (1998, p.40) e atendendo às determinações eclesiásticas que exigiam que a instalação da sede do bispado fosse feita em uma cidade. Dessa forma, a cidade “passou a ser subordinada diretamente à Coroa, e não mais depender de um poder regional delegado, ou de senhores de terra, como acontecia com as vilas coloniais” (Carvalho, 2012, p. 52).

Desta feita, D. João V decidiu que “uma nova cidade deveria ser construída para acolher o bispado”, enviando, assim, o engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim para elaborar a planta dessa nova cidade a ser construída (Fonseca, 1998 apud Carvalho, 2012, p.52).

O local escolhido para instalação da Casa de Câmara e Cadeia originalmente correspondia à Companhia de Cavalos na Vila do Carmo, a qual, segundo Fonseca (1998, p.37) foi criado, inicialmente, em 1711, através de Carta Régia, tendo sido, o Quartel dos Dragões do Conde de Assumar, construído a partir de 1719 próximo à sua residência. Tais terrenos pertenciam à Coroa e, os ranchos da Companhia dos Dragões e os pastos para a cavahada ocuparam-nos até 1744 (Carvalho, 2012, p.51).

Desde 1740, essa área estava sendo solicitada à Coroa pelos camaristas para implantação da Cadeia e abertura de novas ruas e aforamentos, que justificavam sua requisição pela transferência dos soldados para Vila Rica e falta de uso dada ao antigo quartel, associado à isso, alguns moradores, provenientes das áreas inundadas, necessitavam ser realocados e a demanda da Câmara e Cadeia era de um novo prédio, projetado e executado especificamente para esse fim (Fonseca, 1998, apud Carvalho, 2012, p. 52).

Reforçando a solicitação, em 1º de setembro, foi representado ao rei pelos oficiais da Câmara uma nova solicitação das “terras dos pastos dos cavalos, que por despacho do Conselho Ultramarino já lhes havia sido cedida” informação esta que, muito possivelmente, não havia chegado ao destinatário. Nessa solicitação, os oficiais da câmara apresentaram a justificativa de terem cedido à Coroa anteriormente estas terras para implantação do quartel dos dragões, e nesse momento necessitavam recuperá-las para instalação da Casa de Câmara e Cadeia e para a solução dos “problemas enfrentados pela população com a enchente na rua principal da povoação” (Veloso, 2013. p. 151-152). Nesse sentido, Veloso (2013) acrescenta o seguinte:

Representando a Vossa Majestade este Senado a urgência que havia de paragem donde os moradores da Rua principal desta Villa houvessem de fazer novas casas para a sua habitação, em razão de estar a dita Rua sujeita às inundações do Rio, que se apelida Ribeirão do Carmo; e que para a dita fundação era o lugar o mais cômodo o campo, ou terras contíguas a mesma Vila que se em outro tempo serviram de pastos aos cavalos das tropas de Soldados Dragões, que Vossa Majestade foi servido mandar levantar, agora se acham estes assistindo em Vila Rica em novos quartéis que para a sua [ubicação]

foram fabricados, e aquelas totalmente inaptas e infrutíferas, as quais havia oferecido este Senado para aquele esforço assim como também quartéis, em que os ditos soldados residissem, tudo comprado e feito pelas rendas do mesmo Senado (AHU BRASIL/MG apud Veloso, 2013, p. 152).

Os camaristas tinham, contudo, pretensões ainda maiores. Após a confirmação que o rei havia cedido as terras para a Câmara, seus oficiais solicitaram a posse sobre as ruínas do quartel que estava inabitado naquele momento, de modo que a construção pudesse ser incluída no patrimônio e bens da câmara, como exposto a seguir:

E porque os ditos quartéis se acham inabitados, por ocasião daquela mudança que para Vila Rica fizeram os soldados; e por isso experimentando uma continuada ruína em forma, que sem dúvida padeceram brevemente abatimento e decadência total, esta causa porque recorre este Senado a Vossa Majestade para que se digne conceder lhe os ditos quartéis e um alpendre a eles juntos, para que acrescentando ao Conselho estes bens, possa melhor acudir aos reparos precisos e operações necessárias tendentes ao bem público. (AHU BRASIL/MG apud Veloso, 2013, p. 152).

A sede da administração e da justiça, em toda a fase histórica relativa ao Brasil, é a Casa de Câmara e Cadeia, sendo que somente durante o período republicano deixaram de ser feitas construções com mesma finalidade (Barreto, 1947, p. 34).

A atual Praça Minas Gerais, foi pensada para ser o núcleo civil da cidade desde sua fundação e teve seu caráter modificado ao serem construídas, além da Casa de Câmara, as Igrejas das Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo. Fonseca (1998) aponta que “O mesmo logradouro passava a congregar os símbolos da justiça e dos poderes civis e religiosos, ilustrando magnificamente o ‘casamento’ dessas instituições [...]” (Fonseca, 1998, apud Trindade, 2012, p. 54).

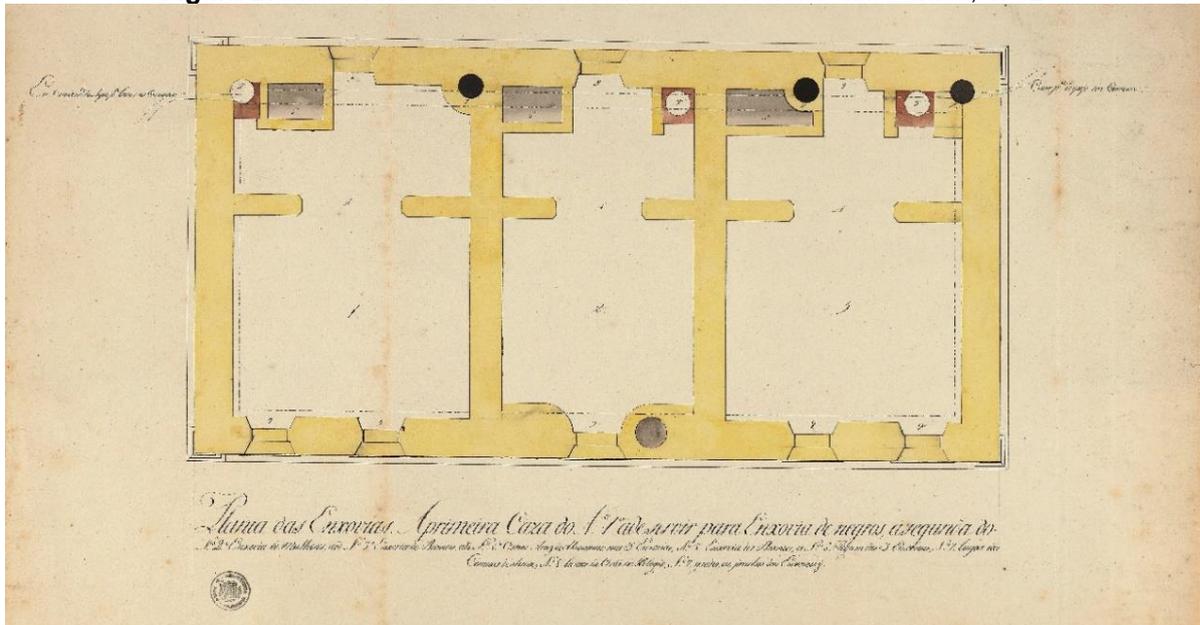
Figura 1: Praça Minas Gerais



Fonte: Gilson Freitas

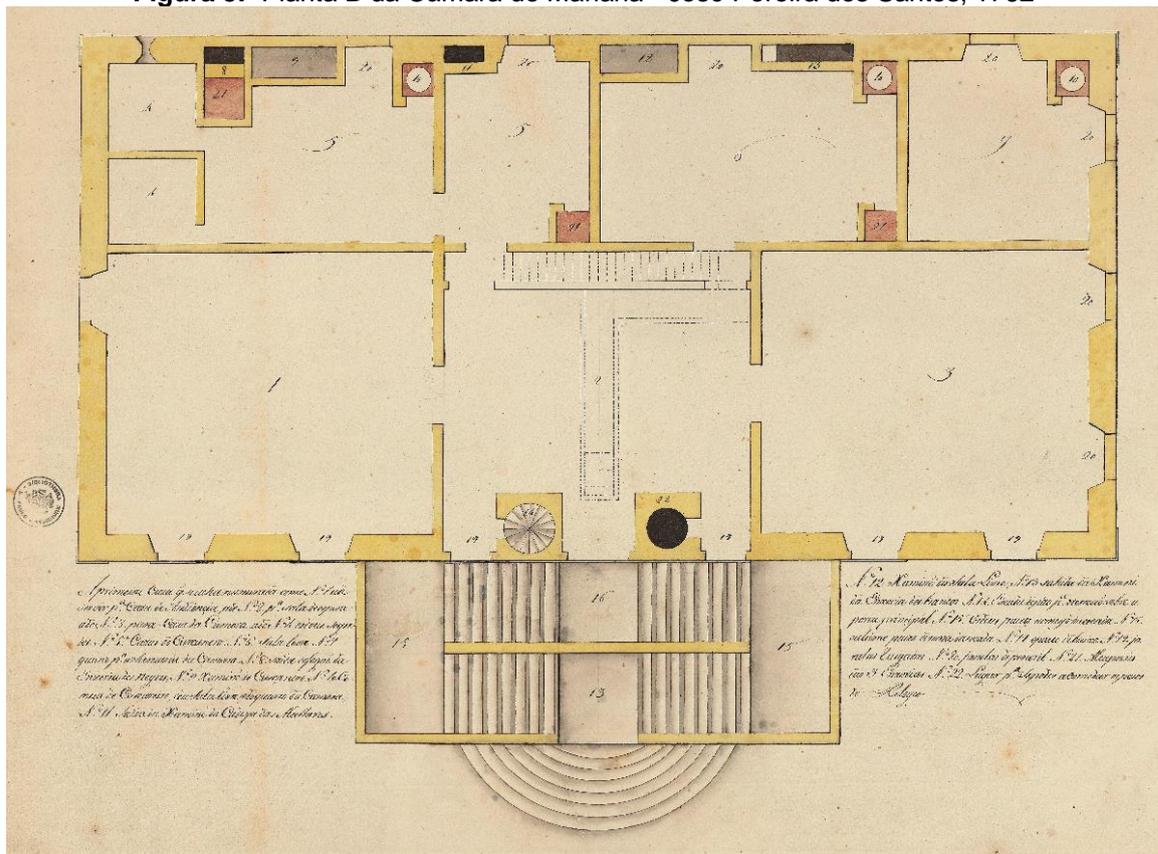
Para que uma obra dessa magnitude fosse executada, era encomendado um projeto a ser seguido, na época chamado de “risco”. O risco da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi feito por José Pereira dos Santos (1762), como aponta Fonseca (1998 apud Trindade, 2012, p.54)

Figura 2: Planta A da Cadeia de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade

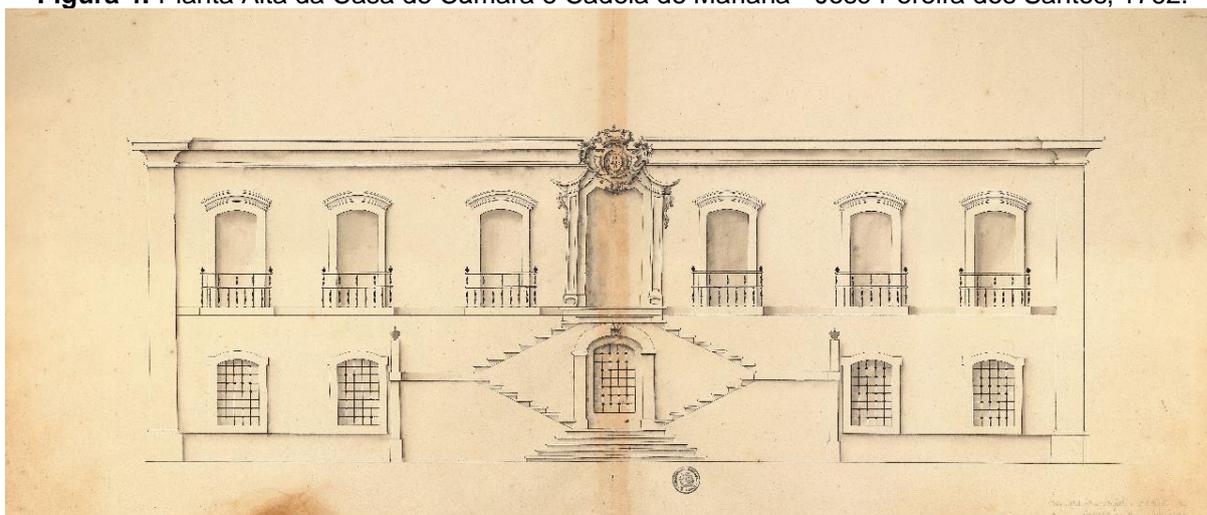
Figura 3: Planta B da Câmara de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade

Segundo o arquiteto Paulo Thedim Barreto, o mestre José Pereira dos Santos era natural de São Salvador do Grijó, comarca e bispado do Porto, Portugal. Não se conhece a data do seu nascimento e a notícia mais antiga a seu respeito é de 1737, quando se achava na cadeia de Mariana, onde estava preso por dívida. Sabe-se que morreu em Mariana, em 1762, ano em que ele projetou nesta cidade, a igreja de São Francisco de Assis. José Pereira dos Santos era pedreiro e carpinteiro, mas também arquiteto, o que na época era chamado “mestre-de-risco” ou “mestre-de-obras”. Em geral, o risco (a ideia) tinha menos importância do que a execução, mas o mestre-de-risco era sempre um profissional aprovado e licenciado para o exercício da profissão, seja ele pedreiro, carpinteiro, entalhador, pintor, dourador, ou de outra categoria profissional (Barreto, 1947, p.25).

Figura 4: Planta Alta da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762.



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade

O construtor contratado, responsável pela obra da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi o alferes José Pereira Arouca (1731-1798)⁴, em 1782. (Barreto, 1947, p.64). Duas décadas de intervalo foram necessárias entre o projeto e a execução.

Na maioria dos casos, a mão-de-obra era gratuita, advinda dos próprios presos da localidade, dentre os quais havia os *galés*, que foram condenados a realizar serviços públicos, sem receber nenhum tipo de salário, o que mudou posteriormente, já no século XIX, onde eles começaram a receber “pequenos jornais para o seu sustento” (Barreto, 1947, p. 66). Além destes, podia se encontrar na construção das edificações públicas a presença de negros, responsáveis pelos “transportes de materiais, emboços, barreamentos e entulho”, [...] além dos indígenas que dominavam a técnica de cortes em madeira e transportes e os oficiais mecânicos, responsáveis pelos “trabalhos de pedreiro, carapina e pintura, como aponta Barreto (1947, p. 67). Os escravizados pertencentes ao construtor Arouca, tinham qualificação em artesanaria superior aos demais colaboradores, além de haver terceirização da parte artística para grandes nomes como Ataíde, Servas entre mestres do período.

Conforme aponta Barreto (1947) a Coroa desenvolveu, especificamente um programa arquitetônico para as Casas de Câmara e Cadeia da colônia, onde se estabeleceu

⁴ José Pereira Arouca: Atuou como pedreiro, carpinteiro, canteiro, escultor, mestre-de-risco e louvado, segundo Lage (2018). Salomão de Vasconcellos afirmou que suas obras deram a ele o título de “habilíssimo mestre-de-obras e principal construtor da Mariana de ontem” (VASCONCELLOS, 1947).

que a construção deveria possuir dois pavimentos; no térreo deveria ser instalada a cadeia “destinada àqueles que desrespeitassem as leis metropolitanas” e o segundo pavimento destinado às salas de reuniões, o corpo da guarda e uma capela”. Segundo o autor, o programa recomendava, ainda, a implantação de torre sineira na fachada a qual deveria possuir, também, “escadaria que pudesse servir também de palanque e portal principal com um brasão destacando o símbolo do poder e da justiça na colônia” (Barreto, 1967 apud Lage, 2018, p.37).

Os serviços referentes às Câmaras, em geral, demandavam uma ou duas salas: Casa de Câmara e Casa das audiências, sendo, esta, uma “sala nobre” utilizada para “audiências dos Ouvidores, juízes e mais julgadores” e aquela uma sala, também nobre, que recebia as reuniões dos oficiais e as cerimônias de posse dos cargos dos capitães, generais e governadores (Barreto, 1947, p. 73).

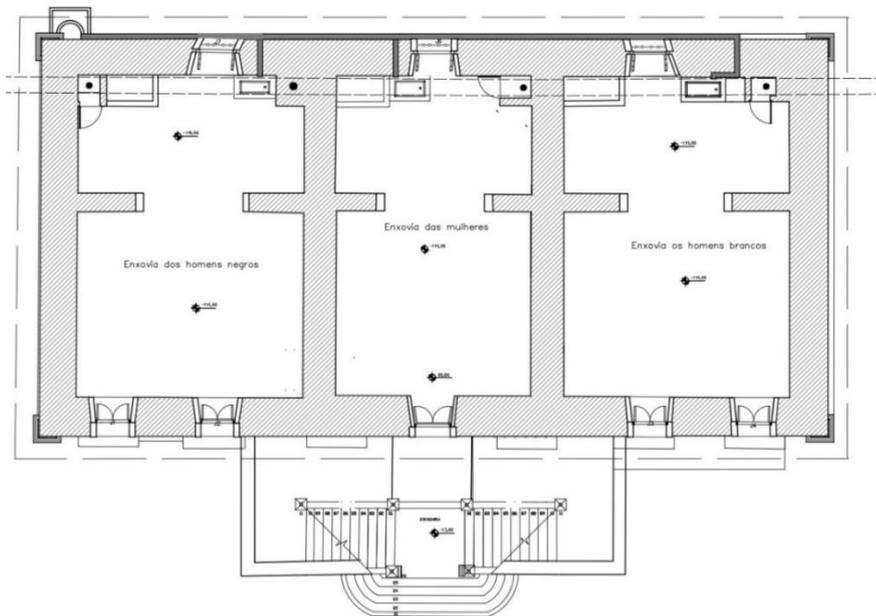
Barreto (1947) aponta que era comum encontrar nas Casas de câmara o “sino-do-povo” que, “comandava e regulava a vida das populações”. Por meio dos soar dos sinos, os homens-bons se reuniam para deliberar sobre assuntos pertinentes. Era corriqueiro encontrar, ao lado do sino do povo, o relógio que se torna público, assim como o sino. Em Mariana, o sino fora instalado sobre trapeiras (Barreto, 1947, p. 76-77). Vejamos a fachada seguida das plantas de construção do final do século XVIII:

Figura 5: Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 1947.



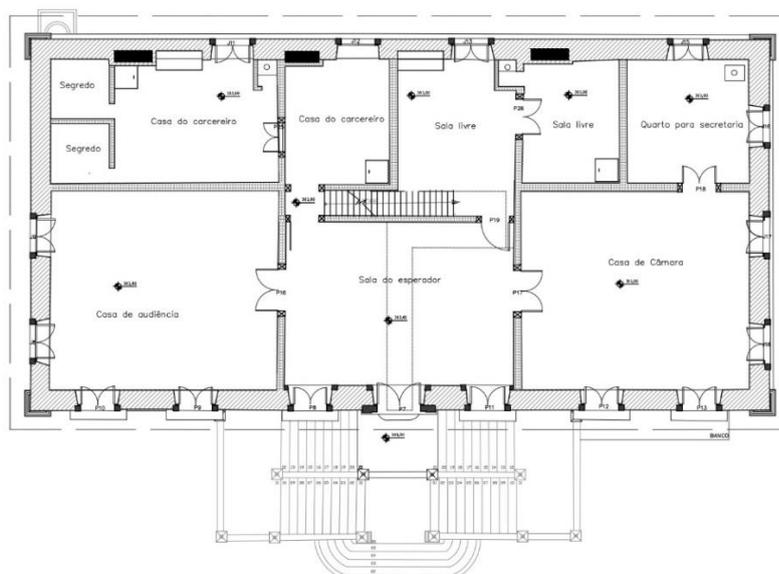
Fonte: Revista do Patrimônio, n.º 11.

Figura 6: Planta do pavimento térreo da edificação, como foi executada em 1800, aproximadamente



Fonte: Autor (2022)

Figura 7: Planta do primeiro andar da edificação, como foi executada em 1800, aproximadamente



Fonte: Autor (2022)

A cadeia, por sua vez, “era um dos esteios do regime”, segundo Barreto (1947, p.77). O autor expõe que as penas pecuniárias e corporais eram aplicadas mesmo nos casos de “simples posturas” e que a prisão poderia ser prevista para o povo, clero e nobreza, bem como para os oficiais das Câmaras; ninguém estava isento das multas e prisões. No caso dos oficiais, que exerciam suas funções gratuitamente, o regime de prisão e multa era uma forma de obrigá-los a não abandonar seus cargos.

Havia diferentes casas de prisões dentro da mesma edificação, nas quais eram divididos os presos de acordo com suas castas, sexo, cor e categoria social. De acordo com Barreto (1947, p. 77-78), cada uma das casas possuía uma designação específica, de acordo com a sua finalidade, das quais cita “enxovia de homens, enxovia de mulheres, de brancos, de pretos e de galés; casa para presos; sala-livre; sala-fechada; aljube; segredo ou moxinga e oratória”.

Na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é possível encontrar, desde o risco, as enxovias; prisões alocadas no andar térreo, para as quais o acesso se dava, normalmente, através de alçapões “abertos no piso do sobrado, e a elas descia por [...] escadas móveis”. Muitas enxovias não possuíam portas de acesso, somente janelas com grades e, em alguns casos, se observava a presença de fogões e comuas⁵, como é o caso de Mariana (Barreto, 1947, p. 78).

⁵ Comuas: Banheiros com sistema primário de esgoto.

No projeto de Arouca, é possível observar a Sala-livre; um amplo cômodo para se acomodar os presos de estirpe, uma “prisão para gente qualificada”, como aponta Barreto (1947, p. 78) e a sala do Segredo (ou Moxinga); local onde se colocavam os presos “por culpa grave” e onde lhe faziam perguntas, além de “dar tratos para os obrigar a confessar a verdade”, ou seja, local destinado à tortura, o qual não apresentava nenhum tipo de abertura para o exterior.

Para oferecer uma assistência religiosa aos presos, era comum se construir “passos” ou “Capelas”, para realizar nelas, as missas e para o “contínuo exercício do pasto espiritual” (Barreto, 1947, p. 80).

Barreto (apud Fonseca, 1998) aponta que, em 1793, Arouca mandou reedificar a “capelinha da irmandade do Senhor dos Passos”, que anteriormente havia em frente à antiga cadeia, próxima ao largo da Sé, ambas demolidas entre 1782 e 1792.

A casa de Câmara e Cadeia de Mariana é por excelência um objeto de estudo que desde o início do século XX, atrai pesquisadores dos mais distintos Campos do conhecimento. Há inúmeras pesquisas artigos, dissertações e livros que contam a história da edificação em diferentes abordagens, arquitetônica, sociológica, política histórica e urbana. Isso faz com que esse edifício seja exemplar na construção e transmissão dos saberes e do conhecimento dos 225 anos de sua edificação e 262 anos da sua concepção projetual, até a presente data.

Livros como; Casa de Vereança de Mariana, 300 anos de história da Câmara municipal. Livro organizado pelo professor Leonardo Castriota a Câmara Municipal de Mariana. Textos em várias revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional , - IPHAN, desde das primeiras análises do arquiteto Thedim Barreto, são alguns dos exemplares da colaboração desta edificação na produção de conhecimento Técnico científico político e antropológico no contexto local da cidade de Mariana como também no contexto nacional pela sua originalidade preservação de características da arquitetura luso-brasileira, transcendendo o Atlântico sendo encontrado também em trabalhos realizados em Portugal.

Na bibliografia apresentada estão as referências usadas neste texto, para que o leitor busque se aprofundar e conhecer mais desses aspectos tangíveis e intangíveis que faz esse edifício ser tão peculiar no contexto histórico arquitetônico brasileiro.

2.2 A Arqueologia da Arquitetura

Conforme Damatta (1975), a Arqueologia, por meio de análise dos fragmentos materiais, estruturas antigas e objetos encontrados nas escavações, busca compreender elementos sociais e culturais de tempos remotos. Ainda consoante Damatta (1975), por meio da materialidade dos achados, tenta compreender os usos e costumes particularizados de determinada comunidade.

De modo específico, neste estudo, será abordada a Arqueologia da Arquitetura, linha de pesquisa que centraliza o estudo arqueológico na compreensão das edificações por intermédio da leitura temporal de sua existência com metodologia específica do universo da Arqueologia por meio das estratigrafias de camadas de deposição, complementada pela teoria de Harris (1990), que fez ser possível sair do plano horizontal de pesquisa para o vertical.

Uma arqueologia que leva em conta em primeiro lugar os aspectos materiais da civilização e nele baseia a própria definição das culturas e sua evolução (Boucher de Perthes, 1860, apud Peres p. 178, apud Le Goff, 1998).

Dentro da Arqueologia, existem dois métodos de abordagens distintos: o da Arqueologia de cotas positiva e o de cotas negativas, considerando o nível do solo à linha de definição. A Arqueologia de cotas negativas (tradicional) é profundamente conceituada, apresentando métodos específicos – como a metodologia estratigráfica de Harris, e processos já consolidados de pesquisa, diferentemente da Arqueologia de cotas positivas, que não possui compreensão metodológica própria até o presente momento, mais sim adaptações que atendem parcialmente as demandas da Arqueologia da Arquitetura.

Segundo Harris (1990), a análise das unidades estratigráficas (UEs) estaria restrita à dimensão cronológica atinente às interrelações de anterioridade, contemporaneidade e posterioridade. Nesse sentido, Harris (1990) estabelece a intitulada *Lei da Sucessão Estratigráfica*, que alicerça o sequenciamento de sua matriz, levando em consideração que seria possível entrever a temporalidade por intermédio da análise da camada de deposição, examinando as posições inferiores (mais antigas) e mais altas (mais recentes) como estabelecido na arqueologia até meado do século XX. No entanto, quanto ao estudo das cotas negativas, Harris (1990) ressalta que nem sempre as unidades em posição mais profunda seriam necessariamente mais antigas, já que a

posição de depósito das unidades estratigráficas poderia ser ocasionada por fatores diversos. Para superfícies verticais, por sua vez, a exemplo da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, emprega-se o conceito de unidade estratigráfica murária (UEM), derivado da matriz de Harris, no entanto com adaptações e novas abordagem próprias da ciência da AA atual, devendo considerar as particularidades exigidas pelo exame de cotas positivas em superfícies diversas, havendo certa superação/adaptação das diretrizes formuladas por Harris quanto ao estudo das cotas negativas.

De forma geral, a análise que desenvolvemos excede, em certa medida, o âmbito analítico da Arqueologia da Arquitetura, na medida em que, a fim de tomar decisões quanto ao efetivo processo de restauro, sentimos a necessidade de refletir aspectos diferentes das estruturas murárias ou prediais. Assim, adentramos no exame da tectônica, da arqueometria (arte técnica) e da teoria do restauro, tomando-os como instrumentos de análise aplicados à Arquitetura.

Portanto, este trabalho se alicerça, fundamentalmente, no estudo teórico da Arqueologia da Arquitetura e de sua aplicabilidade no processo de restauro, no que não abordamos, com profundidade, a multiplicidade metodológica existente quanto às variadas teorias ligadas à área de restauração, bem como seus fundamentos e critérios específicos. Serão apresentados os teóricos Cesare Brandi (2008), Hans-Georg Gadamer (1900), Alois Riegl (2014), Giovanni Carbonara (2018) e Francisco de Garcia (1992). Esses teóricos trabalham com a valoração de aspectos tangíveis e intangíveis do edifício, buscando, a cada tempo, solucionar questões de contemporaneidade de intervenções em edifícios históricos. Quanto a isso, são relevantes os seguintes dizeres de Froner (2023):

Arte, Arquitetura e Arqueologia se fundem e se confundem na produção criativa humana. Um edifício é ao mesmo tempo uma composição estética e técnica presente em um tempo histórico, assim como todo e qualquer produto da cultura material. Para o Patrimônio Arquitetônico ou Edificado, todos os elementos são contabilizados no processo criativo e construtivo, que almejam tanto a funcionalidade do uso quanto o devaneio sensorial. Porém, tanto a ordenação espacial quanto às escolhas visuais expressa ideias, são sintomas, signos indiciários, sintagmas e sistemas simbólicos de ideologia, mentalidades e identidade (Froner, 2023 p.124).

Assim, considerando a multiplicidade de áreas envolvidas no processo de restauro, sabe-se que não existe metodologia específica para cada tipo de intervenção.

Portanto, os estudiosos abrem margem para o desenvolvimento de consciência crítico-analítica, em que o responsável pela restauração seja capaz de unir as teorias apresentadas às técnicas e processos necessários para o restauro e a conservação de bens culturais.

É comum aos projetos de restauro, que eles sejam precedidos de pesquisa histórica, levantamentos cadastrais, gráficos e iconográficos, além do estado de conservação, prospecções estratigráficas etc., para embasar a proposta de intervenção. Essas informações, porém, são majoritariamente superficiais e os dados e hipóteses levantados não são suficientes para apresentar uma proposta de intervenção adequada. Dessa forma, por meio da Arqueologia da Arquitetura, é possível constatar, antes do início da restauração, a factibilidade do projeto apresentado, evidenciando as incongruências de projeto, além de apresentar a evolução da edificação e a correspondência dessas mudanças no contexto sócio-histórico-cultural.

A Restauração Arquitetônica como disciplina tem evoluído não só na forma de atuação, mas principalmente, nos fundamentos. Novas contribuições, como o livro *A Pedra e o Tempo* do pesquisador Flavio Carsalade, exploram vertente filosófica da interpretação do patrimônio, não apenas na dimensão material, mas também como fenômeno da construção humana, numa reavaliação das teorias do restauro. Ele propõe visão ampliada dos conceitos formais da restauração. Em contraponto com pensamentos anteriores, [...] “nada se pode acrescentar retirar ou alterar sem torná-la pior (Alberti)” [...] (Carsalade, 2014, p. 605). Essa reflexão vai de encontro à teoria brandiana da unidade potencial da obra, congelada no tempo, focada no espaço físico, na função e na ambiência, mergulhando em visão contemporânea, na qual a obra está em contínua transformação é necessário a compreensão do fenômeno do existencialismo humano no processo de restauro.

A partir desse entendimento, compreende-se que a questão do restauro/intervenção do bem arquitetônico não se restringe apenas à imagem e à matéria, mas também a dois eixos fundamentais: a dimensão articulada pela matéria e as dimensões específicas do fenômeno Arquitetural (Carsalade, 2014, p.607).

Nessa direção, outras leituras se tornam fundamentais, entre elas, a *Teoría Contemporánea de la Restauración* do teórico Muñoz Viñas (2004), em que o autor analisa e coloca em questão paradigmas, termos e definições da área da

conservação/restauração de bens culturais, ampliando o estudo, a partir de reflexão sobre a atuação contemporânea na disciplina de restauro.

O entendimento da história da Arqueologia, bem como os princípios teóricos acerca da relação com o Patrimônio Cultural, será aprofundado a partir das publicações de Funari (2003, 2006, 2007). O autor apresenta a práxis da Arqueologia como método científico na Europa a partir do século XIX, voltada, principalmente, para o estudo da antiguidade greco-romana e de pesquisas sobre a origem europeia. No Brasil, o reconhecimento do patrimônio arqueológico como bem cultural é descrito na “Carta Magna” de 1988, no artigo 216, item V: “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (Brasil, 1988).

Com o surgimento da cultura material, principalmente na Rússia, com uma visão embasada na mudança de foco das ciências burguesas e com uma visão Marxista sobre os meios de produções. no livro O Capital, “Marx deseja uma história crítica da tecnologia, porque ele não dissocia o estudo dos meios de trabalho do homem no processo de produção do estudo da própria produção” (Le Goff, apud Peres, 1998, p. 178).

Os conceitos tradicionais da Arqueologia são revistos e os produtos das investigações arqueológicas entram em conexão com a Arquitetura e da Restauração, proporcionando um entendimento plural das obras de restauro, conforme apresentado no texto de Paulo T. Albuquerque, publicado pelo IPHAN em 2007:

A Arqueologia urbana e a Arquitetura ou Cotas Negativas e Positivas procura sujeitar a Arquitetura e o urbanismo histórico a um processo de análise estratigráfico, utilizando uma metodologia especificamente arqueológica, antes de se proceder a qualquer tipo de intervenção (Albuquerque, 2007, p. 6).

A pesquisadora Tirello (2006), em sua publicação intitulada “Um trabalho arqueológico: a descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga”, destaca como instrumentos de pesquisa da Arqueologia da Arquitetura as análises de estratigrafia muraria, explorada em diversas direções, os exames micro analíticos pouco destrutivos executados na estrutura das edificações. Essa metodologia possibilita uma avaliação do objeto ultrapassando o simples reconhecimento de tipologias técnicas e construtivas, alcançando

interpretações ampliadas acerca das funções e significados dos materiais identificados nos edifícios antigos.

Outro estudo relevante para a compreensão metodológica da AA foi a dissertação de mestrado desenvolvida por Villela (2015), intitulada *Arqueologia da Arquitetura (AA): a estratificação tridimensional do tempo*. Nesse trabalho, Villela (2015) fornece panorama de práticas da Arqueologia da Arquitetura realizadas nos últimos anos no Brasil e no exterior.

Por parte do IPHAN, foi publicado em 2002, o “Manual da Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração”. O objetivo desse manual é “atender exigências de orientação técnica na gestão de projetos de restauração/conservação dos bens imóveis tombados sob tutela federal. Tem ainda a intenção de suprir a necessidade de estabelecimento de procedimentos padrões a serem adotados pelo IPHAN” (Najjar, 2002, p.3). Por meio dessa publicação, há direcionamento dos parâmetros de pesquisa voltadas para a Arqueologia da Arquitetura recomendada pelo IPHAN. Para a autora, as intervenções arqueológicas no restauro brasileiro fazem parte da “Arqueologia da Arquitetura”, abordando a ideia de que o papel do arqueólogo é de preencher lacunas historiográficas.

O capítulo *A práxis em Arqueologia da Arquitetura em Portugal: avanços e recuos numa época de mudanças*, de Maria de Magalhaes Ramalho (2019, p. 295) – constante na coletânea *História da Construção Luso Brasileira*, organizada por Nelson Porto Ribeiro, José Pessoa e Rosina Trevisan M. Ribeiro – consiste em relevante contribuição acerca da elucidação metodológica do campo da AA. O trabalho desenvolvido por Ramalho (2019) está em consonância com as práticas de outros estudiosos da área, a exemplo de Raquel Santos (2013), importante referência para a execução de nosso trabalho com a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

Trabalhos como o de Ramalho (2019), o de Tirello (2006), o de Najjar (2002), o de Villela (2015) e o de Santos (2013) são significativos para a difusão de saberes relativos à Arqueologia da Arquitetura, especialmente no que concerne ao efetivo processo de conservação e de restauro de edifícios. Referidos contributos auxiliam nas seguintes etapas metodológicas: delimitação do *corpus* de análise, pesquisa documental e iconográfica, levantamento gráfico e fotográfico, escavações, análise de materiais construtivos, exame de técnicas de construção e das patologias, análise

química laboratorial, interpretação estratigráfica da edificação. O cumprimento dessas etapas auxilia na construção de modelos de evolução cronológica funcional do edifício e na divulgação de resultados.

Tais etapas, em grande parte realizadas no processo de restauração ou no projeto de restauro, também são a base para a construção de dados da Arqueologia da Arquitetura, sendo enriquecidas com a metodologia e com olhar da Arqueologia acerca da materialidade do edifício. Essa metodologia sugerida por Ramalho (2019) é bem explorada por Raquel Santos (2003), que utilizamos como metodologia para desenvolver esta pesquisa.

Ao se considerar o objeto de estudo desse trabalho, tem-se que um dos mais importantes critérios adotados no projeto original pelo coordenador Leonardo Barci Castriota se encontra na perspectiva da teoria de valores, proposta por Riegl (1858-1905) no início do século XX. Note-se que o processo de atribuição de valor, consoante o próprio Castriota (2023), levou em conta a interconexão entre perspectivas objetiva e intersubjetiva. Senão vejamos:

Adotar a perspectiva intersubjetiva na análise de um bem cultural para se lastrear as propostas de intervenção sobre ele, não significa, no entanto, descuidar de seus aspectos objetivos, contidos na sua própria materialidade. Assim não se tratava, no caso da construção de um projeto de restauro para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, de se substituir uma perspectiva – objetivista - por outra intersubjetiva, mas muito mais de se tratar as duas abordagens como complementares. Neste sentido os estudos históricos, arqueológicos e construtivos e patológicos realizados por outros pesquisadores e pela nossa equipe foram fundamentais para a atribuição de valor ao edifício histórico. (Castriota, 2023, p. 62).

Nesse sentido, Castriota (2022) enriqueceu os estudos relativos à seara arquitetônica com o exame crítico da dimensão de valores por meio de sua recente obra intitulada *Patrimônio e Valores I: a via crítica de Alois Riegl*. O estudo dos valores já é antigo objeto de interesse do estudioso Castriota, que, ainda em 2012, organizou a obra “Casa de Câmara e Cadeia de Mariana”, em que foi elaborada declaração de significância, identificando os valores mais significativos do edifício como transcendes aos valores intrínsecos de sua materialidade, de tal sorte que a estrutura predial passou a ser apreciada sob aspectos imateriais e subjetivos:

Assim, numa operação sobre o patrimônio, parece nos importante questionar sempre *para quem* este bem é relevante, *de que forma* é relevante, *porque* é digno de preservação e *de que forma* essa preservação deve se consolidar a partir da percepção dos valores que a sociedade lhe atribui. É importante considerar que, metodologicamente, o eixo de análise se deslocou: se antes esse repousava na natureza do objeto como elemento determinante, hoje ele abrange também a *relação* ou *relações* que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço (ARAUJO, 2004, p 304). Assim, conservar um bem é muito mais que apenas conservar a sua estrutura física: é indispensável entender os valores atribuídos a ele e conservá-lo (Castriota, 2012, p. 166-167).

Em contraponto, o autor da proposta de intervenção, Benedito Tadeu de Oliveira (2012), ressalta a concepção material da edificação com metodologias mais adequadas para a sua salvaguarda com enfoque na não descaracterização, nem física e nem estética, se limitando a conceito mais tradicional de restauro ligado à mínima intervenção.

Neste contexto, foi necessário incluir a temática da materialidade, foco do estudo da Arqueologia da Arquitetura solicitado pelo IPHAN, tendo sido esta mediação entre a materialidade e a imaterialidade, seu grau de importância e de relevância, pauta de discussão durante todo o processo de restauração. Assim, as propostas de restauração embasadas na Arqueologia da Arquitetura tiveram cunho material de resgate de técnicas construtivas, reconhecimento de materiais utilizados na construção, ferramentas utilizadas para a fatura dos elementos, além de buscar traços e elementos da passagem do indivíduo pelo espaço de sua utilização, suas transformações e marcas deixadas em grafismos pelas paredes. Desse modo, buscase, em conformidade com Froner (2023), investigar as camadas de sentido que o passado nos legou na corporeidade do edifício histórico. Vejamos:

O conceito de camadas de sentido gerada pela deposição dos tempos estabelece a premissa das distintas “superfícies” ou “estratigrafias” que observamos ao examinar um bem cultural, seja uma obra de arte, um artefato ou um edifício. Essas superfícies são, antes de tudo, testemunhos de formas de viver e habitar, gostos e disponibilidade partes técnicas que permanecem, mudam e transitam entre os distintos “tempos” aqui observados não apenas por meio do crivo da cronologia, mas da Geografia sensível (Froner, 2023, p. 123).

Esses elementos, que consubstanciam temporalidade em face de distintas estratigrafias, apresentaram potencialidade de compreensão do homem por

intermédio do fazer arquitetônico, do seu cotidiano, do uso dos diferentes espaços ao longo do tempo. Tais registros descobertos, como grafismos, marcas de contagem de dias ou ações realizadas, contam como cada indivíduo utilizava esse espaço e retratam em si fatos daquele momento histórico.

Nesse sentido, algumas questões podem ser observadas no processo de transformação do edifício a partir da Arqueologia da Arquitetura. Mariana é uma das poucas Casas de Câmara que ainda mantém seu exemplar de capela, sendo esta, uma pequena edícula em seu “terreiro murado”. Ao se realizar o levantamento métrico da edificação, observou-se que as janelas das enxovias convergem para um ponto focal coincidente com o centro da capela.

Após ter deixado de sua função de cadeia nos anos 80, o pavimento térreo da edificação passou a funcionar como Prefeitura Municipal, quando os serviços da Câmara passaram a ocupar também as salas deste pavimento, mantendo essa função até outubro de 2020, quando se iniciou o processo de restauração da edificação.

O documento de “Condições de arrematação” da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi transcrito por Paulo Thedim Barreto, em 1968, em publicação da Revista do IPHAN, n.º 16. Neste documento, provavelmente desenvolvido pelo mestre de risco José Pereira dos Santos, é descrito como se deve proceder em cada momento da construção, similarmente a um Caderno de encargos, utilizado na atualidade.

Através desse documento será possível analisar criticamente a edificação, associando cada detalhe construtivo com a Arqueologia da Arquitetura, tratada nos capítulos a seguir.

2.3 Arquitetura como Arte (tectônica)

Aquilo que é essencial para a Arquitetura é algo que sem o qual ela perde seu sentido, que existe tanto na Arquitetura de excelência quanto na Arquitetura cotidiana. De forma pragmática, a essência da Arquitetura reside na sua matéria que, depois de ganhar um significado, se transforma em obra arquitetônica. Sem essa substância da matéria não há Arquitetura.

A essência está naquilo que é concreto, na matéria, na forma, sendo a Arquitetura algo espacial, formas que ocupam um espaço e são concretas, configuram assim os

espaços arquitetônicos, sendo eles uma forma de arte que ocupa e dá forma ao espaço, estrutura real do ambiente humano, uma maneira de reorganizar a matéria atribuindo significado ao lugar. Esse lugar, um ambiente físico criado pela Arquitetura é caracterizado pelos elementos construtivos que trazem identidade para a Arquitetura, criados pelo esforço humano em reorganizar a matéria de uma certa maneira, reconhecível e identificável, que permite a possibilidade de identificação, de estudos, de leitura dessa Arquitetura criada pelo homem (Silva, 1994).

Diante do exposto, é perceptível a vontade de se compreender esses espaços, entender essa Arquitetura em seus princípios e em seus elementos constituintes, e para tal, utiliza-se os conceitos de tectônica como forma de análise. A tectônica se apresenta como uma ferramenta de discussão e análise que, através dos conceitos que os diversos autores do assunto trazem, busca entender as edificações no seu todo, partindo da sua concepção até a sua totalidade como edificação construída, perfazendo a harmonia que existe entre os elementos construtivos e o estilo da edificação, o qual é característico de um tempo, de uma cultura, de uma sociedade, que toma forma no todo dos seus componentes, tanto estruturais quanto ornamentais.

No terceiro capítulo de *Conceitos Fundamentais de História da Arte* (2006), ao discutir os conceitos de forma aberta e forma fechada em Arquitetura, Heinrich Wölfflin (2006) afirma:

A pintura *pode*, a Arquitetura *precisa* ser tectônica. A pintura somente desenvolve seus valores próprios no momento, em que se separa da tectônica; para a Arquitetura, a supressão da estrutura tectônica significaria a negação de si mesma. Na pintura, o emolduramento é o único elemento que, na realidade, pertence por natureza à tectônica. Todavia, a evolução processa-se exatamente no sentido de emancipar a imagem da moldura. A Arquitetura é tectônica por excelência; apenas a decoração parece poder comportar-se livremente. Não obstante, o abalo sofrido pelo tectônico nas artes plásticas registrou-se de um modo análogo no âmbito da Arquitetura. Se não nos parece apropriado falarmos de uma fase atectônica, por outro lado nada há a objetar contra o conceito forma aberta em oposição a forma fechada (Wölfflin, 2006, p.206)

As formas são variadas no tempo e espaço, assim como na materialidade da arte e da Arquitetura. Se o estilo tectônico solicita a ordenação rígida, simétrica, centralizada e regrada por cânones; o estilo atectônico na Arquitetura permite maior flexibilidade quanto às regras formais, desde que não impacte no processo estrutural da construção.

Na tentativa de exemplificar a aplicação desses conceitos, tomamos a CCCM⁶ como objeto de estudo. Uma edificação simbólica para a cidade e para a história de Minas Gerais, tendo sua construção iniciada no ano de 1782, demorando aproximadamente 20 anos para a sua conclusão. Seu estilo é coerente com o vigente à época e se destaca pela sua imponência na paisagem da Praça Minas Gerais.

Toda Arquitetura é construção e está sempre associada aos processos construtivos, e da mesma forma na estética que se expressa pelo pensar o objeto e sua execução. Sempre conectada com os aspectos materiais das obras e edificações, no *saber-fazer* e no entendimento do seu processo de construção (Cantalice II, 2018), a técnica não pode ser concebida de forma separada da imagem que se deseja alcançar, mantendo uma relação de coerência, causa e consequência, da técnica com o estilo e da construção com a imagem (Hartoonian, 1997).

Tectônica, sendo um termo não exclusivo da Arquitetura – mas prioritariamente utilizado na análise crítica das artes plásticas (Wölfflin, 2006) – pode criar dualidade em relação à sua aplicabilidade, principalmente se considerarmos a essência estrutural/construtiva do bem imóvel. Dentro dos conceitos trabalhados na Arquitetura, a tectônica também não forma um consenso de significado, podendo ser associada a diversas interpretações e formas de se analisar a Arquitetura. Diversos autores discutem esse tema, elaborando sua visão particular sobre o assunto. Pode-se, no entanto, afirmar que a tectônica seria uma forma de expressão construtiva, algo capaz de reunir os aspectos materiais da Arquitetura com os aspectos culturais e estéticos. Nesse entendimento da Arquitetura, a consciência construtiva se torna primordial: o conhecimento técnico da construção; a percepção das partes fisicamente ativas e inativas da construção; a associação entre o modo de construir com as sensibilidades estéticas as quais demanda a Arquitetura. Compreender a Arquitetura e sua estética, a partir de um ponto de vista da sua relação com a construção, é fundamental (Amaral, 2009).

A Arquitetura é entendida como o todo da construção e a tectônica envolve a estrutura, a montagem e os elementos criados que envolvem sua forma. A forma volumétrica da Arquitetura como resultado – não somente das técnicas da construção, dos materiais aplicados para tal, mas da interação e composição criada - determina o potencial

⁶ CCCM: Abreviação de Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG

expressivo dos elementos, vislumbrados como uma forma de arte (Frampton, 2001). A tectônica diz, então, sobre uma coerência da utilização dos materiais com as técnicas e as formas criadas, coerência de causa e efeito entre a construção e o estilo estético adotado pela edificação (Amaral, 2009). *Uma arte de junções*, é essa noção de tectônica – como uma forma de agrupar os objetos e partes da construção em um todo – que permite a visão de um sistema de vínculos entre os diversos elementos que formam uma Arquitetura (Frampton, 2001). O trabalho com as junções e as articulações, como colocado por Hartoonian, “*the joint*”, seria a parte fundamental da tectônica, determinando a coexistência harmônica dos conceitos, da materialidade e das técnicas, criando o potencial expressivo da edificação associado à sua técnica construtiva na sua lógica estrutural (Haroonian, 1997). A relação legítima entre a matéria, a técnica aplicada e a forma, faz com que o conceito de estilo aplicado à Arquitetura seja o centro dessa noção de tectônica. Assim, a tectônica seria uma maneira de expressar artisticamente a construção (Amaral, 2009).

A história nos mostra que elementos técnicos das edificações – como as colunas e as vigas – são usados para além das suas funções estruturais de portar cargas, assumindo características estilísticas e de ornamentação das edificações, marcando a união da técnica e do estilo, a tectônica. A união dos discursos da ciência e da arte permitem incluir a Arquitetura no campo das manifestações artísticas, estabelecendo o princípio do monumento a partir de sua historicidade e seu valor estético (Hartoonian, 1997). Desse modo, a estrutura precisa ser entendida e aceita como parte daquilo que dá a expressão artística à Arquitetura; e a tectônica, como arte da coerência, denota uma relação inseparável da arte e do estilo com a lógica construtiva (Amaral, 2009). Dentre as bases da tectônica está o estudo dos estilos da Arquitetura, as formas como esses estilos são elaborados e, principalmente, reconhecer os fatores materiais e técnicos que condicionam esses estilos. O material aplicado e a técnica de trabalho desse material justificam as formas artísticas presentes na Arquitetura. Os objetos formados por uma determinada técnica, usando de um determinado material, convergem no estilo artístico da obra arquitetônica (Amaral, 2009).

Semper (apud Amaral, 2009), um dos grandes pesquisadores da tectônica, diante dessa necessidade de coerência, destaca também a necessidade associar os elementos da Arquitetura com as técnicas e com os materiais. Pode-se colocar: como elementos da Arquitetura o *espaço*, o *terra-pleno*, o *telhado*, e o *fechamento*; dentre

as técnicas básicas da Arquitetura, destaca-se a técnica *têxtil*, a *cerâmica*, a *carpintaria*, e a *estereotomia* (cantaria), que seria os cortes de pedras; como materiais primordiais da Arquitetura cita-se os *tecidos*, a *argila*, a *madeira* e a *pedra*. Seguindo o princípio da coerência entre técnicas e as formas desejadas, múltiplas possibilidades de combinação podem ser realizadas entre os elementos, técnicas e materiais. Os elementos seriam uma base inicial, onde as técnicas correspondentes podem interagir com os materiais criando diversas possibilidades de formas e elementos estéticos, dando as formas da Arquitetura.

Ao se buscar uma abordagem tectônica para avaliar uma determinada edificação, pode-se usar de três pontos principais como base: a “concepção”, a “materialidade” e a “técnica”. Inicialmente a concepção trata das necessidades da Arquitetura e as relações entre composições e condicionantes; a materialidade diz exatamente sobre os materiais aplicados e da escolha para a sua aplicação; e a técnica diz respeito das técnicas e tecnologias empregadas e como são empregadas. Com essa avaliação baseada nesses três pontos se objetiva uma compreensão tectônica da Arquitetura, podendo ser empregada tanto em edificações isoladas quanto em conjuntos arquitetônicos. Submeter uma obra ou conjunto a esse tripé ajuda a identificar as suas principais atribuições tectônicas, podendo assim aprofundar nesses aspectos. Dentre essas bases, a concepção se coloca como um momento de construção de uma ideia daquilo que será a obra; perpassa por pontos importantes para a tectônica, como as necessidades pragmáticas do projeto, a herança cultural local, as características de clima e do sítio, e com os recursos materiais disponíveis, na definição de todos esses pontos iniciais de projeto. O momento de se criar uma ponte entre o subjetivo e o objetivo, o campo das ideias e a materialidade, é o projeto e sua efetiva realização na construção. A sua finalidade é a criação de um todo coerente e harmônico (Cantalice II, 2018).

O material, responsável por expressar a forma imaginada na concepção através da construção, expõe sua essência nas texturas, no peso e nas suas qualidades visuais. A técnica se relaciona com os processos, com os fazeres e com as habilidades na utilização de recursos para a construção, estando diretamente vinculada ao saber da comunidade e conectada com a cultura da localidade. A técnica e o material são elementares para a tectônica, evidenciando as soluções empregadas nos processos: o “como” construir. Uma abordagem tectônica pode ser compreendida como um

momento de se entender com os rigores científicos da técnica e a própria arte da Arquitetura, dotando a edificação de características e estilo próprios (Cantalice II, 2018).

2.4 Análise da Proposta de Intervenção de 2012/2014

O projeto de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi encomendado pela prefeitura de Mariana em 2012, com o intuito de cadastrá-lo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, através do IPHAN, para arrecadar fundos para sua execução. Serão apresentados a seguir as incompatibilidades encontradas em canteiro de obras que não permitiram que alguns serviços específicos fossem realizados tal qual previstos no projeto, a solução técnica utilizada e sua justificativa.

O projeto foi apresentado em 2014 e contou com a seguinte equipe técnica: Coordenação Geral, professor doutor Leonardo Barci Castriota; Coordenação do projeto de restauro, Arquiteto Benedito Tadeu de Oliveira e Coordenação do projeto de ampliação, professor doutor Flavio de Lemos Carsalade, além de ter sido objeto de estudo e apresentado como dissertação de mestrado da aluna Fernanda Trindade em 2012, culminou na publicação coletiva; Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. IEDS. 2012.

No entanto, com muitas idas e vindas entre IPHAN e Prefeitura, vários cortes aconteceram para que a intervenção coubesse dentro do orçamento previsto. Assim, toda a proposta do novo plenário que ficava no subterrâneo do estacionamento e os anexos dos gabinetes dos vereadores foram removidos, sendo aprovado para a intervenção apenas o projeto de restauro dos edifícios históricos, sendo licitado pela Prefeitura de Mariana em 2019 e ficando a cargo da empresa A3 Restauros a execução da obra. Tendo em vista o programa de necessidades da Câmara, o projeto fragmentado se mostrou insuficiente para atender às demandas existentes, gerando uma necessidade de readequação de todos os projetos: arquitetônico, elétrico, luminotécnico, de som, acessibilidade de para-raios.

Buscou-se seguir os critérios e as metodologias de restauração previstos no projeto original de Benedito Tadeu de Oliveira e, quando isso não era possível, as decisões eram baseadas nas teorias da restauração e discutida com todos os participantes do processo, ficando as decisões finais a cargo do IPHAN.

O primeiro desafio surgiu de demanda do IPHAN, por meio de portaria específica (IPHAN, n.º 30 de 28 de abril de 2021), na qual se recomendava que o acompanhamento arqueológico deveria extrapolar o conceito das cotas negativas, que já é costumeiro, e acompanhar todo o serviço a ser realizado na edificação, buscando compreender a longevidade e o contexto sociocultural do prédio, os quais estariam consubstanciados nas pinturas, nos elementos de vedação, nos arremates, entre outros, referentes as cotas positivas do edifício.

Tal solicitação surpreendeu a equipe técnica da empresa responsável, dado que, em 25 anos de atuação profissional na área de restauro, foi a primeira vez que a perspectiva da AA foi oficialmente exigida, tornando necessárias alterações no projeto original, de modo a aplicar o que foi solicitado ao contexto de execução da obra. Essa exigência do IPHAN fez com que a equipe buscasse compreender a melhor forma de trabalhar as multidisciplinaridades aplicadas à restauração, considerando os elementos arquitetônicos e a história neles contida, chegando-se à teoria da Arqueologia da Arquitetura, aplicada desde o início da execução dos serviços e que permitiu o desenvolvimento dessa pesquisa.

Após a tomada de decisões e a execução, o *As built* (projeto final) de 2023 apresentou rica complementação e discussão metodológica no projeto inicial, tendo sido elaborado de forma coparticipativa e apresentando soluções técnicas atualizadas, que atenderam às demandas da AA e do restauro. Dessa forma, pode-se considerar que o processo de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi projeto aberto, em que foram permitidas mudanças em consonância com o que era descoberto, sempre respeitando as técnicas de restauro em conformidade com as solicitações do IPHAN.

O que se tem após o término da restauração é um novo projeto, coparticipativo e atento aos mesmos critérios de valor estabelecidos pela proposta de 2014, com novo *layout*, novos revestimentos e novo fluxograma. Assim, não se pode falar de projeto que foi diretamente executado, mas sim de projeto aberto que, paulatinamente, foi sendo, antes e durante o processo de restauração, configurado, estudado e discutido com todas as partes envolvidas.

Talvez a grande contribuição da obra de restauração da CCCM foi ter de conciliar os critérios de restauro apresentados na proposta inicial, que estavam vinculados aos

critérios de valores, a uma nova demanda estabelecida pelo IPHAN, com a solicitação da aplicação da metodologia da AA, em que se prioriza a materialidade da edificação como um valor equiparável aos demais. A conciliação entre tais perspectivas teve de ser paulatinamente engendrada pelo corpo técnico multidisciplinar da empresa executora da obra, *A3 Restauros*, juntamente com os órgãos de fiscalização.

3. A CIÊNCIA DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E DA TECTÔNICA COMO METODOLOGIA ANALÍTICA

Há certa confluência entre os teóricos da Arqueologia da Arquitetura para a sistematização de metodologia própria da área, responsável por salvaguardar cientificidade à investigação da AA, sobretudo quando ponderado seu caráter transdisciplinar. Nesse sentido, o arcabouço teórico-metodológico da Arqueologia da Arquitetura é permeado pelo constante diálogo com outros ramos do saber, a exemplo da Ciência do Restauro, da Tectônica, da Arqueologia, da Arquitetura, da História da arte técnica, da História da arte, da Antropologia e da Sociologia, entre outros.

Assim, vários estudiosos, como Ramalho (2019), Tirello (2006), Najjar (2002), Villela (2015) e Santos (2013), propõem sistematização metodológica que contempla a edificação em seus vários momentos e facetas. Levando em conta a maior sistematicidade e completude do trabalho de Raquel Santos (2013), buscamos aplicar sua metodologia no processo de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, ressaltadas as devidas peculiaridades de nosso *corpus*.

A pesquisadora Raquel Santos (2013) sugere, em seu artigo *Arqueologia da Arquitetura: conceitos e métodos*, que a metodologia utilizada na intervenção arqueológica em patrimônio construído deve considerar três elementos fundamentais:

1. Um edifício, mais ou menos complexo, isolado ou inserido num conjunto edificado, bem conservado ou em ruína, relativamente original ou profundamente alterado, intervencionado no seu todo ou apenas em parte.
2. Uma equipa, formada por especialistas nas mais diversas áreas, tais como a Arqueologia, a História, a História de Arte, a Arquitectura, a Arquitectura Paisagista, a Engenharia, a Geografia, a Conservação e Restauro, a Fotografia, a Topografia, a Informática, entre outras.
3. Um projecto de intervenção, com maior ou menor urgência, com maior ou menor verba, com vista a uma remodelação, a um projecto de conservação e restauro, à musealização de um local, abrangendo todo o edifício ou conjunto edificado ou dirigida a um espaço específico (Santos, 2013, p. 3).

Dessa forma, de imediato, utilizando esses pressupostos, foi executado estudo baseado nas recomendações de Santos (2013), em que chegamos a delimitar nosso objeto de pesquisa: a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, edifício que apresentava complexidade construtiva, inserido no conjunto edificado da cidade, relativamente bem conservado e aparentemente parcialmente intervencionado.

Em seguida, montou-se a equipe de trabalho vinculada a empresa executora, com restaurador e técnicos de restauração, arquitetos, arqueólogos, engenheiros, desenhistas, historiadores e mão-de-obra especializada em técnicas construtivas tradicionais, além da equipe pré-estabelecida de técnicos do IPHAN e da Prefeitura Municipal e da Câmara de vereadores.

A proposta de intervenção desenvolvida foi baseada nas necessidades atuais das atividades exercidas pela Câmara Municipal em 2022, de acordo com a demanda do proprietário, os serviços referentes à conservação e à restauração de todas as edificações pertinentes ao conjunto, quais sejam, a capela, o armazém e o edifício da câmara, propondo que fossem mantidos seus usos, sua modelagem e que complementassem os espaço, por intermédio do acréscimo ou da subtração de espaços internos e de equipamentos que suprissem as eventuais necessidades de uso.

Considerando todos esses elementos, conforme recomenda Santos (2013), concluiu-se que, dada a expressividade deste trabalho, se fazia necessário estudo “completo e exaustivo, informado por levantamentos gráficos e fotográficos, bem como análises de materiais” (Wevers, 2002, apud Santos, 2013, p. 3). Para embasamento metodológico deste estudo, bem como para a práxis da própria restauração, aplicaram-se as cinco fases de trabalho por ela descrita, sendo elas: “pesquisa prévia, levantamento e representação gráfica e fotográfica; análise estratigráfica paramental; a criação da base de dados e do modelo interpretativo” (Santos, 2013, p.13).

A seguir, serão descritas as cinco fases acima apresentadas, com os resultados obtidos após sua aplicabilidade na restauração da casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

Fase 1: Pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica do edifício. Conforme aponta Santos (2013), essa etapa permite que se alcance conhecimento “prévio e geral do objeto de estudo”. Nessa etapa, foram levantados todo o material disponível, dentre eles, livros comemorativos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos acadêmico-científicos, publicações de revistas, fotografias de diferentes épocas, quadros e pinturas, relato de moradores locais e análise superficial da edificação. Vejamos alguns exemplos acerca de fontes iconográficas e bibliográficas,

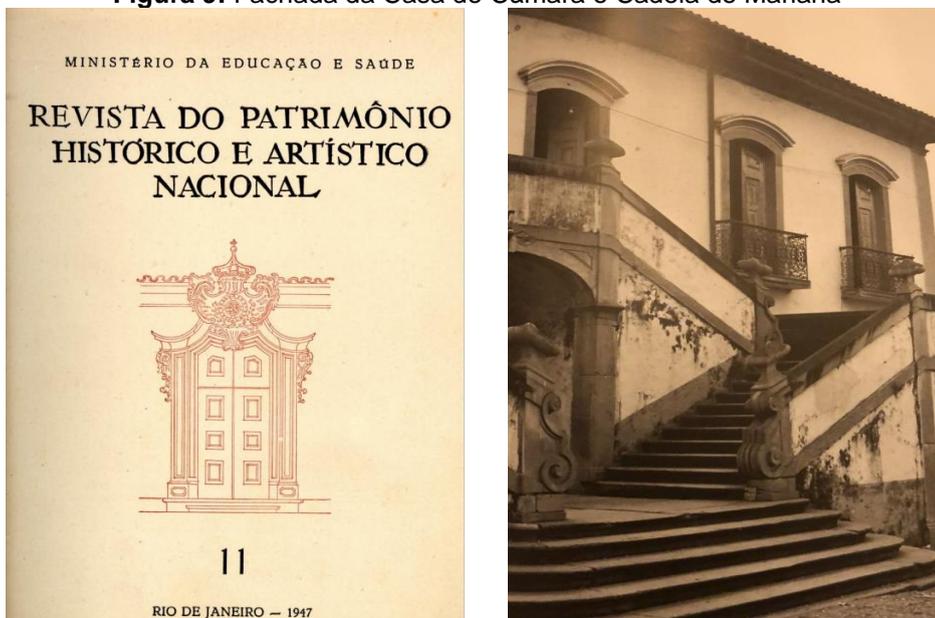
em que destacamos, respectivamente, pintura da fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana e edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Figura 8: Pintura de Nazareno Altavilla (1921-1989) da fachada da Casa de Câmara de Mariana



Fonte: Foto retirada pelo autor (2022)

Figura 9: Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana



Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1947 (capa e p. 137).

Fase 2: Levantamento de estruturas observáveis. Nessa etapa, a autora recomenda “levantamento gráfico (manual ou eletrônico), fotográfico ou topográfico, ou ainda a conjugação destes” (Santos, 2013, p. 4). Foi realizado levantamento gráfico manual

que originou arquivo em formato “dwg”, por meio do aplicativo *Autocad*, bem outro levantamento, em 3D, por intermédio do programa *SketchUp*. Como forma de alcançar maior precisão no levantamento e conseqüente exatidão da proposta de intervenção, foi empreendido escaneamento a laser, utilizando equipamento específico, tendo como produtos plantas-baixas, cortes, detalhamento de estruturas etc. Nessa fase, ainda foi realizado levantamento fotográfico prévio com o objetivo de registrar as condições em que a edificação se encontrava ao iniciar o restauro. Devido a algumas patologias percebidas no muro de arrimo na porção posterior do terreno em que a edificação está inserida, foi efetuado, complementarmente, estudo do solo. Por meio desse levantamento, foram obtidas informações basilares para a próxima fase. Vejamos alguns exemplos:

Figura 10: Levantamento interno por meio de ScanLaser (2022)



Fone: Acervo do autor

Figura 11:

Figura 11: Levantamento externo por meio de ScanLaser (2022) com vista da praça Minas Gerais



Fonte: Acervo do autor

Figura 12: Levantamento interno por meio de ScanLaser (2022) em corte transversal



Fonte: Acervo do autor

Figura 13: Levantamento por meio de ScanLaser (2022), em corte longitudinal do segundo pavimento.



Fonte: Acervo do autor

Fase 3: Análise estratigráfica paramental, por meio da qual foram realizadas as prospecções murárias, levantando e datando as camadas de repinturas das paredes, esquadrias, forros etc. Além disso, foi desenvolvida análise estratigráfica para compreensão das fases construtivas, destrutivas e reconstrutivas, como recomenda Caballero Zoreda (2009, apud Santos, 2011, p. 40). Santos (2011) utiliza a denominação de *unidades estratigráficas* para cada um dos elementos analisados,

exemplificados, conforme referida autora e Roskams (2003, apud Santos, 2011, p. 40), por portas e janelas, aparelhos de construção, revestimentos, estruturas de condenação ou emparedamentos, materiais constituintes das estruturas, argamassas de união, marcas de canteiro existentes etc. Vejamos alguns exemplos de prospecções estratigráficas:

Figura 14 a, b e c: Prospecções estratigráficas (2022)



Fonte: Acervo do autor

Figura 15 a e b: Janela estratigráfica e prospecções estratigráficas (2022) sala da recepção.

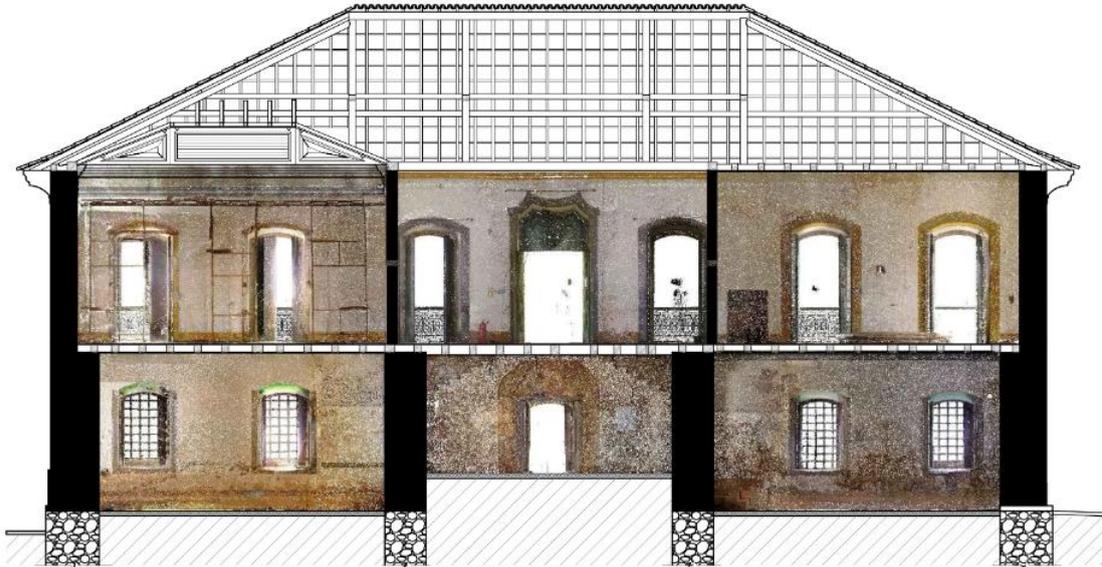


Fonte: Acervo do autor

As imagens acima (Fig. 14 e 15) demonstram as prospecções estratigráficas das pinturas decorativas internas da edificação enquanto as imagens abaixo (figuras 16 e 17) serão utilizadas para as análises paramentais, que receberão ferramentas visuais como legendas, cores ou hachuras, para facilitar a compreensão das informações de

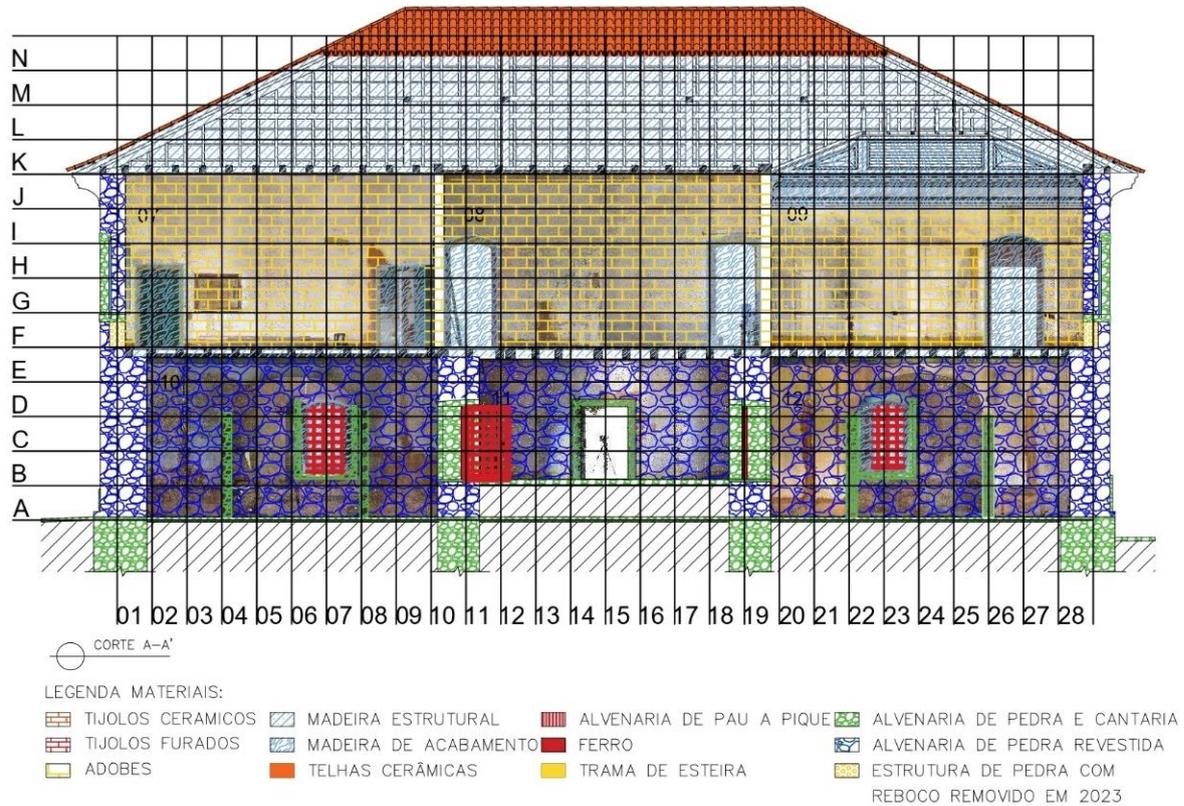
interesse. Complementarmente, é apresentada a ficha de catalogação das UES descritivas (figura 18), elaborada por Santos.

Figura 16: Nuvem de pontos



Fonte: Acervo do autor

Figura 17: Corte com definição de materiais e quadrantes.



Fonte: Acervo do autor

Figura 18: Ficha de unidade estratigráfica

Sítio: Casa de Camara e Cadeia de Mariana			Localidade: Mariana - MG		UE nº
Localização			Tipo		001
Setor: 1º Pavimento	Sondagem	Fogão			
Área: Enxovia dos homens pretos	Quadricula	VER PLANTA	Estrutura Positiva	Sim	
Compartmento: Cozinha	Quadrante	Cozinha 03	Estrutura Negativa		
Designação: Parede, muro, piso, porta, janela, escada, cobertura, arco, alicerce, elemento decorativo, engradamento, latrina, comua, tanque, aqueduto, chaminé e etc.			Fogão.		
Relações estratigráficas					
Anterior	A 2023		Posterior a	1790 aproximadamente	
Coberta por	Laje de pedra xistito		Cobre	Parte interna do fogão	
Cortada por	Ferramenta manual		Corta	As bordas da pedra	
Cheia por	Terra, carvão e pedra de canga		Enche	Interior	
Adossa em	Parede da fachada posterior e na parede de divisa das enxovias		E adossada por	Piso elevado (retrado)	
Outra: Intervenção em 1830					
Alterações sofridas natural					
Antrópica		Bioturbação		Naturais	
Destruição	Não	Animal: não	Degradação	Não	
Transformação	Não	Vegetal: não	Erosão	Não	
Reutilização	Não		Outra:	Não	
Outra:			Indeterminável	Não	
			Sem alteração	Não	
Alterações sofridas por ação humana					
Antrópica		Intempéries		Artificial	
Destruição	Não	Clima: não	Acréscimos	Sim	
Transformação	Sim, em 1830	Biológicos: não	Decréscimos	Não	
Reutilização	Não		Outra:	Não	
Outra:			Indeterminável	Não	
			Sem alteração	Com	
Características Físicas					
Estado de conservação		Dimensões		Posição	
Ruim		Comprimento	104	Cota máxima	
Razoável		Largura	215	Cota mínima	
Bom	x	Altura	108	Orientação	
Muito bom		Diâmetro	-	Inclinação	
		Espessura	-		
Estrutura Negativa (não se aplica)					
Planta	Paredes	Fundo	Perfil	Revestimento	
Circular	Introvertida	Plano	Em "U"	Não	
Sub-circular	Extrovertida	Côncavo	Em "V"	Sim	
Elíptica	Verticais	Convexo	Em "Saco"		
Sub-elíptica	Irregulares	Em "V"	Piriforme	Argila	
Sub-quadrangular	Outra:	Irregular	Trancocônico	Argamassa	
Em "8"		Outro:	Cilíndrico	Outros:	
Irregular			Irregular		
Estrutura Positiva					
Planta	Retilínea	x	Circular	Curva	Irregular
					Outra:
Material construtivo					
Tipo		Consistência		Textura	
Pedra	x	Muito solta	Muito macia	Muito pequeno	
Madeira		Solta	Macia	Pequeno	
Adobe (terra/Argila)		Mod. Compacta	Média	Médio	
Argamassa Cerâmica		Compacta	Dura	x	Grande
Metal		Muito Compacta	Muito dura	Muito grande	
Vegetal		Obs:			
Outro:					
Material de União					
Tipo		Consistência		Textura	
Argamassa		Muito solto	Muito macia		
Terra	x	Solta	Macia		
Argila		Mod. Compacta	Média		
Cimento		Compacta	Dura	x	
Vegetal		Muito Compacta	Muito dura		
Nenhum					
Outro:				Outros constituintes (elementos artefatuais, vegetais, faunísticos ou botânicos)	
Técnica Construtiva					
Aparelho Pétreo		Acabamento		Revestimento	
Arbitrário c/ Fiadas		Tosco	Argamassa	Regular	
Arbitrário s/ Fiadas		Argamassado	Estuque	Irregular	
Fiadas regulares		Aparelhado	Argila	Aberta	
Fiadas Irregulares		Bujardado	Madeira	Disfarçada	
Silhas		Alisado	Pedra		
Outro:		Outro:	Outro:	Elementos decorativos: (gráfico, canelura, epígrafe, emblema, brasão, pintura, estatuária, friso, etc.)	
Contextualização					
Elementos de datação:			Cronologia:		
Observações					
Matriz					
Registro					
Fotografia		Nº			
Desenho		Nº			
Amostra		Nº			
Caderno de Campo					
Descrição		Nº			
Croquis		Nº			
Croquis					
Cota ponto zero					
Cota do Nivel					

Fonte: Santos (2013, p. 5)

Ainda nessa fase, é efetuada a interpretação de cada elemento, com atribuição aproximada de cronologia e função. São essas características que norteiam as decisões a serem tomadas acerca do que deve ser restaurado, exposto ou subtraído da visão externa.

A **Fase 4** é a elaboração de base de dados coletados, que neste caso específico foi o registro das prospecções murárias em fotografias e em relatórios compiladas em fichas de registros (Anexo A), conforme proposto por Santos (2013), as quais foram agrupadas em fases construtivas, traduzindo momentos de construção, reconstrução e remodelação do edifício. Foram produzidas ainda projeções de como teriam sido esses espaços, baseados nos achados das prospecções, por meio de plantas baixas, cortes e vistas dos espaços internos e externos.

Evolução cromática e decorativa da edificação:

Figura 19: Fachada em 1800



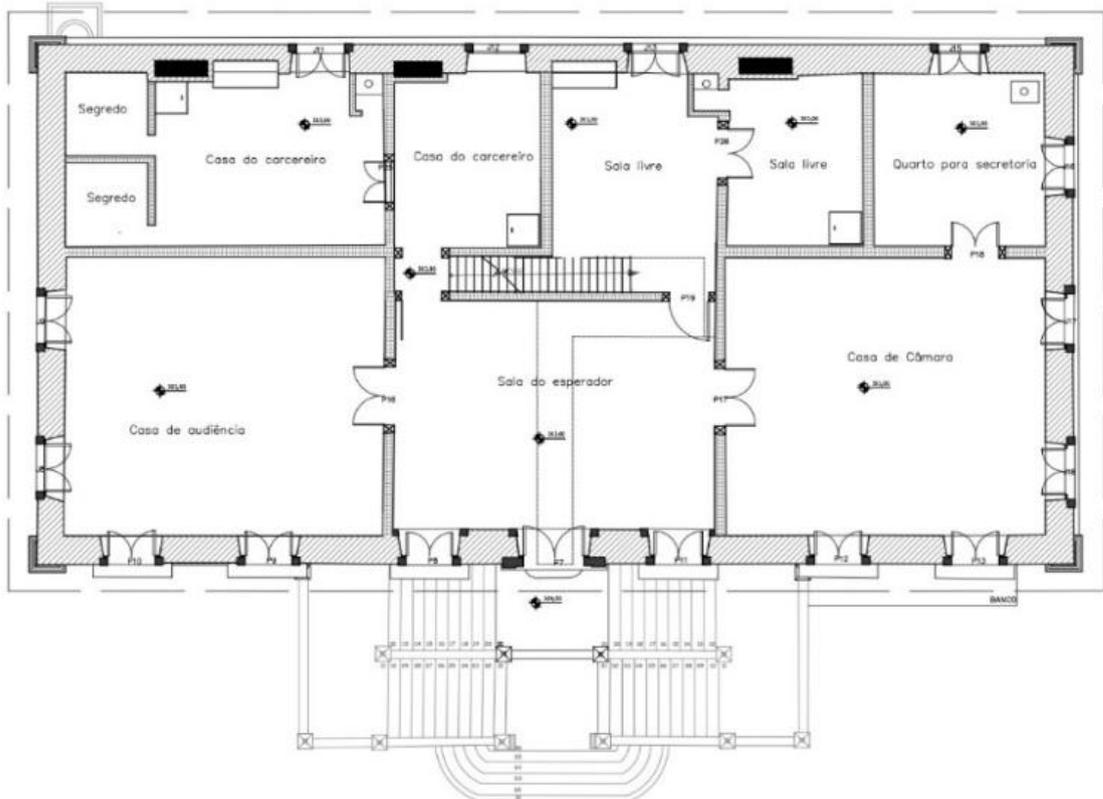
Fonte: Acervo do autor

Figura 20: Decoração em 1800



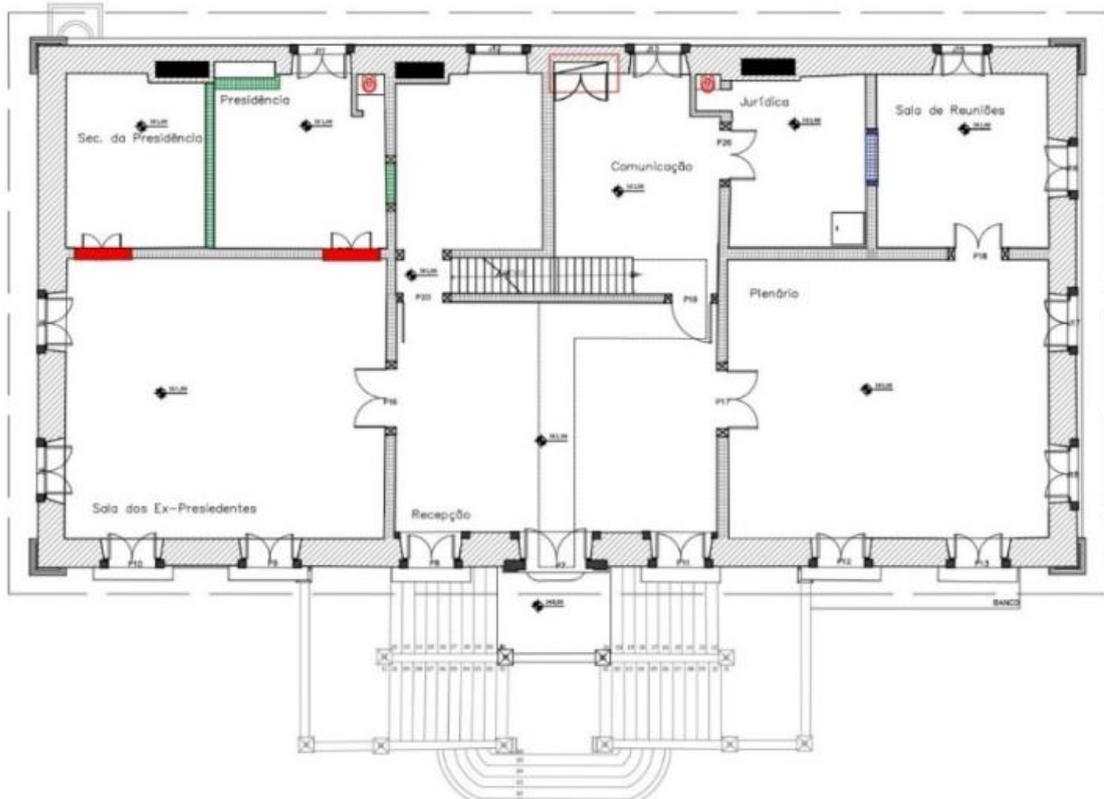
Fonte: Acervo do autor

Figura 21: Configuração da Casa de Câmara e Cadeia em planta de 1790



Fonte: Acervo do autor

Figura 22: Configuração da Casa de Câmara e Cadeia em planta provavelmente elaborada entre 1824 a 1835



Fonte: Acervo do autor

Fase 5: Elaboração de modelo interpretativo, que reúne todos os dados recolhidos ao longo do trabalho. O produto desta fase se encontra na sessão 4, obedecendo às seguintes diretrizes, apresentadas por Santos (2013):

1. A documentação gráfica prévia à análise estratigráfica, que contenha plantas e alçados que retratem o edifício, completados posteriormente com os limites das unidades identificáveis;
2. A documentação fotográfica obtida;
3. A leitura paramental do edifício, que pode ser detalhada ou expedita, total ou selectiva (de todas as unidades existentes ou apenas de um determinado paramento, sala, fase construtiva ou época) e permitirá a observação, diferenciação e identificação de unidades, descrevendo-se a sua posição e forma, constituintes, materiais, acções construtivas e relações estratigráficas (MAÑANA BORRAZÁS, et alii, 2002, p. 19);
4. As fichas de análise, ferramenta essencial para organizar a informação recolhida;
5. E o diagrama final do edifício com todas as suas unidades, organizadas por actividades e fases, bem como a base de dados onde se encontram compilados todos os dados obtidos (Santos, 2013, p. 6).

Posteriormente, exemplificaremos o resultado, apresentando *layout* da edificação em cada uma das intervenções pela qual passou.

Raquel dos Santos (2013), em *Arqueologia da arquitectura: conceito e metodologia*, destaca a importância da elaboração do modelo interpretativo ao dizer que, por meio dele, será possível “tecer considerações de carácter mais geral acerca da comunidade, do meio envolvente, das condições sociais, económicas, ambientais ou outras, que influenciaram a construção, destruição ou transformação do *objeto* de estudo” (SANTOS, 2013, p. 6). Nesse sentido, cabem algumas questões, que serão objeto de reflexão nas próximas (sub)seções: de que forma as alterações refletem o contexto econômico e social da época, a alteração no uso e ocupação do espaço e o modo como o elemento arquitetônico transforma seu significado na paisagem? As mudanças refletem a passagem de equipamento de repressão do Estado Colonial à equipamento de governança do Estado Democrático? Por sua vez, considerando seu uso turístico a partir do tombamento, de que forma a edificação se insere na paisagem urbana de Mariana?

Dessa forma, a intervenção realizada na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana-MG se destaca devido à metodologia rigorosa a qual foi submetida, tendo sido executada

e baseada em instrumentos de análise diversificados, que permitiu dispor de significativa quantidade de informações, apresentadas nos anexos.

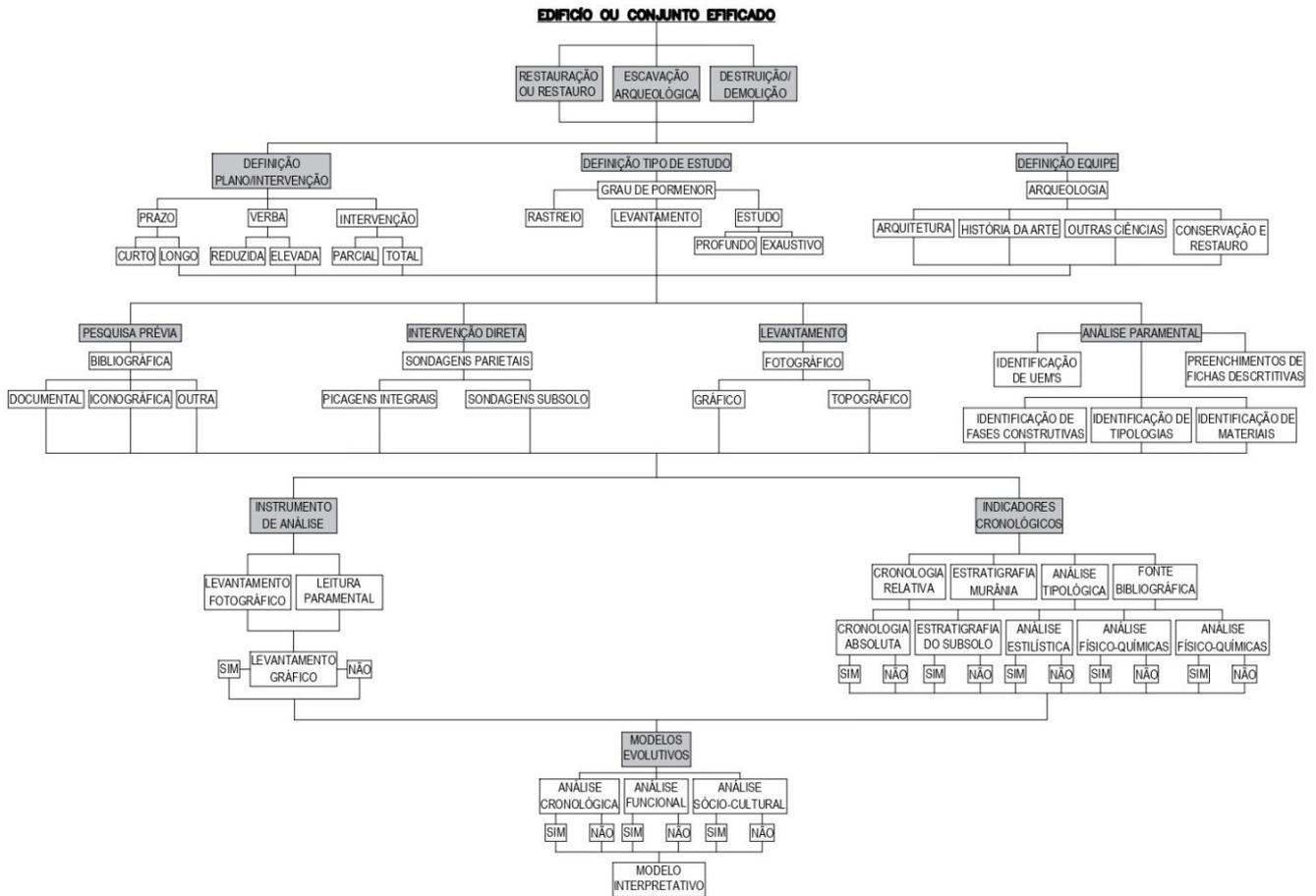
A Arqueologia da Arquitetura se caracteriza como ferramenta multidisciplinar metodológica que tem por objetivo sistematizar, por meio de técnicas e de processo próprio, normatização para que a restauração possa abarcar o máximo possível de dados e de informações no período do projeto e da execução de determinada intervenção.

A Arqueologia da Arquitetura busca, ainda, encontrar e compreender elementos de relevância histórica capazes de definir a cronologia da edificação, por intermédio dos materiais e das técnicas utilizadas como forma de identificar aspectos definidores de uma sociedade. Assim, propicia-se o entendimento da edificação em suas diversas fases cronológicas associando as intervenções construtivas às mudanças sociais, políticas, culturais e estéticas.

Desse modo, a AA contribui significativamente para a preservação e conservação do bem, uma vez que apresenta diretrizes e metodologia que podem auxiliar os projetistas no processo de definição de critérios de restauro.

O gráfico a seguir, que reproduz, sob outro formato, diagrama de Santos (2013, p. 71), traz proposta metodológica que possibilita traçar percurso de acordo com cada objetivo previsto para a pesquisa arqueológica, possibilitando a produção de diferentes resultados de acordo com cada realidade específica. Vejamos:

Figura 23: Diagrama de atividades, Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, 2023.



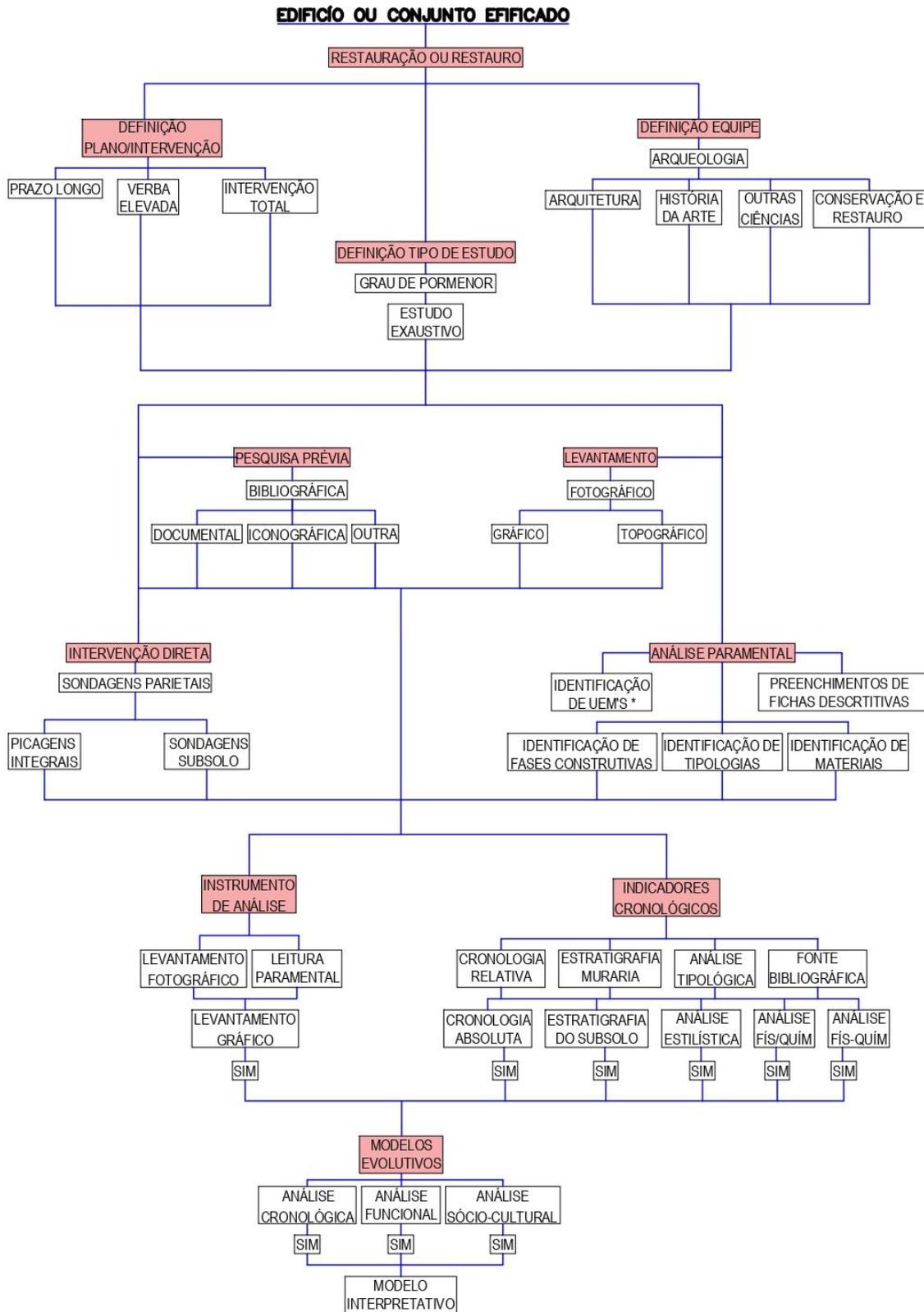
Fonte: Elaborado pelo autor/Adaptado de Santos (2013)

Por fim, cabe destacar que buscamos seguir o supracitado diagrama de Santos (2013) em nosso processo de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, ressalvadas as devidas especificidades de nossa empreitada. Note-se que seguimos as cinco etapas metodológicas já descritas, buscando subsídio teórico em Santos (2013).

3.1 Arqueologia da Arquitetura na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana

Seguindo a metodologia proposta por Santos (2013), foi possível elaborar diagrama de atividades, similar ao que a autora sugere, de forma a compreender as etapas pertinentes à Arqueologia da Arquitetura, levando ao modelo teórico final, denominado de “Modelo interpretativo”, que apresenta todas as informações coletadas e que serviu de base na tomada de decisões durante a restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Vejamos, a seguir, o diagrama de atividades elaborado para discussão deste trabalho:

Figura 24: Diagrama de atividades



*UEM'S = UNIDADE ESTATIGRAFICA MURARIA

GRÁFICO ADAPTADO DA AUTORA RAQUEL SANTOS DO LIVRO "ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA", PAGINA DE 5-14, 2013

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal diagrama é capaz de apresentar, de forma didática e objetiva, as etapas às quais se deve submeter certa edificação antes do início de projeto ou do processo de restauro. Ao aplicarmos o diagrama ao objeto deste estudo, alcançamos o resultado esperado, chegando à conclusão de que a própria estrutura predial da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana deveria ser apreciada como peça museológica, com traços e informações a serem mantidos e expostos da forma mais visível quanto fosse possível, para que o visitante tivesse o panorama exato da transformação temporal do prédio, por meio das estratigrafias, promovendo nova leitura do bem, como o de uma câmara musealizada e funcional, respeitando sua estética e seu uso.

A Arqueologia da Arquitetura para o restauro, nesta pesquisa, consiste em abordagem que se vale da utilização dos resultados da AA para o processo de restauração. Nesse sentido, são fornecidos subsídios para as tomadas de decisão com fundamento nos critérios de restauração. Amplia-se, desse modo, a análise para além da Arqueologia e da AA, efetuando-se interlocuções com a teoria da tectônica e a teoria do restauro sob prisma transdisciplinar.

No que concerne ao exercício prático de restauro, o setor de Arqueologia do Iphan solicitou descrição das atividades previstas, consoante indicado na tabela abaixo. (VIDE ANEXO F). Para melhor compreensão, juntamos as tabelas, confeccionada pela A3 para orçamento, complementada com a resposta, em vermelho, realizada para planilha e constante no relatório da equipe de arqueologia. (ANEXO B).

Segue tabela da A3, com as solicitações do Iphan e resposta da equipe da Arqueologia em vermelho:

Tabela 1: Tabela A3 – Exigências Arqueológicas

Tarefa	Descrição	Atividades previstas
3.1	Edificação Principal – Antiga Sede da Casa de Câmara e Cadeia: Cobertura	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento, ii) remoção do piso em tábuas, iii) demolição do piso de pedra.
	Em reforma realizada na década de 1980, foi feita manutenção e limpeza do piso em tabuas, troca de telhas e manutenção do telhado. O piso de pedra previsto para demolição refere-se à piso instalado.	

3.2.1	<p>Capela – Cobertura</p> <p>As telhas são novas. Foram trocadas e feito manutenção na década de 1980.</p>	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento.
3.3.1/3.3.2	<p>Anexo: remoção de telha inclusive estocagem, com reaproveitamento</p> <p>As telhas são novas. Foram trocadas e feito manutenção na década de 1980.</p>	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento.
4.1.4.2/4.1.4.3	<p>Projetos elétricos e hidráulicos</p> <p>O projeto elétrico não envolve intervenção em subsolo. Será feita manutenção na parte elétrica das paredes da edificação. Está previsto acompanhamento arqueológico caso o projeto hidráulico envolva intervenção em subsuperfície na área externa.</p>	i) Acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate.
5.1.2.2/8.1.8	<p>Entalhamento com aproveitamento</p> <p>Não está previsto no projeto atualizado.</p>	Acompanhamento i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
5.3.2.1	<p>Demolição manual de alvenarias sem Aproveitamento</p> <p>A demolição refere-se a anexos construídos na décadas de 1980. O planejamento de manter abertas as alvenarias originais está em processo de aprovação. Foi demolida estrutura recente construída na lateral.</p>	Acompanhamento i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
5.3.3	<p>Pisos</p> <p>Já executado. Em reforma realizada na década de 1980, foi feita manutenção e limpeza do piso em tábuas.</p>	Acompanhamento i) arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
5.7.1	<p>Sanitários: intervenções subsuperficiais no projeto hidráulico/esgotamento</p> <p>Não está previsto intervenções subsuperficiais no projeto hidráulico/esgotamento.</p>	
5.8	<p>Acessibilidade: fosso do elevador</p> <p>Está previsto acompanhamento arqueológico. O elevador será no interior da edificação.</p>	
5.9/5.9.1	<p>Subsolo: escavação manual para abertura de cava de fundação e entorno, exclusivo esgotamento e Escoramento</p> <p>Não está previsto no projeto atualizado.</p>	

8.4.2.1	Armazém: pisos: substituição por piso de quartzito	i) Acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário, prospecção e resgate
	Não está previsto intervenção em subsolo. Será retirado revestimento cerâmico sem afetar o contrapiso.	
9.4	Recuperação dos calçamentos	i) Acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
9.6.1.3	Chafarizes de bacia: substituição de piso externo	i) Acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
9.8	Paisagismo	i) Acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate.
10.2.1	Instalações elétricas e afins: Infraestrutura: na previsão de intervenções subsuperficiais.	
10.3	Telecomunicações: infraestrutura	i) Acompanhamento arqueológico na previsão de intervenções subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate.
	Está previsto acompanhamento arqueológico no caso de intervenções subsuperficiais para instalações de telecomunicações.	
10.4	Segurança eletrônica: infraestrutura	i) Acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário, prospecção e resgate.
	Não haverá intervenção sem subsolo para a infraestrutura de segurança eletrônica. A mesma será feita nas paredes.	
11.2	Instalações hidráulicas e afins: Hidráulica	
	Será mantido encanamento atual. No caso de escavações em subsolo está previsto acompanhamento arqueológico.	
11.2.3.1/ 11.2.3.2	Caixas d'água, se reservatórios Subterrâneos	i) Acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
	Não está previsto no projeto atualizado.	
11.2.4.3/ 11.3.3.3	Escavação manual de vala média	
	Está previsto acompanhamento arqueológico.	
11.2.4.7	Caixa de passagem em alvenaria	
	Não está previsto escavação em subsolo, pois deixará de ser executada.	
11.4	Instalações pluviais	
	Está previsto acompanhamento arqueológico com escavação em contas negativas de 40 cm a 1,50 metros de profundidade aproximadamente.	

Fonte: Relatório da empresa A3 Restauros

Após referida solicitação do Iphan, realizada no início das obras, a empresa *A3 Restauros* elaborou orçamento (ANEXO E), para execução do projeto arqueológico. Diante dessa demanda, foi contratada a empresa *Peruaçu*, a fim de que empreendesse as pesquisas arqueológicas, sob coordenação da *A3 Restauros*, que atuou diretamente em todo processo, por meio, inclusive, de sua equipe de arquitetos e de restauradores.

Note-se que, conforme exigência do Iphan, o trabalho arqueológico estaria subordinado às necessidades do próprio restauro, havendo relação de interdependência. Assim, as escavações e o acompanhamento arqueológico ficaram condicionados às intervenções voltadas para a restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Dessa maneira, as práticas arqueológicas precisaram respeitar os limites espaciais, a exemplo dos parâmetros de largura e de profundidade das intervenções empreendidas para o restauro do edifício.

A pesquisa arqueológica do prédio da Câmara de Mariana foi desenvolvida pela empresa *Peruaçu Arqueologia LTDA*, com trabalhos coordenados por Clarisse Callegari Jacques, doutora em Antropologia e Arqueologia pela UFPA. Ressalte-se que a coordenação de campo ficou a cargo de Evelin Luciana Malaquias Nascimento, mestre em Arqueologia pela UFMG.

Os itens relativos às cotas negativas que constam na Ficha IPHAN CNSA foram devidamente cumpridos de acordo com as exigências metodológicas da *Arqueologia Histórica de Solo*. Destaque-se que se seguiu a metodologia aplicada de Harris, complementada por subsídios teóricos de outros estudiosos da área. Assim, não houve significativa variação no *modus operandi* investigativo.

As escavações ocorrem apenas em locais em que haveria alguma intervenção no solo, a exemplo do fosso do elevador, a galeria de águas pluviais, a galeria de drenagem, entre outros. No plano metodológico, deve-se destacar que as escavações se deram de forma restrita aos limites previstos nos projetos arquitetônicos de restauro tanto em profundidade quanto em largura.

Desse modo, o elemento de estudo arqueológico incide de modo complementar para a compreensão histórica do prédio objeto de análise, juntamente com seus artefatos. Assim, não se propôs efetuar exame arqueológico em sentido amplo, mas tão somente sob o prisma específico da Arqueologia da Arquitetura.

A restauração da Casa de Câmara e Cadeia em Mariana não só preservou sua estrutura física, mas também desvendou camadas profundas de história e cotidiano por meio de detalhado acompanhamento arqueológico. A meticulosa análise do material encontrado sob o piso de madeira do segundo andar revelou diversidade de objetos que vão desde restos de construção até itens pessoais, refletindo as mudanças sociais e o uso do espaço ao longo do tempo. Esse processo permitiu compreensão mais rica das práticas cotidianas e das interações humanas dentro da edificação, destacando a importância de cada vestígio na construção da narrativa histórica do local.

A escavação na área externa da edificação adotou metodologia adaptativa, considerando a complexidade do solo e o contexto específico de cada intervenção, como a instalação de infraestruturas elétricas e hidráulicas. A triagem cuidadosa do material coletado, enfocando em vestígios com potencial informativo, contribuiu para a compreensão do contexto urbano de Mariana, revelando a história acumulada no solo ao longo de reformas, adaptações e aterros sucessivos.

A investigação dos fogões nas celas do primeiro piso e a escavação para a instalação do fosso do elevador exemplificam a abordagem cuidadosa e sistemática da restauração, equilibrando modernização e preservação patrimonial. Cada elemento, desde fogões até marcas nas paredes, oferece *insights* valiosos sobre a vida cotidiana, as práticas construtivas e as transformações sociais dentro da edificação.

Tal estudo não apenas destaca a importância da preservação do patrimônio cultural, como inclusive enriquece a compreensão da história social e cultural de Mariana, tecendo relações entre vestígios móveis, marcas estruturais e a narrativa histórica do local. Por meio da restauração e do acompanhamento arqueológico, a Casa de Câmara e Cadeia revela-se como superartefato, objeto cultural que reflete escolhas, adaptações e usos ao longo do tempo, contribuindo significativamente para o conhecimento do patrimônio edificado e da interação entre pessoas, espaço e tempo.

Para encerrar o estudo dedicado ao manejo metodológico da Arqueologia da Arquitetura na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, desdobramos a subseção 2.1 em cinco partes, a fim de evidenciar, didaticamente, com amparo em recursos visuais, a forma como efetuamos referida aplicação ao nosso objeto de pesquisa.

Nesse sentido, nas subseções 2.1.1 e 2.1.2, apresentaremos, respectivamente, levantamento fotográfico e levantamento gráfico e de imagens. Note-se que o levantamento fotográfico foi realizado com câmera Nikon F50, Iphone 13 e drone. O levantamento gráfico e de imagens foi empreendido por meio de escaneamento a laser e de desenhos elaborados no *Autocad*. Na sequência, na subseção 2.1.3, apresentamos as unidades estratigráficas murárias (UEM's), com respectiva leitura paramental. Posteriormente, na subseção 2.1.4, evidenciamos as estratigrafias murárias e do subsolo. Finalmente, na subseção 2.1.5, trazemos à balha a cronologia da edificação, por meio da qual, considerando a alteração do espaço, conforme visualmente observado a partir da alteração dos *layouts* da edificação, é possível compreender o processo evolutivo do prédio.

3.1.1 Levantamento Fotográfico do processo de pesquisa

Em todo trabalho de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foram gerados pela empresa *A3 Restauros* mais de 4 mil registros fotográficos. De posse desse *corpus*, foram selecionadas algumas fotografias para efeito desta pesquisa. Assim, efetuamos seleção estratégica de casos que ilustram o escopo deste trabalho, sobretudo no que tange à evidenciação de aspectos ligados à Tectônica e à Arqueologia da Arquitetura. Apreciemos alguns exemplos:

Figura 25: Abertura da escadaria principal



Descrição: Remoção de piso do patamar para compreensão do sistema construtivo e nivelamento.

Figura 26 a, b e c: Prospecção no sistema hidráulico e descoberta do aqueduto.

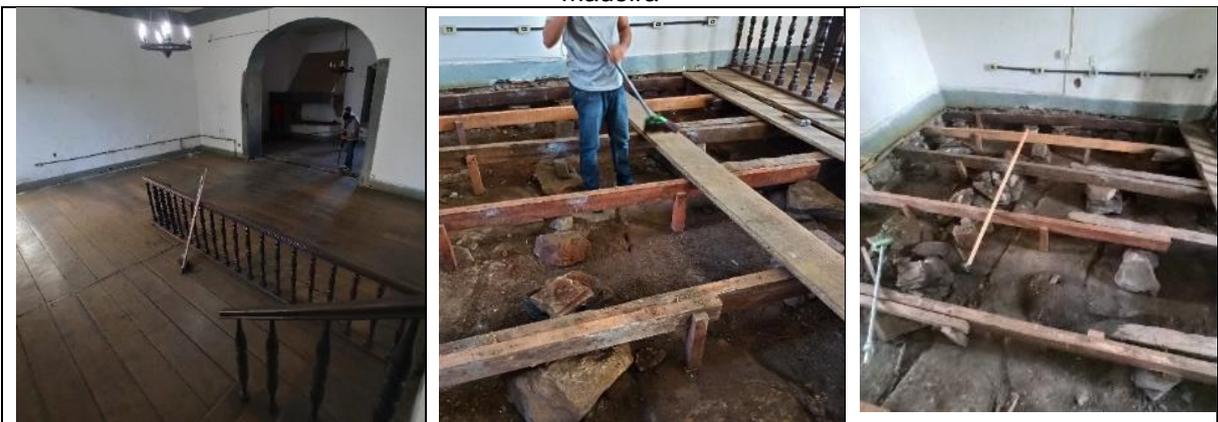


Figura 27: Escavação da Escada da Capela

Descrição: Remoção e intervenção que alterou a altura original da lateral da escada e recobriu as laterais da soleira.

Figura 28 a, b e c: Prospecção nas superfícies da Capela

Descrição: Prospecção nos relevos e cimalkas da capela

Figura 29 a, b e c: Remoção de Taboado de piso das enxovias e descoberta do piso original e madeira

Descrição: Remoção de Taboado que estava 40cm acima do nível original das enxovias.

Figura 30 a, b e c: Remoção de aterro e pedras do piso das cozinhas, nas enxovias.



Descrição: Remoção das pedras e do aterro de 40cm, até o lajeado de piso original.

Figura 31 a, b e c: Sistema de esgoto sala 01



Descrição: Duto da latrina encoberto pelo piso.

Figura 32 a, b e c: Sistema de esgoto sala 02



Descrição: Duto da latrina encoberto pelo piso.

Figura 33 a, b e c: Escavação Enxovia - Bacia



Figura 34 a, b e c: Escavação e remoção da bacia da Enxovia dos homens livres.



Figura 35 a, b e c: Prospecção da pintura da Sala de Reunião



Figura 36 a, b e c: Casa do Carcereiro.



Figura 37 a, b e c: Escada do Campanário **Figura 38 a, b e c: Casa do Carcereiro**

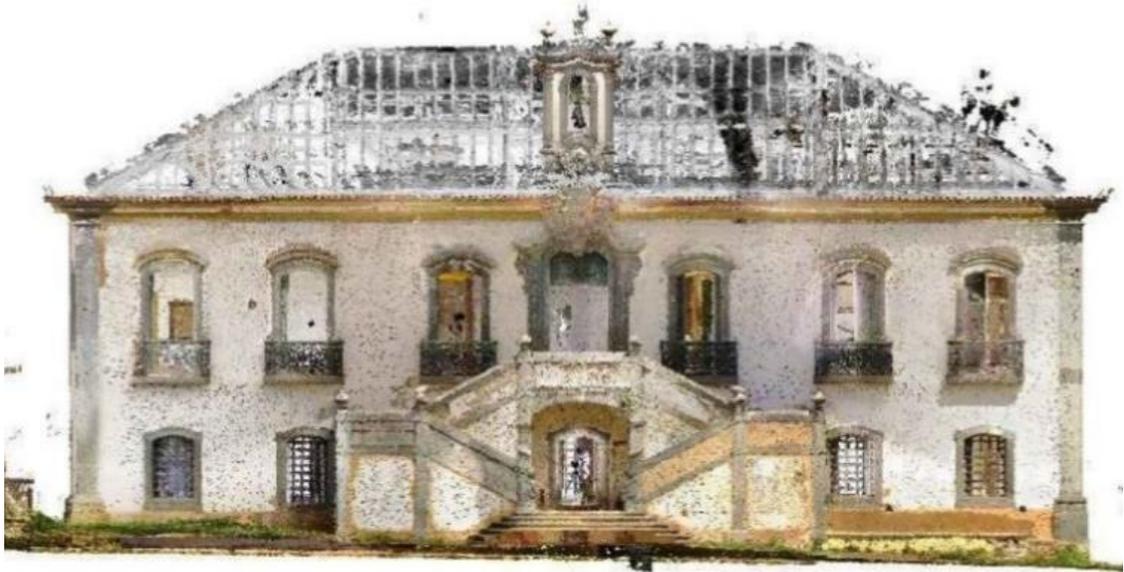


Figura 39 a, b e c: Mudança do Oratório

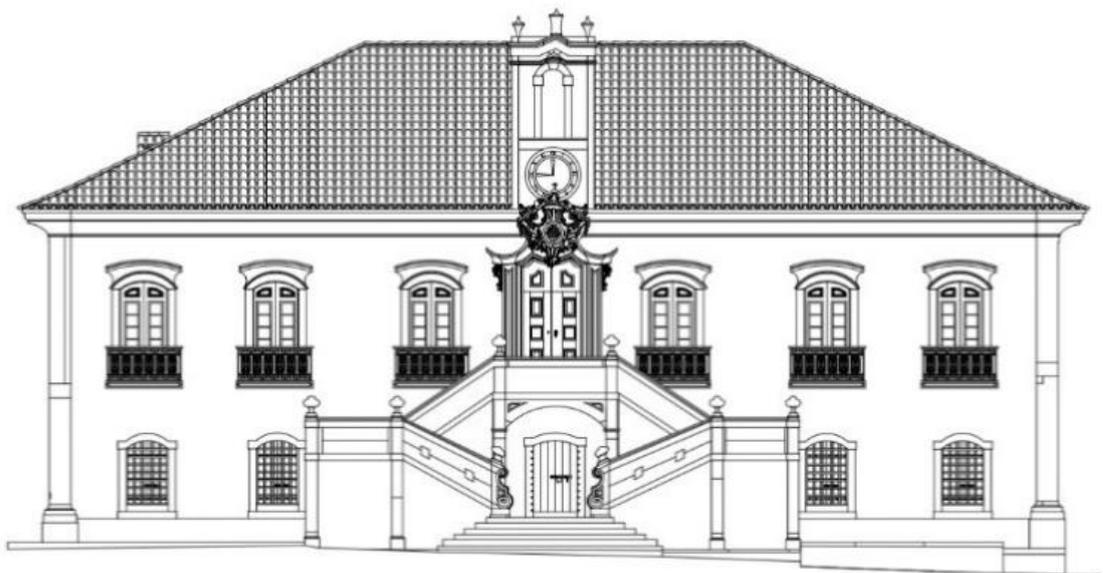


3.1.2 Levantamento Gráfico e de Imagens (scaner)

Figura 40: Nuvem de pontos da fachada e desenho técnico de fachada.



○ NUVEM DE PONTOS FACHADA FRONTAL



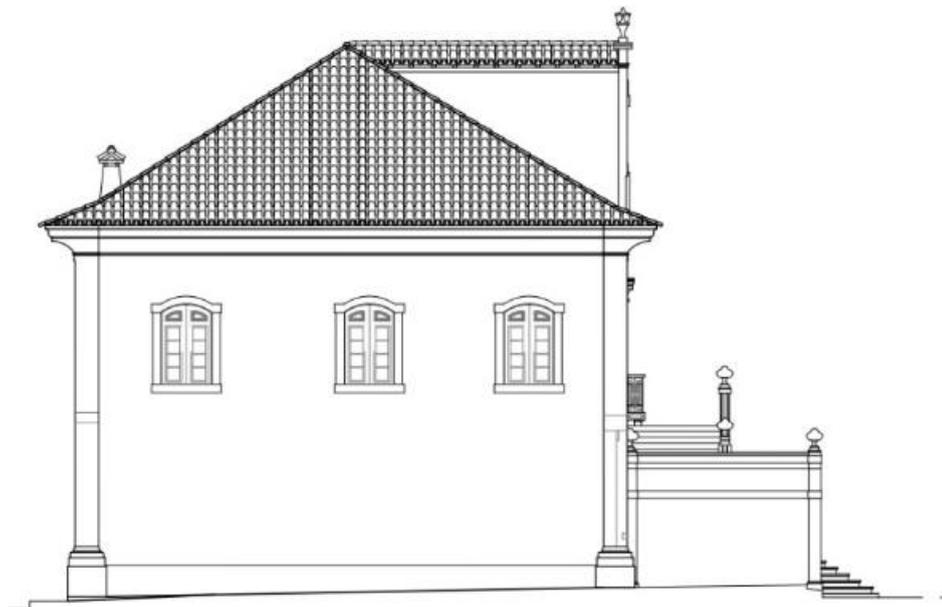
○ DESENHO TÉCNICO DA FACHADA FRONTAL

Fonte: Acervo do autor

Figura 41 a e b: Nuvem de pontos da fachada lateral esquerda e desenho técnico da fachada lateral esquerda



○ NUVEM DE PONTOS FACHADA LATERAL ESQUERDA



○ DESENHO TÉCNICO DA FACHADA LATERAL ESQUERDA

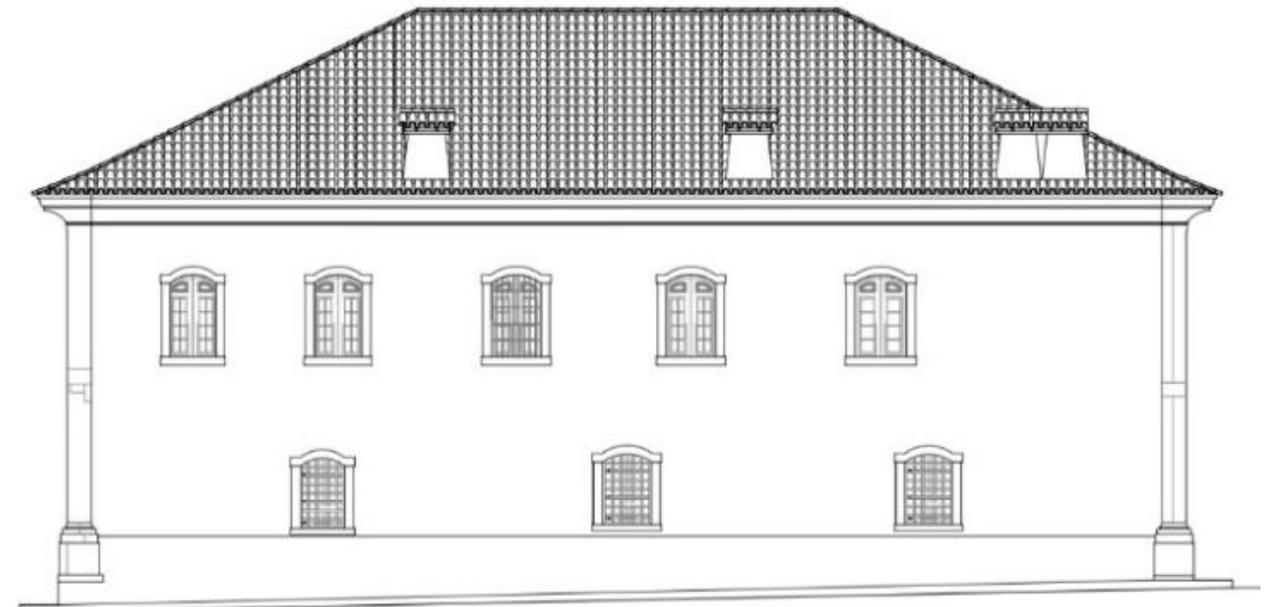
Fonte: Acervo do autor

Figura 41 a e b:

Figura 42: Nuvem de pontos da fachada posterior e desenho técnico da fachada posterior



○ NUVEM DE PONTOS FACHADA FRONTAL



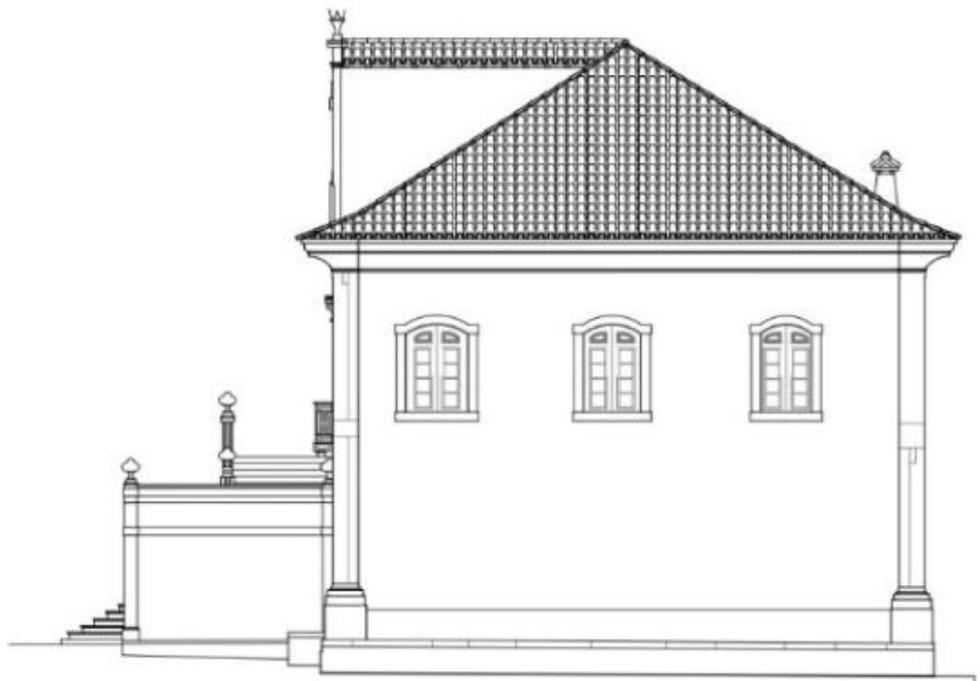
○ DESENHO TÉCNICO DA FACHADA POSTERIOR

Fonte: Acervo do autor

Figura 43 a e b: Nuvem de pontos da fachada lateral direita e desenho técnico da fachada lateral direita



○ NUVEM DE PONTOS FACHADA LATERAL DIREITA



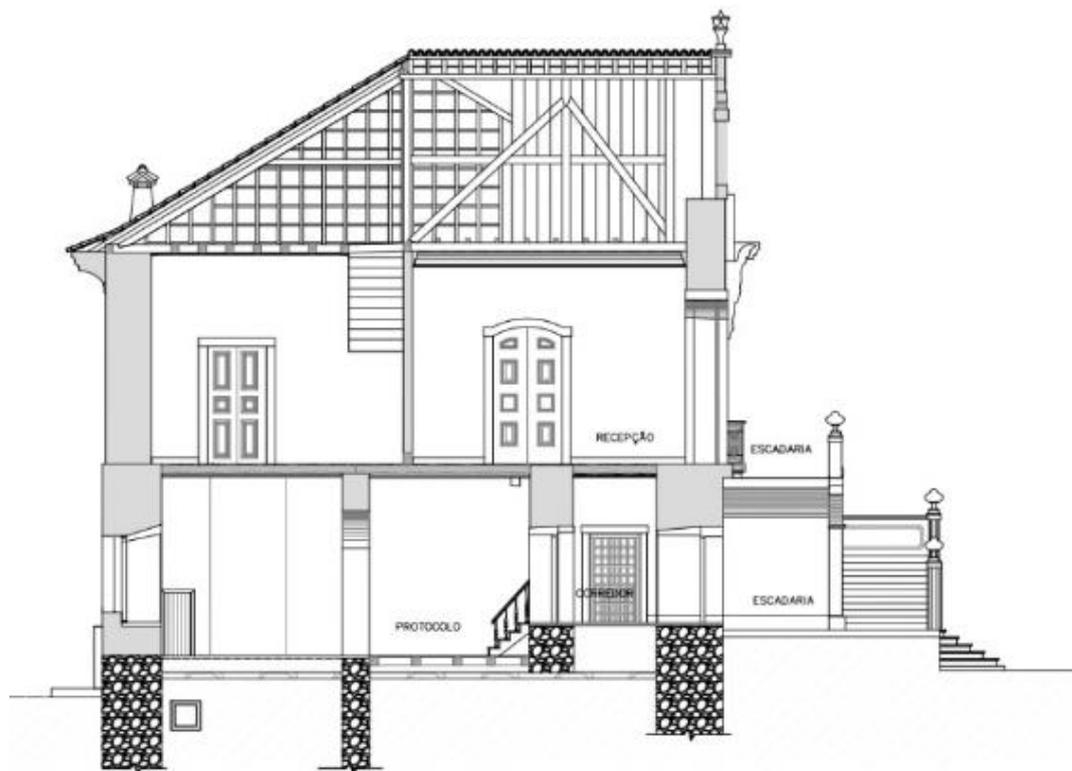
○ DESENHO TÉCNICO DA FACHADA LATERAL DIREITA

Fonte: Acervo do autor

Figura 44 a e b: Nuvem de pontos do corte transversal e desenho técnico do corte transversal



○ NUVEM DE PONTOS CORTE TRANSVERSAL



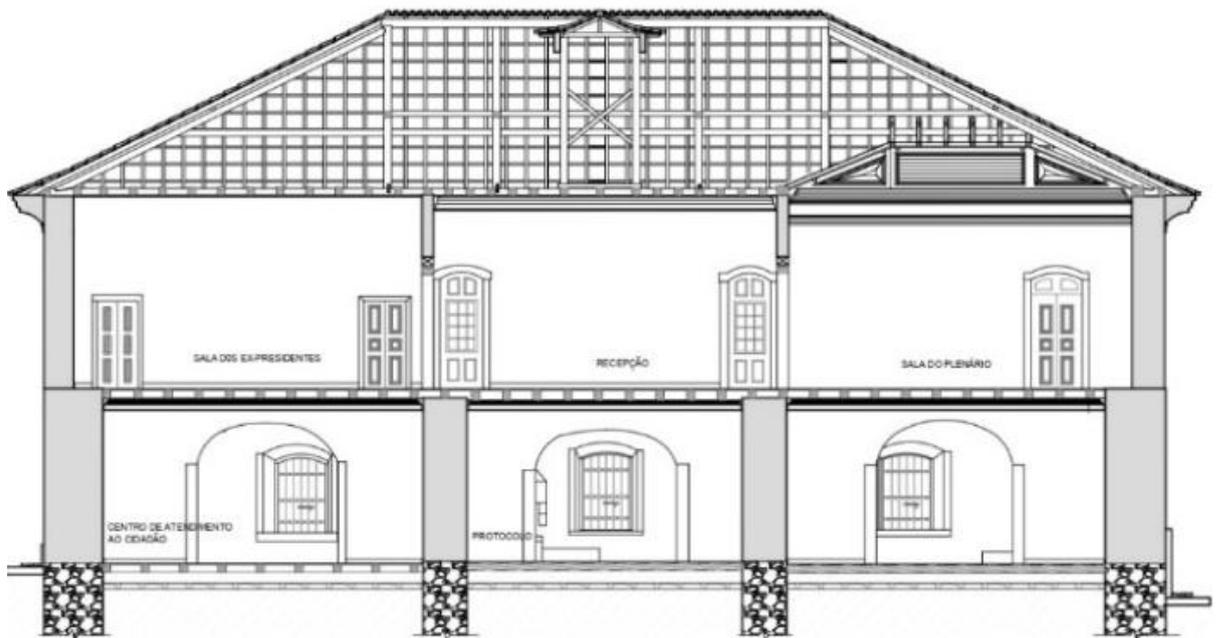
○ DESENHO TÉCNICO DO CORTE TRANSVERSAL

Fonte: Acervo do autor

Figura 45 a e b: Nuvem de pontos do corte transversal e desenho técnico do corte transversal



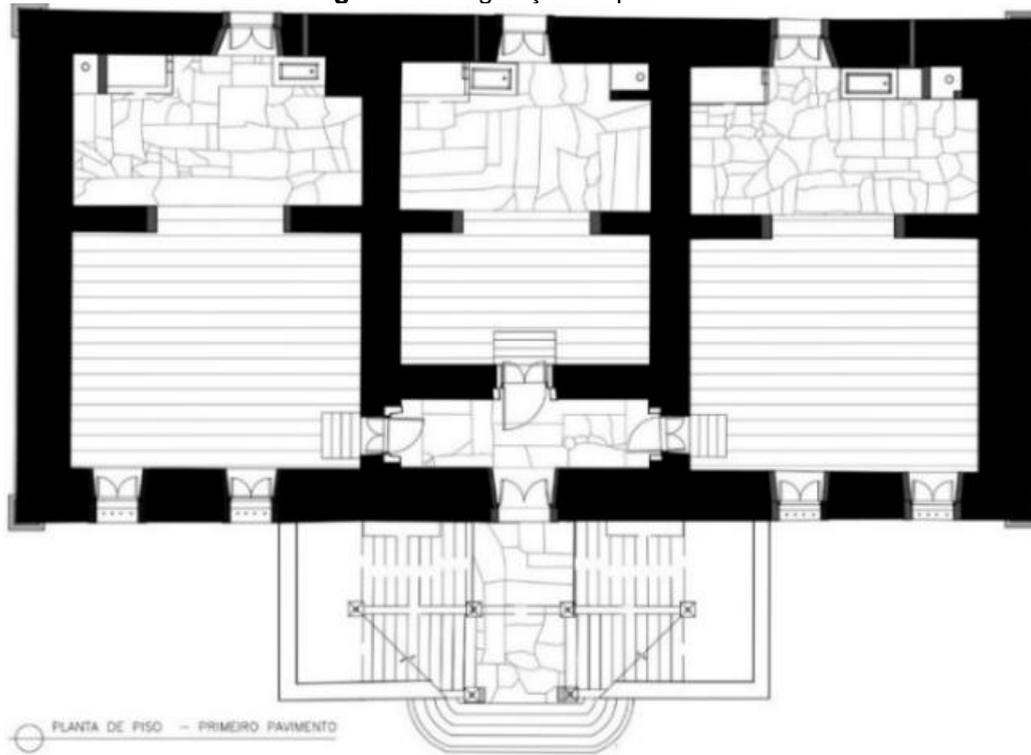
○ NUVEM DE PONTOS CORTE LONGITUDINAL



○ DESENHO TÉCNICO DO CORTE LONGITUDINAL

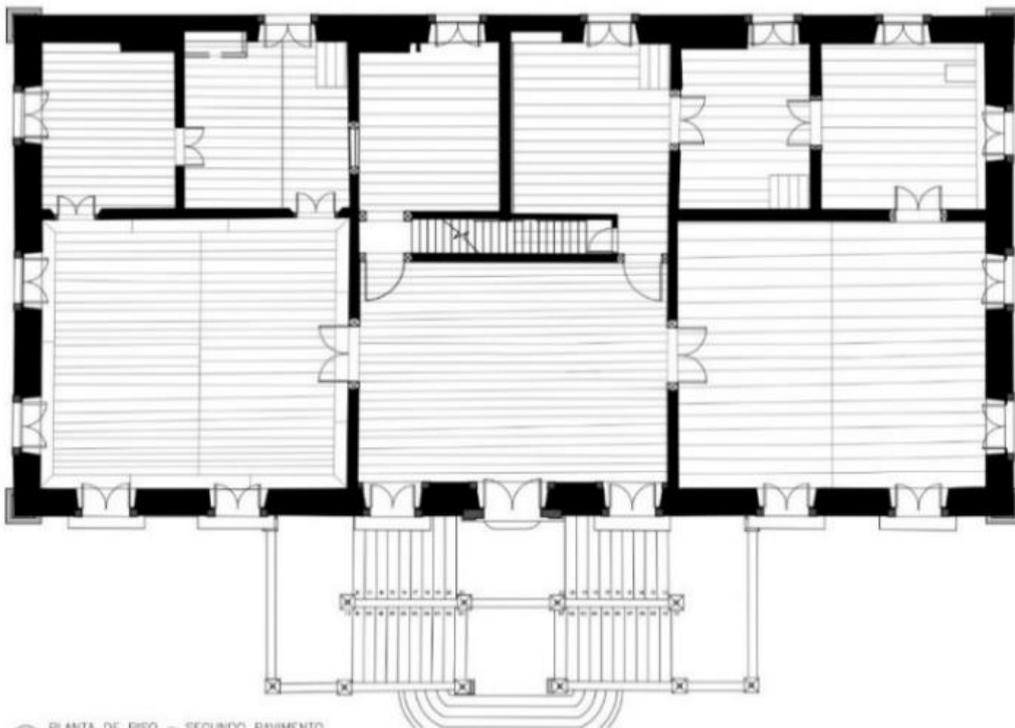
Fonte: Acervo do autor

Figura 46: Paginação do piso térreo.



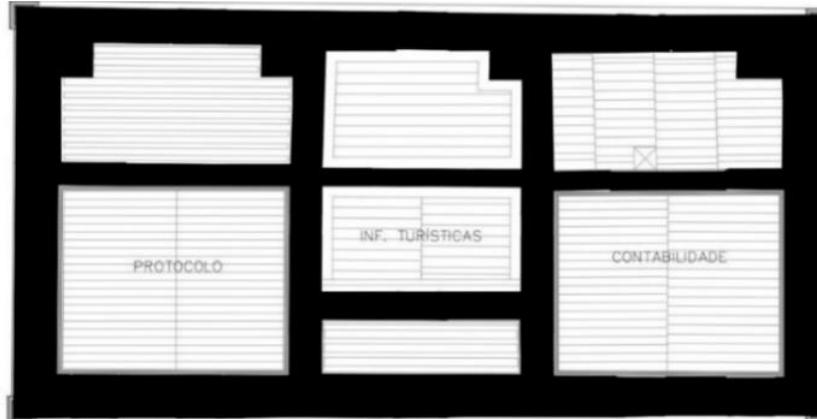
Fonte: Acervo do autor

Figura 47: Paginação do piso do primeiro pavimento.



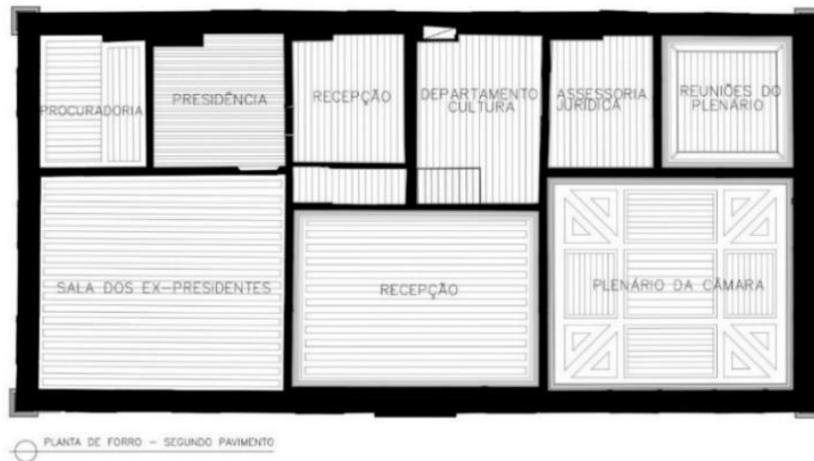
Fonte: Acervo do autor

Figura 48: Paginação do forro do piso térreo



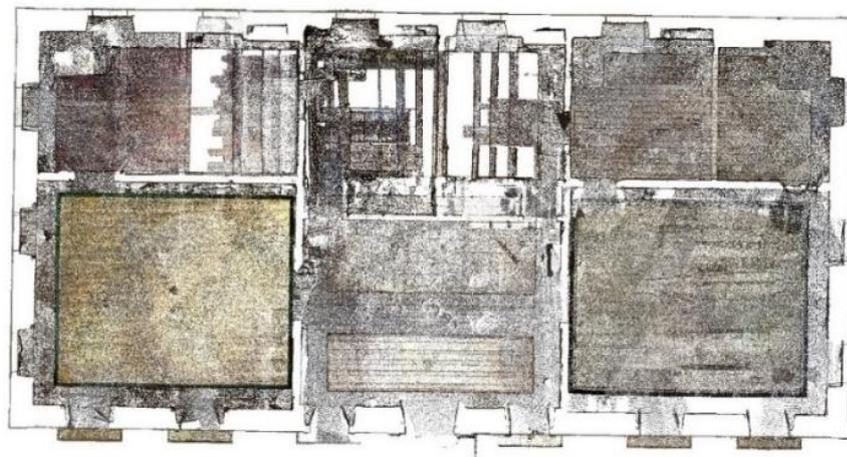
Fonte: Acervo do autor

Figura 49: Paginação do forro do primeiro pavimento



Fonte: Acervo do autor

Figura 50: Imagem do scanner do forro do piso térreo.



Fonte: Acervo do autor

Figura 51: imagem do scanner da fachada da edificação.



Fonte: Acervo do autor

Figura 52: imagem do scanner da fachada da edificação.



Fonte: Acervo do autor

Figura 53 a, b, c e d: imagens de sketchUp da edificação

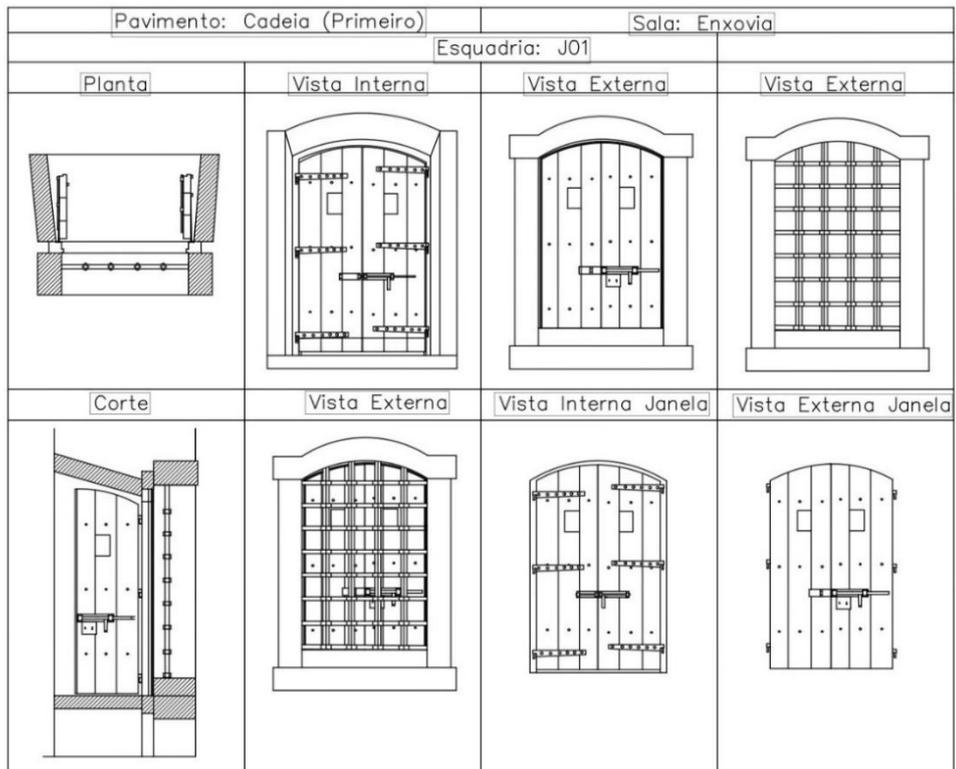


Fonte: Acervo do autor

Levantamento das esquadrias

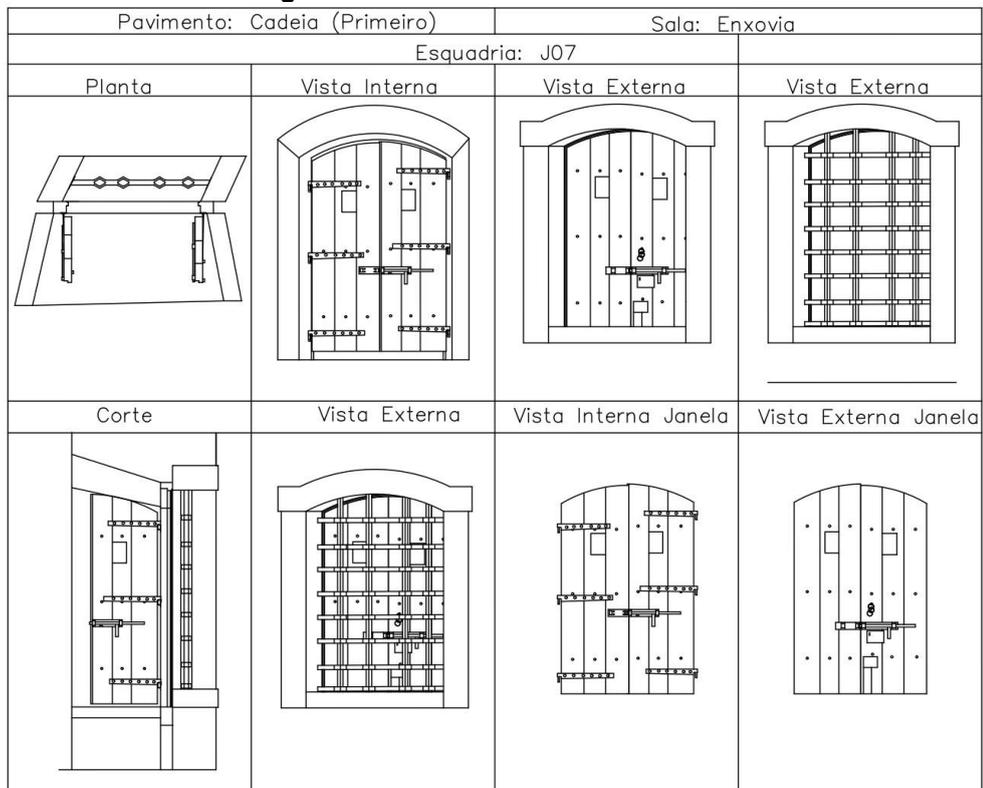
No total, existem 30 esquadrias no piso superior e 11 na parte inferior. Após finalização do restauro, foram realizadas medições e desenhos gráficos de todas. Por ser material detalhado e muito extenso, optamos por apresentar apenas alguns levantamentos, com demonstração do método utilizado, mas não incluímos as 90 páginas dos desenhos, estando este material disponível para consulta tanto no Iphan quanto na empresa *A3 Restauros*.

Figura 54: Levantamento da janela J01



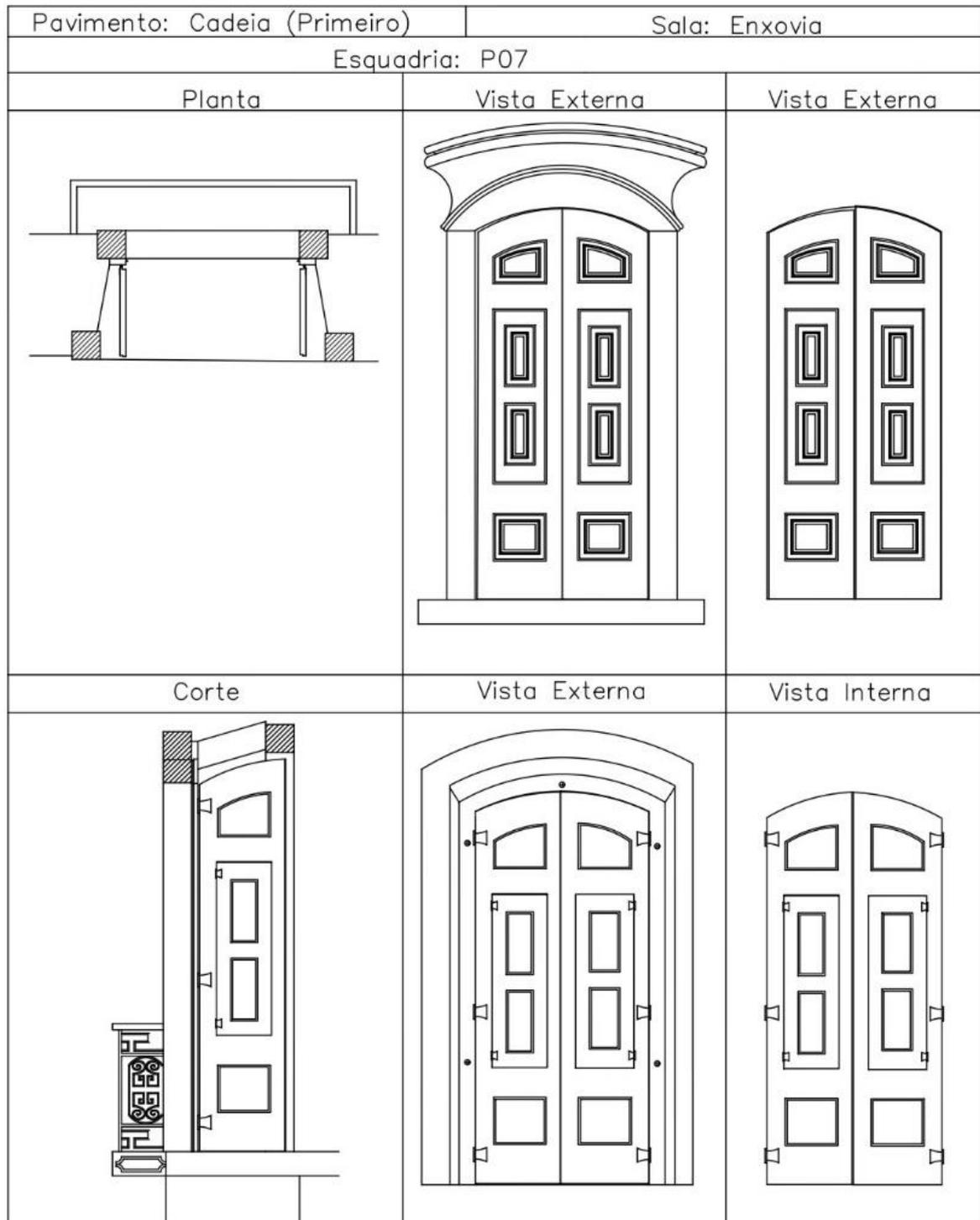
Fonte: Acervo do autor

Figura 55: Levantamento da Janela J07



Fonte: Acervo do autor

Figura 56: Levantamento da porta-balcão P07



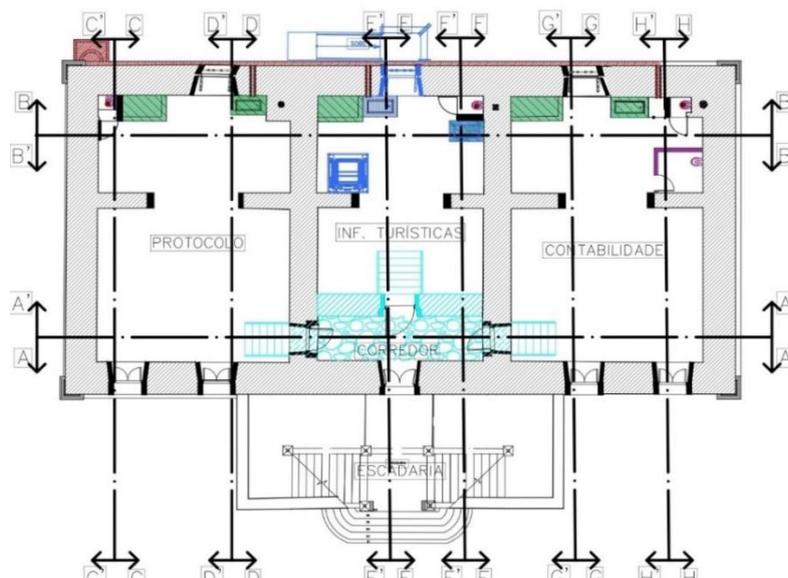
Fonte: Acervo do autor

3.1.3 Levantamento da UEM's e Leitura Paramental

Apresentaremos a seguir gráficos esquemáticos do edifício com as descrições dos materiais e dos períodos de cada estrutura e superfície. Para tanto, foram realizados 20 cortes nas plantas, que possibilitam visão de todas as paredes e suas respectivas fichas de UEM's. Diferentemente do método utilizado em outros trabalhos, nesta proposta, não realizamos a avaliação de cada superfície individualmente, mas sim leitura de superfície em corte inteiro da edificação, contemplando várias paredes em uma única UEM's.

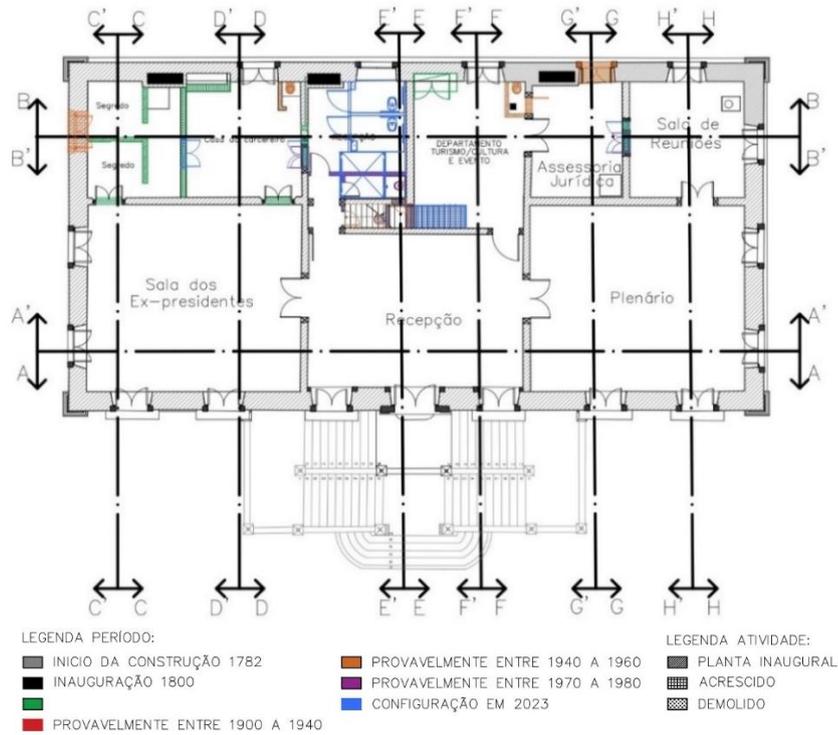
Note-se que os edifícios analisados pela AA na Europa datam, por vezes, de mais de mil anos. Já nosso objeto de estudo, como praticamente todo os monumentos no Brasil, possuem história muito mais recente, de tal sorte que há menor quantidade de intervenções e de reconstruções a serem analisadas. A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana ainda se destaca nesse contexto por ser edifício conservado quase que inteiramente na sua originalidade. Assim, a redução de fichas, com visão global da leitura paramental, atende mais adequadamente nosso objeto, sistematizando eficazmente o estudo e a leitura da documentação. Todos estes gráficos foram elaborados especificamente para a pesquisa. No anexo 1, segue as demais representações gráficas desenvolvidas.

Figura 57: Mapa das visadas realizadas pelos cortes de A a H, piso térreo.



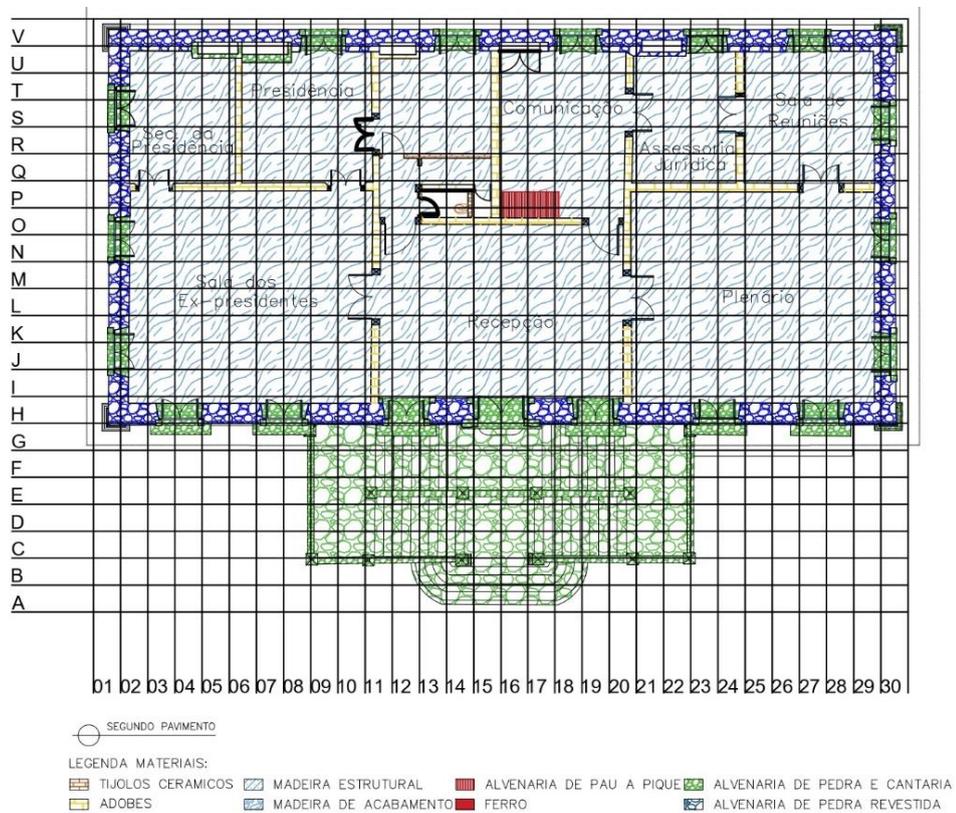
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 58: Mapa das visadas realizadas pelos cortes de A a H, piso superior.



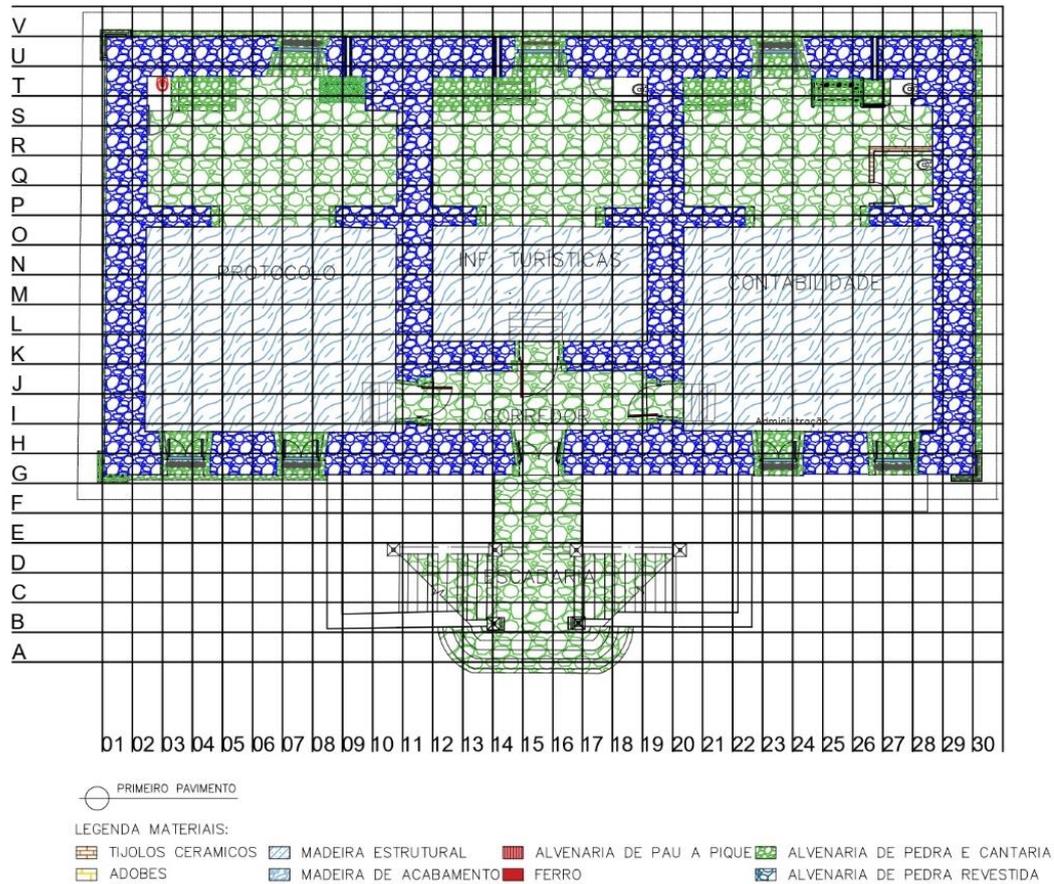
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 59: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais do piso superior.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 60: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais do piso térreo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 2: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 01

Sítio: Complexo de Edificações da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana			Localidade: Mariana - MG		UE n.º
Localização			Tipo		001
Setor: Casa de Câmara e Cadeia	Sondagem	-			
Área: 1º e 2º Pavimentos	Quadrícula	A à V / 1 a 30	Estrutura Positiva	Sim	
Compartimento: Pisos 1º e 2º Pav.	Quadrante	-	Estrutura Negativa		
Designação: Composição dos materiais da edificação: diferenciação dos elementos do piso – madeira em amarelo					

Relações estratigráficas			
Anterior	A 2024	Posterior a	1800 aproximadamente
Coberta por	Piso - Laje de pedra xistito / tabuado	Cobre	Solo / barrote
Cortada por	Divisórias	Corta	As paredes
Cheia por	Pedra com argamassa / barrotes	Enche	Terra / forro
Adossa em	-	É adossada por	-
Outra: Intervenção em 1830 / 1940 / 1980 - aproximadamente			

Alterações sofridas natural				
Antrópica		Bioturbação	Naturais	
Destruição	Não	Animal: morcegos / urubus	Degradação	Sim
Transformação	Não		Erosão	Não
Reutilização	Não	Vegetal: não	Outra:	Não
Outra:			Indeterminável	Não
			Sem alteração	Não

Alterações sofridas por ação humana					
Antrópica		Intempéries		Artificial	
Destruição	Não	Clima: não		Acréscimos	Sim
Transformação	Sim			Decréscimos	Sim
Reutilização	Sim	Biológicos: Sim, insetos (cupim)		Outra:	
Outra:				Indeterminável	Não
				Sem alteração	Com

Características Físicas					
Estado de conservação		Dimensões		Posição	
		Comprimento	29,2m	Cota máxima	-
Ruim		Largura	14,5m	Cota mínima	-
Razoável		Altura	Barroteamento 24,5cm Lajeado 15cm	Orientação	-
Bom	x	Diâmetro	-	Inclinação	-
Muito bom		Espessura	-		

Estrutura Negativa (não se aplica)									
Planta		Paredes		Fundo		Perfil		Revestimento	
Circular		Introvertida		Plano		Em "U"		Não	
Subcircular		Extrovertida		Côncavo		Em "V"		Sim	
Elíptica		Verticais		Convexo		Em "Saco"		Tipo	
Sub-elíptica		Irregulares		Em "V"		Piriforme		Argila	
Sub-quadrangular		Outra:		Irregular		Trancocônico		Argamassa	
Em "8"				Outro:		Cilíndrico		Outros:	
Irregular						Irregular			

Estrutura Positiva								
Planta	Retilínea	x	Circular		Curva		Irregular	Outra:

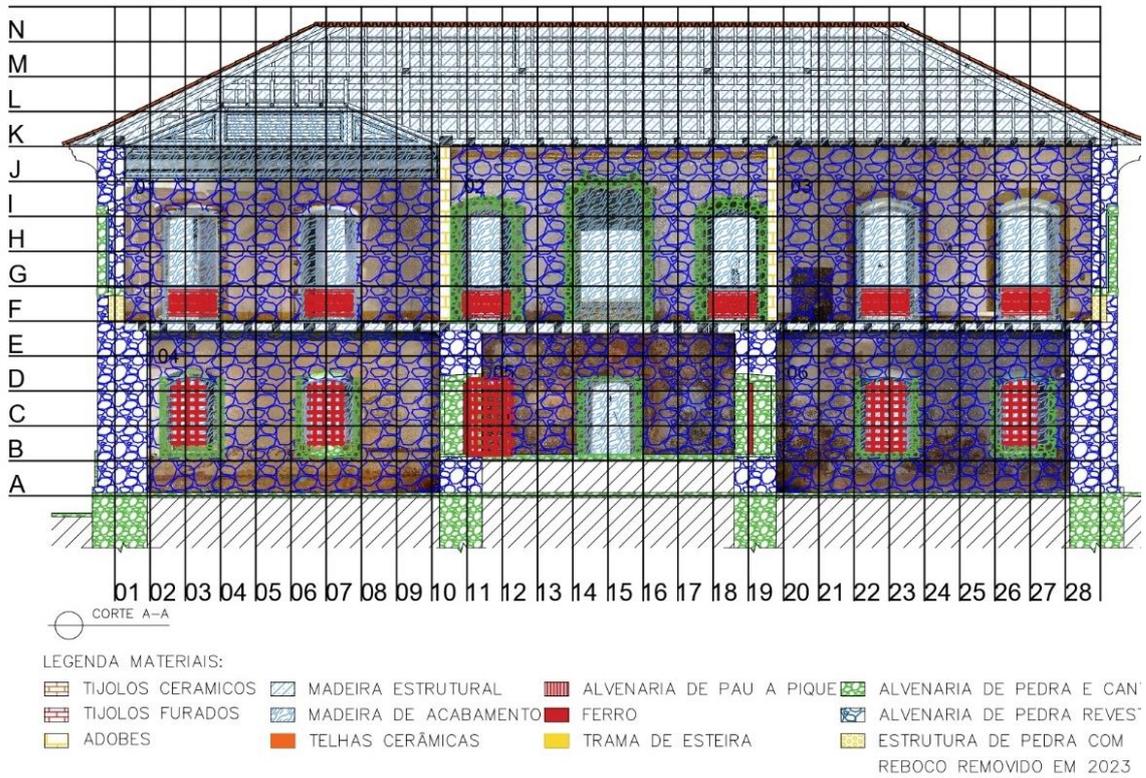
Material construtivo							
Tipo		Consistência		Textura		Tamanho do constituinte	
Pedra	x	Muito solta		Muito macia		Muito pequeno	
Madeira	x	Solta	x	Macia		Pequeno	
Adobe (terra/Argila)		Mod. Compacta		Média		Médio	
Argamassa Cerâmica		Compacta	x	Dura	x	Grande	
Metal		Muito Compacta		Muito dura		Muito grande	X
Vegetal		Obs: Concernente às áreas de pisos do 1º e 2º pavimentos					
Outro:							

Material de União							
Tipo		Consistência		Textura		Outros constituintes (elementos artefatuais, vegetais)	
Argamassa	x	Muito solto		Muito macia			
Terra	x	Solta		Macia	x		
Argila		Mod. Compacta		Média			
Cimento		Compacta	x	Dura	x		
Vegetal		Muito Compacta	x	Muito dura			
Nenhum							
Outro: cravos e pregos	x						

Técnica Construtiva								
Aparelhos Pétreo e Madeira		Acabamento		Revestimento		Juntas		Elementos decorativos: -
Arbitrário c/ Fiadas		Tosco	x	Argamassa	x	Regular	x	
Arbitrário s/ Fiadas	x	Argamassado		Estuque		Irregular	x	
Fiadas regulares	x	Aparelhado		Argila		Aberta		
Fiadas Irregulares		Bujardado		Madeira	x	Disfarçada		
Outro:		Alisado	x	Pedra				
		Outro:		Outro:				

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 61: Mapa dos quadrantes com cronologia e descrição dos materiais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 62: evolução Cronologia da edificação corte A-A



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 3: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 02

Sítio: Complexo de Edificações da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana			Localidade: Mariana - MG		UE n.º
Localização			Tipo		001
Setor: Corte AA	Sondagem	-			
Área: 1º e 2º Pavimentos	Quadricula	A à V / 1 a 30	Estrutura Positiva	Sim	
Compartimento: Alvenarias 1º e 2º Pav.	Quadrante	-	Estrutura Negativa		
Designação: Composição dos materiais das alvenarias					

Relações estratigráficas			
Anterior	A 2024	Posterior a	1800 aproximadamente
Coberta por	Revestimento de argamassa	Cobre	Pedra, adobe, pau-a-pique, tijolos cerâmicos
Cortada por	Barrotes e Frechais	Corta	Piso
Cheia por	Pedra, adobe, pau-a-pique e tijolos cerâmicos	Enche	Alvenarias
Adossa em	Entre si	É adossada por	-
Outra: Intervenção em 1830			

Alterações sofridas natural				
Antrópica		Bioturbação	Naturais	
Destruição	Não	Animal: não	Degradação	Não
Transformação	Não		Erosão	Não
Reutilização	Não	Vegetal: não	Outra:	Não
Outra:			Indeterminável	Não
			Sem alteração	Não

Alterações sofridas por ação humana				
Antrópica		Intempéries	Artificial	
Destruição	Não	Clima: não	Acréscimos	Sim
Transformação	Sim		Decréscimos	Sim
Reutilização	Sim	Biológicos: não	Outra:	
Outra:			Indeterminável	Não
			Sem alteração	Com

Características Físicas					
Estado de conservação		Dimensões		Posição	
		Comprimento	Variável	Cota máxima	-
Ruim		Largura	Variável	Cota mínima	-
Razoável		Altura	1º Pav – 4,63m 2º Pav – 5,09m	Orientação	-
Bom	x	Diâmetro	-	Inclinação	-
Muito bom		Espessura	1º Pav - 1,5m externas, 1,14m centrais e 0,66m as demais. 2º Pav – 0,79m externas e 0,27 internas.		

Estrutura Positiva						
Planta	Retilínea	x	Circular	Curva	Irregular	Outra:

Material construtivo							
Tipo		Consistência		Textura		Tamanho do constituinte	
Pedra	x	Muito solta		Muito macia		Muito pequeno	
Madeira	x	Solta		Macia		Pequeno	
Adobe (terra/Argila)	x	Mod. Compacta		Média	x	Médio	
Argamassa Cerâmica	x	Compacta	x	Dura	x	Grande	
Metal		Muito Compacta		Muito dura		Muito grande	x
Vegetal	x	Obs:					
Outro:							

Material de União					
Tipo		Consistência		Textura	
Argamassa	x	Muito solto		Muito macia	
Terra	x	Solta		Macia	
Argila	x	Mod. Compacta	x	Média	
Cimento		Compacta		Dura	x
Vegetal		Muito Compacta	x	Muito dura	
Nenhum					
Outro: Amarração por pressão					

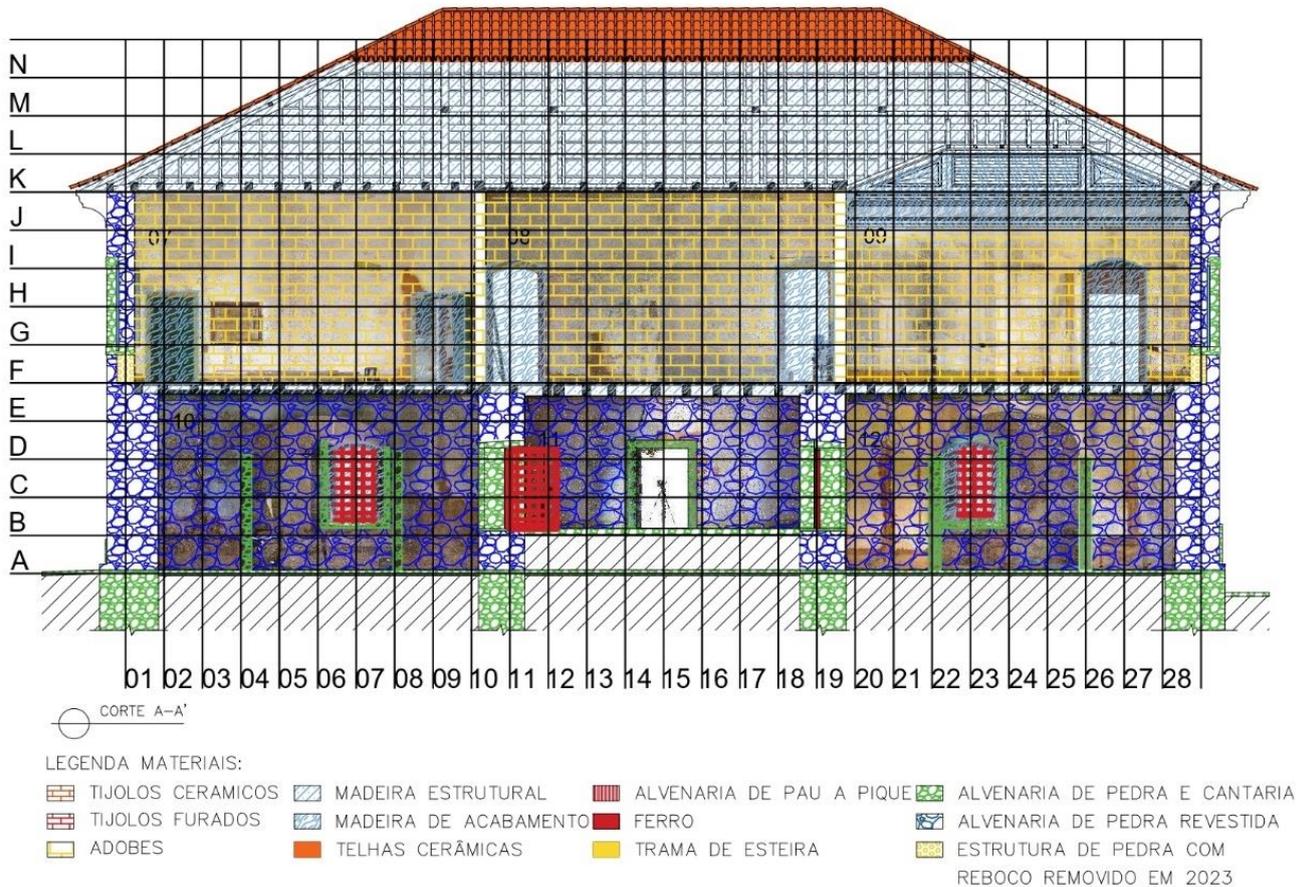
Outros constituintes (elementos artefatuais, vegetais): pau-a-pique, adobe com fibras vegetais (fatura manual), madeira.

Técnica Construtiva							
Aparelho Pétreo		Acabamento		Revestimento		Juntas	
Arbitrário c/ Fiadas	x	Tosco		Argamassa	x	Regular	x
Arbitrário s/ Fiadas		Argamassado		Estuque	x	Irregular	
Fiadas regulares	x	Aparelhado		Argila		Aberta	
Fiadas Irregulares		Bujardado		Madeira		Disfarçada	x
Outro:		Alisado	x	Pedra	x		
		Outro:		Outro:			

Elementos decorativos: pinturas parietais

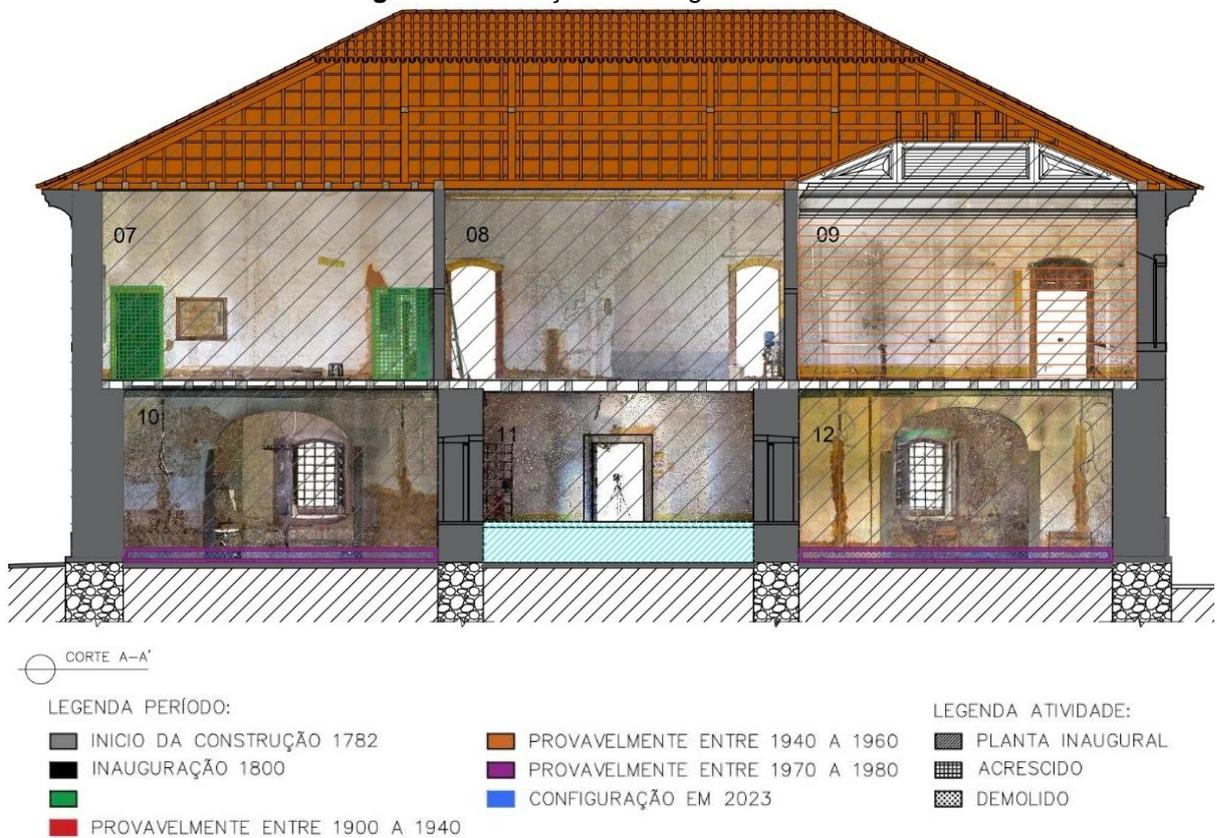
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 63: Mapa dos quadrantes com e descrição dos materiais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 64: Evolução cronológica do edifício.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tabela 4: Ficha Unidade Estratigráfica Murária 03

Sítio: Complexo de Edificações da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana			Localidade: Mariana - MG		UE n.º
Localização			Tipo		001
Setor: Corte AA'	Sondagem	-			
Área: 1º e 2º Pavimentos	Quadricula	A à V / 1 a 30	Estrutura Positiva	Sim	
Compartimento: Esquadrias 1º Pav	Quadrante	-	Estrutura Negativa		
Designação: Composição dos materiais das esquadrias					

Relações estratigráficas			
Anterior	A 2024	Posterior a	1800 aproximadamente
Coberta por	Camada Pictórica	Cobre	Grade Metálica
Cortada por	Batentes	Corta	Alvenaria
Cheia por	Madeira e Metal	Enche	Vão
Adossa em	Alvenaria	É adossada por	Ombreiras pétreas
Outra: Intervenção em 1793			

Alterações sofridas natural				
Antrópica		Bioturbação	Naturais	
Destruição	Não	Animal: não	Degradação	Não
Transformação	Sim	Vegetal: não	Erosão	Não
Reutilização	Não		Outra:	Não
Outra:			Indeterminável	Não
			Sem alteração	Não

Características Físicas					
Estado de conservação		Dimensões		Posição	
		Comprimento	-	Cota máxima	-
Ruim		Largura	1,3m	Cota mínima	-
Razoável		Altura	2,03m	Orientação	-
Bom	x	Diâmetro	-	Inclinação	-
Muito bom		Espessura	-		

Estrutura Negativa (não se aplica)									
Planta		Paredes		Fundo		Perfil		Revestimento	
Circular		Introvertida		Plano		Em "U"		Não	
Subcircular		Extrovertida		Côncavo		Em "V"		Sim	
Elíptica		Verticais		Convexo		Em "Saco"		Tipo	
Sub-elíptica		Irregulares		Em "V"		Piriforme		Argila	
Sub-quadrangular		Outra:		Irregular		Trancocônico		Argamassa	
Em "8"				Outro:		Cilíndrico		Outros:	
Irregular					Irregular				

Estrutura Positiva									
Planta	Retilínea	x	Circular		Curva		Irregular		Outra:

Material construtivo							
Tipo		Consistência		Textura		Tamanho do constituinte	
Pedra		Muito solta		Muito macia		Muito pequeno	
Madeira	x	Solta		Macia		Pequeno	
Adobe (terra/Argila)		Mod. Compacta		Média	x	Médio	x
Argamassa Cerâmica		Compacta		Dura		Grande	
Metal	x	Muito Compacta	x	Muito dura		Muito grande	
Vegetal		Obs:					
Outro:							

Material de União						
Tipo		Consistência		Textura		Outros constituintes (elementos artefatuais, vegetais, metálicos)
Argamassa		Muito solto		Muito macia		
Terra		Solta		Macia		
Argila		Mod. Compacta		Média	x	
Cimento		Compacta	x	Dura		
Vegetal		Muito Compacta		Muito dura		
Nenhum						
Outro: Ferragens						

Técnica Construtiva								
Aparelho Pétreo		Acabamento		Revestimento		Juntas		Elementos decorativos: -
Arbitrário c/ Fiadas		Tosco		Argamassa		Regular		
Arbitrário s/ Fiadas		Argamassado		Estuque		Irregular		
Fiadas regulares		Aparelhado	x	Argila		Aberta		
Fiadas Irregulares		Bujardado		Madeira	x	Disfarçada		
Outro: Madeira Regular	x	Alisado	x	Pedra		Outros:		
		Outro:		Outro: Camada pictórica		Sambladuras		

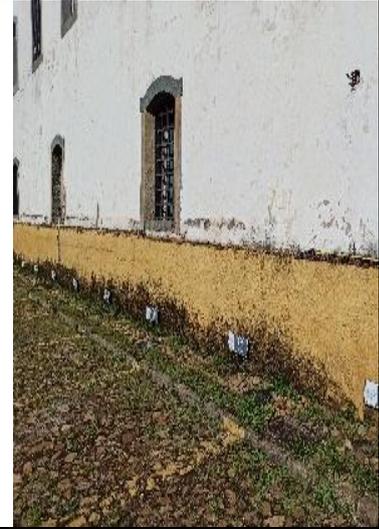
Fonte: Elaborado pelo autor.

3.1.2 Estratigrafias Murárias e do Subsolo.

No contexto de obra de restauração, as estratigrafias se somam às prospecções de solo e de elementos arquiteturais, propiciando pesquisa mais verticalizada da AA, na busca de melhor compreensão do monumento. No caso da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, foram realizadas várias estratigrafias parietais nas camadas de tintas e várias prospecções em cotas positivas e em cotas negativas, além de escavações arqueológicas em locais pré-definidos. Abaixo apresentamos uma tabela com três fotos cada quadro, demonstrando parte do processo da execução das prospecções e estratigráficas.

Figura 68: Tabela fotográfica dos processos de pesquisa.

			Armazém
Prospecção no piso de para diagnostico de sobre camada.	Prospecção na parte externa na edificação	Pontos prospectados	
			Fosso elevador
Escavação de 1.5m de profundidade, equipe de arqueólogos.	Vista lateral do fosso	Exemplo de objetos encontrados, ossos de animais	

			<p>Aqueduto</p>
<p>Fachada posterior com o relevo amarela</p>	<p>Remoção do reboco e descoberta do aqueduto</p>	<p>Aqueduto com marcas preservadas e distinção da parede</p>	
			<p>Sistema do escoamento bojo</p>
<p>Escavação no sistemas de esgoto do bojo de pedra</p>	<p>Peça de pedra que servia de caixa de esgoto.</p>	<p>Peça deslocada do seu local e enterrada a 60 cm de profundidade.</p>	
			<p>Entorno fachada frontal drenagem</p>
<p>Abertura da vala para tubulação de água pluvial</p>	<p>Mini escavadeira, abertura de vala de 1.50cm x70 cm</p>	<p>Acompanhamento arqueológico</p>	

			Sala de reunião
Estratigrafias paraetais	Estratigrafia	Janelas de pospecção	
			Enxovia dos homens pretos
Grafismo das badeiras da enxovia das homens pretos	Registro grafismo das badeiras da enxovia das homens pretos	Janela com os grafismos,	
			Capela
Reconhecimento lateral da fachada	Prospecção para diagnostico de nivel original piso externo	Prospecção para diagnostico de nivel original do piso externo	

			Sala da recepção
Abertura de janelas estratigraficas	Abertura de janelas nas pinturas parietais	Janela de pintura parietal	
			Sala da recepção
Estratigrafias	Prospecções parede e forro	Janela de prospecções no roda teto	
			Drenagem Externa anexo
Vala de agua pluvial	Parte do duto em pedra remanente do sistema original	Alcatruz em pedra arredondada,	

			<p>Capela</p>
<p>Prospecções no retábulo</p>	<p>Remoção de repinturas</p>	<p>Recolocação no centro da capela .</p>	
			<p>Diversas salas</p>
<p>Prospecções parede da enxovia das mulheres</p>	<p>Pesquisa nas paredes da enxovia dos homens pretos</p>	<p>Prospecção no parapeito da janela da sala de reuniões</p>	
			<p>Piso da enxovia e barrotes da sala de reunião</p>
<p>Abertura e coleta dos materiais arqueológicos do entre peso</p>	<p>Verificação da existência de lajeado de pedra original em mais de um ponto antes da remoção do aterro</p>	<p>Objetos encontrados abaixo dos pisos entre barrotes</p>	

			<p>Pesquisa em pontos estratégicos</p>
<p>Remoção de parte de reboco da comua da enxovia das mulheres</p>	<p>Remoção de amostras de reboco a sala de reunião</p>	<p>Remoção de acrezimos e descoberta de assinatura . sala da presidencia</p>	
			<p>Plenário</p>
<p>Desmonte do forro de gamela</p>	<p>Prospecções no forro</p>	<p>Desmonte das simalhas do forro e mapeamento</p>	
			<p>Sala da presidência antiga casa do carcereiro</p>
<p>Descoberta do fogão</p>	<p>Remoção do emparedamento do fogão</p>	<p>Estado original do fogão após limpeza</p>	

			<p>Área externa</p>
<p>Terra das valas de drenagem</p>	<p>Terra passada na peneira</p>	<p>Equipe de arqueologia acompanhando a peneiragem da terra</p>	
			<p>Enxovia dos homens brancos</p>
<p>Escavação sob o solo do bojo de pedra</p>	<p>Manilhas encontradas na escavação do aterro das enxovias</p>	<p>Materal peneirado do aterro das enxovias</p>	
			<p>Vários locais</p>
<p>inverso de jornal encontrado no retábulo</p>	<p>Jornal usado como preenchimento na esquadria da porta da sala da presidência</p>	<p>Jornal encontrado nas esquadrias do plenário</p>	

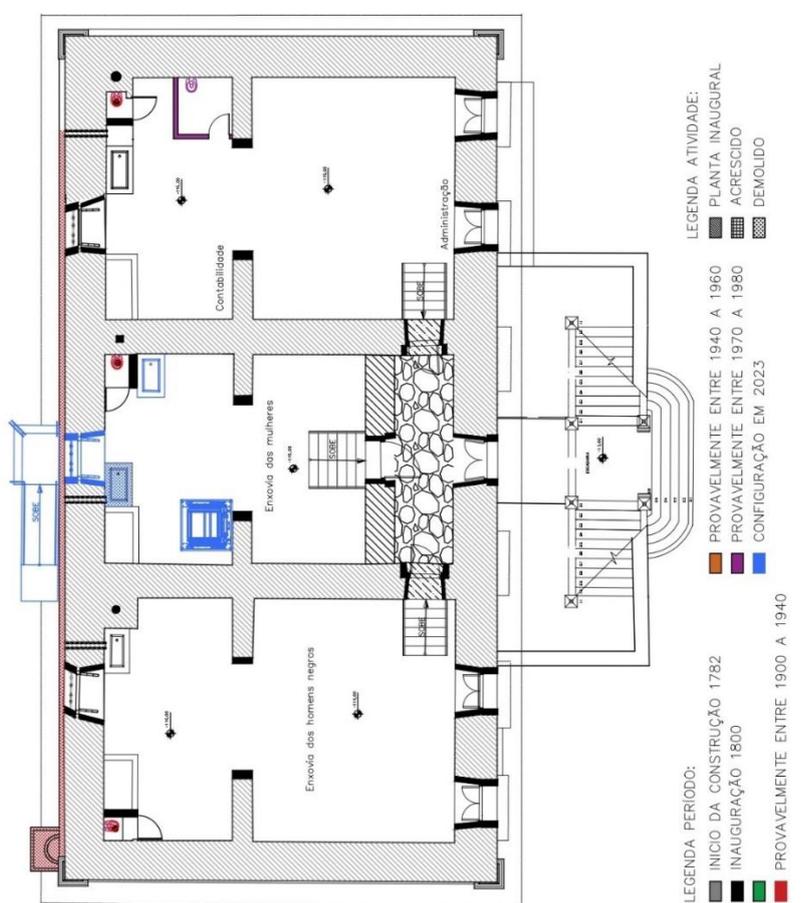
			<p>Corredor de distribuição para as celas (enxovias)</p>
<p>Abertura da janela de repinturas e grafismos no corredor da cadeia</p>	<p>Inúmeros grafismos descobertos, remoção</p>	<p>Vidro de proteção sobre os grafismos, com caneta para visitantes deixarem seu registro</p>	
			<p>Sistemas e água encanada</p>
<p>(Alcatruz), canos de pedra na parede da enxovia dos Homem Brancos</p>	<p>Marcas dos canos de pedra no aquedutos</p>	<p>Canos dentro da parede, para a distribuição do aqueduto para as enxovias</p>	
			<p>Escritório</p>
<p>Separação, limpeza e catalogação das peças encontradas</p>	<p>Separação e catalogação, equipe de arqueologia</p>	<p>Limpeza e seleção de materiais arqueológicos</p>	

Fonte: acervo do autor.

3.1.5. Cronologia

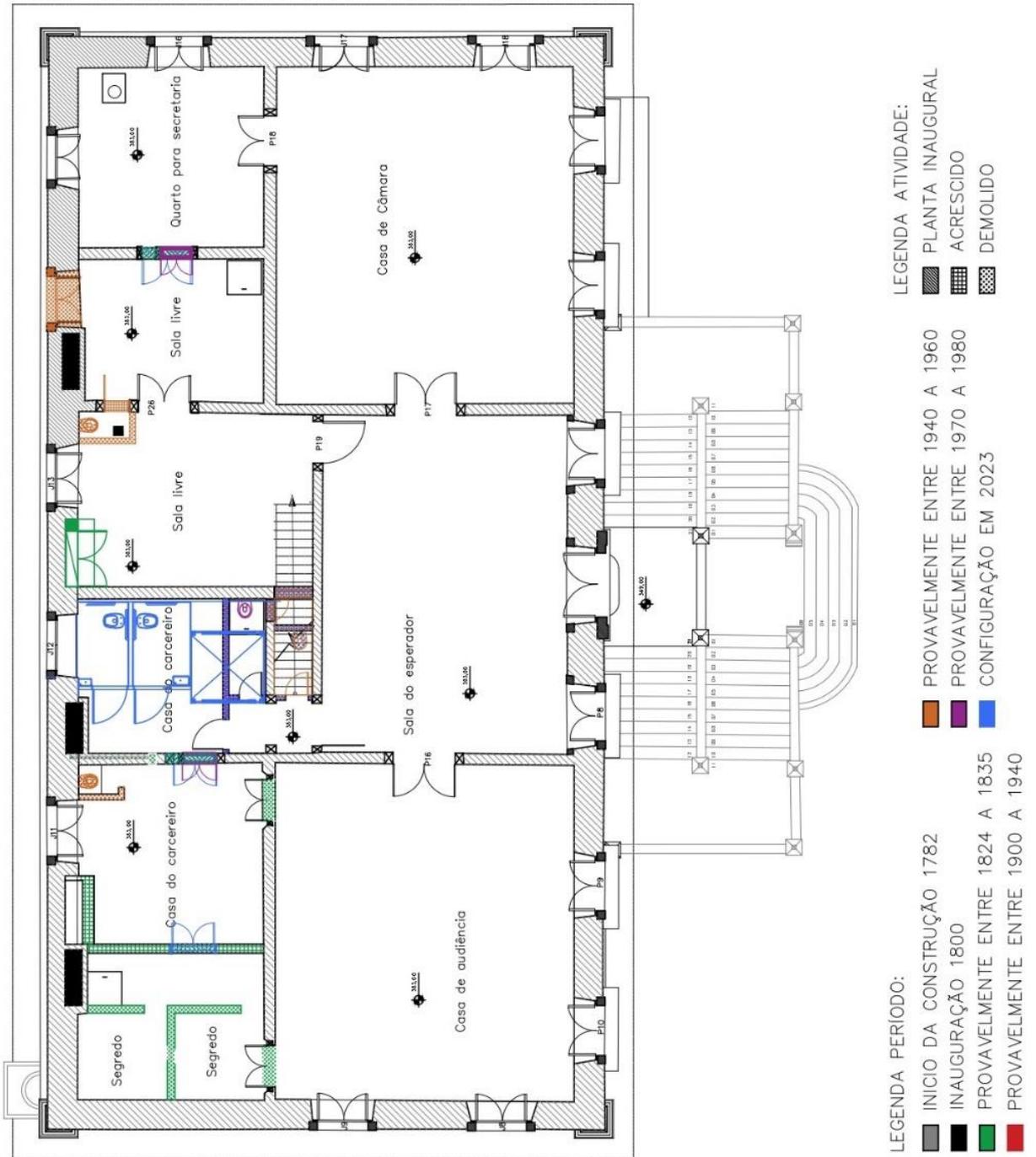
Para apresentar a cronologia, criamos representação gráfica com os dois pavimentos e o sótão da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, demonstrando em cores e em hachuras a evolução das intervenções ao longo dos tempos. Vejamos abaixo:

Figura 65: Planta com cronologia evolutiva da edificação, piso térreo.



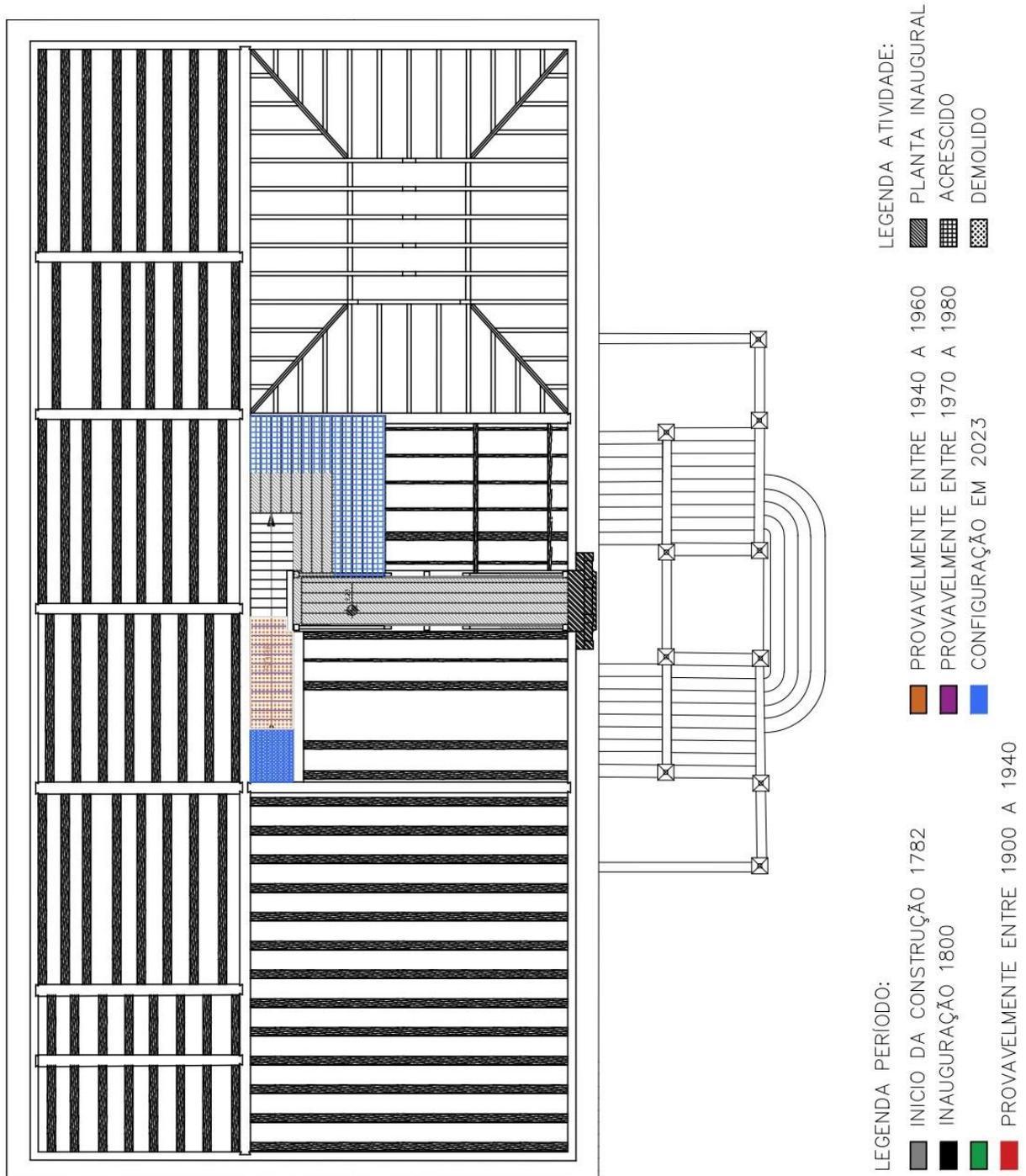
Fonte: elaborado pelo autor

Figura 66: Planta com cronologia evolutiva da edificação, piso superior.



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 67: Planta com cronologia evolutiva da edificação, cobertura (Sótão)



Fonte: Elaborado pelo autor

3.2 Tectônica: análise estilística, material e conceitual da CCCM

A Arqueologia da Arquitetura desenvolvida nos capítulos anteriores nos traz amplo entendimento da materialidade e da cronologia, que nos permite compreender o processo evolutivo da edificação. Já a tectônica se debruça sobre a composição do material, sua técnica de feitura e artesanaria, a concepção formal, estilística e de uso dos elementos arquiteturais.

Desse modo, a tectônica consiste em estudo que fornece entendimento mais abrangente da arquitetura, em que o material e o imaterial podem traduzir aspectos sociais, culturais estéticos, históricos, econômicos, vivenciais e de uso. Assim, a análise da tectônica nos permite compreender as camadas que se sobrepõem no processo de edificação, a exemplo da construção de um telhado, que pode não ser elemento monolítico.

Em realidade, o telhado pode ser formado por inúmeras partes de diferentes materiais, com distintos cortes e sambladuras, madeiras de dimensões variadas de acordo com a necessidade de sobrecarga, de funções e de formas. A partir de tal associação, são formados elementos arquiteturais, como o engradamento, que tem uma função específica, sobreposto pela cobertura, que tem outra função. Desse modo, o telhado se assenta sobre as paredes formando um todo, no que são criadas fachadas, bem como espaços de cheios e vazios, em função de objetivo de uso pré-estabelecido.

Partindo para análise ainda mais minuciosa, percebe-se, inclusive, que, no telhado, um prego confeccionado de forma industrial ou manual, como um cravo, utilizado num caibro, é tão importante para a compreensão da fatura do engradamento quanto para apreciação da integralidade do edifício. Com este simples objeto, o cravo, pode ser observado o tipo de produção, se foi confeccionado à mão ou feito no sistema industrial.

Munidos de tais elementos, é possível datar o momento de uso e a origem do cravo, se o ferro vem da região onde encontrado ou se foi importado. Também podemos examinar se a forma de fixar o cravo apresenta característica específica conferida por determinado construtor. Assim, podem ser desdobradas inúmeras informações, por intermédio da análise tectônica de um simples elemento, a qual, conjugada com os saberes da Arqueologia da Arquitetura, propicia compreensão mais ampla do edifício.

Dessa maneira, um único elemento – quando examinado sob a óptica da tectônica – pode fornecer inúmeros dados. Por exemplo, se um cravo tem composição química de ferro que não é comum na região do edifício, pode-se inferir que veio de outra região, o que demonstra que a concepção arquitetônica ostenta custo mais elevado, dada a busca de *status*, de qualidade específica ou da necessidade de suprir a escassez do referido material. Nesse sentido, em não havendo tal prego, é possível que não existisse, naquela localidade, mão de obra qualificada, com respectivo conhecimento de forja e de construção. Assim, o estudo tectônico de certo material contribui, inclusive, para o exame sócio-histórico e cultural de determinada sociedade em certa época, bem como seu estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico. Compreendida a relevância da análise tectônica, buscaremos, doravante, aplicar seus subsídios no estudo da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

3.2.1. A Casa de Câmara e Cadeia sob a luz da tectônica

O que se observa na edificação é que todos os elementos foram minuciosamente planejados: a escolha da colina com visadas por todos os ângulos da cidade, a tipologia da edificação (solar português), a solidez estrutural com inédito serviço de água e esgoto, sendo uma das mais modernas edificações do seu tempo no Brasil.

Uma abordagem tectônica tem por princípio o estudo de três eixos relacionados a obra, sendo eles: a concepção formal, a materialidade e a técnica. Tomando como base esses nichos de análise, serão apresentadas as seguir as características da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana sob esse olhar tectônico.

- **Concepção Formal**

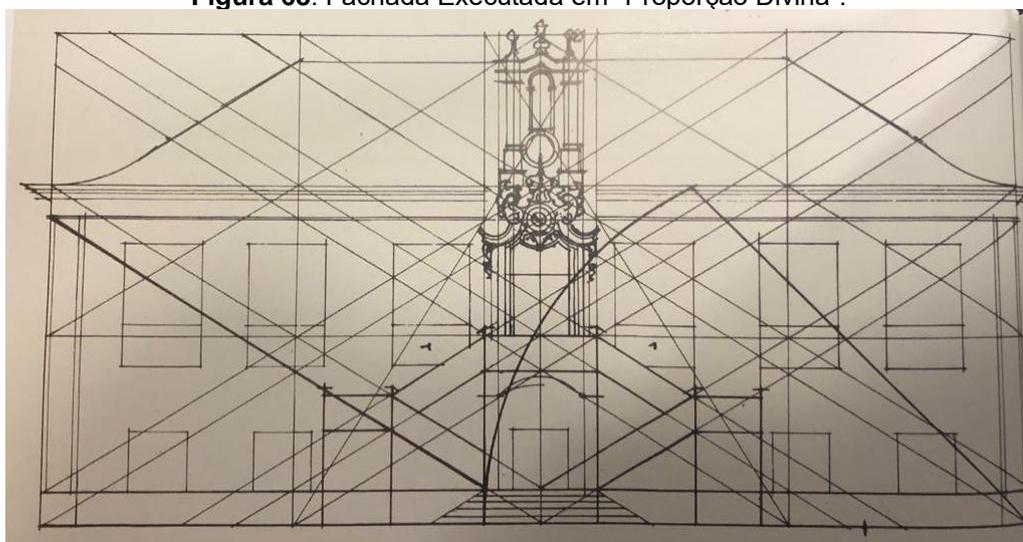
A edificação, do período colonial mineiro, possui características típicas dessa época ao mesmo que tempo que remete à Arquitetura das Quintas Portuguesas. No que diz respeito à construção das Casas de Câmara e Cadeia, a criatividade do mestre de riscos (arquiteto) e do construtor se limitava a seguir os padrões e normas estabelecidos pela Coroa. O que se observa no caso de Mariana, é uma particularidade dos traços característicos do arquiteto, evidenciados nos elementos construtivos e nas ornamentações empregadas, além de trabalhar os elementos estruturais de modo a torná-los parte dos ornatos e do estilo do edifício.

O projeto elaborado por José Pereira dos Santos, em 1762, exibe um retângulo, de paredes maciças, com aproximadamente um metro de espessura, e seus espaços divididos conforme as necessidades e orientações da Coroa: cadeia no pavimento inferior, o espaço de correção e a câmara no pavimento superior, o legislativo, administrativo e judiciário.

Foi utilizado, segundo Barreto na revista do IPHAN n.º 11 (1947), o módulo geométrico, o qual originava, muitas vezes, “retângulos dinâmicos”, ou seja, retângulos “de proporções irracionais” ($\sqrt{2}$, $\sqrt{3}$, $\sqrt{5}$ e $(\sqrt{5}+1/2)$) (IPHAN, n.º 11, 1947, p. 157). Neste documento, consta, ainda que a “figura” da câmara ordena ritmos através de diagramas abstratos, onde, no caso de Mariana, a fachada foi modulada segundo a “divina proporção” (Figura 25), tendo seu frontispício a composição e decomposição do retângulo áureo. Nota-se, portanto, que “dava-se preferência ao quadrado ou as formas por ele geradas” (Barreto. n.º 11, 1947, p. 157). Considera-se, portanto, que o “partido ou sentido da diagonalidade é posto em evidência na edificação marianense”.

Subordinava-se, ainda, às relações geométricas os elementos de distribuição, bem como a circulação e os elementos construtivos decorativos. Percebe-se que os cômodos da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana guardam as relações com o quadrado, da mesma forma que eram aplicados também nos vãos e varandas. Corroborando com tais informações, observa-se que a medida da altura das esquadrias era o dobro da medida da largura das mesmas, explicitando o cuidado do projetista com a aplicação da proporção áurea (Figura 68; Figura 69).

Figura 68: Fachada Executada em “Proporção Divina”.



Fonte: Revista do Iphan n.º 11, 1947.

Figura 69: Fachada frontal da edificação.



Fonte: Acervo do Autor

Os conceitos que imperam nessa edificação dizem respeito ao lugar que as pessoas ocupavam dentro da hierarquia social; embaixo, precisando de correções, ou em cima, determinando as correções.

Aplicando a teoria da tectônica, no que tange à concepção, voltada para a escadaria da CCCM, percebe-se que ela foi projetada para enaltecer seu sentido hierárquico, que, com seu tradicional uso de tribuna permite que se compreenda a expressão teatral que ela possui, sobretudo ao se observar a portada com o brasão da Coroa, como aponta a revista n.º 11 do IPHAN (1947).

A escada foi concebida com cinco lances, sendo um deles perpendicular e os outros quatro paralelos à fachada, divididos dois a dois em direções opostas e com amplos patamares entre eles. O guarda corpo é ornado de corrimão moldurado, e possui, ainda, “cunhais e pilastras com pirolas⁷”, além de “quartilhas⁸ contrapostas às colunas” (Barreto, 1947, p. 121). O arco abaixo da escada, bem como o vão, foi projetado para “receber sobre si o patamar [...] da entrada”, tendo sido utilizadas as mesmas pedras de revestimento do lado de fora e em volta do mesmo (Barreto, 1947, p. 121)

⁷ Pirolas: Pináculo. Elemento decorativo que encima uma coluna ou pilastra.

⁸ Quartilha: Pequena

Figura 70 a, b, c e d: Detalhes da cantaria da escadaria principal, 2021.



Fonte: Acervo do autor.

Analisando-a minuciosamente, observa-se que a escadaria é mais do que um elemento de acesso, sendo palco para os eventos públicos, permitindo que estes fossem vistos, através dos efeitos cênicos, como um símbolo majestoso da superioridade da Coroa sobre os colonos.

Através dos diferentes níveis com os quais a escadaria foi concebida, buscava-se reforçar a ideia da discrepância, sobretudo, econômica, social e política que existia na época. Desta forma, os representantes da Coroa ficavam sobre a escada, de frente à portada, notadamente em um nível superior aos demais cidadãos, que se dividiam os fidalgos no patamar intermediário e o povo ficava no nível do chão, equiparados aos presos. A soberania da Coroa era reforçada nesse ato, quando ao levantarem a cabeça para ouvir o que estava sendo dito, naturalmente voltavam seu olhar para o brasão da Coroa portuguesa.

Portanto, a escadaria da CCCM, foi concebida para explicitar, de forma simplificada, a ideologia e filosofia do período, utilizando-se de símbolos, cenografia e diferentes posicionamentos do espectador e ator, tanto no espaço físico, quanto social, transmitindo, assim, suas ideologias de forma direta e indireta.

- **Materialidade**

No que diz respeito à materialidade da teoria da tectônica, ao se analisar a CCCM, percebe-se que esta foi construída com materiais abundantes na região, tais como; a pedra sabão, aplicadas na tarja e portada, pedra de xisto utilizado nas colunas,

cunhais e marcos das esquadrias e quartzito usado nos pisos das enxovias e nas paredes (figura 71)

Figura 71 a, b, c e d: Detalhes em cantaria da edificação, 2021



Fonte: Acervo do autor.

As madeiras utilizadas no sistema construtivo, esquadrias pisos e forros. As madeiras de ipê, angelim, jacarandá e canela, todas existentes nas proximidades, foram utilizadas na execução do engradamento do telhado e dos forros. No barroteamento do piso, esteios, madres e frechais utilizou-se faveiro, candeia branca, aroeira, braúna e canela, enquanto no taboamento do assoalho utilizou-se jatobá e angelim e no forro cedro e angelim, espécies encontradas na região, comum no uso de edificações coloniais (Figura 72 e 73).

Figura 72 a, b, c e d: Detalhes em carpintaria da edificação, 2021



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Figura 73 a, b, c e d: Detalhes em carpintaria da edificação



Fonte: Acervo do autor, 2021.

O método empregado nessas madeiras envolve várias técnicas e ferramentas, indo desde o corte das toras em natura, realizado com machados ou serra-traçador, até o respectivo transporte por carros de boi ao canteiro de obra. Após a seleção, eram feitos cortes nas espessuras específicas para cada utilização e necessidade, cortes com traçados, serrotes e desbastadas com enxó e plaina, tudo manualmente. Tais ferramentas deixaram inúmeras marcas nas peças, que as distinguem de outras peças de outros tempos, tanto no tipo de marcas das ferramentas quanto na espécie de madeiras empregadas.

A areia e a cal foram muito utilizadas para a execução de argamassas colantes, além de rejantes e de rebocamento, com o devido cuidado que o método construtivo em taipa e pau-a-pique requer, servindo também para a junção nas alvenarias de pedra. Na pintura das superfícies das paredes, foi utilizada cal pigmentada com óxido de ferro nas cores vermelho, ocre e na cor branca natural.

Os materiais empregados para as alvenarias também caracterizam o período construtivo da edificação, como demonstrado pelas técnicas milenares de adobe, pedra com juntas secas e argamassadas, pau a pique, tijolos cerâmicos e uso da cal. Note-se que tais técnicas foram empregadas por todo o período colonial e imperial brasileiro, evidenciando a tradição europeia de construção. No entanto, as técnicas de produção desses materiais se diferem, em certa medida, das europeias, seja pela escassez de determinado material, seja por serem utilizados materiais e mão de obra próprias do local de clima tropical. Assim, as técnicas milenárias foram adaptadas às necessidades climáticas e físicas daquelas localidades.

Percebe-se na (Figuras 74), a cor do adobe característica do solo argiloso do local, com fibras naturais e detalhe construtivo de encaixe entre as peças. Na montagem da alvenaria, entre as juntas dos adobes, observou -se quantia de incrustações de pequenas pedras, que serviam, provavelmente, para auxiliar a ancoragem do reboco e o nivelamento da superfície. Nas alvenarias, foi observada, além de pedra e de adobe, a utilização de tijolos cerâmicos na construção de partes específicas, como as chaminés, parte das coifas dos foços do piso superior, de cor clara e de grande dimensão. Apesar do tijolo cerâmico ser usado a milênios, no Brasil, seu uso só foi implementado no final do século XVIII e ganhou mais expressividade no século XIX, o que nos informa sobre a evolução social e econômica do local, visto que ainda era rara a existência de olarias nesse período.

Figuras 74 a, b, c, d, e, f, g, h e i: Detalhes dos elementos compositivos das alvenarias; pau-a-pique, adobe, tijolos cerâmicos e treliça de taquara, respectivamente, 2021



Fonte: Acervo do autor.

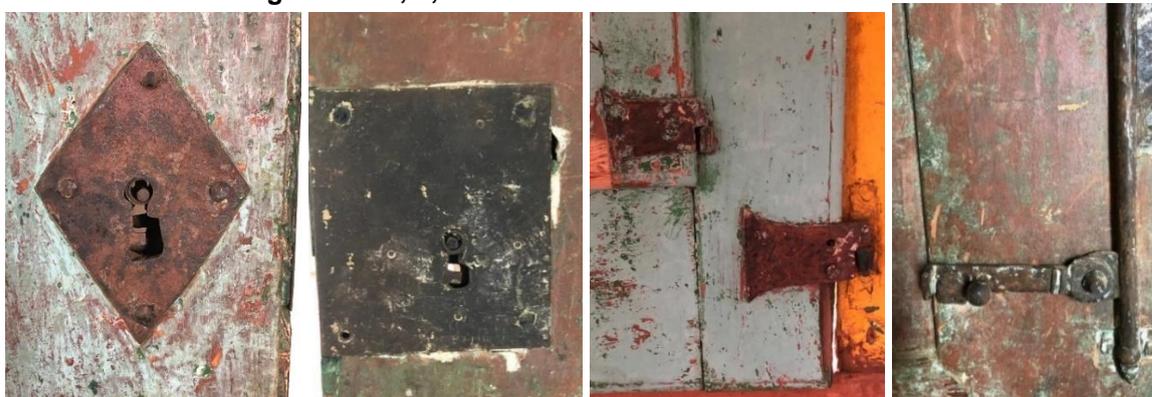
Para a cobertura do telhado, desenvolvido em quatro águas, foram utilizadas, telhas de cerâmica, do tipo capa e bica, confeccionadas em canteiro, observando-se a escolha por aquelas que possuíam tamanho padrão e demais características heterogêneas. A produção das telhas se iniciava com a escolha de barro argiloso, com características específicas, sendo executadas uma a uma já no canteiro de obra. Após a argila ser limpa e refinada, separavam-se pequenas partes, e, com o auxílio de um rolo de madeira, abria-se a argila no tamanho desejado sobre uma plataforma de madeira. Com a base moldada em retângulos pronta, iniciava-se a fase de moldagem e secagem, com o auxílio de formas côncavas de madeira. O material era, então, sobreposto e colocado ao sol para secar, o que levava certo tempo.

Tal trabalho era realizado pelos escravizados, que faziam a abertura da argila na plataforma sobre as coxas. Disso resulta a crença popular de que as telhas eram montadas nas coxas dos escravizados, ou ainda, “feitas nas coxas”. Tal expressão costuma designar algo feito de qualquer jeito, já que teriam sido produzidas diferentes telhas, com marcas e espessuras irregulares⁹.

Nota-se um grande destaque do trabalho de cantaria realizado na fachada, ao se observar a escadaria, a portada com o brasão e o campanário emoldurado com relógio e encimado por pináculos.

Os elementos em ferro como, grades, cravos, dobradiças, trincos, fechaduras foram executados também no local, já que a região é rica em ferro, a forja era uma técnica comum ao local.

Figuras 75 a, b, c e d: detalhes dos elementos metálicos



Fonte: Acervo do autor.

⁹ Vide os seguintes sítios eletrônicos: ‘Nas coxas’ não tem nada a ver com telhas e escravos | VEJA (abril.com.br), O MITO DA TELHA FEITA NAS COXAS (brauliomouraetc.blogspot.com).

Figuras 76 a, b, c e d: Detalhes elementos metálicos



Fonte: Acervo do autor.

Figuras 77 a, b e c: Detalhes elementos metálicos



Fonte: Acervo do autor.

Apesar das escolhas dos materiais estarem limitadas as possibilidades locais, foi possível manifestar todos os interesses plásticos da construção, nas suas características referentes ao estilo, texturas pretendidas e com os trabalhos ornamentais executados nas cantarias e nas talhas das madeiras, notando-se, assim, sua função estrutural associada à função estética, ornamentando a edificação. Diante disso, sob à luz da tectônica, nota-se que a escolha dos materiais é uma etapa, conjunta com a concepção, que interfere diretamente nas características do estilo da CCCM.

Analisando a materialidade da escada externa da CCCM, observa-se a utilização de pedra xistito em todos os seus degraus e lajes de pedra quartzito revestindo os patamares. O guarda corpo é revestido de pedra pela parte de dentro e “ornado de corrimão moldurado”, de pedra quartzito assim como os “cunhais e pirolas” (IPHAN, 1947, p. 121).

No arco sob a escada foi utilizado pedra para bem delimitá-lo, e sua correspondência, abaixo dele, de tijolos e cal e as paredes do hall, internas ao arco de maciço de pedra e cal (IPHAN, 1947, p. 121). Os maciços abaixo dos degraus foram preenchidos com terra e pedras, estruturando a escadaria.

As paredes da escadaria foram revestidas com reboco mineral composto por areia e cal, com acabamento em caição de cal, sendo utilizados pigmentos ou não nos diferentes momentos.

- **Técnica**

Acerca das técnicas utilizadas, sabe-se que são as técnicas tradicionais do período: o engradamento do telhado composto por sambladuras e encaixes, feito, com ferramentais manuais de tipo formão e enxó, observando-se, em alguns pontos, cravos para fixação. Os elementos de cantaria foram ricamente trabalhados por canteiros e pedreiros; as ferragens desenvolvidas especificamente para essa edificação foram forjadas em canteiro de forma simples, mas, robustas, sobretudo as grades da cadeia, notadamente de ferro forjado e engastado as pedras.

Nas pedras utilizadas na edificação, observa-se a utilização de diversas técnicas, dentre elas a cantaria, que consiste em lavrar a rocha dando-lhes formas ornamentais para aplicá-la à edificação. Outra técnica aplicada foi utilizada em uma parte das enxovias e consiste na instalação de lajes de pedra, lavradas “apresentando juntas feitas de picão miúdo e bem unidas” e em outra parte foram instaladas lajes de pedras “toscas”, mas faceadas (IPHAN, 1947, p. 117).

Para os elementos de cantaria que necessitavam maior trabalhabilidade, utilizou-se a pedra sabão; desta forma era possível moldá-la através da utilização de picareta de pedreira, ponteiro, cinzeis etc.

A finalidade primeira do uso da rocha é para compor a estrutura, mas também é usada como ornamentação, ou como encontrado em alguns elementos, a união da estrutura e do ornamento. Podemos destacar os cunhais, as molduras das esquadrias e arcos, e o guarda-corpo da escadaria principal da Casa de Câmara e Cadeia como exemplos dessa união estrutura-ornamento, nos quais se encontram a função principal estrutural assim como a função estilística.

Figuras 78 a, b e c: Detalhes em cantaria da edificação, 2022



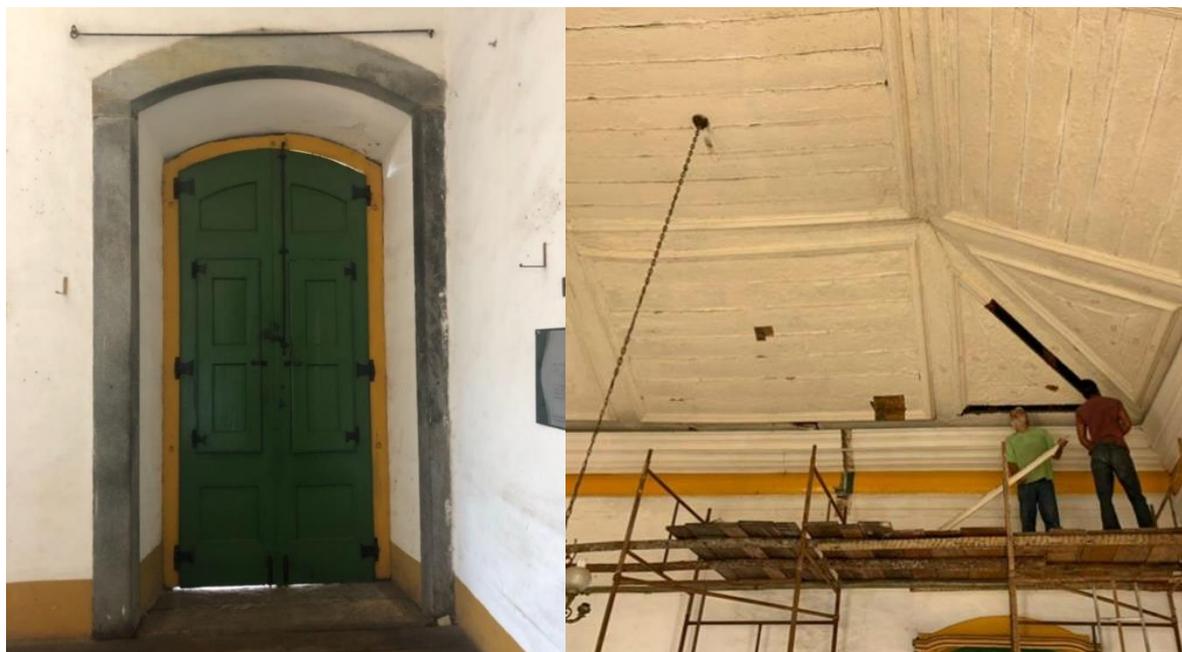
Fonte: Acervo do autor.

A técnica adotada na execução do piso de madeira, consiste na instalação de barrotes maciços de braúna ou aroeira, “fazendo todo o comprimento da enxovia” e sobre ele, correspondendo ao assoalho, instalou-se taboado de madeira, onde as tábuas eram trabalhadas em enxó e pregadas com pregos caibrais e de pau-a-pique. (IPHAN, 1947, p. 117). As toras de madeira, antes de serem convertidas em tábuas, eram trabalhadas em canteiro, utilizando ferramentas de desdobramento e corte, como grupião, arco de pua, plaina, enxó e serrote.

A madeira tem seu protagonismo nos trabalhos feitos nas esquadrias, nas portas e janelas, não somente como elemento funcional da esquadria, mas também nas características de ornatos como as almofadas das portas e janelas. Também é possível verificar um protagonismo da madeira nos forros internos da Câmara. Algo que seria um elemento simples, apenas um forro estruturado com a função de isolar o ambiente das instalações do telhado, é usado em formas geométricas, criando, mostrando uma preocupação com a estética que o material pode proporcionar.

Nas paredes de vedação, constituídas com pedras e tijolos de adobe, a cal participa na argamassa e nas tintas usadas, trazendo na sua verdade da técnica e do material a imagem e textura do estilo característico da edificação. A utilização da cal na construção proporciona maior conforto dos ambientes internos, visto a sua capacidade de permitir a “transpiração” das paredes, e por consequência, dificulta o aparecimento de infestações por fungos, mofo, devido ao balanço higroscópico da cal entre o exterior e interior de uma edificação, além do benefício estético, ao se perceber o acabamento aveludado. Vejamos:

Figuras 79 a e b: Porta de Madeira Almofadada – Exemplo do uso da madeira ornamentada e Forro de gamela exibindo os trabalhos ornamentais geométricos compondo os caixotões, 2021.



Fonte: Acervo do autor.

As paredes internas, foram executadas utilizando a técnica de adobe, que consiste na compactação de terra em fôrmas pré-moldadas de madeira, aplicadas diretamente ao local de instalação, não necessitando de queima.

Analisando as técnicas aplicadas na construção da escadaria principal, observa-se que ela possui como principal método construtivo a alvenaria de pedra fixadas com argamassa de areia e cal, sobrepostas para conformar a estrutura, finalizadas com reboco e caiadas com cal e pigmentos.

Para o manuseio e aplicação das pedras, elas eram retiradas de pedreiras regionais, levadas até o local ainda na forma bruta. Após chegarem no local da obra, estas eram cortadas, lavradas e esculpidas de acordo com o projeto estabelecido. Os pisos e espelhos dos degraus são compostos de um bloco único, com bocel, encaixados na estrutura lateral. Os patamares possuem grandes lajes de pedra acabadas, sobrepostas ao preenchimento de terra dentro do vazio estrutural da escada.

Na parte interna do guarda corpo, nota-se lajes de pedras inteiras, sobrepostas, algumas possuindo rasgos para que pudessem ser realizados os encaixes e amarrações, através de travamento pinado em pedra, garantindo a estabilidade do elemento, e outras ligadas através de um processo de pressão com cunhas. Como

acabamento e finalização, utilizou-se argamassa de areia e cal para embocar as paredes, fazendo o arremate com caiação em cal.

Como exposto, a partir do viés da tectônica é possível decifrar a Arquitetura a partir de sua estética, sua materialidade e sua forma, sendo fundamental, tanto à compreensão de seu valor enquanto patrimônio cultural quanto em relação à sua historicidade. Ao aplicar a teoria tectônica na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, procurou-se atualizar as análises historicamente situadas, mostrando as possibilidades de aplicação da tectônica às análises de diversas edificações ou conjuntos arquitetônicos, incluindo os setecentistas.

Ao compreender a teoria tectônica através de conceitos aplicados à edificação, através da leitura dos elementos existentes, com ênfase na escadaria principal, utilizou-se a análise das relações formais, técnicas e materiais como estruturas indissociáveis e interdependentes.

3.2.2 Análise da concepção projetual (escadaria e capela)

Escadaria

Analisando o projeto desenhado em 1762, tanto sua concepção quanto sua execução, percebem-se extremo cuidado com a técnica e com o material a serem empregados, preocupação com a qualidade, a estética e a função dos espaços. O projeto de José Pereira dos Santos se diferencia dos demais em decorrência do cuidado na condução da água e do esgoto, da individualidade das enxovias, da manutenção e da conservação do piso com água corrente, da preocupação com a salubridade dos presos e dos que trabalhavam na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. A configuração de seus espaços é muito proporcional, atendendo ao programa de necessidade da época, mas se insere, sem grandes mudanças, no programa de Casas de Câmara e Cadeia existentes em Portugal e no Brasil dentro do mesmo período colonial.

Um dos aspectos mais atrativos da fachada principal é o conjunto de elementos escultóricos em cantaria da escadaria, da portada e do campanário. Eles sempre foram compreendidos como itens decorativos que enriqueceram a estética, trazendo sofisticado componente barroco na forma retangular mais simplista da edificação. No

entanto, com os estudos desenvolvidos para compreender melhor esse espaço, foi observado um lado intangível e uma intencionalidade projetual que escapava até o presente: a escadaria é pensada como elemento teatral, enquanto palco em que há balcões, frontispícios, boca-de-cena e distinção de ocupação de cada espaço por determinada classe. Nesse sentido, o representante maior do rei comunica à comunidade as leis, as obrigações e os deveres da sociedade a partir do balcão principal. O primeiro balcão ou primeiro patamar poderia ser ocupado pela elite da época, enquanto o povo ficaria no térreo, no mesmo nível das celas da cadeia. A presença do Pelourinho também reafirmava o poder da coroa e compunha esse cenário, transmitindo ideário de estratificação social facilmente assimilado pelos moradores de Mariana. Assim sendo, nosso estudo permite o próprio questionamento da divisão que havia naquela comunidade, permitindo que a estrutura sólida do edifício comunique aspectos de ordem sociológica e antropológica. Quanto a isso, revelam-se precisas as seguintes afirmações de Froner (2023):

Se a cultura material compreendida nos estudos e nos processos de intervenção de restauração do prédio da Câmara e Cadeia de Mariana se apresenta como um recorte ideológico, fundamentado por modelos que reforçam o poder, esse mesmo programa propõe um outro olhar em relação aos distintos tempos sobre o espaço, subvertendo o que a tradição estabelece como posto: as falas dos degredados, dos marginalizados, todos encarcerados e dos trabalhadores comuns podem ser ouvidas no mesmo regime de qualificação daqueles que hierarquicamente dominaram o espaço (Froner, 2023, p.126).

Note-se, portanto, que cada elemento arquitetônico é responsável por denotar a forma hierarquizada como aquela população de Mariana interagiu, diante de cenário estratificado, na Casa de Câmara e Cadeia. Desse modo, a escadaria não constitui apenas elemento de acesso, dizendo respeito a aspecto central na comunicação do poder da coroa frente aos súditos, um grande parlatório para a praça rodeada pelos dois monumentais edifícios, a Igreja de São Francisco e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Nesse cenário, os elementos arquiteturais são simbolicamente representativos do veemente poderio da Igreja e da Coroa, bem como da falta de prestígio social dos súditos.

Capela de Nosso Senhor dos Passos

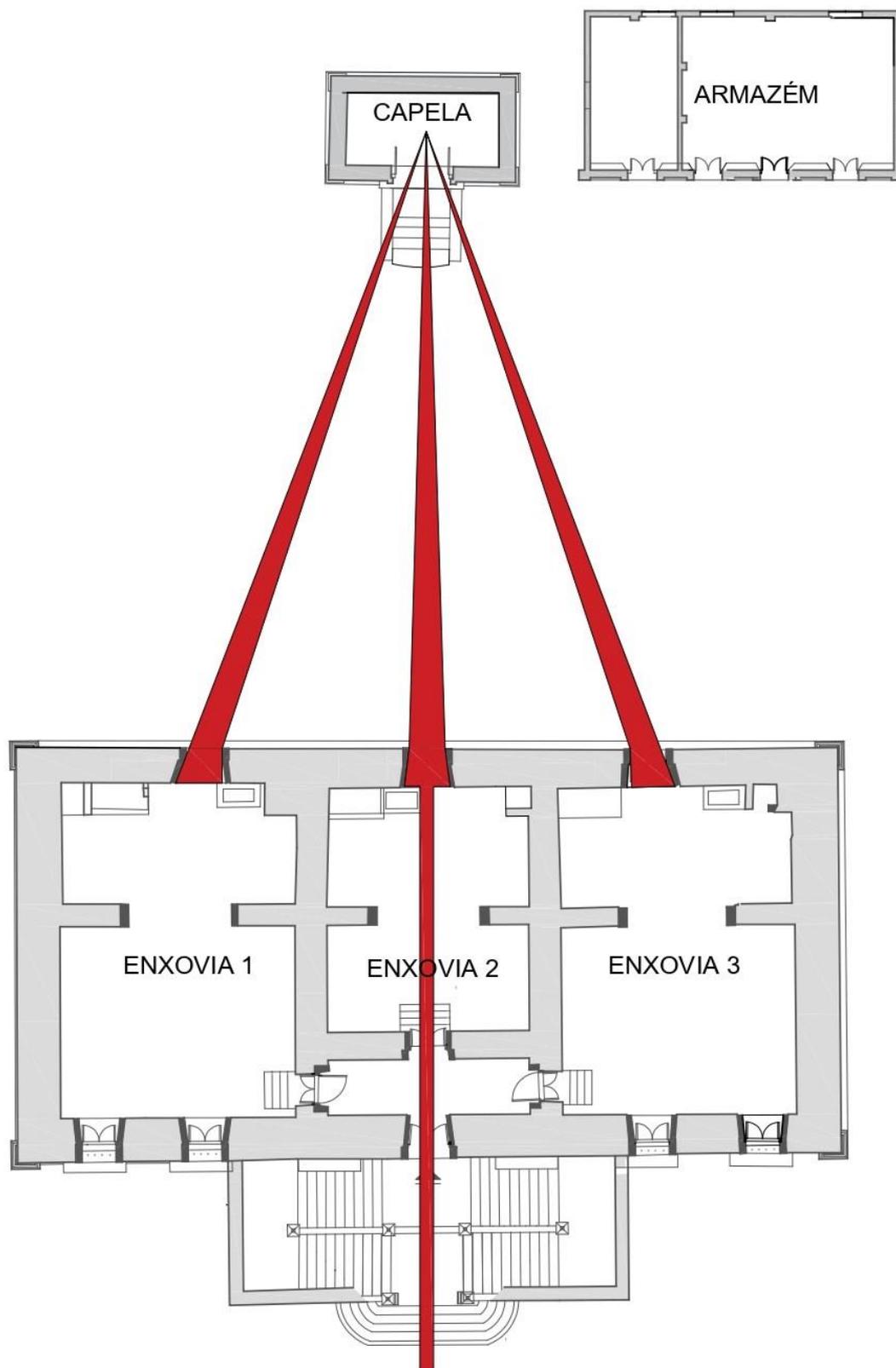
A Capela de Nosso Senhor dos Passos foi o primeiro elemento a ser erigido quando do início da obra de construção da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. À sua frente, existia outra capela, dedicada a São Jorge, a qual foi derrubada, havendo dados concretos a respeito de seu tamanho. Posteriormente, foi construída nova capela, dedicada ao Nosso Senhor dos Passos.

A importância da capela vai além da questão espiritual, pois ela entra no processo compositivo da estrutura do prédio principal. A porta da capela, com a sua pouca profundidade, abre-se para um retábulo central, onde poderiam ser celebradas missas e eventos religiosos, a fim de que todos os presos participassem a partir de suas celas. Desse modo, forma-se linha imaginária que percorre a capela, passando pelo centro do prédio, até alcançar a Igreja de São Francisco.

Note-se que, com todas as portas e janelas abertas, é possível ver o centro da capela, com imagem entronizada em seu retábulo. Tal elemento compositivo foi tão importante que as duas celas laterais possuem ombreiras das janelas – tanto do lado direito quanto do lado esquerdo – em pedras de 1,5 m, com acentuada diferença de seus ângulos, inclinadas de modo a fornecer maior visibilidade para a capela, por intermédio de seu eixo central. Esse componente projetual nos permite entrever a relevância da Igreja no contexto sociopolítico do período colonial, em que se fazia crer que o detento, embora com seu corpo encarcerado, poderia ter sua alma liberta, por intermédio da salvação cristã.

A capela era usada para eventos e para a celebração de missas para os presos, mas também pela irmandade que havia perdido a capela de São Jorge. Assim, houve ampliação do uso da capela, que foi transformada em mais um passo para a cidade durante a Semana Santa.

Figura 80: levantamento da edificação com detalhes da angulação da janela para aumentar a visibilidade da missa. Demonstra a importância da igreja na construção de prédio público no período colonial, 2022.



Fonte: elaborado pelo autor

Figuras 81 a e b: sombra da capela projetada na fachada posterior da Câmara e fachada da capela.



Fonte: Acervo do autor

Figuras 82 a e b: alinhamento da porta de entrada da cadeia com a capela.



Fonte: Acervo do autor

Cabe frisar que as informações relativas à compreensão da existência de eixo central na capela foram obtidas por intermédio de nossos estudos, com a aplicação da tectônica sobre o levantamento cadastral obtido com auxílio da Arqueologia da Arquitetura. Assim, tais dados foram empiricamente obtidos, não havendo informações de que essa análise já tivesse sido realizada em pesquisas anteriores.

4 RESULTADOS DA INTERSECÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E TECTÔNICA NO PROCESSO DE RESTAURO

Com base nos estudos e nos levantamentos realizados por meio da Arqueologia da Arquitetura e da Tectônica, apresentados na seção anterior, foi possível comprovar o processo de transformação cronológica da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, bem como decifrar elementos variados, a exemplo do sistema de água e esgoto original do século XVIII e da cronologia, devidamente contextualizada, das diferentes camadas sobrepostas das paredes, com seus respectivos padrões decorativos, levando em conta diferentes épocas e distintas intervenções.

Assim, nossos estudos possibilitaram ampla compreensão das necessidades do edifício quanto à manutenção de suas características estéticas e históricas, o que buscamos implementar em nossa proposta de intervenção.

Para tanto, definimos nossos critérios a partir da teoria relativa aos sistemas de valores de Riegl, por intermédio da leitura crítica mediadora de Castriota (2022). Note-se que, conforme Castriota (2023), buscamos desenvolver nossa pesquisa incluindo a relevância do valor social do prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Vejamos:

Aqui estamos frente a um novo desafio: tratar não só os valores tradicionalmente abordados pela conservação – notadamente histórico e o estético - e aventurar-se na análise dos outros valores também presentes, especialmente aqueles conhecidos como "valor social" (Castriota, 2023, p. 58).

Nesse sentido, atentamos tanto para os valores de rememoração (ancianidade, histórico e rememoração intencionados) quanto para os valores de contemporaneidade (uso, artístico, novidade e artístico relativo). Note-se que tais subsídios teóricos constituíram a base do projeto inicial, permeando todo o processo de execução do restauro, no que tange às alterações e às novas propostas de apresentação de elementos restaurados. Nossas múltiplas preocupações de ordem perquisitiva foram devidamente observadas por Froner (2023), que vislumbrou a dimensão holística de nosso trabalho:

A busca da fenomenologia dos sentidos é o princípio que rege aplicabilidade da “Arqueologia da Arquitetura”, proposta no trabalho de Adriano Furini no processo de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. As escolhas das intervenções de não foram apenas subsidiadas pelos exames físico-químicos ou pela intensa pesquisa das fontes documentais – necessárias a qualquer obra –, mas, antes de tudo, por critérios estabelecidos por meio do aporte filosófico que o método dispõe na busca de uma compreensão holística do objeto (Froner, 2023, p. 138).

Saliente-se, portanto, que nossa pesquisa é fruto de integração de saberes, no que buscamos conjugar a Tectônica, a Arqueologia da Arquitetura e a Teoria do Restauo. Acreditamos que tal diálogo pode contribuir para a elucidação da cronologia do prédio e de aspectos socioculturais nele consubstanciados.

4.1 Modelo evolutivo proposto pela AA (análise cronológica, análise funcional, análise sociocultural)

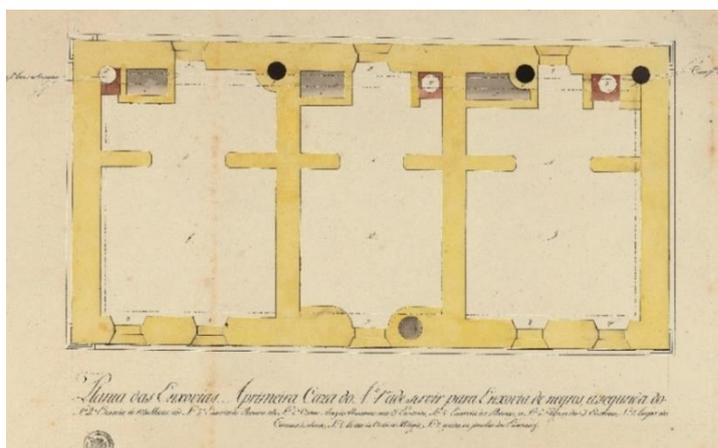
Foram elaboradas seis plantas de diferentes períodos, com alterações pontuais, refletindo os usos de acordo com as mudanças socioculturais de cada época. As plantas números 1 e 2, também chamadas de risco, foram elaboradas pelo mestre de risco José Pereira dos Santos, em 1762, sendo utilizadas para a construção da edificação.

Apesar da precisão descritiva no caderno de encargos deixado por Santos, no momento da construção, foram realizados pequenos ajustes de *layout*. As mudanças assumidas por José Pereira Arouca ocorreram devido a questões técnicas como, por exemplo, os dutos de esgoto que passariam pelo entremeio da janela, caso fossem executados como o projetado. Além disso, foram removidas as escadas em espiral da recepção que dava acesso ao sótão, e os pisos das celas foram alterados, executados em um único nível, no que foi eliminando o desnível entre a cozinha e o restante da sala.

Outro fator importante a ser considerado foi o tempo entre o risco e a execução: exatamente 20 anos, tempo suficiente para que houvesse evolução da tipologia das Casas de Câmara no país, deixando a planta original obsoleta esteticamente e quanto a seu funcionamento. As principais substituições ocorridas foram estas: a construção de corredores de acesso às celas (em vez dos alçapões costumeiros), fachadas mais ornamentadas (exemplificada pela Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto,

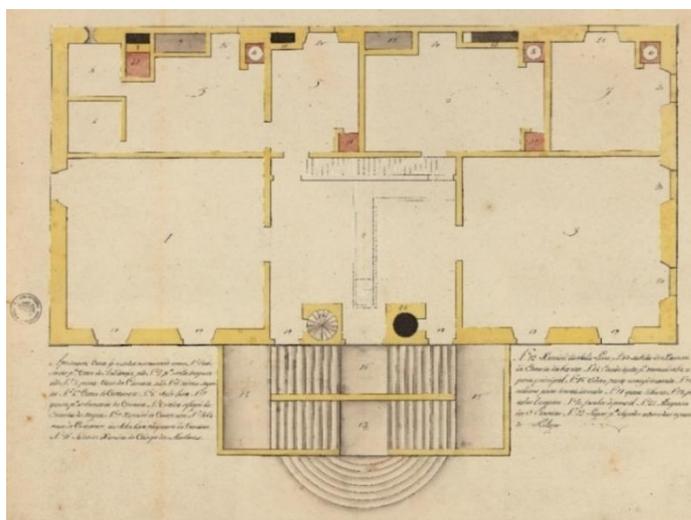
contemporânea à de Mariana) e a divisão da sala livre (que, no risco, estava com apenas uma grande sala e, após alteração, teve a latrina deslocada, bem como a inserção de uma porta para a antessala). Vejamos as plantas A e B do nosso objeto de estudo:

Figura 83: Planta A da Cadeia de Mariana – José Pereira dos Santos, 1762



Fonte: Biblioteca Mario de Andrade

Figura 84: Planta B da Câmara de Mariana – José Pereira dos Santos, 1762

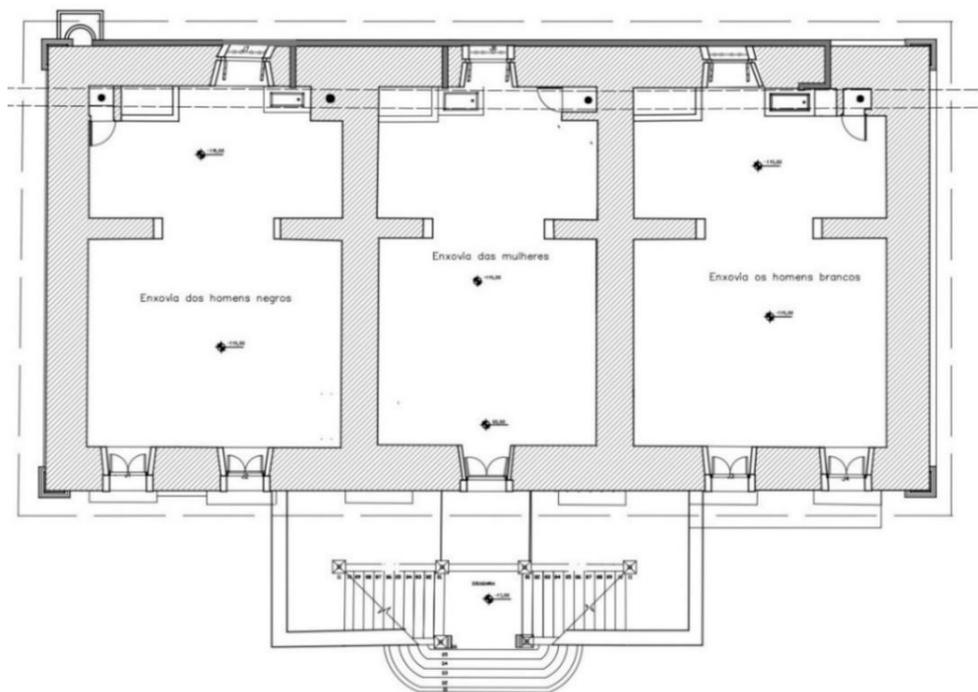


Fonte: Biblioteca Mario de Andrade

A construção assumida pelo renomado construtor José Pereira Arouca seguiu, de 1782 a 1790, respeitando quase integralmente o risco de José Pereira dos Santos, com uma subtração da escada espiral e guarita paralelas a porta da frente. No entanto, com a construção da vizinha Casa de Câmara de Ouro Preto, os vereadores solicitaram mudança dos acessos às celas, antes feita por meio de alçapões que já haviam sido construídos. Eles foram substituídos por um corredor com uma porta em cada cela. Assim, observam-se, na planta 2, o acréscimo do corredor e a utilização de

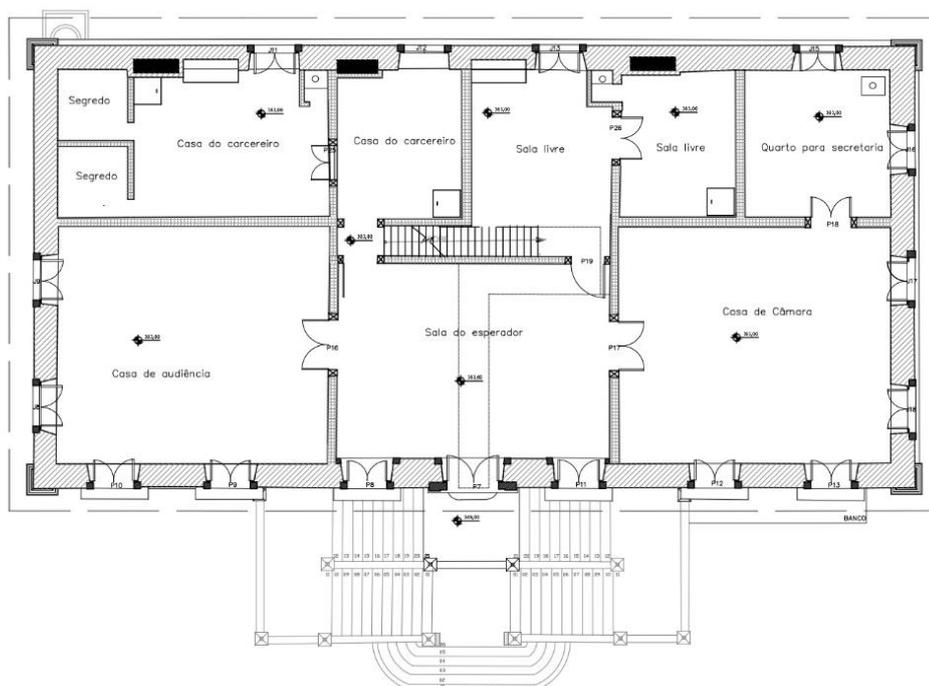
uma das janelas como porta, tendo sido necessário rasgar a cantaria das ombreiras para remover a grade de ferro que já se encontrava no local, marcas que ainda permanecem visíveis. Vejamos as **plantas 1 e 2**:

Figura 85: Planta 1, pavimento térreo da edificação, como foi executada em 1790, aproximadamente.



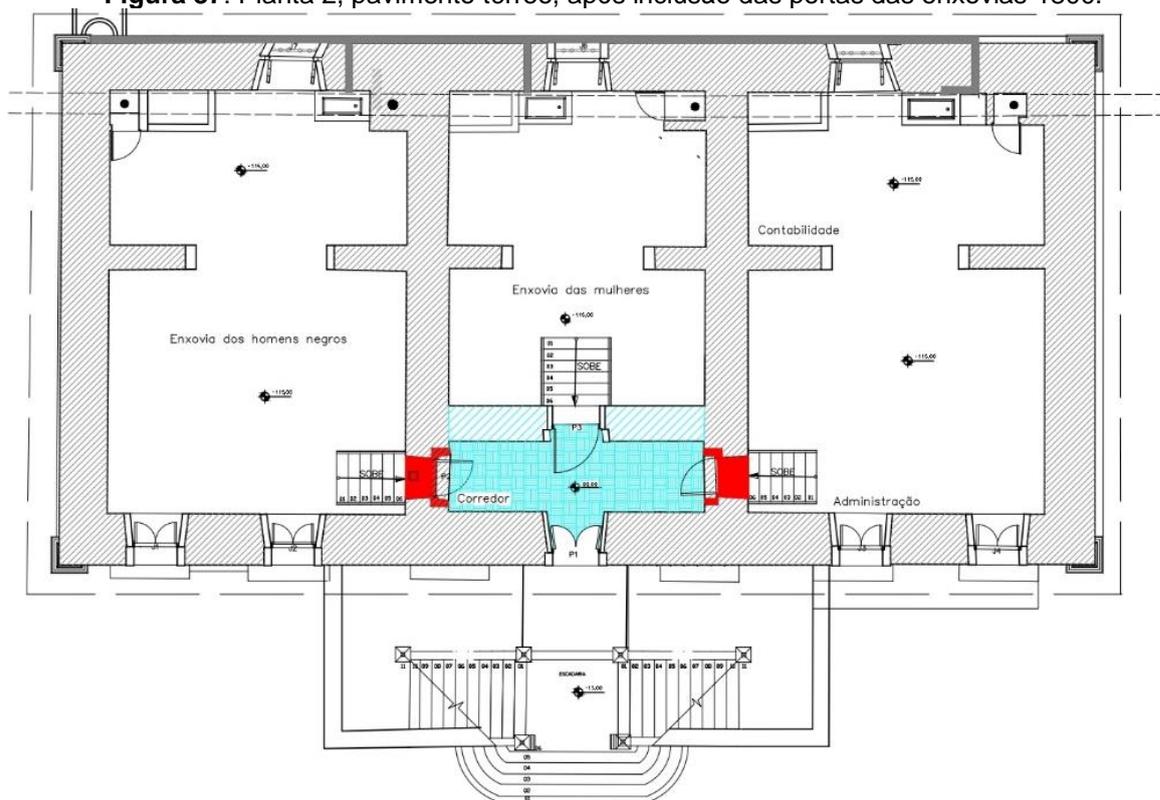
Fonte: Desenvolvido pelo autor

Figura. 86: Planta 1, segundo pavimento da edificação, como foi executada em 1790



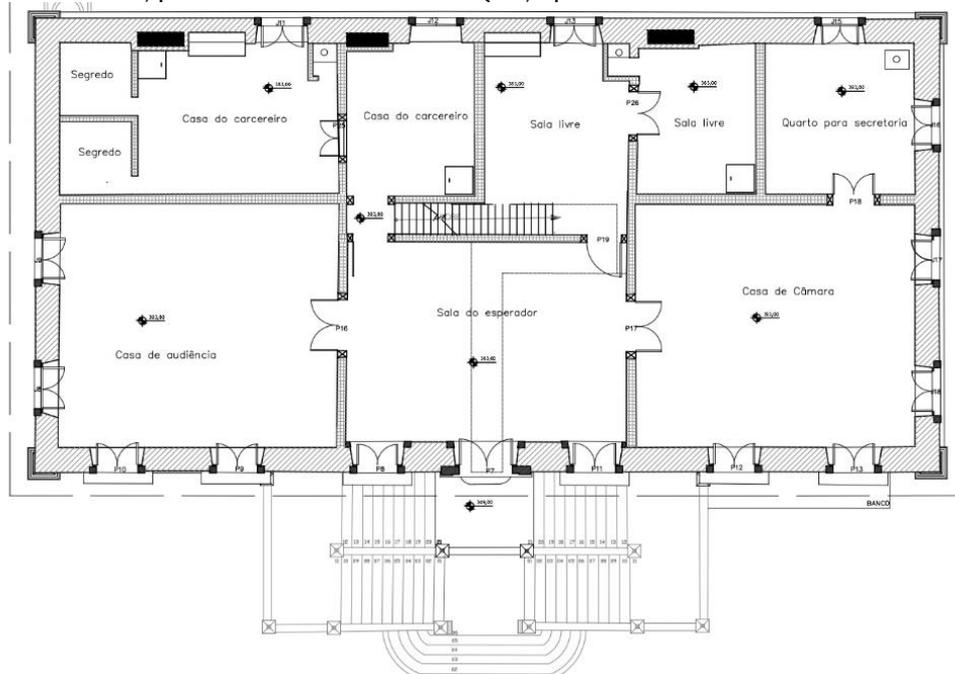
Fonte: Desenvolvido pelo autor

Figura 87: Planta 2, pavimento térreo, após inclusão das portas das enxovias 1800.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Figura 88: Planta 2, pavimento térreo da edificação, aproximadamente em 1800 na inauguração.



Fonte: Desenvolvido pelo autor

Na planta 3, observa-se intervenção maior. Com a mudança do Regime Colonial para Imperial, nova legislação foi criada para regular o sistema judiciário e o carcerário. Assim, os usos dos espaços foram modificados, adequando-se às novas necessidades, com a criação de alguns postos de trabalho e a extinção de outros, como é o caso da função de carcereiro em tempo integral, morador do edifício.

Nesse período, a Casa do carcereiro, estabelecida na planta original, foi dividida em duas salas para funções administrativas, ao mesmo tempo em que foram subtraídas as salas dos dois segredos (salas de interrogatório e tortura) que ficavam dentro da casa do carcereiro. Notou-se que o carcereiro era responsável pela comida desses detentos e, provavelmente, pela manutenção da água no pavimento superior, uma vez que o único ponto de água ficava dentro desse espaço.

A nova regulamentação, já do período imperial, visava a maior salubridade para os presos e alterava o sistema de alimentação, que deixou de ser responsabilidade da Igreja, das famílias ou dos proprietários dos presos, passando a ser competência da câmara. Com isso, os fogões das celas foram desativados, tendo sido cobertos com uma grande laje de pedra, servindo como local para guarda de objetos. Os fogões do pavimento superior tiveram outros fins: o da casa do carcereiro foi emparedado, e o

da antessala da cela dos homens livres permaneceu aberto, tendo recebido um oratório como fechamento, sobre o qual não há informações precisas a respeito de sua instalação nesse local.

Outras mudanças são as seguintes: inserção de novas portas (duas da casa do carcereiro para a sala dos vice-presidentes – originalmente denominada casa de audiência – e uma entre o então quarto do secretário e a sala livre, dando acesso de uma sala para a outra). Esses espaços foram inicialmente concebidos para serem a sala livre, onde ficam presos os homens livres, e davam acesso ao alçapão de entrada para a cela dos homens brancos por meio de uma escada móvel.

O prédio recebeu, então, nova decoração interna, com elementos mais elaborados, como stencil e temas decorativos, havendo, ainda, a mudança da cor das fachadas de terracota, símbolo do reino de Portugal, para ocre com esquadrias verdes, símbolo do Brasil Império. Ademais, o brasão português em pedra sabão do frontão foi substituído pelo brasão imperial.

Com a virada do século e a Proclamação da República, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia manteve seu uso, porém sofreu intervenções internas e externas. No contexto nacional, a energia elétrica começou a ser difundida, e o sistema de água e esgoto foi modernizado nas cidades. Nesse período, a valorização do patrimônio se tornou novidade com a constituição da SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nos anos de 1938, havendo olhar de tombamento voltado para a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana 1949, principalmente por seu grau de originalidade e por sua estética colonial. Vejamos a **planta 3**:

Figura 89: Planta 3 do pavimento térreo da edificação por volta de 1834

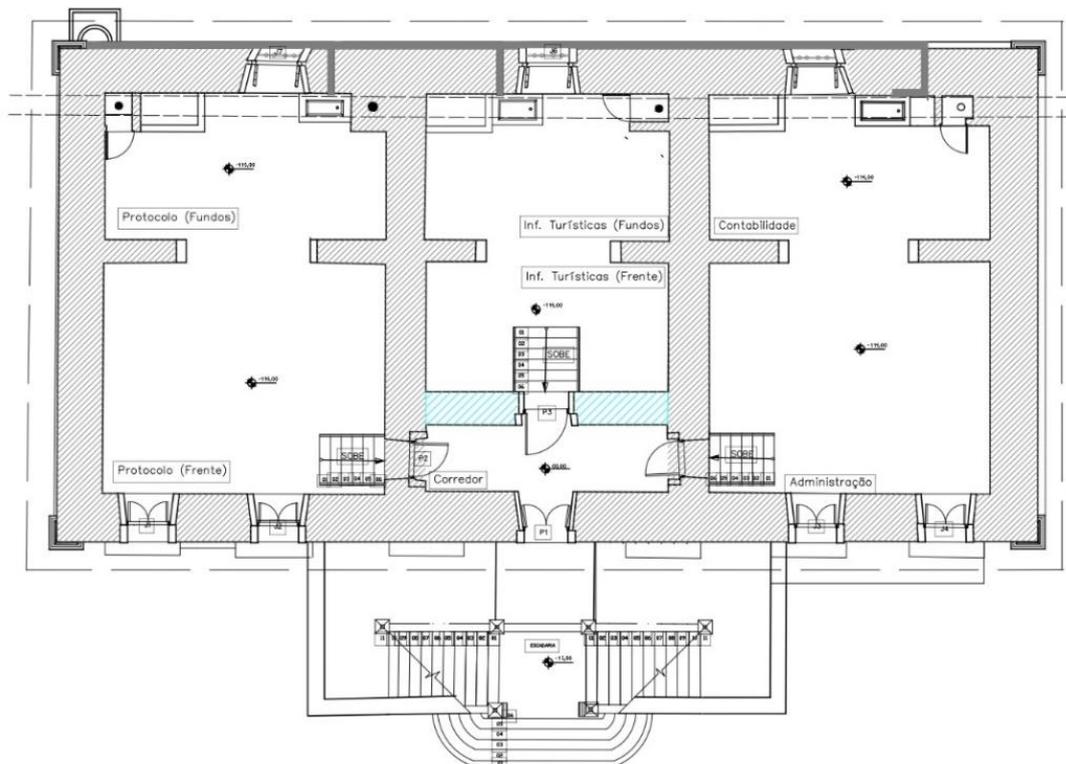
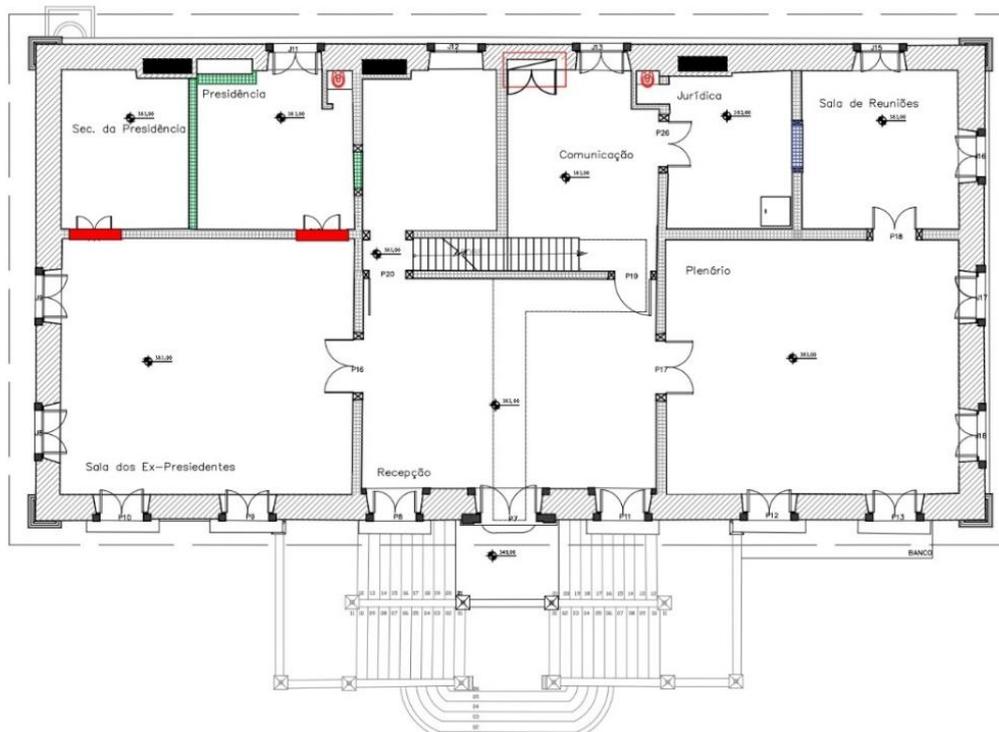


Figura 90: Planta 3 do segundo pavimento da edificação por volta de 1834

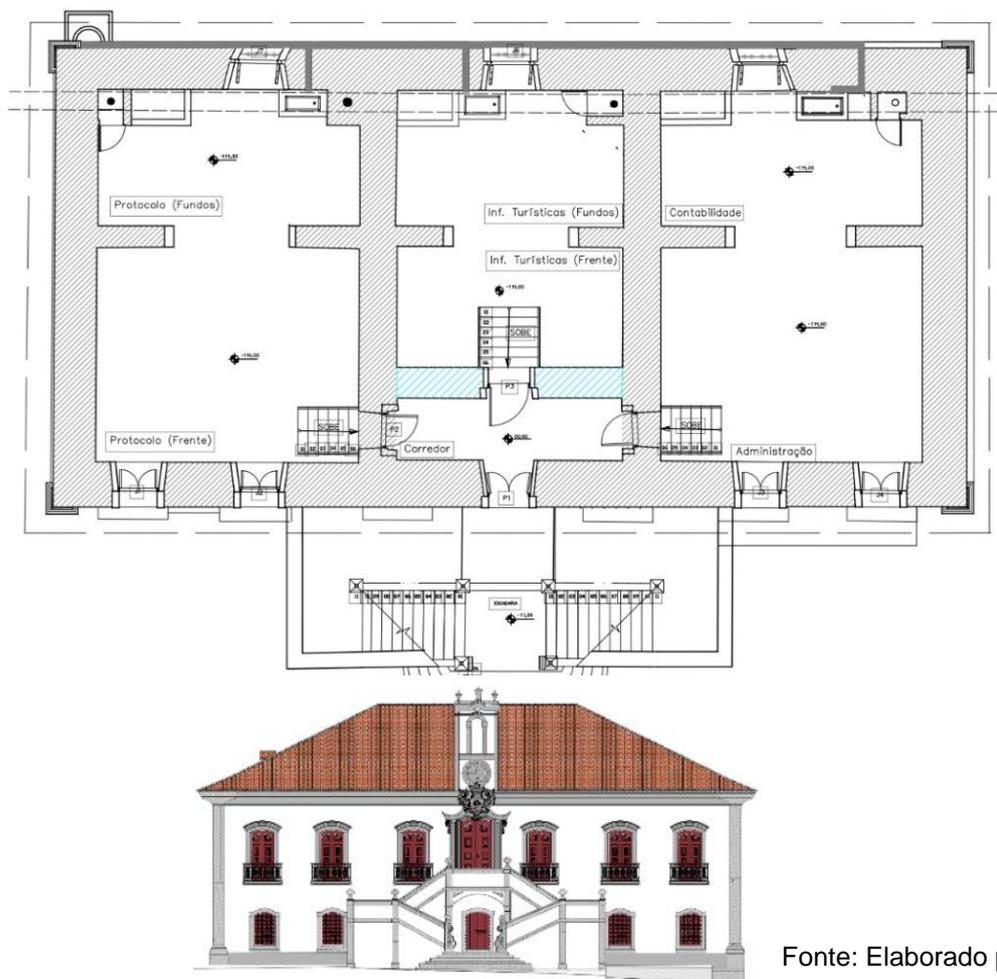


Fonte: Desenvolvido pelo autor

A **planta 4** mostra a configuração da Casa de Câmara por volta de 1940 e demonstra a aparição de novo conceito de sanitário, com vaso de louça e encanamento executado com manilhas de cerâmicas, em diferentes diâmetros, adaptadas às antigas latrinas do pavimento térreo, bem como um banheiro no pavimento superior, construído no espaço amputado da escada do campanário.

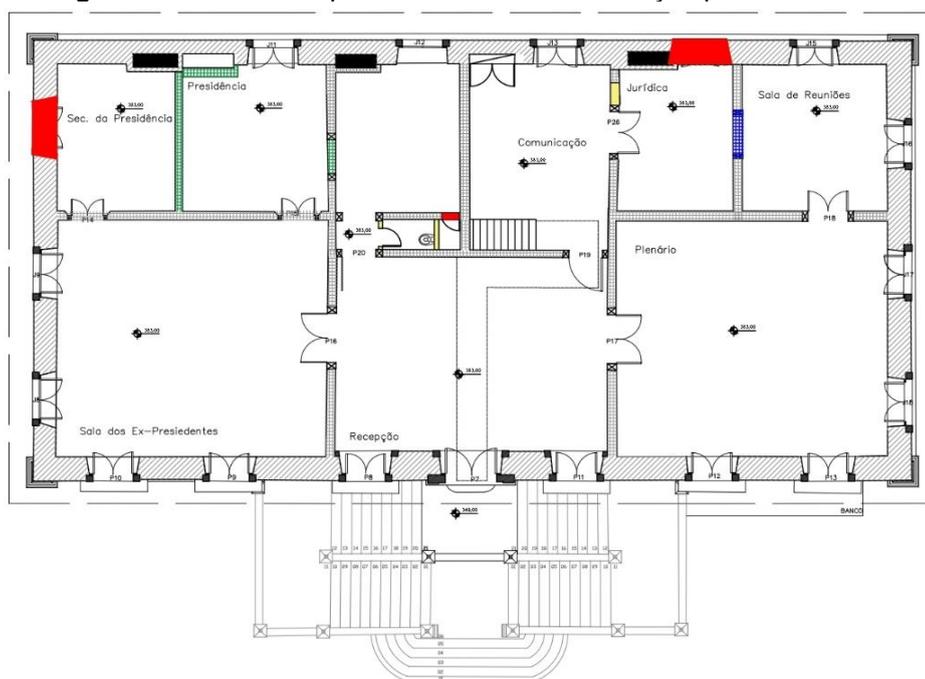
Durante os anos seguintes, foram abertas duas novas janelas, uma na fachada lateral esquerda e outra na fachada posterior. Também foram fechadas duas aberturas: a da sala de reuniões e a original da casa do carcereiro. A energia elétrica se tornou comum, com fiação envolta em pano, e foi empreendida a nova instalação de telefone fixo em algumas salas. Vejamos a planta 4:

Figura 91: Planta 4 do pavimento térreo da edificação por volta de 1940.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 92: Planta 4 do pavimento térreo da edificação por volta de 1940.



Fonte: Elaborado pelo autor

A **planta 5**, com *layout* de, aproximadamente, 1980, apresenta dois novos banheiros: um na cela dos homens brancos, de frente à latrina (comua), e outro no piso superior, ao lado do antigo. Nota-se, ainda, a reabertura das duas portas fechadas no passado, com tamanho inferior às originais, o que foi evidenciado pela permanência do marco original, ainda presente nas paredes, com vãos parcialmente emparedados na parte superior. As dimensões originais da porta eram 3,46 m x 1,20 m e as dimensões após as mudanças eram 2,10 m x 0,8 m. Nesse período, as instalações elétricas e hidráulicas foram substituídas por tubos de PVC e por fiação revestida de plástico. Vejamos a planta 5:

Figura 93: Planta 5 do pavimento térreo da edificação por volta de 1980.

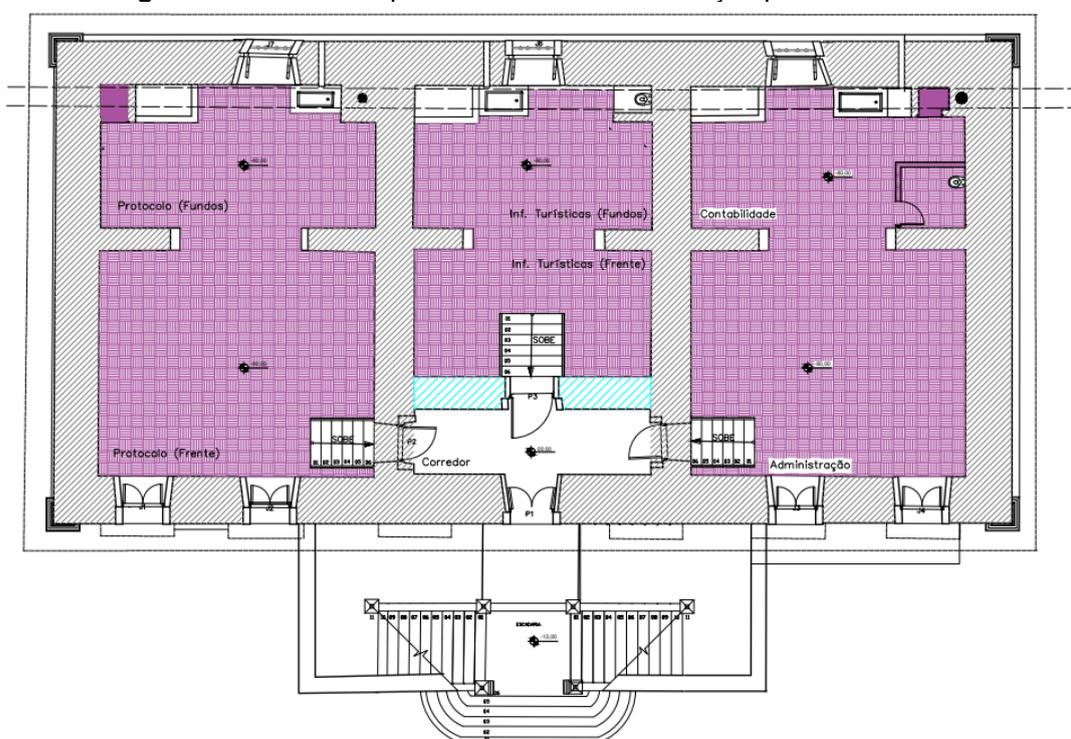
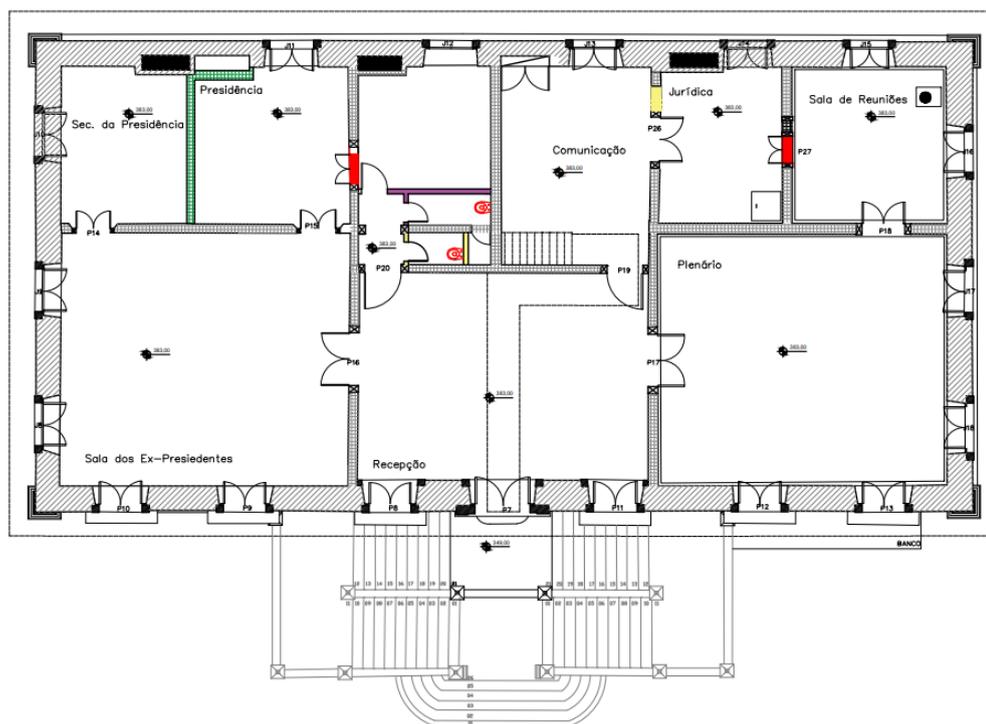


Figura 94: Planta 5 do segundo pavimento da edificação por volta de 1980.



Fonte: Elaborado pelo autor

A Planta 6 demonstra o resultado após a restauração. A edificação foi criteriosamente conservada em vários de seus aspectos materiais e imateriais, respeitando, sobretudo, os valores de ancianidade e de historicidade do monumento. Foram resgatados aspectos materiais que sofreram descaracterização ao longo do tempo. Ademais, outras alterações com cunho histórico e funcional foram preservadas e visivelmente contextualizadas por meio de diferentes tipos de acabamento, a exemplo do piso em lajeado de pedra das enxovias, que se encontrava parcialmente desfeito e recoberto com aterro e tabuado, em níveis diferentes. Esses pisos foram integralmente restaurados em seus níveis e em seus aspectos originais.

As esquadrias da porta da sala da presidência e da sala de reunião, que, ao longo dos tempos, tiveram seus vãos fechados e parcialmente abertos, foram restauradas em seu tamanho original.

A descoberta do retábulo como possível elemento compositivo da capela trouxe elemento artístico de época importante para o conjunto. Tal retábulo foi restaurado e colocado no centro da capela, o que contribuiu para o resgate de valores de autenticidade relativos ao período de construção, ocorrida no século XVIII. Note-se

que o mobiliário existente nesse espaço, por sua vez, refere-se a peças caracterizadas como falsos históricos.

Com a demolição dos dois banheiros acrescentados nos anos de 1900 e de 1970, aproximadamente, sendo um deles construído no local da escada, foi possível a reconstrução da escadaria que dá acesso ao campanário. Também foi refeito todo o trajeto sobre o forro, responsável pela condução até o sino do campanário na fachada. Tal percurso foi ampliado, com a criação de uma plataforma para que servisse de sala de projeção e de som dentro do sótão, interior do telhado, com abertura pelo forro do plenário para filmagens.

Ademais, foram resgatados dois fogões do pavimento da Câmara, os quais se encontravam escondidos. O fogão da casa do carcereiro, atual sala da presidência, tinha sido emparedado, encontrando-se intacto e ainda com marcas de uso, com chaminé em perfeito estado. O fogão descoberto na antiga sala livre, atual sala da imprensa, estava encoberto pelo oratório (retábulo) e parcialmente destruído, sua parte superior foi desfeita e a chaminé destruída. O resgate do local foi realizado pela remoção do retábulo, bem como pela preservação do fogão e das marcas na parede.

Outro resgate importante foi o da cor vinho das esquadrias, a qual condizia com a modenatura da edificação, com seus cunhais, suas cimalkas e seu barrado em cor de pedra cinza, do período colonial, sendo tal modenatura também resgatada nesse processo. Uma necessidade de substituição integral foi do engradamento do forro de gamela do plenário, que se encontrava em deplorável estado de conservação. Seu refazimento foi realizado fiel ao original, com o mesmo sistema construtivo, sendo preservadas todas as tábuas do forro, havendo, ainda, a recuperação da policromia original, em tom verde.

Uma alteração atual foi a abertura de uma porta, entre a sala da presidência e a da secretaria, de mesma dimensão das demais, mas com a folha simplificada. Outro acréscimo foi o elevador, junto com a abertura do peitoril da janela nas enxovias das mulheres, hoje receptivo. Também houve a construção de uma rampa e de dois banheiros com acessibilidade. Tais elementos foram, de fato, acrescentados, a fim de atender ao uso contemporâneo, adequando o edifício à legislação de acessibilidade vigente, no que se buscou reafirmar e garantir longevidade ao valor de uso como prédio público da Câmara.

Assim, ao mesmo tempo em que a planta resgata aspectos originais de acordo com os critérios de restauro de anciandade, outros valores são resgatados, como o valor de uso e o valor histórico. Desse modo, faz-se certa conexão entre aspectos pretéritos e hodiernos, com vista à manutenção da longevidade do uso do prédio, por intermédio do adequado atendimento às demandas dos funcionários e da comunidade. Vejamos as **plantas 6**, pavimento térreo e do segundo pavimento:

Figura 95: Planta do pavimento térreo da edificação após a restauração (2023).

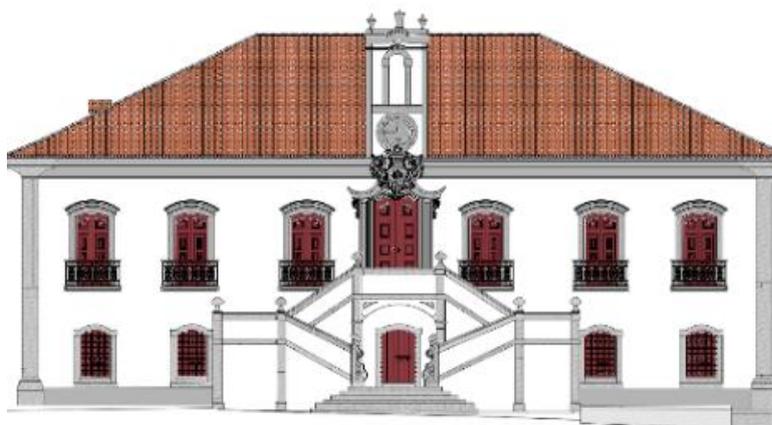
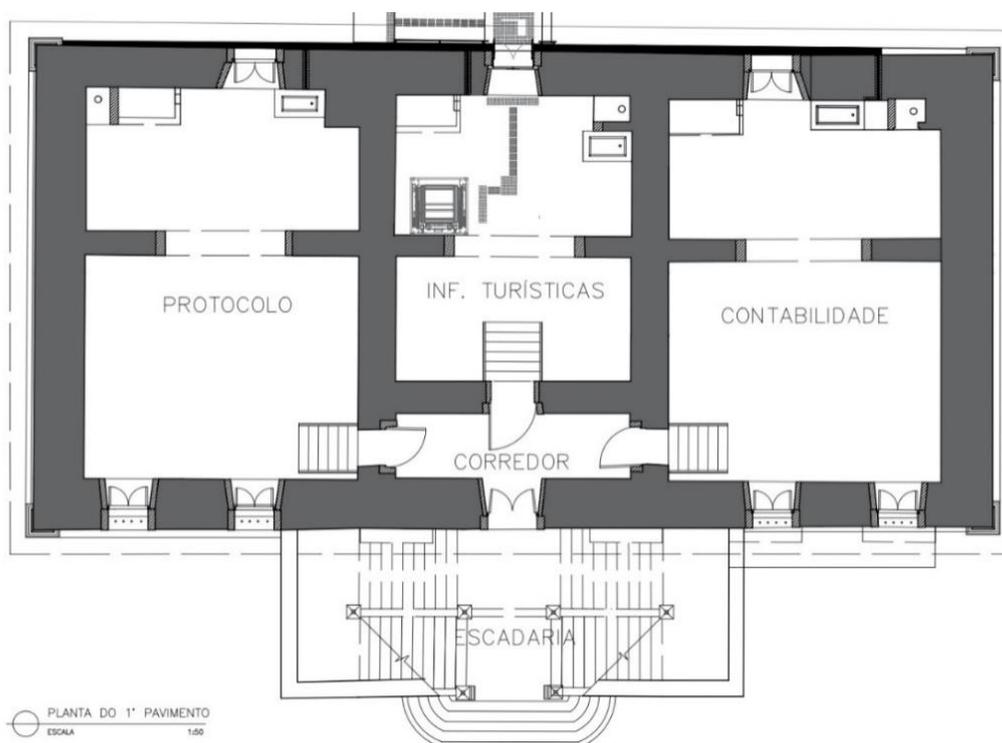
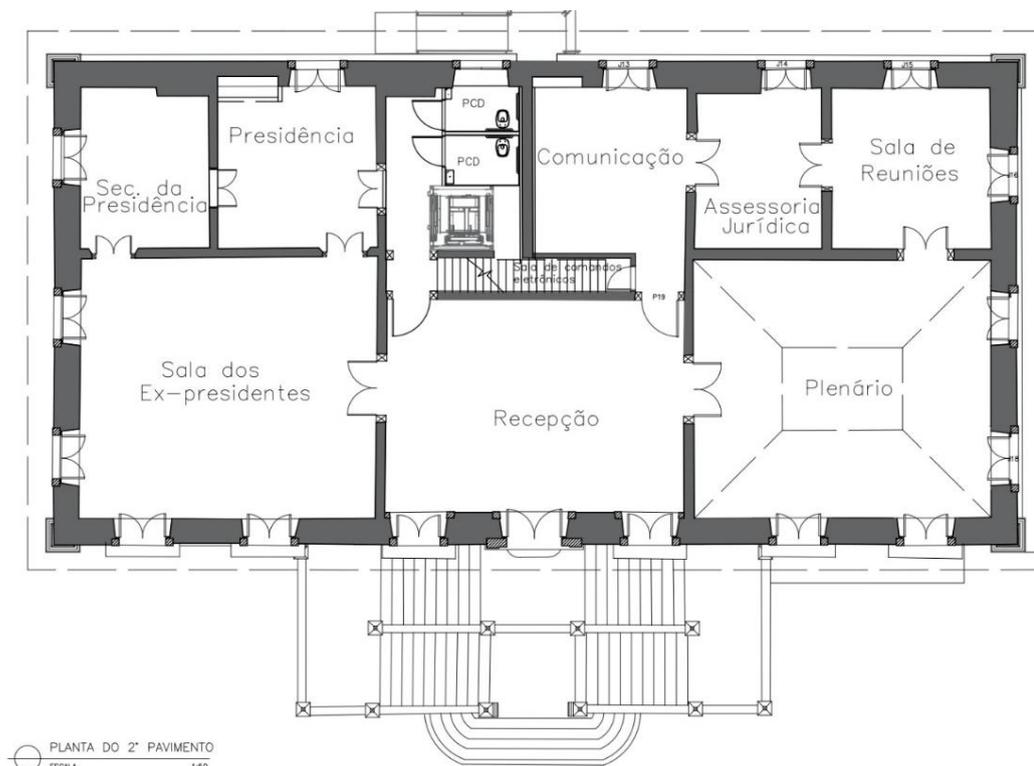


Figura 96: Planta do segundo pavimento da edificação após a restauração (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 Modelo interpretativo da fachada

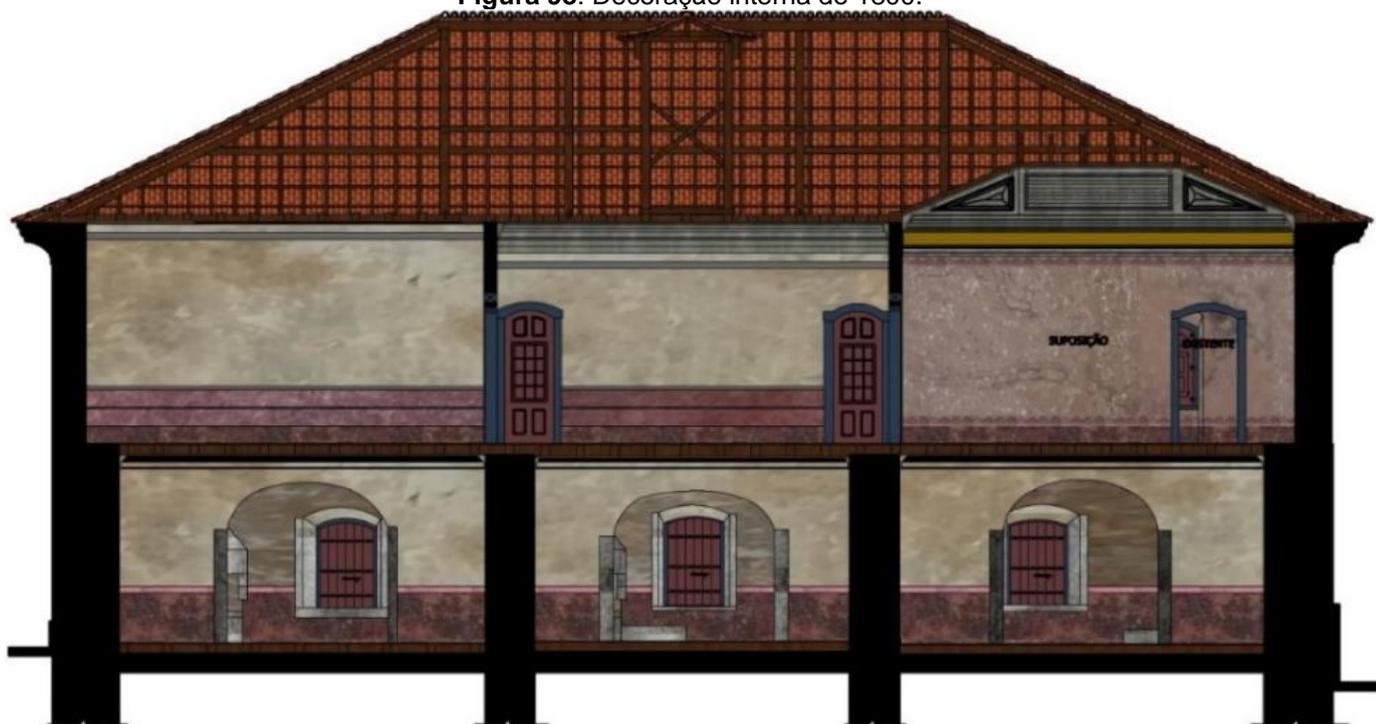
Após análises documentais e prospecções pictóricas da edificação, acredita-se que, na inauguração do prédio, a fachada apresentava paredes pintadas na cor terracota com suas esquadrias em tom de vermelho “sangue-de boi” (Figura 97). Note-se que tal identificação decorreu do exame da história consubstanciada na corporeidade das paredes, por intermédio da análise das diversas estratigrafias. A relevância de nossas práticas metodológicas foi observada por Oliveira (2023). Vejamos as considerações do autor seguida de figura contendo as possíveis cores da fachada original:

As prospecções aprofundaram ainda mais o conhecimento das diversas cores e pinturas stencil e a retirada de parte do piso de madeira do andar térreo revelou a sedimentação histórica ou a estratificação histórica do edifício (Oliveira, 2023, p.107).

Figura 97: Cores da fachada original.



Figura 98: Decoração interna de 1800.



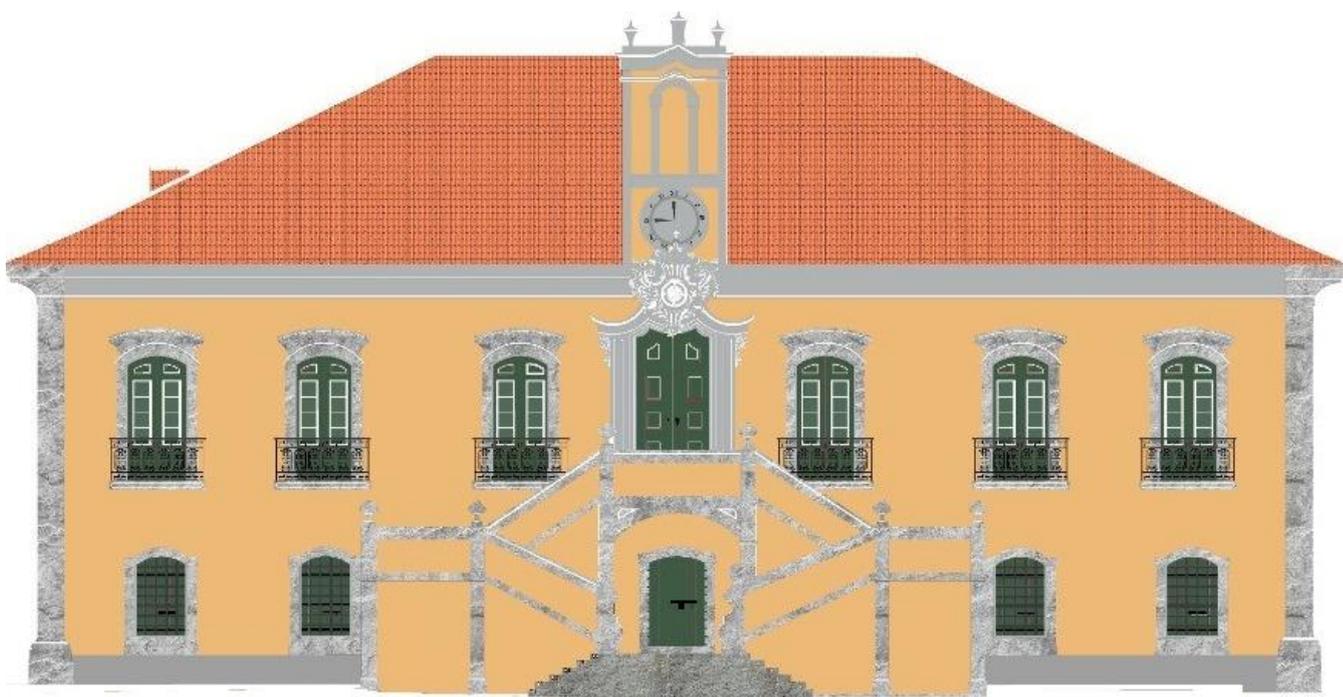
Fonte: Elaborado pelo autor.

Prosseguindo com as alterações ocorridas no prédio, sabe-se que, após a Constituição do Império, em 1824, algumas das Casas de Câmara e Cadeia passaram por reformas buscando sua adaptação às “tendências da época”. Foram dadas novas funções às salas para atender aos serviços da câmara. Ademais, as cadeias foram

arejadas, como recomendado. Acredita-se que, nesse período, houve a abertura de algumas salas, excluindo a sala dos Dois Segredos e dando função administrativa à antiga Casa do Carcereiro, havendo ainda mudança das cores da fachada, seguindo as cores do Império (Figura 99).

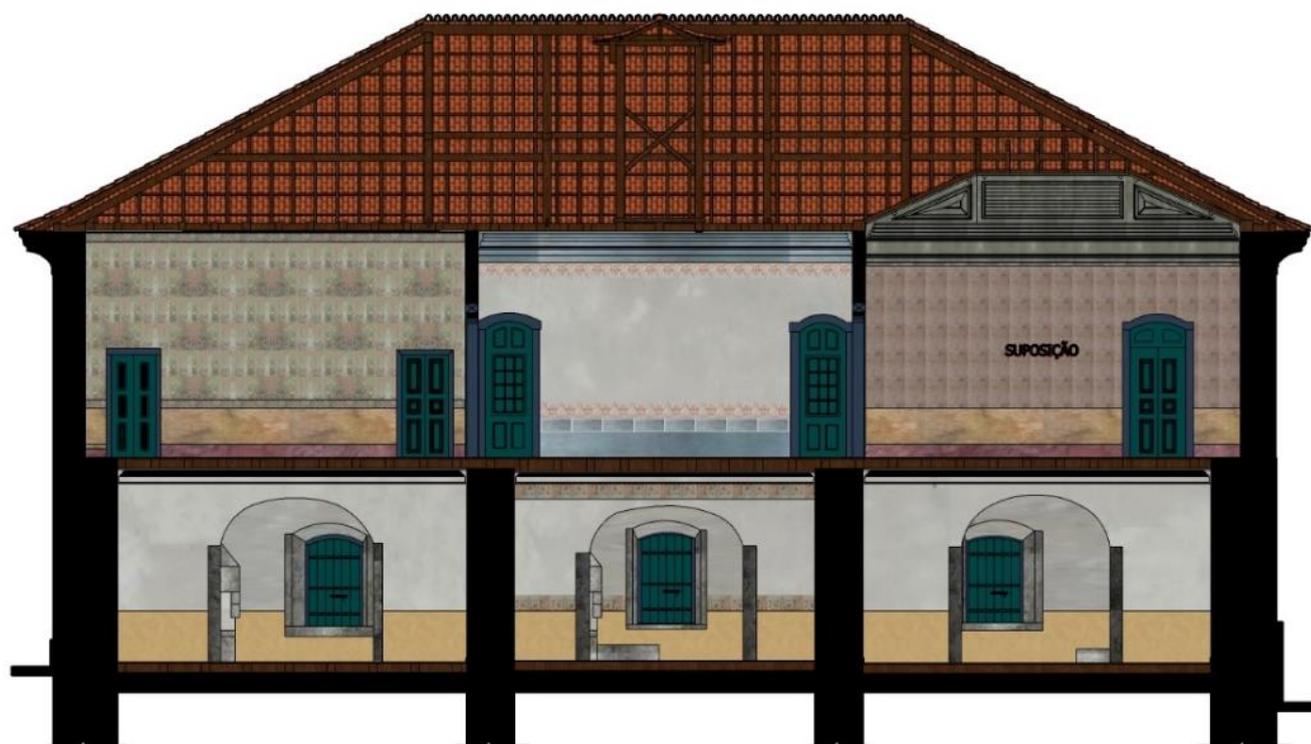
Em 1828, é criada a Lei de 1º de outubro, que determinava a nomeação de comissão formada por “cidadãos respeitadas” para a visitação de prisões, com o objetivo de verificar as condições em que elas se encontravam, devendo a comissão enviar relatório aos presidentes e aos vereadores das referidas Câmaras, comunicando acerca do que fosse encontrado. Corroborando essas alterações, surge o Código Criminal de 1830, que recomendava que as prisões públicas tinham que “oferecer comodidade e segurança para os detentos”. Vejamos referida composição cromática:

Figura 99: Composição cromática da fachada da edificação após a constituição do Império.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 100: Decoração interna por volta de 1834



Fonte: Elaborado pelo autor.

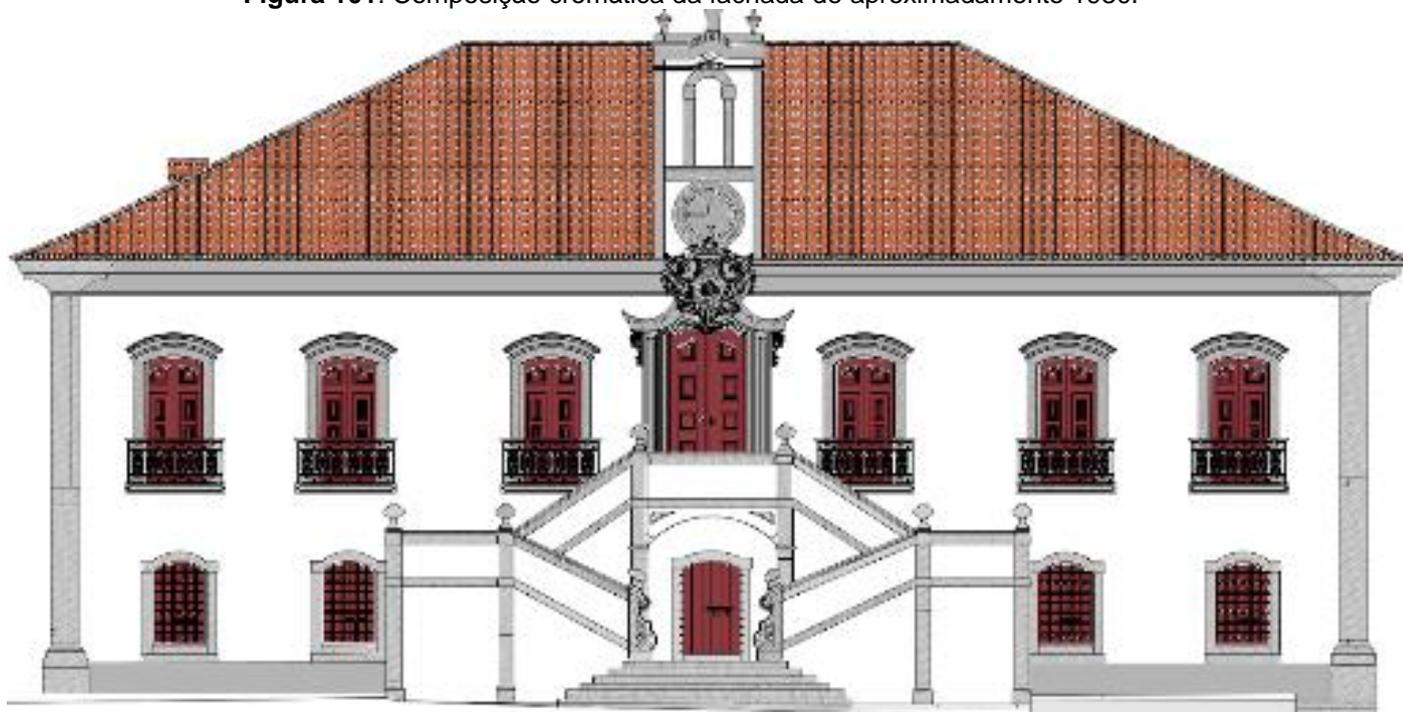
Conforme Nardi (2007, p. 3), as paredes das celas seriam de adobe, de modo que precisaram ser forradas com tábuas espessas. Além disso, ainda conforme Nardi (2007, p. 3), as grades, o assoalho e o lajeamento interno precisavam de reparos, bem como a infiltração das águas da chuva que se instaurava nas paredes das celas.

Um viajante, no século XIX, descreveu a Cadeia de Mariana como “um prédio esquisito, atarracado, velho, com uma entrada complicada, curiosamente pintada [...]” (Burnton, 2001, apud Souza, 2010). Em 1834, um juiz de direito interino de Mariana solicita mais alimentos aos presos pobres, devido à precariedade do serviço oferecido. Ele alega que a comida era fornecida somente uma vez ao dia e “tão pouca que de um só bocado a comem”, alertando para os casos de morte por fome dentro da cadeia (Novais, 1834, apud Souza, 2010).

As mudanças empreendidas posteriormente a esse período correspondem à alteração da configuração cromática da fachada, passando a ser utilizado o branco nas paredes e as cores vermelha e verde nas esquadrias (Figuras, 101 e 102). Internamente, provavelmente no período que precedeu o tombamento da edificação pelo IPHAN, foram instalados vasos sanitários de cerâmica nas comuas das enxovias, e foram

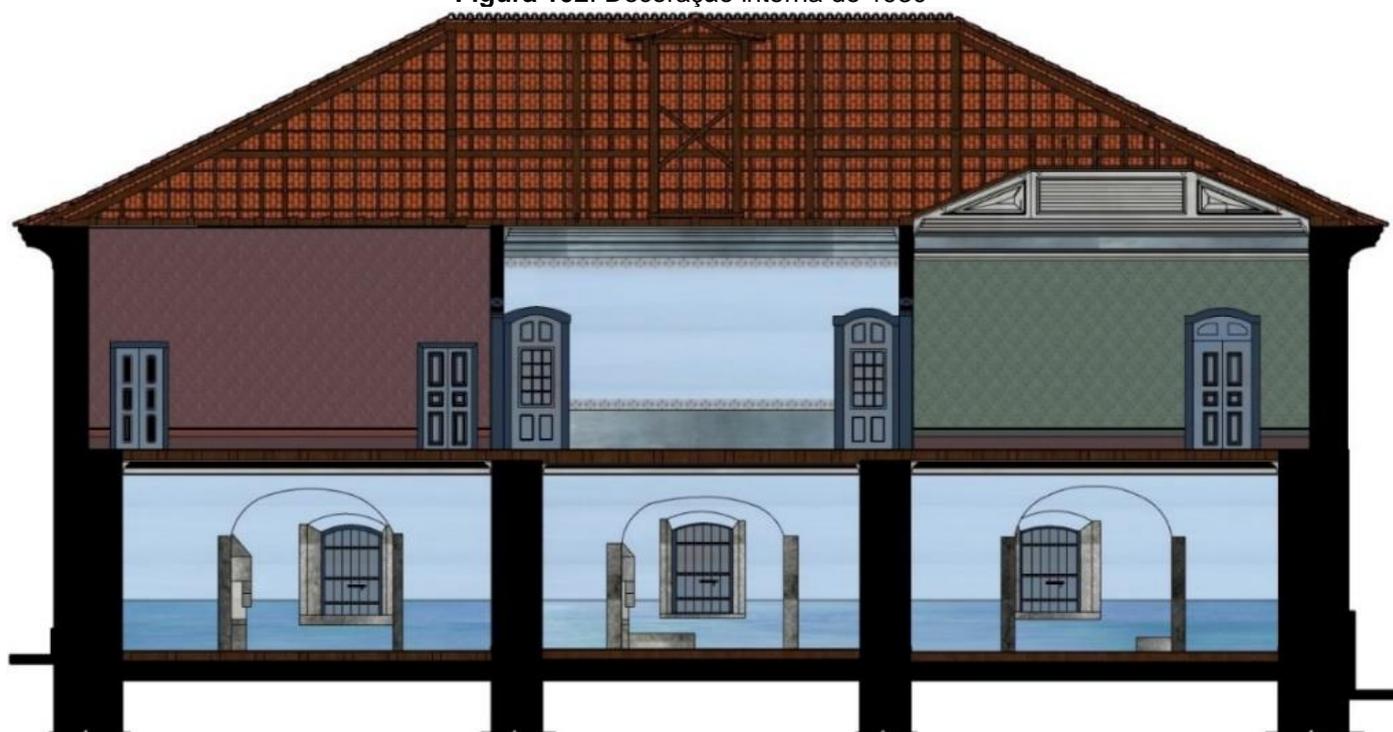
enclausuradas as lareiras do segundo pavimento. No que tange ao trabalho de restauro, vejamos a composição cromática da fachada atual:

Figura 101: Composição cromática da fachada de aproximadamente 1930.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 102: Decoração interna de 1930



Fonte: Elaborado pelo autor

O processo de inscrição da edificação no livro de tombos do IPHAN se iniciou em 10 de novembro de 1949, quando Sylvio de Vasconcelos (1916-1979) encaminhou solicitação recomendado seu tombamento juntamente com outros 60 monumentos em Minas Gerais. Em 30 de novembro do mesmo ano, Lúcio Costa (1902-1998) e Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898- 1969) assinam documento “atestando concordarem com o tombamento dos monumentos elencados por Sylvio de Vasconcelos”. Vejamos algumas considerações de Carvalho (2012) acerca do processo de tombamento, seguidas de figura da fachada antes da restauração:

Em 02 de dezembro de 1949, Rodrigo M. F. Andrade envia a notificação de número 593 ao Prefeito de Mariana, Cônego José Cotta, comunicando a determinação de inscrição da Casa do Paço Municipal no Livro do Tombo das Belas Artes. Em 14 de dezembro de 1949, o Prefeito responde a notificação, acusando recebimento e demonstra estar de acordo com o tombamento. Em 19 de dezembro de 1949, Carlos Drummond de Andrade inscreve a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, sob o número 345, folha 71, no livro do Tombo das Belas Artes (Carvalho, 2012, p. 62).

Figura 103: Fachada 1980 a 2020



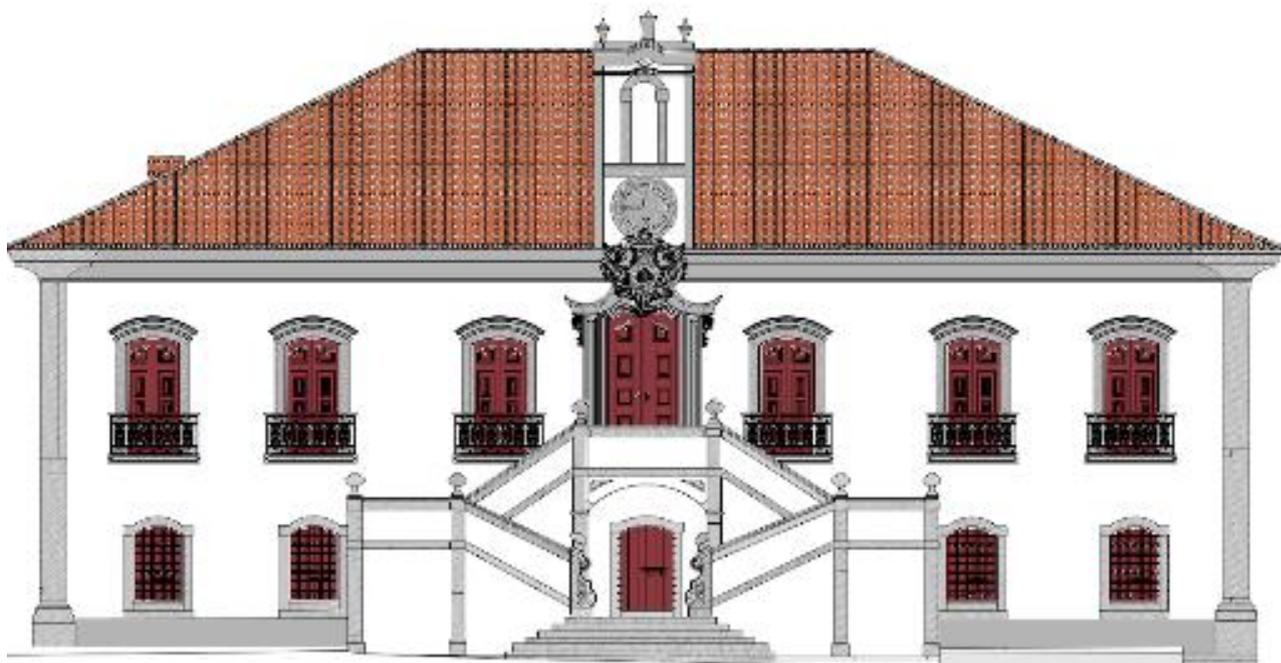
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 104: Decoração interna em 2020

Fonte: Elaborado pelo autor

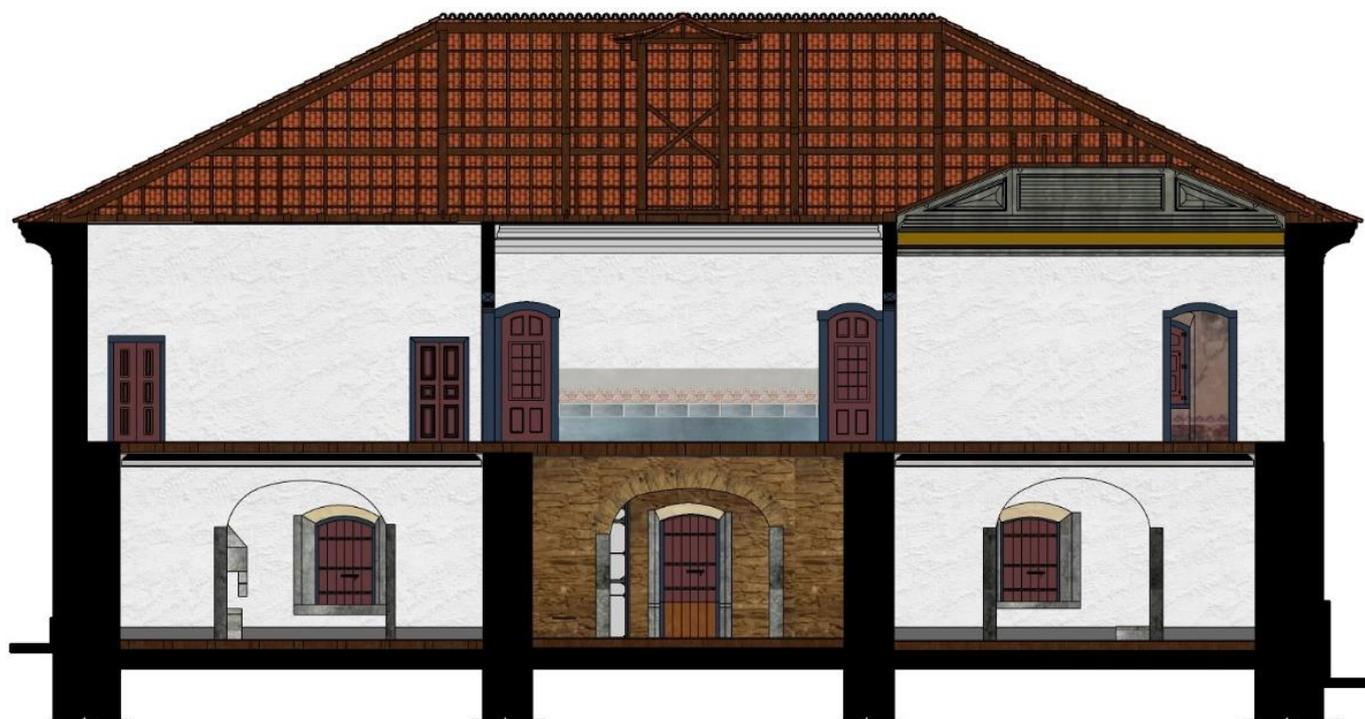
No período que sucedeu ao tombamento, foram realizadas “reformas” desregradas na edificação, que não seguiram os padrões adequados de restauro e causaram maiores danos ao patrimônio. Foi alterado o nível do piso das enxovias, sobrepondo-se o piso de pedras original a outro até chegar ao nível do assoalho de madeira. As comuas foram concretadas, soterrando-se as peças de pedra originárias da construção. No segundo pavimento, foi feito corte na escada de acesso ao campanário para implantação de um banheiro no lugar, bem como ao lado deste, implantação de novo banheiro, que por ter sido feito sem qualquer estudo prévio, comprometeu as peças dos barrotes, foi realizada a substituição de todas as tenhas, troca de peças do engradamento, além de substituição da alvenaria das paredes do trabeirão ou campanário por tijolos furados de cerâmica. Foram acrescentadas portas de madeira nas aberturas das grades nas enxovias como substituição de alguns foros por lambris, entre outras alterações.

Figura 105: Fachada após restauro em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 106: Decoração interna após restauração em 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor

O entendimento da materialidade, das técnicas construtivas, da cronologia e da concepção projetual e estética formal da obra é o pilar para precisa atribuição de seus valores no contexto atual. Assim, possibilita-se tanto o direcionamento dos critérios de restauração quanto os procedimentos de preservação a longo prazo do bem. Nesse sentido, Castriota (2022) demonstra a importância da compreensão da materialidade como artefato arqueológico. Vejamos:

Trata-se, portanto, de ir além da perspectiva tradicional de conservação baseada na matéria adotando-se a ideia que conservação baseada em valores, paradigma em que, mais do que a própria materialidade, coloca como central a questão da valoração pelos diferentes agentes envolvidos nesse processo. Numa perspectiva de conservação baseada em valores, o foco estará, como o nome sugere, nos valores atribuídos pela sociedade que é sempre vista como constituída por vários conjuntos de atores e interesses, conceituando-se, neste caso, o valor como um conjunto de características ou propriedades atribuídas há um objeto ou local, e o agente e grupo de interesse como qualquer grupo “com interesse nesta propriedade” (Castriota, 2023, p. 57).

Similarmente, compreendemos que artefato arqueológico expressa valores distintos, desde técnicas e saberes, a contextos sociais, históricos e estéticos em diferentes momentos da sua existência, podendo sofrer novas atribuições de valor ou desvalorização no olhar do tempo presente.

4.3 Contribuição do Método no Processo de Restauro

Após os estudos realizados para diagnóstico e elaboração da evolução cromática e cronológica da edificação, realizados na perspectiva da AA, iniciaram-se os processos efetivos de restauro em todo o edifício, que foi realizado em múltiplos elementos da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Desse modo, considerando a elevada extensão das intervenções efetuadas, discorreremos apenas sobre o processo relativo às fachadas, às esquadrias e aos pisos, para exemplificar a importância do uso da AA e da tectônica na compreensão dos valores para a formação de critérios específicos para cada caso ou elemento a ser restaurado.

Vamos, neste momento, abordar o processo de restauro das fachadas, das esquadrias e dos pisos, demonstrando, novamente, a relevância de nosso trabalho de pesquisa para a definição das escolhas e dos processos utilizados no restauro realizado em 2023. Abaixo observamos, na foto do edifício restaurado, a composição cromática da fachada:

Figura 107: Fachada em 2023

Fonte: Acervo do autor

De início, nas paredes das fachadas, foi empreendida a preparação das superfícies, com correção dos rebocos em desprendimento e os que revestiam o embasamento de pedra, deixando-as expostas como eram originalmente, e as distinguindo da parede. Após essa etapa, houve a remoção com espátula das camadas de pintura a base de Látex e PVA. Nos últimos anos, as tintas industriais foram amplamente utilizadas no edifício, sem, contudo, terem sido removidas as sobre camadas de tinta à base cal, o que causa, em grande parte das vezes, um desprendimento destas tintas da superfície à cal. Com superfícies prontas para receber a tinta, foi aplicada uma camada de fundo de preparação com uma massa com base mineral e depois foi recebida a tinta mineral de cor branca da marca Ibratim.

No entanto, o branco foi também uma decisão baseada em certos critérios. Vejamos: Podemos ver, na evolução da fachada no texto anterior, que, em cada época, tanto a fachada quanto as esquadrias foram de diferentes cores. Dentre essas várias, 4 são mais representativas por possuírem, além da questão estética, uma simbologia

histórica, já descrita no item 3.2 (Modelo interpretativo da fachada). Partindo desses estudos, foi realizada reunião com o Iphan, apresentando a paleta cronológica de cores que poderiam ser resgatadas do edifício. Nessa reunião, ficou clara a posição do órgão em não mudar o padrão estabelecido pelo Iphan, desde o tombamento, que naquela época também representava escolha que refletia as ideias do movimento modernista e político da era Vargas, e que fica como padrão no instituto até os dias de hoje. Frente à definição da alvenaria, outras questões se colocaram, a exemplo da cor das esquadrias, das cimalthas, dos barrados e das sobrevergas. Assim, podemos questionar o momento das esquadrias verdes, frente ao resgate em outros elementos dos diversos períodos que foram retomados ou evidenciados no interior do edifício.

Dessa forma, utilizamos critério do valor artístico relativo, do valor histórico e do valor de anciandade para embasar a escolha dos demais elementos compositivos da fachada. A cor das esquadrias ligada ao valor de anciandade e artístico relativo, juntamente com a concepção do mestre de risco, compreendida pela tectônica, ficou na cor original vermelho escuro. Essa cor representa dois momentos: o primeiro seria relativo à cor de inauguração do edifício, e o segundo diria respeito a uma das cores que fizeram parte das esquadrias logo após o tombamento. Quanto aos demais elementos, cimalthas barradas e sobrevergas, também tivemos o mesmo entendimento. Foi resgatada a cor original cinza médio, na coloração aproximada da pedra dos cunhais. Então, tivemos dois tempos diferentes retratados na fachada, o branco da alvenaria do século XX, e o vermelho e cinza do século XVIII. O prédio, assim, foi entendido como um todo atemporal que preserva a narrativa de vários momentos distintos, sem que, no entanto, realizássemos criação compositiva dos tempos passados.

Essa possibilidade se deu pela pesquisa iconográfica ter encontrado um quadro que possuía as esquadrias em vermelho com as paredes em cor branca datado de meados do século XX. Assim, houve um resgate da cor original, ao mesmo tempo em que o contexto do século 20 permaneceu, pois, essa composição entre branco, vermelho e cinza, existiu apenas em um momento da história e agora foi resgatada.

Figura 108 a, b, c e d: coleta de matérias e amostras.



Fonte: Acervo do autor

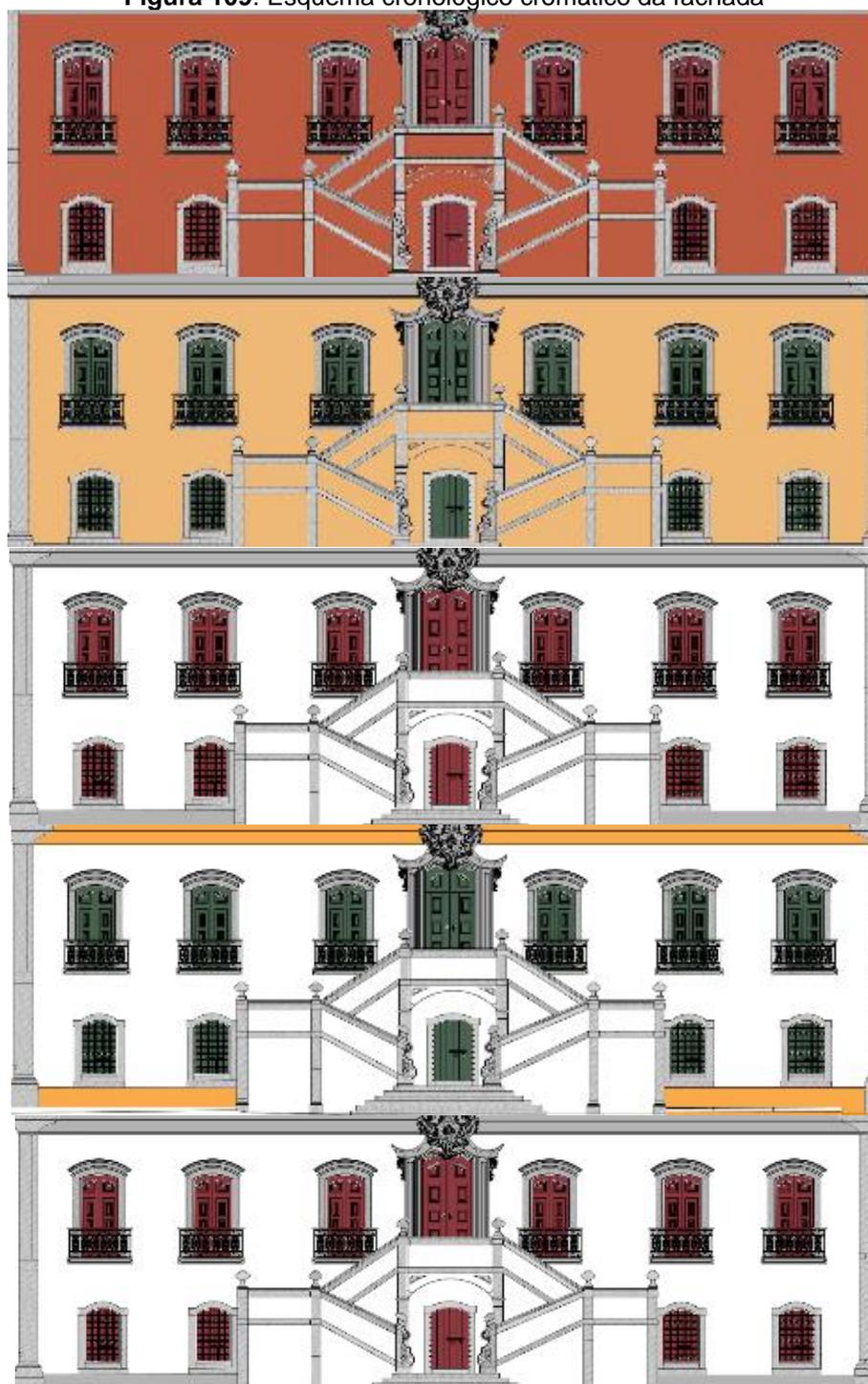
É importante compreender que a estética da edificação, não se compõe apenas pela parte externa. Podemos observar que, em todos os momentos históricos, a decoração interna e externa se comunica, buscando uma harmonia intencional entre interior e exterior. Assim, neste momento, com a restauração, tivemos a mesma preocupação.

Como é impossível resgatar integralmente certo tempo em detrimento de outros tão importantes, o restauro foi embasado na teoria dos valores, que possibilita valorar, com o olhar atual, os aspectos de anciandade, históricos e artísticos de rememoração, deixando-os expressos em elementos na edificação, para contar a trajetória do edifício ao longo dos tempos. Castriota (2023) parece seguir essa linha de intelecção:

Se pretendemos, então tratar o patrimônio como uma atividade edificada socialmente aproximando-nos da compreensão de sua natureza intersubjetiva, é preciso investigar como esses valores se articulam em cada decisão patrimonial, examinando-se “porquê e como o patrimônio é valorizado, e para quem” (Castriota, 2023, p. 56-57).

As cores são elementos importantes, para compreensão da narrativa histórica desse momento. Branco das alvenarias, vermelho das esquadrias, azul das ombreiras, verde do forro do plenário, vermelho do forro da sala de reunião com suas paredes decoradas, cimalhas e barrados cinzas, marrom escuro dos pisos em madeira e as janelas de prospecções, tudo tem sentido e foi previamente pensado e discutido em grupo, a fim de que tais elementos não fossem apenas um acabamento, mas sim componentes de patrimônio musealizado. Assim, traduz-se a história da edificação em seus múltiplos sentidos, a qual será contada aos visitantes pelos próprios elementos, signos e símbolos, tanto da fachada quanto do seu interior. Para melhor compreensão das distintas fases da decoração externa, seguem as representações das fachadas em diferentes tempos:

Figura 109: Esquema cronológico cromático da fachada



Fonte: Elaborado pelo autor

Outro aspecto resgatado da fachada foi o da modenatura, conformada pela tipologia construtiva da época. A Tectônica nos embasou para compreender a concepção do projetista, José Pereira dos Santos, frente a técnicas construtiva do período, que, pelas características plásticas dos materiais e limitações técnicas, tinha a estética padronizada como reflexo dos materiais e técnicas usados.

O processo construtivo no período colonial envolve somatória de técnicas e diferentes materiais para compor a estrutura de um edifício, como madeira, pedras, adobe, entre outros, sendo a aparência destes materiais parte integrante da estética da edificação. Assim como nos templos gregos e romanos, as peças estruturais são valorizadas, recebendo destaque com adornos e entalhes, criando um estilo específico dessas edificações.

A casa de Câmara e Cadeia de Mariana, exemplo de edificação padrão do estado português na colônia, seguiu regras rígidas de proporção de configuração do espaço interno e da mesma forma a sua fachada respeita essa austeridade e monumentalidade desejada pelo arquiteto. Os grandes cunhais de Pedra nas extremidades da edificação se unem às cimalhas e ao barrado inferior, criando um requadro, que emoldura os espaços que compreenderão os cheios da alvenaria e os vazios das janelas. Essa composição rítmica é estabelecida tanto pelos vãos quanto pela cor, que, ao mesmo tempo que revela a rigidez do estilo arquitetônico, nos traz – com angulações geradas pelas linhas construídas pelas cantarias do guarda corpo – um movimento que revela o aspecto teatral intencional da escadaria principal com todos seus simbolismos e significados, como dito no texto acima.

Figura 110: Fachada frontal e lateral.



Fonte: Acervo do autor

Para alcançar o efeito desejado, o construtor utilizou técnicas e materiais diferentes, com policromia imitando a pedra nos cunhais. Essa decoração mostra a intenção de que o conjunto, apesar de materiais de diferentes composições, harmoniza-se em sua estética. E, com essas afirmativas e constatações, o restauro resgatou esses elementos tão importantes e significativos para essa edificação, restituindo ao edifício as cores e os sentidos expressos nos simbolismos da fachada.

4.4 Pisos

Na parte térrea da edificação, encontram-se as 3 celas, também chamadas de enxovias, que, no momento da restauração, em 2021, se encontravam parcialmente revestidas com tabuado de madeira, sobre barrotes, calçados com pedra, sendo de barrotes de peças de madeira cortadas por máquinas atuais.

Com as análises da AA, verificamos que o reboco das paredes se estendia para baixo do piso atual, entorno de 40 cm. Assim, foram realizadas várias prospecções com remoção de parte do tabuado no piso, para verificar a existência do nível original, e a comprovação das entrevistas com funcionários antigos, da existência do piso original de pedra. Vejamos nas imagens a seguir:

Figuras 111 a, b, c e d: piso e barroteamento sobre o lajeado original das enxovias.



Fonte: Acervo do autor

Após a comprovação e a descoberta do lajeado de pedra original das enxovias, foi iniciado seu restauro, com a remoção do aterro, sendo toda a terra peneirada, o que nos permite, com os achados, datar o período desta intervenção. Assim, todas as três enxovias tiveram o piso rebaixado em 40cm, sendo removidos acréscimos de concreto das latrinas e das bacias, e, para não ficarem soterradas, foi acrescido 20cm de

concreto em suas laterais. Mesmo a parte da cozinha, onde o piso de pedra se encontrava aparente, não era original e foi removida.

Com os estudos desenvolvido na AA na documentação histórica, percebemos que houve mudança na execução do projeto de Jose Pereira dos Santos, no qual diz que a cozinha deveria ficar no mesmo nível de um Taboado. Assim, no arco, deveria existir um degrau. No entanto, o construtor Jose Pereira Arouca acabou realizando os níveis das enxovias em um único nível de lajeado de pedra. Contudo, com a intervenção ocorrida nos anos 70-80 após o final da ocupação como cadeia, os responsáveis pela obra tiveram entendimento diferente.

Desse modo, eles resgataram o piso como estava descrito no termo de arrematação*, revestiram de tábuas a parte frontal e nas cozinhas elevar o piso para estarem em um mesmo nível as pedras e o tabuado. Criaram assim um falso histórico, tentando resgatar o original, causando o soterramento das latrinas, dos fornos e das bacias de banho. O critério de resgate da originalidade do piso e dos elementos, compositivos da sala, comuas e fornos, se justifica quanto ao valor de rememoração, trazendo a percepção do espaço criado e usado como **cadeia**, além do valor histórico e de ancianidade.

Figura 112 a, b e c: Aspecto do piso lajeado de pedra original das enxovias, depois de restaurado.



fonte: Acervo do autor

Os pisos do segundo pavimento, em tábuas largas, estavam fixados, parte com pregos parte com cravos, em barrotes de grandes dimensões, peças de 30cmx30cm com 8 metros de comprimento em média. Parte dessas tábuas eram originais, e parte já havia sofrido alteração.

Com ajuda da AA, foi possível compreender quais as peças se distinguiam das originais e quando foram substituídas, o que nos trouxe segurança para decidir o

critério a ser adotado. Após a comprovação da existência de grande parte de piso original fixado ainda com cravos, com as mesmas dimensões e tipos de madeira, pudemos optar por utilizar o processo de restauração de elementos integrados com o método de realização para o piso antigo.

Assim, foram removidas parcial ou integralmente as tábuas dependendo da sala, mapeadas, parqueadas, enxertadas e consolidadas com madeira e pó de serra e cola, sendo outro critério a complementação das salas com perdas de piso original, com tábuas da sala do elevador, que teve seu piso substituído por revestimos modernos. Os pisos de intervenções passadas foram também preservados em sua totalidade, já que não causavam nenhuma descaracterização, deixando sutilmente evidente a diferença com o original.

No entanto, as peças que não puderam ser recicladas do tabuado removido das enxovias foram confeccionadas em tamanho similar ao original e colocadas em um único espaço. Dessa maneira, foram considerados os valores de ancianidade, de rememoração e histórico, conjugados aos valores, não previstos em Riegl, de autenticidade e de reuso, os quais se fazem relevantes quanto aos critérios de Mínima Intervenção, visando à retratabilidade. O valor de reuso reflete também a preservação do meio ambiente, quando concerne a elementos naturais, como a madeira imunizada, evitando a toxicidade de agentes poluentes no descarte.

Assim, priorizamos a recuperação dos pisos originais, sendo restauradas as tábuas em vez de substituídas, na sala do plenário, na sala de reunião, na sala do ex-presidentes e na sala da imprensa. Nesses espaços, o piso, quando necessitou ser removido, foi mapeado e tratado individualmente. Ademais, foi realizada a substituição dos barrotes com peças de mesma bitola, os quais foram fragmentados e removidos por cima, sem a necessidade de remover o forro do andar térreo que estava fixado na parte debaixo do barrote. Após o restauro do barrotoamento, foram fixadas as tábuas de acordo com o mapeamento, preservando os cravos quando possível, como marcas de autenticidade.

Nas salas com piso original, como o da secretaria, que estava com perdas, foram utilizadas peças de outros cômodos originais para reposição. Já a sala da presidência ficou com todo o piso novo, respeitando a paginação e os tamanhos originais.

O piso da sala de recepção foi substituído nos anos 80, com dimensões e madeira diferente. Ele foi tratado e teve seus barrotes substituídos parcialmente. Observa-se que o assoalho da recepção é contemporâneo ao assoalho que existia nas enxovias, não correspondendo ao original da edificação, apresentando tábuas cortadas com serra elétrica, sendo de madeira Peroba Rosa com encaixe de “pôr sobrepor” de 23 a 25 cm de largura. Nesse local, o piso foi totalmente removido para se executar a limpeza do entreferro e permitir a passagem de tubulações de infraestrutura, como podemos observar nas fotos a seguir:

Figura 113 a e b: Piso em madeira de recepção antes e durante restauração, respectivamente



Fonte: Acervo do autor

A finalização foi realizada com lixa média, remoção de ceras e calafetadas das juntas. O aspecto desejado foi o de similaridade com o original, por meio da rusticidade, com os forros e as paredes à cal em ambiente condizente com o prédio colonial, ressaltando o valor de ancestralidade, como podemos ver nas fotos a seguir:

Figura 114 a e b: Piso da recepção e plenário após restauração, respectivamente



Fonte: Acervo do autor

Figura 115 a, b e c: Pisos após restauração, a, sala de reunião, b e c sala da secretaria da presidência.

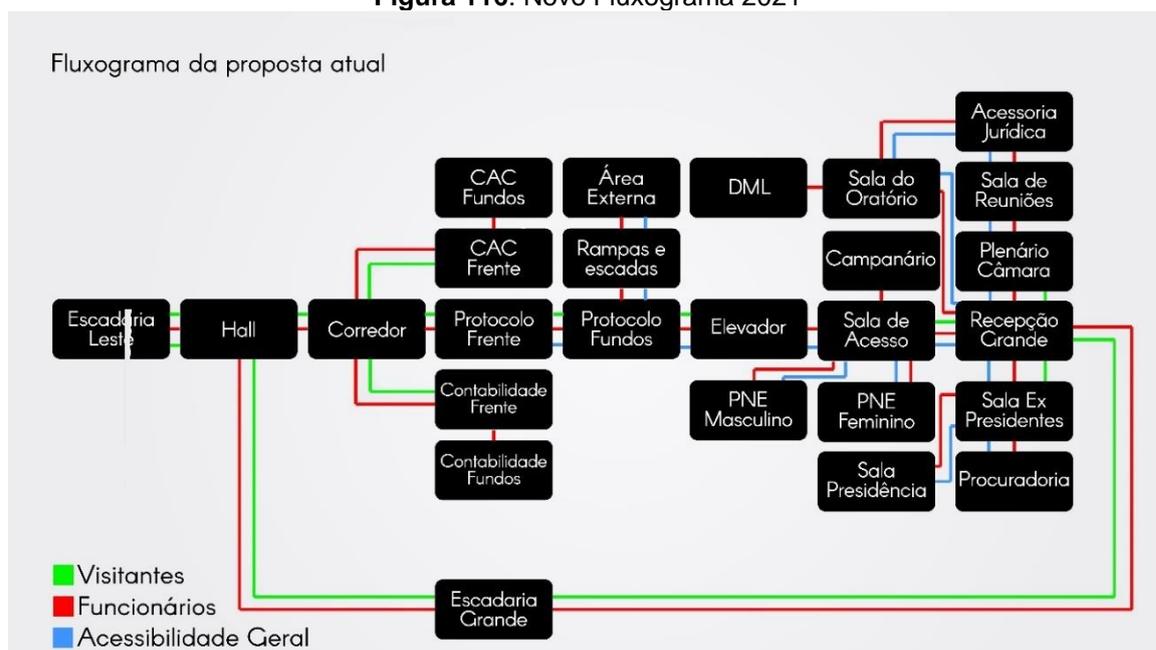


Fonte: Acervo do autor

4.5 Nova proposta de intervenção resultante dos estudos

A restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi executada com algumas divergências em relação ao projeto original, mantendo, contudo, os valores e critérios basilares do projeto inicial. As pesquisas realizadas até o momento se limitaram, como deve ser, a ações não invasivas na edificação, diferentemente dos estudos que realizamos com a metodologia da Arqueologia da Arquitetura (AA), que ocorreram durante o processo invasivo da obra de restauro. Esses estudos forneceram informações adicionais que subsidiaram nova proposta de intervenção. (ANEXO C).

Foram realizadas sistematização e otimização dos espaços e de seus usos, necessários ao funcionamento da Câmara, em resposta à não aprovação da composição espacial prevista no projeto de 2011. Esse projeto previa a solução do programa de necessidades com adições de anexos subterrâneos e próximos ao conjunto histórico, mas tanto os espaços quanto seus custos não obtiveram aprovação pelo IPHAN. Na licitação de 2021, todo o fluxograma gerado pelo programa de necessidades teve de ser absorvido pelos edifícios pré-existentes. Assim, segue a nova configuração resultante da aplicação da Arqueologia da Arquitetura e da Tectônica:

Figura 116: Novo Fluxograma 2021

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a análise do projeto original de restauração, em contraponto às características do local, o autor apresentou ao IPHAN proposta de alteração do projeto, visando a adequar a intervenção às necessidades reais. Essa proposta reflete a importância da metodologia da AA na definição de uma intervenção mais adequada. A seguir, seguem 13 imagens de slides, que foram usados na apresentação realizada para a comissão de fiscalização e IPHAN, para a aprovação de mudanças no projeto básico de 2011:

Figura 117: imagem de slide 01

Fonte: Elaborado pelo autor

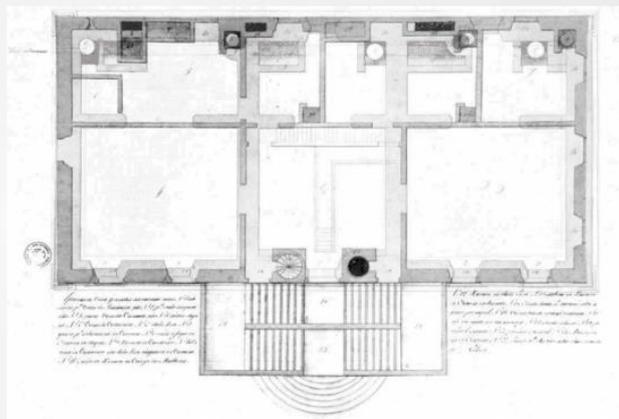
Figura 118: Slide 02



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 119: slide 03

Análise do Diagnóstico e Plantas Antigas
 Através do Diagnóstico (caderno 2) e a Pesquisa Histórica da Acantos Arquitetura foi possível encontrar informações sobre intervenções realizadas anteriormente. "O primeiro relatório de 1834 diz que encontrou ótimas condições da prisão e o segundo condenou a estrutura física e o tratamento dado aos presos. Além de dizer que pareciam calabouços da inquisição, destaca que as paredes de adobe necessitavam com urgência serem forradas com tábuas, as grades, o assoalho e o lajeamento interno precisavam de reparos." - Diagnóstico pág. 6



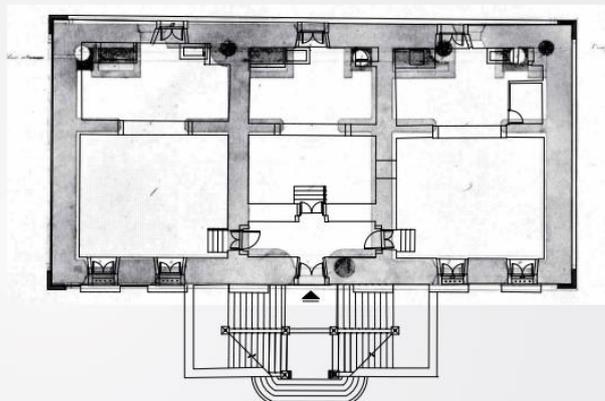
Sorbeposição de Plantas dos Pavimentos
 Códice Matoso, da Coleção Félix Pacheco.
 Biblioteca Municipal de São Paulo.

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 120: slide 04

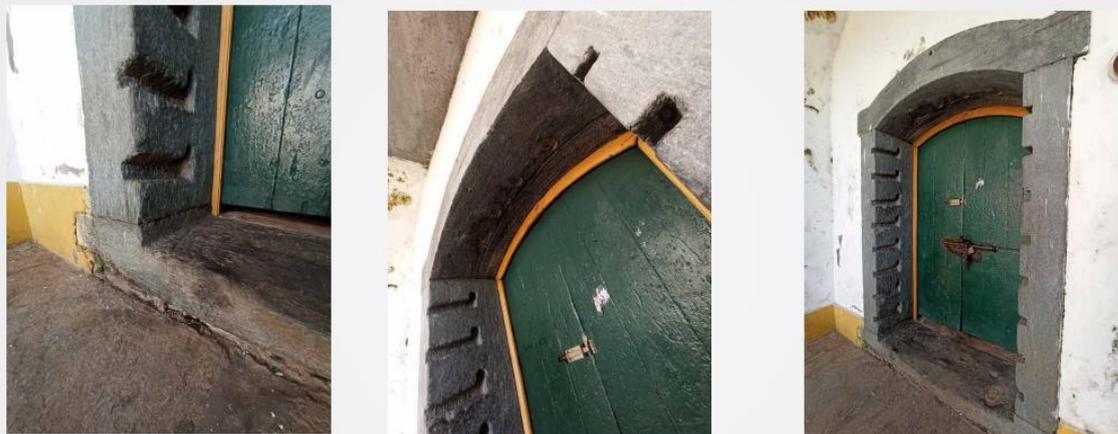
Através da sobreposição de desenhos podemos observar algumas modificações no piso térreo (prisão). A principal alteração para a proposta é observada com a planta primitiva e a descisão de “o acesso às enxovias fazia-se através de alçapões” (Diagnóstico pág. 10).

“Pode-se afirmar que a porta de entrada não existiu durante um período, pois o vão que hoje corresponde à entrada foi alterado e originalmente era uma janela.” (Diagnóstico pág. 10).



Comparação de Planta Baixa Primitiva com a disposição atual (Prisão)

Fonte: Elaborado pelo autor

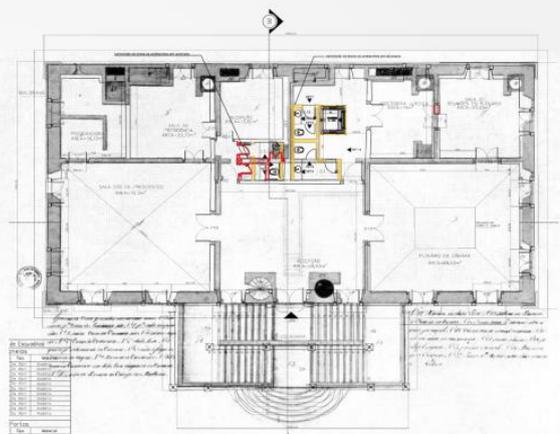
Figura 121: slide 05

Fotos da Entrada da Prisão (Gustavo Broglio)

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 122: slide 06

Das alterações executadas no Pavimento Superior a principal para a nova proposta mostra o acesso ao campanário por uma escada, hoje bloqueada por um banheiro além de novas divisões de salas e novas aberturas de janelas. Observa-se também na prancha a localização dos banheiros e do elevador na proposta licitada, que nesse caso utilizará duas salas (Recepção da Presidência e Sec. de Cultura). Com a nova proposta otimizaremos o espaço em uma única sala.

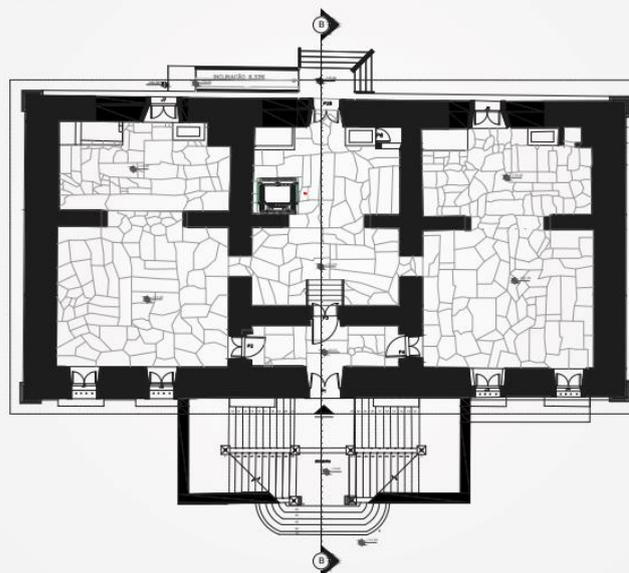


Comparação de Planta Baixa Primitiva com a disposição atual (Pavimento Superior)

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 123: slide 07

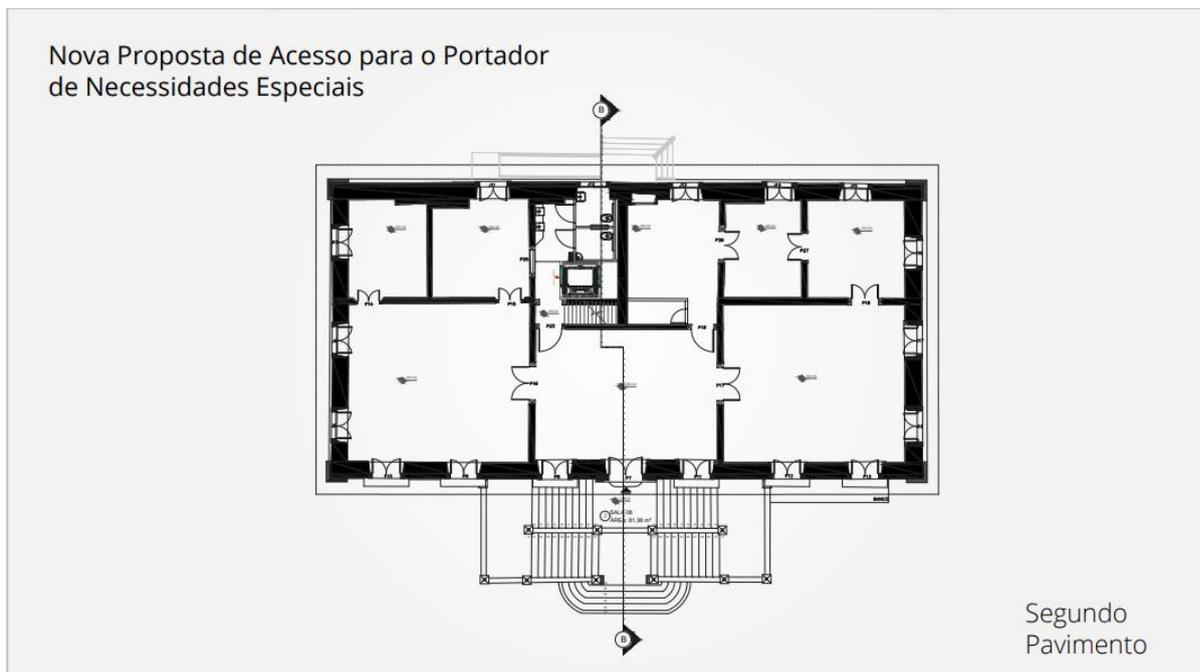
Nova Proposta de Acesso para o Portador de Necessidades Especiais



Primeiro Pavimento

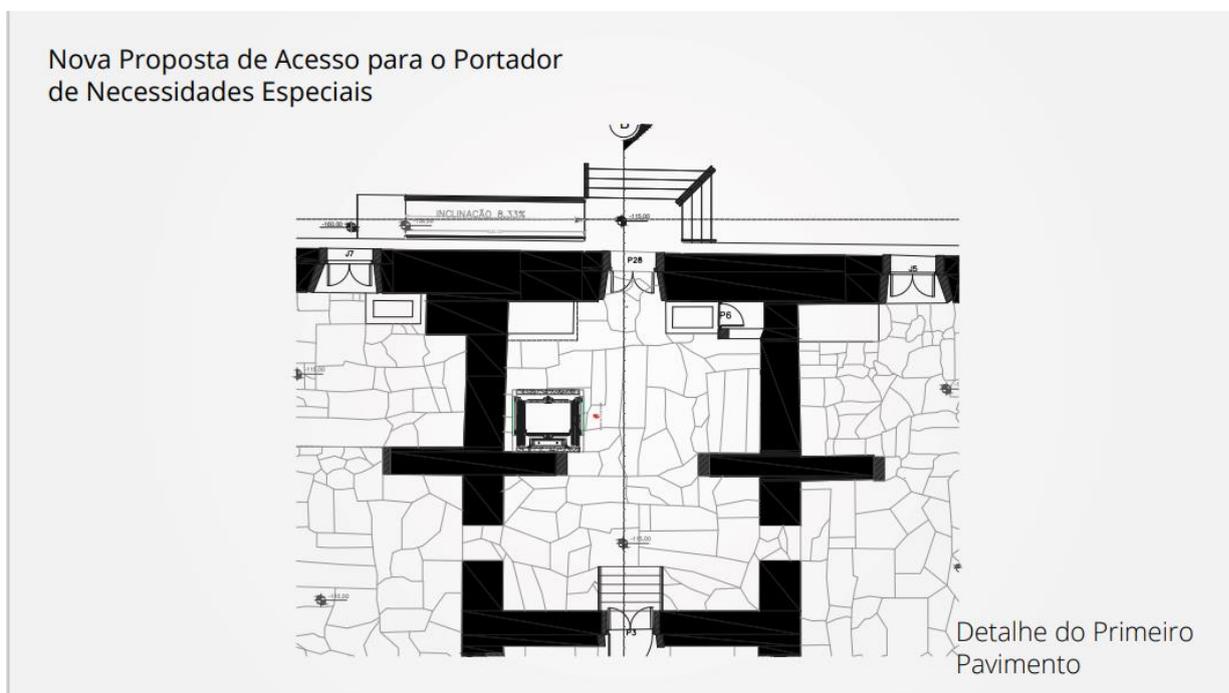
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 124: slide 08



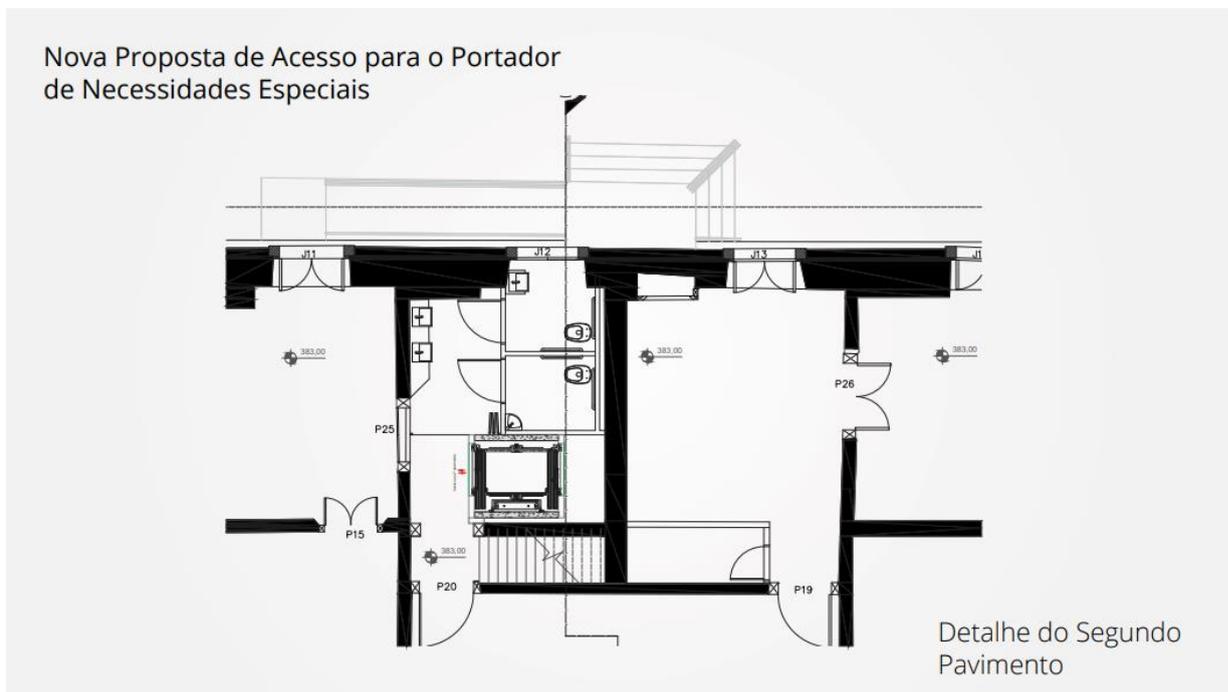
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 125: slide 09



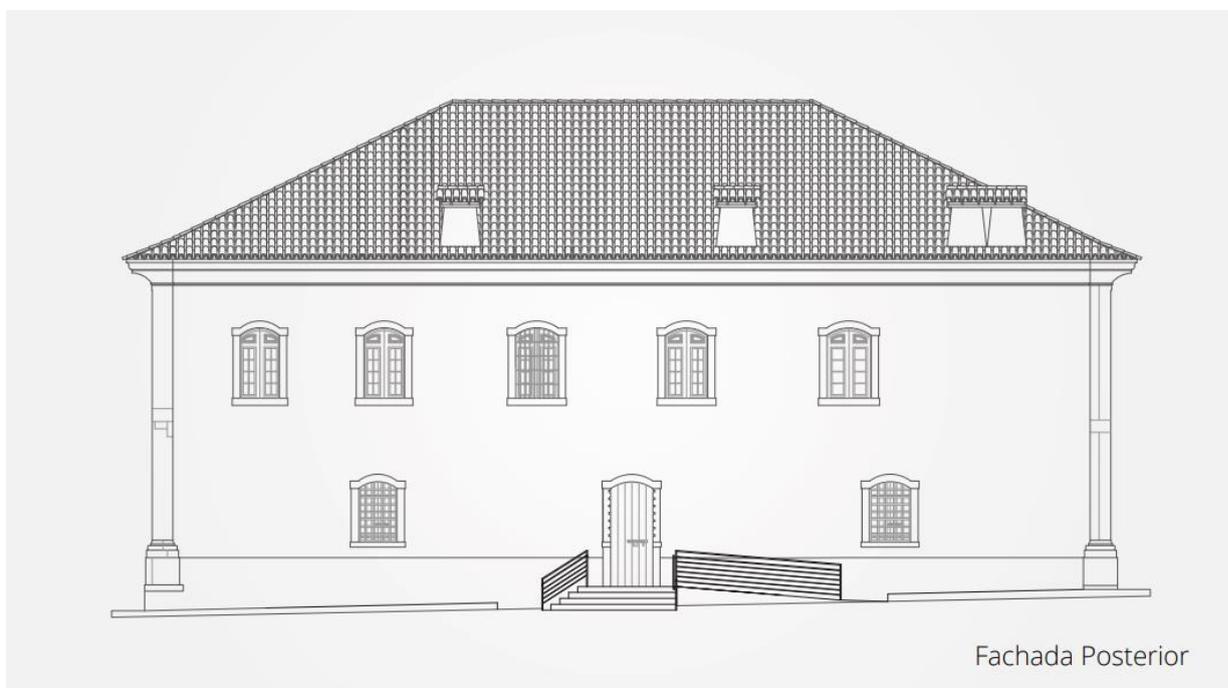
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 126: slide 10



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 127: slide 11



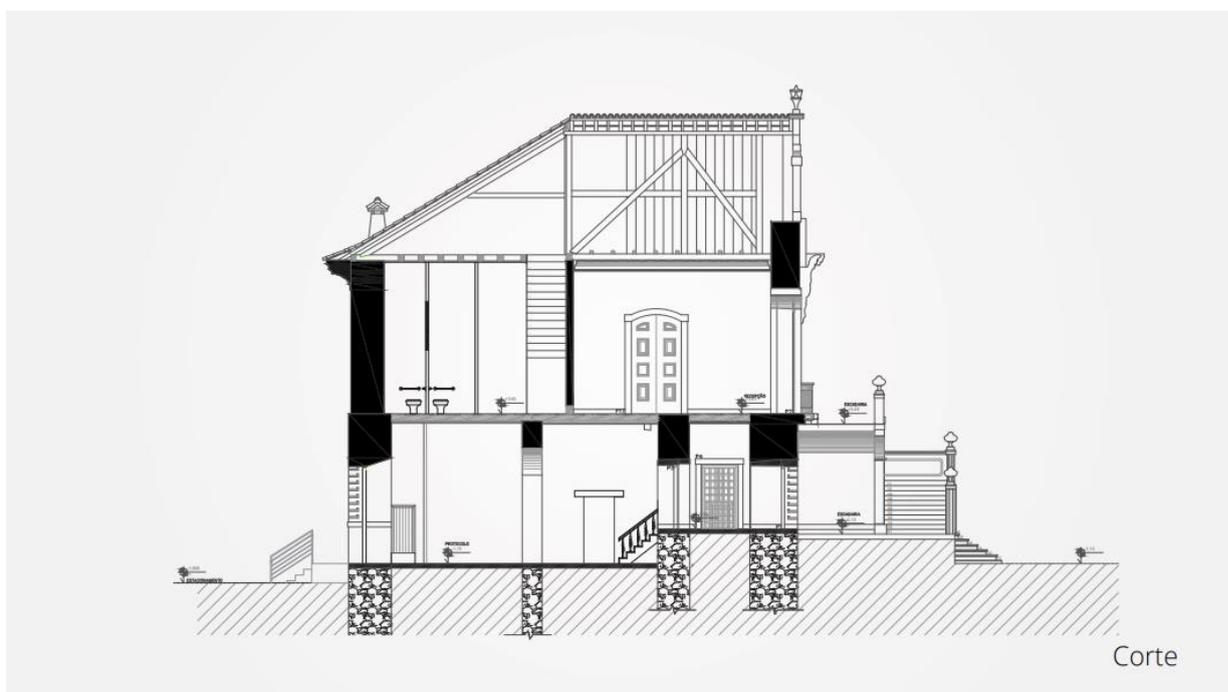
Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 128: slide 12



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 129: slide 13



Fonte: Elaborado pelo autor

A proposta de intervenção apresentada acima foi aceita integralmente e realizada, sendo possível verificar sua eficiência no próprio edifício entre outras soluções também aprovadas pelo IPHAN (ANEXO D).

4.5.1 Acessibilidade

Foi necessário um estudo amplo e demorado para resolver a problemática da acessibilidade, uma vez que era fundamental que a intervenção causasse o menor impacto quanto possível, ao mesmo tempo que não prejudicasse o acesso da pessoa com deficiência ao interior da edificação. Dessa forma, tendo como base a intervenção no museu da inconfidência em Ouro Preto, antiga Casa de Câmara e Cadeia dessa cidade, sugeriu-se a abertura de uma janela na fachada posterior da edificação, também como visto na fachada frontal da edificação, em que a porta de acesso ao corredor do pavimento térreo foi executada como janela para a enxovia das mulheres.

Além disso, alteraram-se o local da instalação do elevador e o local dos banheiros acessíveis, otimizando o espaço, liberando uma das salas para os serviços camarários e mantendo ambas as intervenções (banheiros e elevador) no mesmo espaço. Note-se que nossa preocupação com o valor de uso, associado à acessibilidade, foi devidamente observado por Oliveira (2023):

São destaques dessa obra além do conhecimento mais aprofundado da edificação, do avanço na revelação dos momentos cromáticos dos seus interiores, expostos em escala maior durante a obra, e as soluções adotadas para atender a Lei de acessibilidade [...]. Como recomenda as Cartas Internacionais de Restauo, essa intervenção foi devidamente identificada como moderna (Oliveira, 2023, p. 112).

Ademais, a janela da sala da enxovia das mulheres foi selecionada para abertura do vão, onde, com o vão já existente, seria necessária apenas a remoção do parapeito, evitando, assim, a abertura em outro local, o que descaracterizaria a edificação. Então, foi cortada a pedra de parapeito de grande dimensão que atravessa a parede, e foi removida a alvenaria de pedra até o nível do piso interior da sala.

Essa mesma pedra, com as marcas da grade original, foi recolocada na soleira, assim ficando no mesmo local de origem e sendo possível uma reutilidade se tivesse havido necessidade. A grade em ferro batido foi cortada preservando a parte em arco como uma bandeira, sendo complementada com uma confecção similar, mas simplificada em metal e pintadas de preto, sendo esta possível de se abrir em 2 folhas.

As folhas da janela permaneceram sem alterações, sendo complementadas na parte de baixo onde ficava o peitoril com 2 folhas de madeira de mesma espessura, sendo autônomas, não vinculadas às folhas originais. Assim, quando estão fechadas, pode-se abrir as folhas originais e ter a conformação da janela novamente.

Diferentemente dos outros cômodos, onde se resgataram as técnicas construtivas tradicionais, nesse espaço, foi realizada intervenção com estrutura de ferro e com materiais industriais para o acabamento, no intuito de facilitar reversibilidade futura e, ainda, diferenciar esses elementos atuais do restante da edificação. Vejamos o local de instalação da rampa:

Figura 130 a, b, c e d: Local de instalação da rampa de acessibilidade antes, durante e após a restauração, respectivamente



Fonte: Acervo do autor

No interior da enxovia, encontra-se o elevador, configurando-se, assim, espaço informativo musealizado da Câmara, com a instalação de totens com informações e imagens do processo de restauro e do histórico da Câmara, tornando possível ao turista conhecer todos os cômodos da edificação, mesmo aqueles que são de uso privativo, mediante *tour* virtual, permitindo ao interlocutor compreender o contexto histórico, social, urbano, arquitetural, projetual, restaurativo, além de valores de ancianidade resgatados na própria concepção do espaço, que, diferentemente dos demais, não foi reconstituído em sua integralidade, ficando com estruturas de alvenaria aparentes, contrastando com os novos elementos inseridos. Esse espaço pode, portanto, ser considerado local de rememoração acerca do elo entre preservação/restauração e as necessidades do presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ao mesmo tempo que traz nova forma de se pensar teoricamente a restauração, cria sólida ponte entre a teoria e a prática, em processo bidirecional integrado, das metodologias aplicadas ao restauro, em tentativa de aproximar o meio acadêmico do universo laboral relativo ao canteiro de obra. A conjugação de três áreas teóricas distintas, quais sejam, Arqueologia da Arquitetura, Tectônica e Restauro, possibilitou sistematização de saberes proveitosos para o estudo da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, apreciando o prédio em seu caráter fenomenológico, enquanto objeto patrimonializado concebido a partir da interação de inúmeros dados materiais e imateriais.

Nossos estudos foram, paulatinamente, desenvolvidos em conformidade com os avanços da própria execução de intervenções restaurativas na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Nesse sentido, almejamos, em um só tempo, reunir saberes teóricos aprendidos no universo acadêmico com nossa realização prática no canteiro de obras, em tentativa de responder conjunto de questionamentos atinentes ao nosso exercício profissional.

Desse modo, esta dissertação, buscou explicitar a necessidade de não apenas os projetistas como também os executores de ampliar seu arcabouço teórico-metodológico, na medida em que a prática e a teoria são, aqui, vistas como indissociáveis no que tange ao processo de restauração.

Ademais, também ressaltamos complexidades referentes à tomada de decisão em canteiro de obra, evidenciando a necessidade de o executor ter certa clareza acerca da definição de seus critérios eletivos. Quanto a isso, salientamos que o gestor do processo de restauro possui elevada responsabilidade quanto à preservação de potencial científico, tangível e intangível, para além dos valores materiais e de uso do edifício.

Assim, concebemos a realização do restauro com amparo na Arqueologia da Arquitetura, no que recorreremos, sobremaneira, aos estudos de Raquel Santos (2011, 2013 e 2015). Igualmente, tecemos certas considerações a respeito do estudo da Tectônica, que consideramos relevante por ampliar nossos horizontes ligados ao processo de seleção daquilo que deveria ou não ser preservado. Ainda, colocamos em evidência alguns elementos ligados à teoria dos valores de Riegl, por meio da

mediação teórica do estudioso Castriota (2012 e 2022), que também se demonstrou significativa para o processo de tomada de decisão daquilo que deveria ser conservado ou alterado.

É válido destacar que esta dissertação foi muito importante para ampliar nossas perspectivas analíticas em âmbito profissional, representando relevante conquista pessoal em termos de formação. Assim, nossa pesquisa apresenta elevada dimensão empírica, ao tomar como exemplo caso concreto com observações diretas de nosso objeto, a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

Acreditamos que este trabalho ainda pode contribuir, em alguma medida, com a difusão de saberes concernentes à Arqueologia da Arquitetura de matriz europeia com enfoque na análise da materialidade em cotas positivas, o que é ainda pouco examinado no Brasil. Assim, ressaltamos a importância do estudo das estratigrafias para a compreensão cronológica do edifício, partindo de análise da matéria construtiva da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana para a compreensão de suas mudanças e para o estabelecimento de critérios para seu respectivo processo de restauro.

Desse modo, nossa dissertação busca conjugar saberes com vista à execução mais criteriosa do restauro de nosso objeto. Saliente-se que, em geral, os arquitetos são dotados do conhecimento da Tectônica e da Teoria do Restauro, sendo importantes quanto à feitura do projeto e à gestão da obra. O restaurador, por sua vez, com conhecimento de materiais, de química e de tipos de fazeres, participa, em muitos casos, da abertura de prospecções estratigráficas ou do restauro de superfícies. Finalmente, o arqueólogo também contribui com seus saberes, ainda que restrito ao exame de cotas negativas.

Nesse vértice, nossa dissertação objetivou frisar a necessidade de aproximar a atuação de arquitetos, de restauradores e de arqueólogos, por intermédio da reunião de saberes da Tectônica, da Teoria do Restauro e da Arqueologia da Arquitetura. Assim, observamos que foi possível ampliar as ações dos profissionais envolvidos no restauro da Casa de Câmara e Cadeia, por meio de diretrizes alicerçadas em tentativa de visualizar a edificação de forma holística. Essa reunião consistente de forças intelectivas, que já são parte natural do processo de restauração, acarreta maior sustentabilidade, dada sua viabilidade financeira e profissional, a qual propiciou o fomento de olhar mais crítico sem que fossem gerados maiores custos.

Por fim, nosso trabalho se abre, circularmente, ao exercício da complementariedade dialógica com outras pesquisas, na medida em que expomos que, a partir dos subsídios fornecidos pela Arqueologia da Arquitetura, pela Tectônica e pela Teoria do Restauro, é possível melhor compreensão do espaço e das relações humanas desenvolvidas na Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, apreciada como artefato arqueológico. Assim, abrimo-nos, ainda, para possíveis interfaces com estudos de cunho antropológico, sociológico e psicológico. Dessa forma, este trabalho não possui a pretensão de esgotar o exame da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, mas sim permitir que novos estudos futuros sejam realizados a partir dos dados por nós obtidos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. **Planear e Projectar a Conservação da Cor na Cidade Histórica:** experiências havidas e problemas que subsistem. Comunicação ao III Encore, Lisboa, 2003.

ALBUQUERQUE, Paulo T. **A práxis Arqueológica em Cotas Positivas e Negativas do Conjunto do Carmo-Olinda:** Suporte para implantação de um programa de restauração e conservação. IPHAN. Recife. 2007. p.378. Disponível em: https://www.academia.edu/es/9250687/a_praxis_arqueologica_carmo_olinda. Acesso em: 25 ago. 2021.

ALMEIDA, Graciele Tules; MILHEIRA, Rafael Guedes. Arqueologia regional na baía babilônica: considerações sobre ocupação e mobilidade guarani. **Arche-Revista Discente de Arqueologia**. p. 34, 2020.

AMARAL, Izabel. Quase tudo que você queria saber sobre Tectônica, mas tinha vergonha de perguntar. Pós, São Paulo, v. 16, n. 26, p. 148-167, dez. 2009.

BARRETO, Paulo Tedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Renato de Azevedo Duarte Soeiro. Rio de Janeiro, RJ: **MinC/IPHAN**, n. 16, p. 219-252, 1968. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat16_m.pdf. Acesso em: 23 de mar. 2022.

BARRETO, Paulo Tedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Rio de Janeiro, RJ: MinC/IPHAN, n. 11, p. 323, 1947. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat11_m.pdf: Acesso em: 23 de mar. 2022

BASÍLIO, Lília; ALMEIDA, Miguel. Arqueologia do edificado em contexto de Arqueologia preventiva: o exemplo da Baixinha de Coimbra (Portugal). **Arqueología de la Arquitectura**, v. 7, p. 129-146, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2010.10008>. Acessado em: 09 jul. 2021.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. Arqueologia Preventiva no Patrimônio Arqueológico Brasileiro. **Arqueologia Preventiva: Gestão e Mediação de Conflito. Estudos Comparativos**. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/3615085/Arqueologia_Preventiva_no_patrimônio_Arqueológico_Brasileiro](https://www.academia.edu/3615085/Arqueologia_Preventiva_no_patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_Brasileiro). Acessado em: 23 jul. 2021.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de (orgs.). **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico**. 3. ed. São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010. 296 p.

BEZERRA, Ana Luísa F. **As cores das fachadas de edificação históricas pintadas a cal**. 139 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Orientador: Sérgio Castelo Branco Nappi.

BOSCHI, C. C. 1986: **Os Leigos e o Poder**: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPELLO, Cecília Bartheo C. **Casas de Câmara e Cadeia**: uma análise tipológica de Portugal à colônia. Orientador: Paulo M. Souto Maior. 2012. p. 123. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/19031/1/2012-dissertacao-CeciliaCampello.pdf.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CANTALICE II, Aristóteles de Siqueira Campos. Redescobrimo a arte científica tectonica | Rediscovering tectonic scientific art. *Oculum Ensaios*, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 247, 20 jul. 2018. **Cadernos de Fé e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Médicas e Revista de Educação da PUC-Campinas**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v15n2a3849>. Acesso em 25 jan. 2022.

CARBONARA, Giovanni. **È proprio necessaria una ‘nuova teoria’ del restauro?** Considerazioni sul volume de Salvador Muñoz Viñas. *Opus*, Pescara-Roma, n. 2, p. 163-180, 2018.

CARSALADE, Flavio de Lemos. **A pedra e o tempo**: Arquitetura como patrimônio cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 169, 2014.

CARVALHO, Fernanda Trindade de. **Atores e valores**: O processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Orientador: Luiz Antônio Cruz Souza. 2012. p. 187. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/fernanda_trindadde_atores_e_valores_o_processo_de_readequacao_do_espaco_fisico_da_casa_de_c_marae_cadeia_de_mariana_pdf?sequence. Acesso em: 18 de set. 2021.

CASTRIOTA, Leonardo Baci. (Org). **Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**: recuperação de um Patrimônio Nacional. Belo Horizonte: IEDS. UFMG. 2012. 264 p.

CASTRIOTA, Leonardo Baci. **Patrimônio e Valores**: A via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: IEDS; Miguilim, 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Baci; VILMAR, Pereira de Souza. Desvelando os valores de um bem cultural: a construção do projeto de restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana- MG. In: SANTOS, Cristiano Casimiro dos; SOUZA, Adriano Luis Furini de

(orgs.). **Restauro e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Mariana: Revista Mariana Histórica e Cultural, 2023, p.54-79.

CHAVES, Claudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sonia Maria de. (Orgs.). **Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012.

COPÉ, Silvia Moehlecke. Arqueologia da Arquitetura: ensaios sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho. In: V ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA-SAB/SUL. 5., 2006, Rio Grande. **Anais do V encontro do núcleo regional sul da sociedade de Arqueologia brasileira-SAB/Sul**. Rio Grande: p.21. Disponível em: <http://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/simposio/planalto/1.pdf>. Acesso em 15 jan. 2022.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DA MATTA, Roberto. **Ensaio de antropologia estrutural**. Edition: 2: Publisher: Editora Vozes, 1973.

DUTESCU, Eugen. **Digital 3D Documentation of Cultural Heritage Sites Based on Terrestrial Laser Scanning**. Dissertação de mestrado - Univeität der Bundeswehr München Eingereicht. 2006. Disponível em: <https://beluga.sub.uni-hamburg.de/vufind/Record/522851002>. Acesso em: 12 jan. 2022.

FONSECA, Claudia Damasceno. **A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: algumas considerações**. Ouro Preto, 1998. *Termo de Mariana. História e Documentação*, Editora da Universidade Federal de Ouro Preto, p. 181-183, 1998.

FRAMPTON, Kenneth. **Studies in Tectonic Culture: the poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture**. Cambridge: Mit Press (Ma), 2001. 448 p.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme-revista de humanidades**, v. 6, n. 13, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6535642/mod_resource/content/1/Funari_ARq ueologia_Histórica.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. IFCH, UNICAMP, Campinas, 1998.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A; REIS, J. A. **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras** (décadas de 1960-1980). São Paulo: Annablume, 2008.

HARRIS, Edward C. – **Principi di stratigrafia archeologica**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1990.

HARTOONIAN, Gevork. **Ontology of Construction**: on nihilism of technology and theories of modern architecture. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. 142 p.

HEIGHWAY, Carolin M. (Org). The Erosion of History. **Archaeological Journal**: Vol. 129, No. 1, pp. 223-224, 1972.

IEROTTI, Piero; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antônio. **Archeologia dell'architettura e storia dell'architettura**: due discipline a confronto, 2000. 377-380.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Planos de Ação para Cidades Históricas**. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social. Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2009.

LE GOFF; Jacque. História da Cultura Material. In: _____. **A Nova História**; Martins Fontes: São Paulo, 1998

FRONER, Yacy-Ara. Arqueologia do Restauro: Conceito, Forma e Materialidade. In: SANTOS, Cristiano Casimiro dos; SOUZA, Adriano Luis Furini de (Orgs.). **Restauro e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Mariana: Revista Mariana Histórica e Cultural, 2023, p.115-139.

FURET, François, LE GOFF Jacques. **Histoire et ethnologie**: Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel. t. II. Toulouse: Privat, 1973.

KANTOR, Iris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. In: **TERMO de Mariana**: História e documentação. Mariana: Ed. UFOP, 1998. p. 147 – 148.

MANNONI, Tiziano; BOATO, Anna. Archeologia e storia del cantiere di costruzione. **Arqueología de la Arquitectura**, n. 1, p. 39-53, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28268566_Archeologia_e_storia_del_cantiere_di_costruzione. Acesso em: 24 jan. 2022.

MOLLO, Helena Miranda; SILVEIRA, Marco Antônio (Orgs). **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, v. 1, 1998.

MOREIRA, Juliana. **Arqueologia da loucura**: narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

NAJJAR, Rosana; DUARTE, Maria Cristina Coelho. Manual de Arqueologia histórica em projetos de restauração. **Rio de Janeiro: IPHAN/Programa Monumenta**, 2002. Disponível em [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ArqueologiaHistoricaProjetosRestauracao_1edicao_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_ArqueologiaHistoricaProjetosRestauracao_1edicao_m.pdf). Acesso em 25 jan. 2022.

NARDI, Alan. Encarcerados: os detentos da Cadeia Pública de Mariana nos primeiros trinta anos do século XIX. In: **Anais - XXIV Simpósio Nacional de História**, 2007. São Leopoldo-RS.

NARDI, Alan. **Bem distante do panóptico**: a Cadeia Pública de Mariana na primeira metade do século XIX. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO. 10, 2010, Rio de Janeiro. p. 7. Disponível em: http://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276635981_ARQUIVO_AlvanNardideSouza-Bemdistantedopanoptico.pdf. Acesso em 16 jan. 2022.

NOVAES, Maria Vitória Fischer. **A tecnologia e seu lugar na metodologia de restauro**: o 3D Laser Scanning como forma de documentação arquitetônica e sua aplicação no restauro do Palacete Tereza Lara em São Paulo. Dissertação (Mestrado). 2018. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. O diagnóstico e o estado de conservação do edifício. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Belo Horizonte: IEDS, 2012.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu. **A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. In: SANTOS, Cristiano Casimiro dos; SOUZA, Adriano Luis Furini de (orgs.). **Restauro e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Mariana: Revista Mariana Histórica e Cultural, 2023, p 80-114.
Patrimônio Arqueológico da Bahia. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (Orgs). – Salvador: SEI, 2011. 132 p. il. (Série estudos e pesquisas, 88).

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. (2002). Arqueología de la Arquitectura en España. **Arqueología De La Arquitectura**, (1), 27–38. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2002.4>. Acesso em 21 out. 2021.

RAMALHO, Maria de Magalhães. Práxis em Arqueologia da Arquitetura. **Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Patrimônio da Universidade do Algarve**, n. 9, p. 69-94, 2011.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **As cores da cidade na América Portuguesa**: um estudo iconográfico. Anais XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/textos/86_nelson_porto_ribeiro.pdf. Acesso em 22 jan. 2022.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. PESSOA José. RIBEIRO Rosina Trevisan M. (Orgs). **História da construção luso-brasileira**. Ed. Milfontes: vitória 2019.

RIEGL, Aloïs. **O Culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface entre Arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano**. 2009. p. 156. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto Federal de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em: <http://https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Nadja-Santos.pdf>. Acesso em 18 set. 2021.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da Arquitetura: olhar paredes, ver vivências. **Revista Arqueologia Pública**, v. 9, n. 1 [11], p. 60-72, 2015.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da arquitetura: conceito e metodologia. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 4, n. 1, p. 5-14, 2013.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da arquitetura: perspectivas metodológicas. **PROMONTORIA**, ano 9, Número 9, 2011.

SANTOS, Cristiano Casimiro dos; SOUZA, Adriano Luis Furini de (Orgs.). **Restauração e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Mariana: Revista Mariana Histórica e Cultural, 2023.

SILVA, Elvan. Conclusão: a essência da Arquitetura. In: SILVA, Elvan. *Matéria, Ideia E Forma: uma definição de Arquitetura*. Porto Alegre: Editora Ufrgs, 1994. p. 192.

SOUZA, Adriano Luis Furini. A práxis da arqueologia da restauração da Casa da Câmara e Cadeia de Mariana-MG. In: SANTOS, Cristiano Casimiro dos; SOUZA, Adriano Luis Furini de (Orgs.). **Restauração e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana**. Mariana: Revista Mariana Histórica e Cultural, 2023, p. 141-255.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no Século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SURYA, Leandro; CARRÉRA, Mércia. A representação do espaço em Arqueologia e Arquitetura. **ARCHITECTON-Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 4, n. 6, 2014.

TIRELLO, Regina Andrade. A Arqueologia da Arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. **Revista CPC**, n. 3, p. 145-165, 2007.

TIRELLO, Regina Andrade. **Um trabalho arqueológico**: a descoberta dos murais artísticos e a estratificação arquitetônica de uma velha casa no Bexiga. COMISSÃO de Patrimônio Cultural da USP. *A Casa de Dona Yayá*, v. 2, p. 100-135, 1999.

TIRELLO, Regina. Andrade. A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. **Revista CPC**, [S. l.], n. 3, p. 145-165, 2007. DOI:

10.11606/issn.1980-4466.v0i3p145-165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15602>. Acesso em: 4 fev. 2024.

TIRELLO, Regina Andrade. **Estudos diagnósticos em Arqueologia da Arquitetura:** uma investigação sobre as possibilidades do “Método Harris” para o estabelecimento de cronologias construtivas–Lidgerwood (Campinas). III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2.

VELOSO, Tércio Voltani. Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747). **Temporalidades**, v. 5, n. 1, p. 145-166, 2013.

VELOSO, Tércio Voltani. Os debates sobre as formas de conter as inundações no Ribeirão do Carmo: Mariana, Minas Gerais (1745-1747). **Revista Angelus Novus**, p. 22-40, 2012.

VILLELA, Ana Teresa Cirigliano. **Arqueologia da Arquitetura (AA):** a estratificação tridimensional do tempo. 2015. 262 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000954871>. acessado em: 24 agosto 2021.

WÖLFFLIN, H. **Conceitos Fundamentais de História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ZARANKIN, Andres. **Casa tomada: sistema, poder y vivienda familiar**. In: ZARANKIN, Andres; ACUTO, Félix. *Sed non Siata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporânea*. Buenos Aires: Del Tridente, 1999, p. 239-271.

ZARANKIN, An. **Paredes que Domesticam:** Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires. São Paulo: Fapesp, 2002.

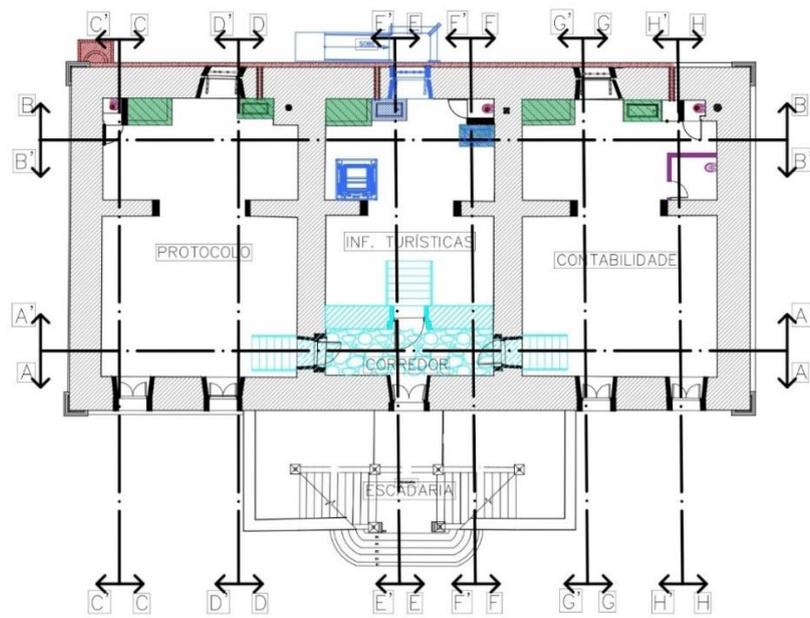
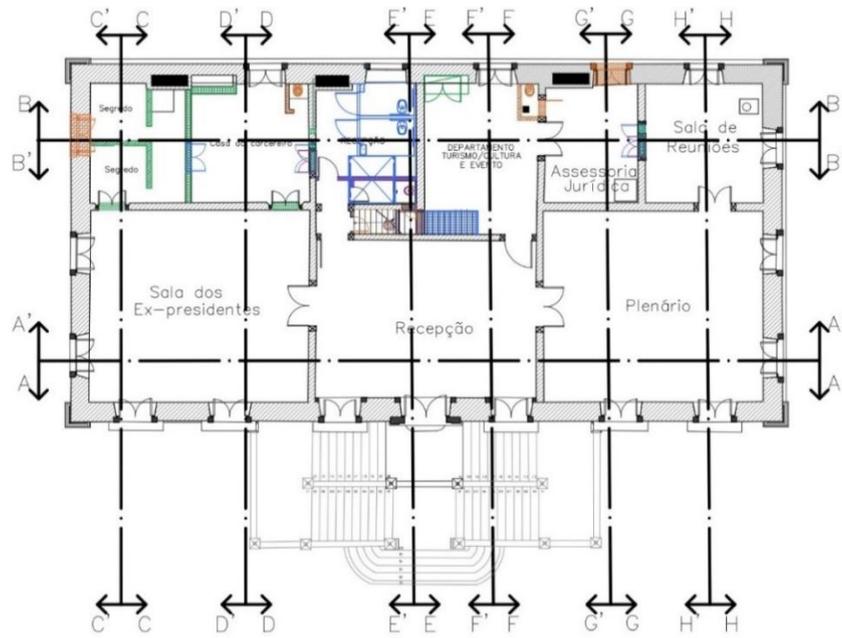
ZARANKIN, Andres. **Arqueología de la Arquitectura**, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. *Revista de Arqueología Americana*, v. 22, n. 1, p. 25-41, 2003.

ZARANKIN, Andres. **Corpos Congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG**. In: MACEDO, J.; ANDRADE, R.; TERRA, C. *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentos*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012, p. 18-33.

ZARANKIN, Andres; ACUTO, Félix. **Sed non Satiata:** Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporânea. Del Tridente: Buenos Aires, 1999.

ZARANKIN, A. **Paredes que Domesticam:** Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista; O caso de Buenos Aires. Centro de História da Arte e Arqueologia (IFCH-UNICAMP), Campinas, 2002.

**ANEXO A - LEVANTAMENTO GRÁFICO COM REPRESENTAÇÃO E MATERIAIS
E CRONOLOGIA**



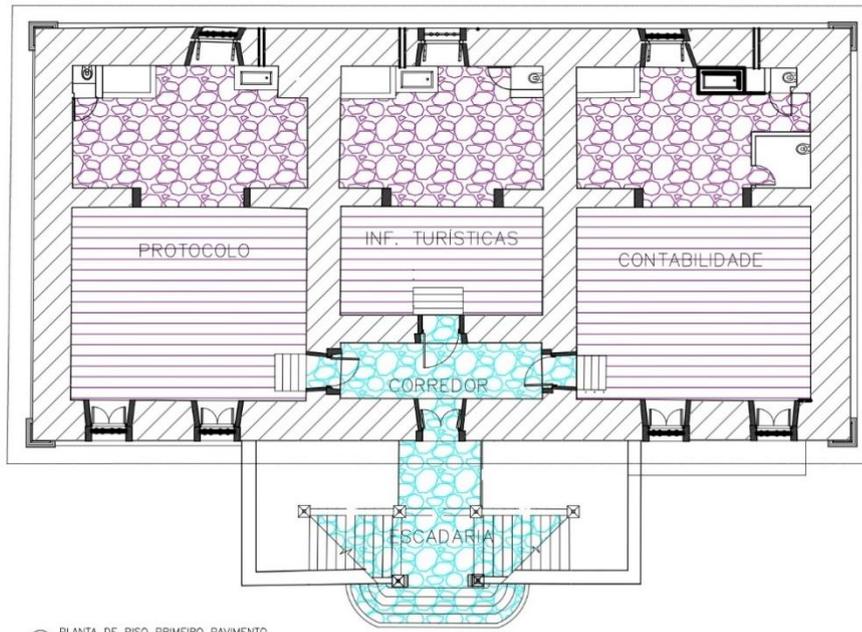
LEGENDA PERÍODO:

- INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782
- INAUGURAÇÃO 1800
- PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940

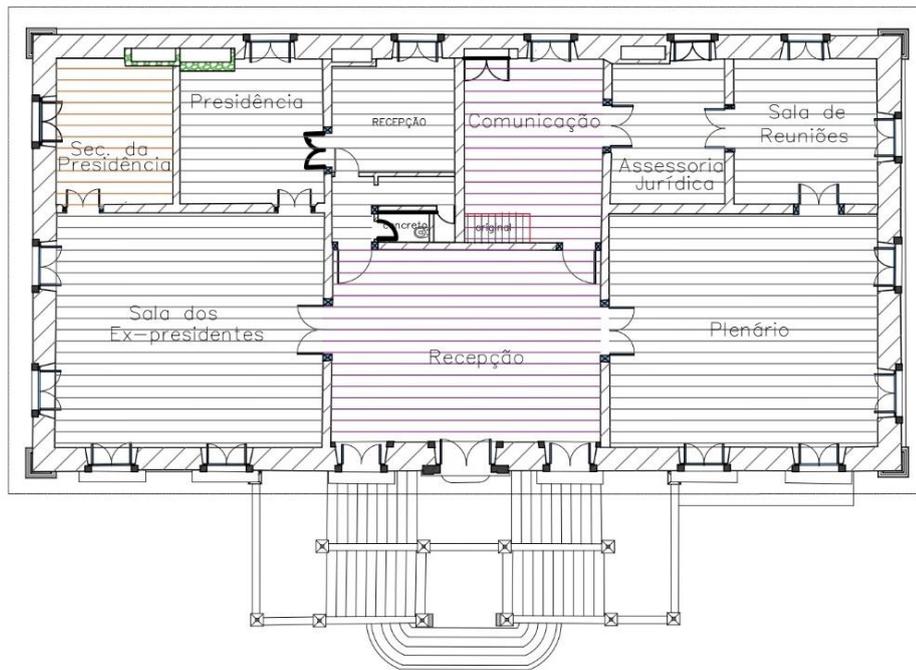
- PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
- PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
- CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

- PLANTA INAUGURAL
- ACRESCIDO
- DEMOLIDO



PLANTA DE PISO PRIMEIRO PAVIMENTO



PLANTA DE PISO SEGUNDO PAVIMENTO

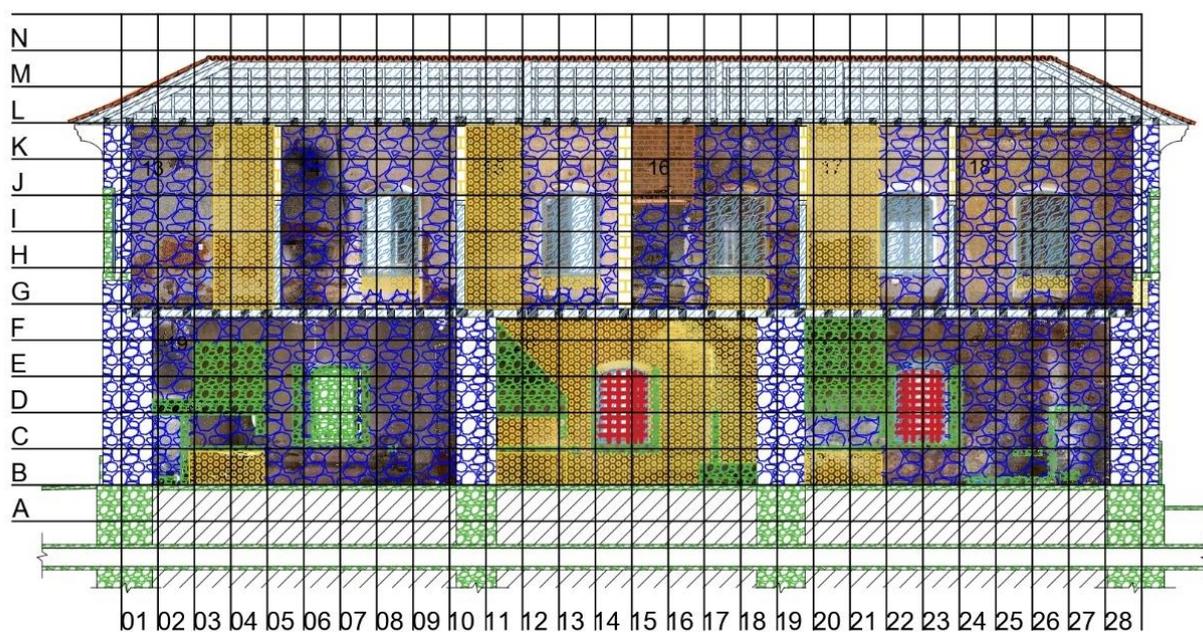
LEGENDA PERÍODO:

- INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782
- INAUGURAÇÃO 1800
-
- PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940

- PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
- PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
- CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

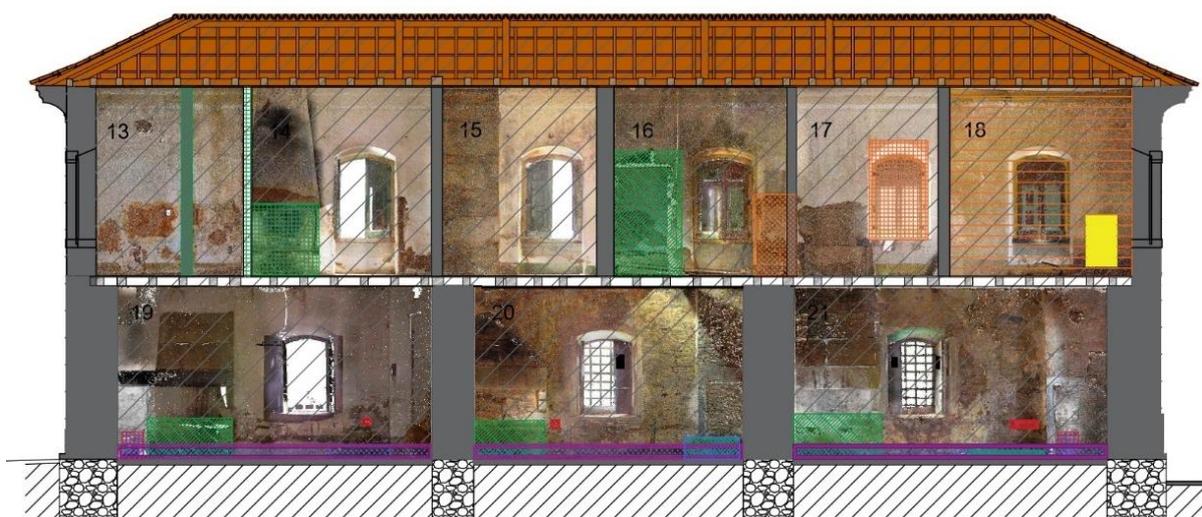
- PLANTA INAUGURAL
- ACRESCIDO
- DEMOLIDO



○ CORTE B-B

LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023



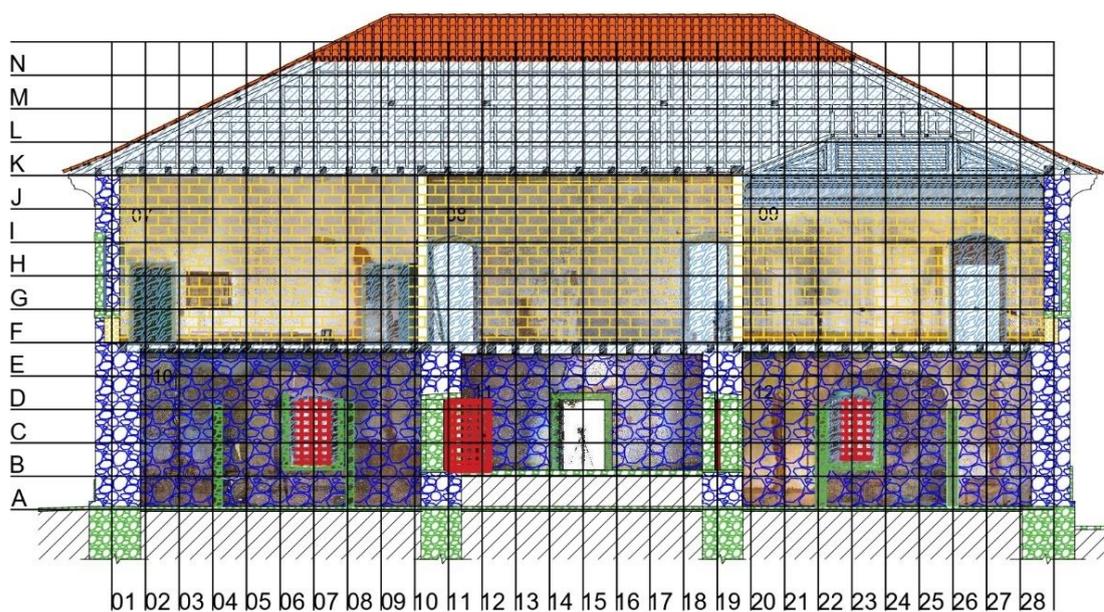
○ CORTE B-B

LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

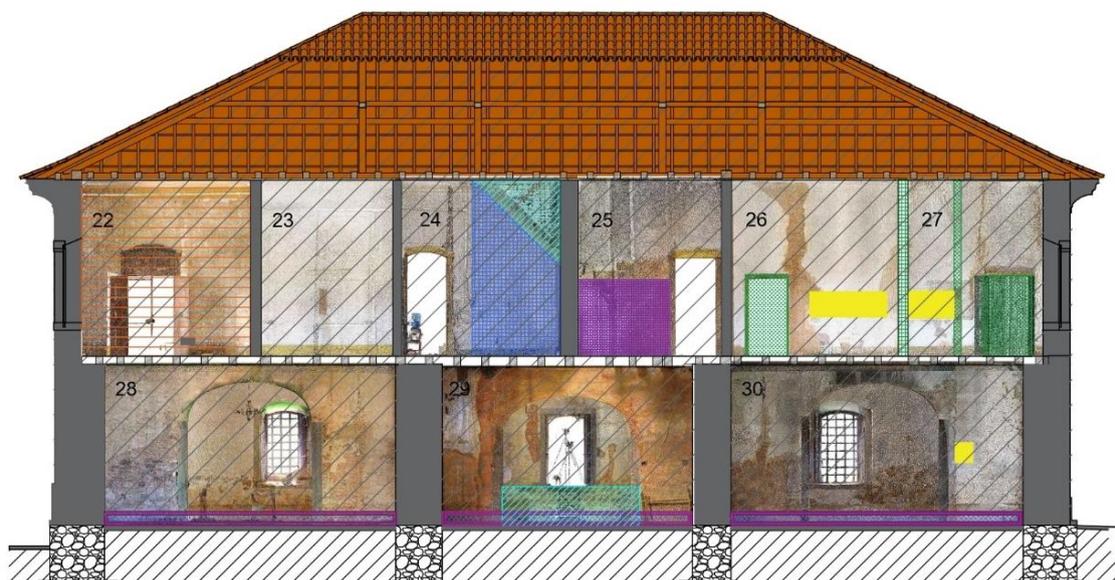
PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



○ CORTE A-A'

LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERÂMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023



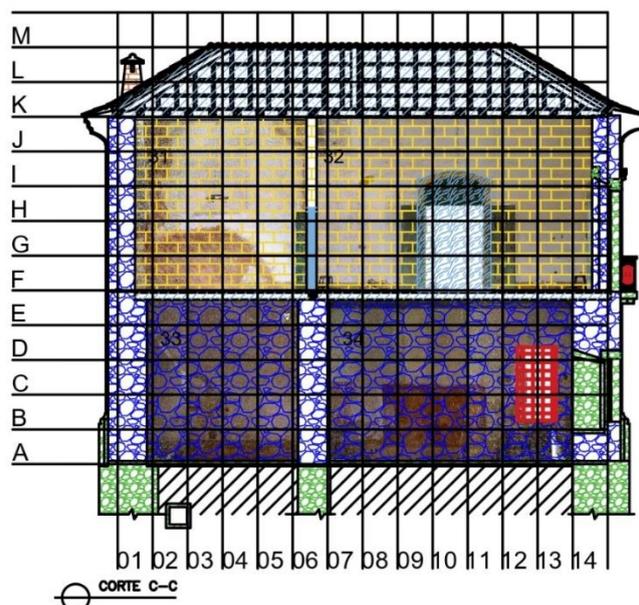
○ CORTE B-B'

LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
	CONFIGURAÇÃO EM 2023
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	

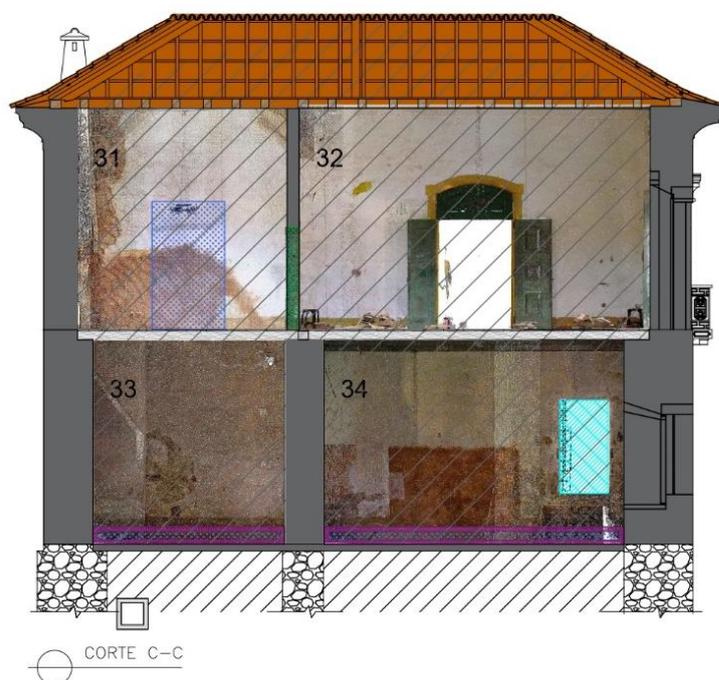
LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

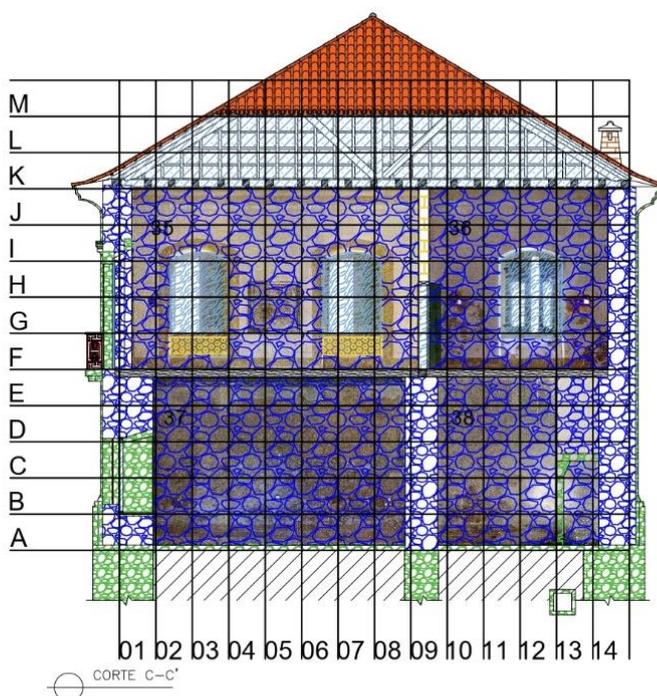


LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
	CONFIGURAÇÃO EM 2023
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023



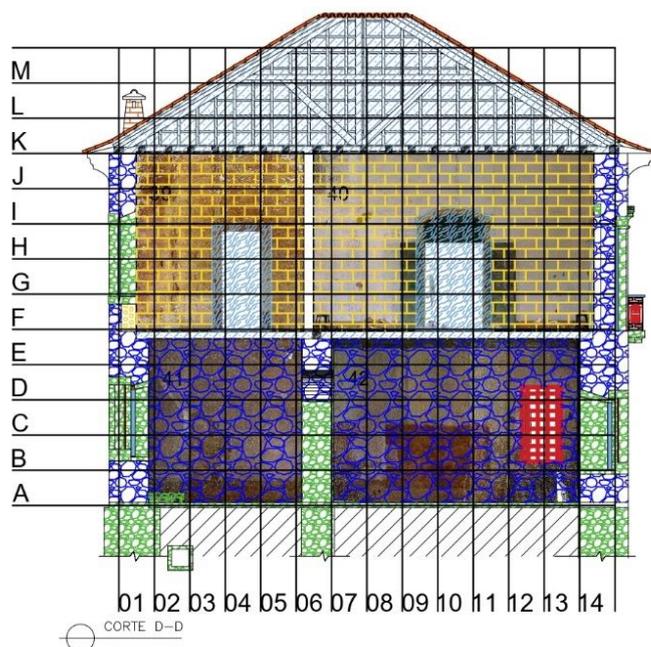
LEGENDA PERÍODO:

INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782
INAUGURAÇÃO 1800
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940

PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

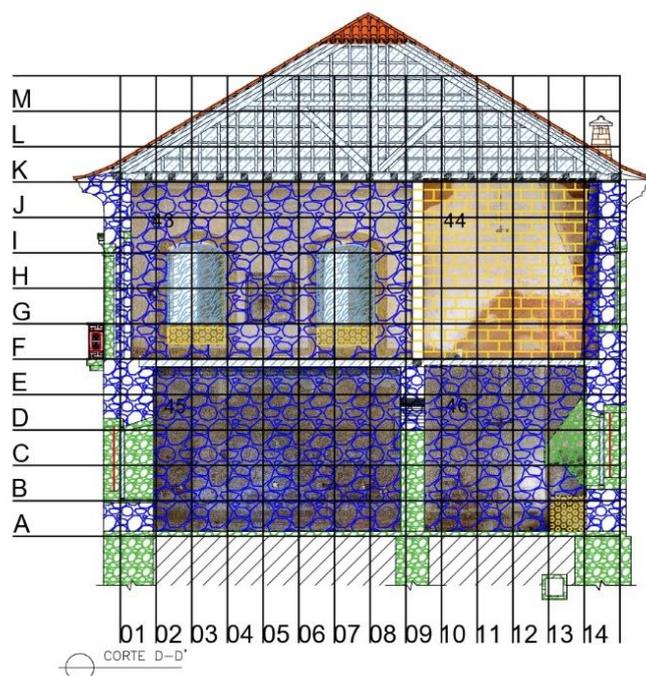


LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
	CONFIGURAÇÃO EM 2023
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

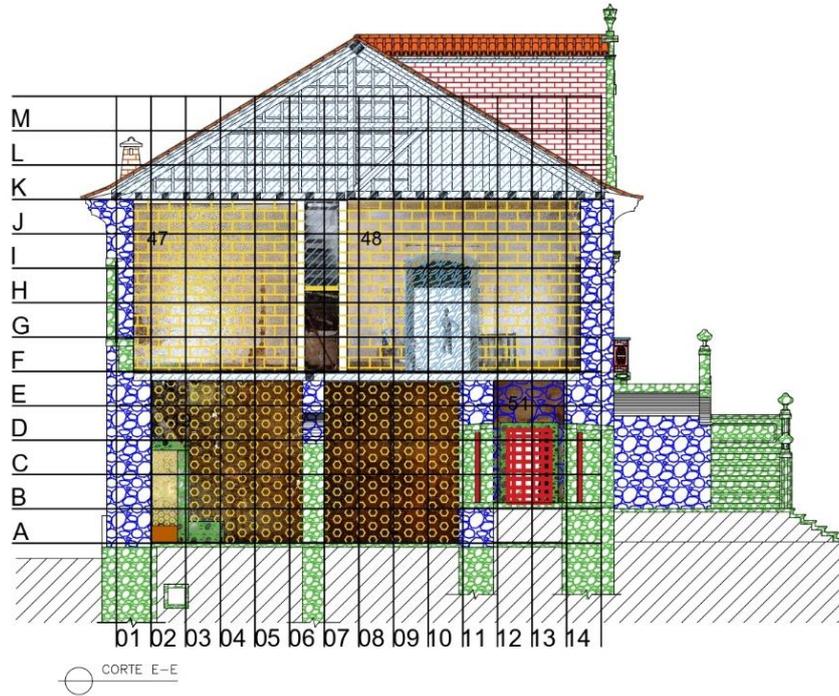


LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	CONFIGURAÇÃO EM 2023

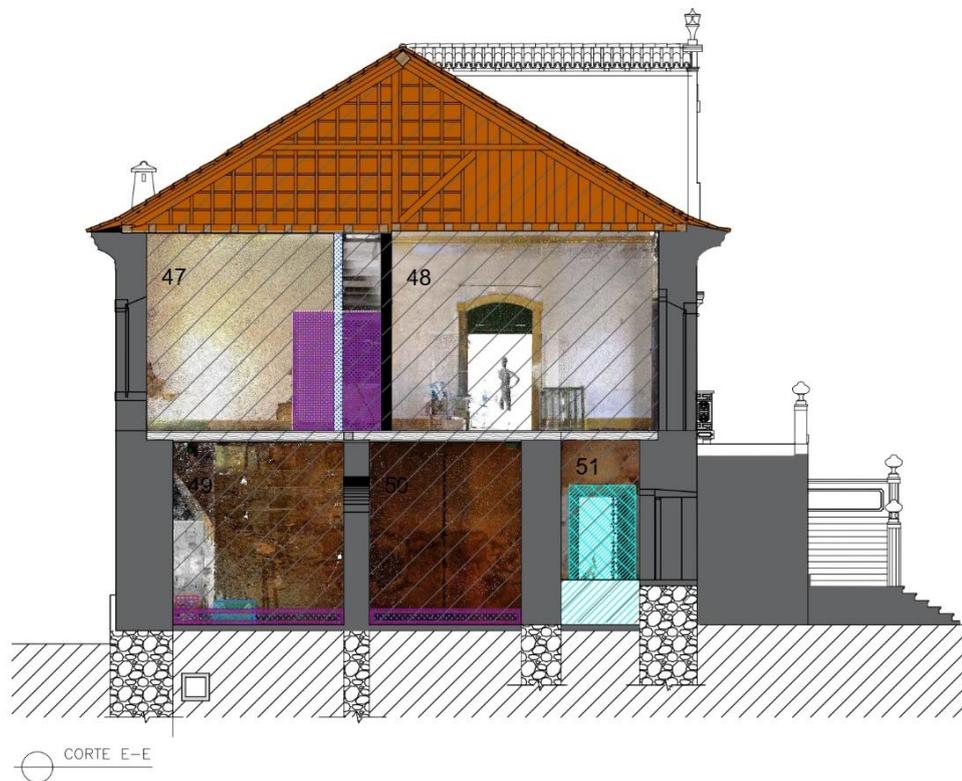
LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

- | | | | |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| TIJOLOS CERAMICOS | MADEIRA ESTRUTURAL | ALVENARIA DE PAU A PIQUE | ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA |
| TIJOLOS FURADOS | MADEIRA DE ACABAMENTO | FERRO | ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA |
| ADOBES | TELHAS CERÂMICAS | TRAMA DE ESTEIRA | ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023 |

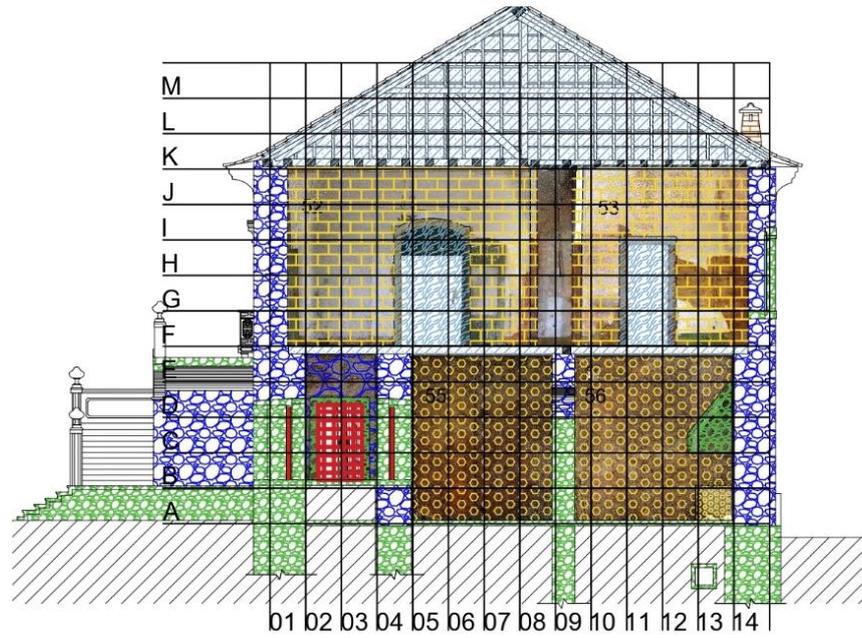


LEGENDA PERÍODO:

- | | |
|---------------------------------|---------------------------------|
| INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782 | PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960 |
| INAUGURAÇÃO 1800 | PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980 |
| PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940 | CONFIGURAÇÃO EM 2023 |

LEGENDA ATIVIDADE:

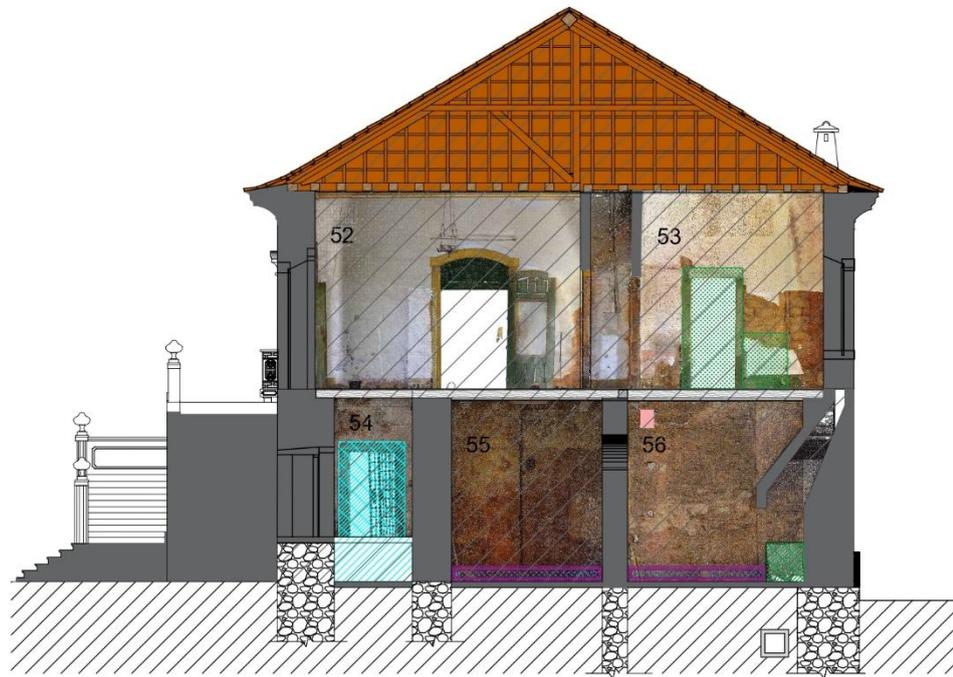
- | |
|------------------|
| PLANTA INAUGURAL |
| ACRESCIDO |
| DEMOLIDO |



CORTE E-E'

LEGENDA MATERIAIS:

- | | | | |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| TIJOLOS CERAMICOS | MADEIRA ESTRUTURAL | ALVENARIA DE PAU A PIQUE | ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA |
| TIJOLOS FURADOS | MADEIRA DE ACABAMENTO | FERRO | ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA |
| ADOBES | TELHAS CERÂMICAS | TRAMA DE ESTEIRA | ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023 |



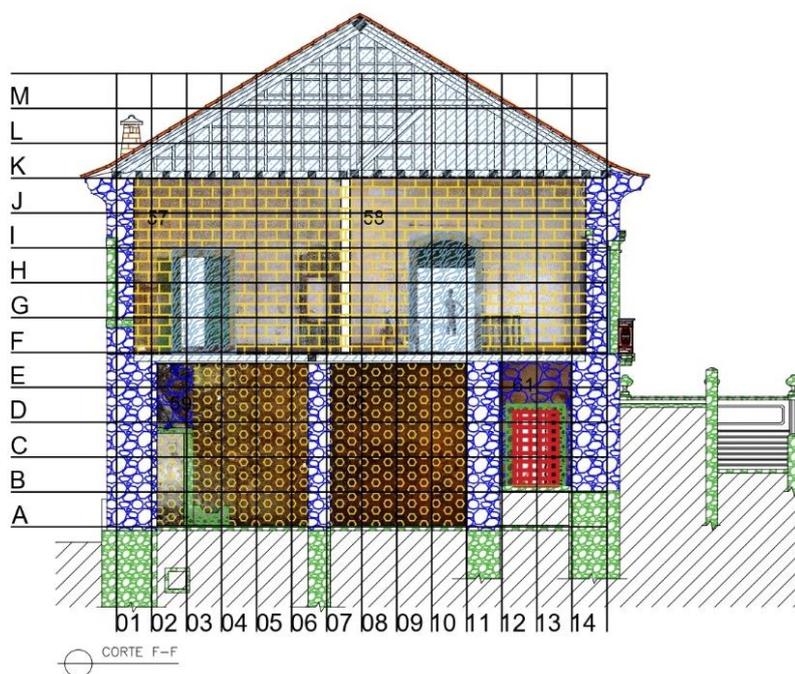
CORTE E-E'

LEGENDA PERIODO:

- INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782
- INAUGURAÇÃO 1800
- PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940
- PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
- PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
- CONFIGURAÇÃO EM 2023

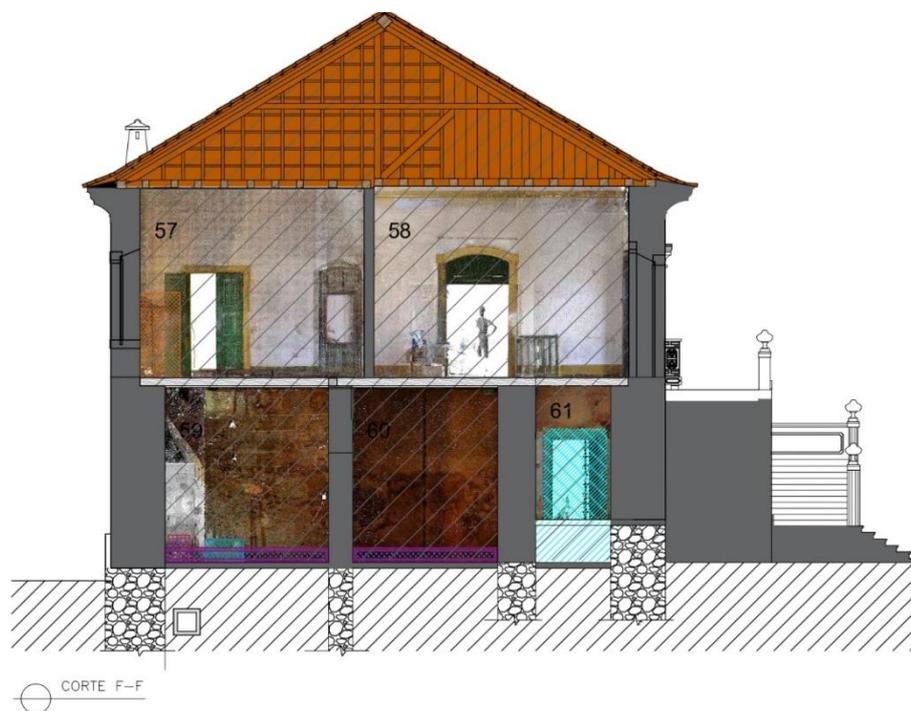
LEGENDA ATIVIDADE:

- PLANTA INAUGURAL
- ACRESCIDO
- DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

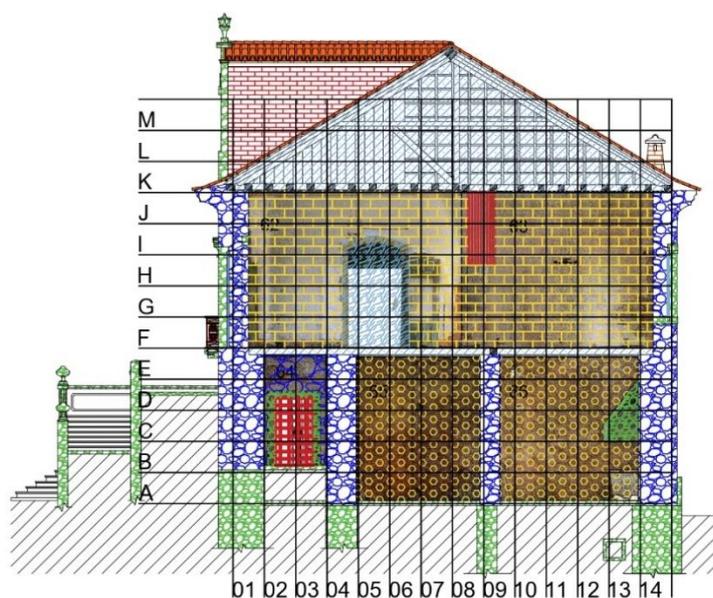


LEGENDA PERÍODO:

INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
	CONFIGURAÇÃO EM 2023
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	

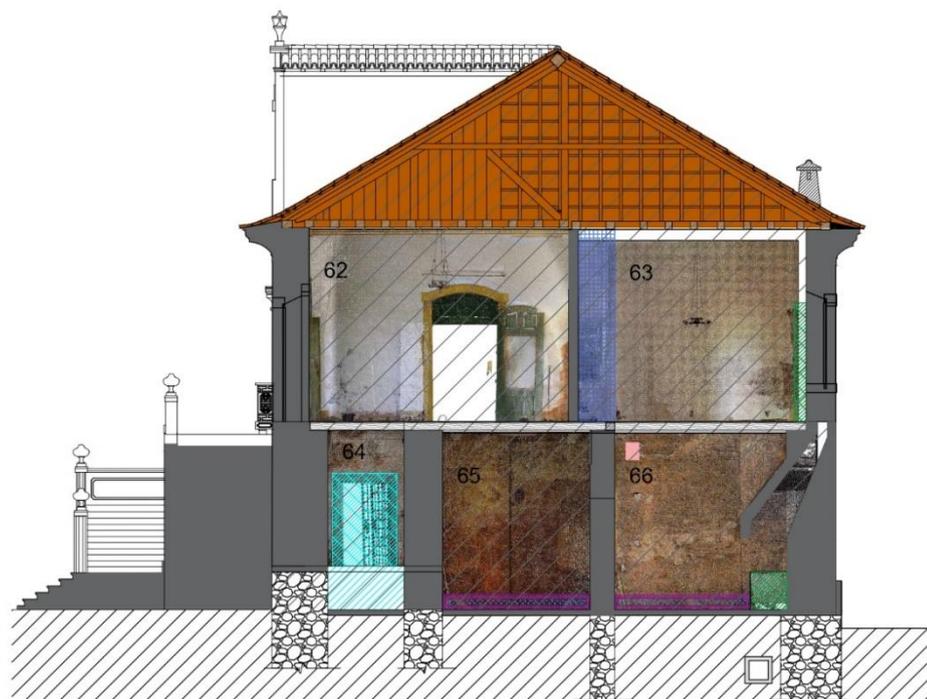
LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

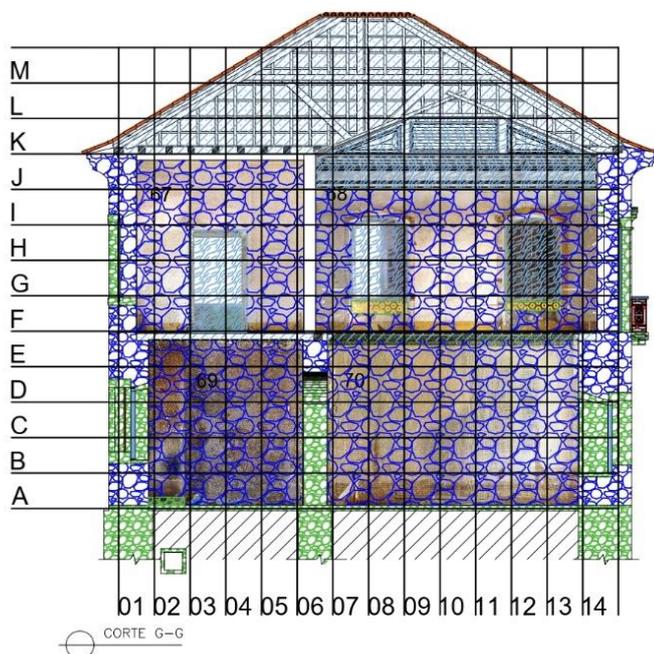


LEGENDA PERÍODO:

INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

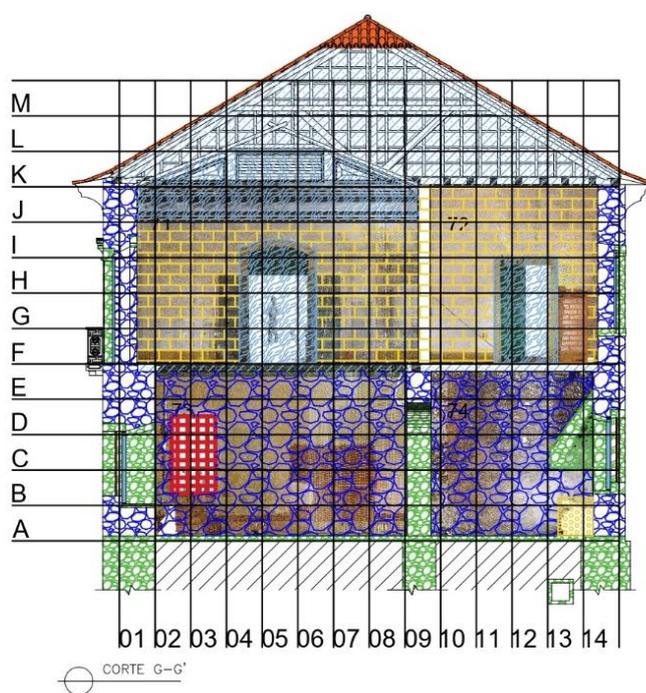


LEGENDA PERÍODO:

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL
ACRESCIDO
DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

 TIJOLOS CERAMICOS	 MADEIRA ESTRUTURAL	 ALVENARIA DE PAU A PIQUE	 ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
 TIJOLOS FURADOS	 MADEIRA DE ACABAMENTO	 FERRO	 ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
 ADOBES	 TELHAS CERÂMICAS	 TRAMA DE ESTEIRA	 ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

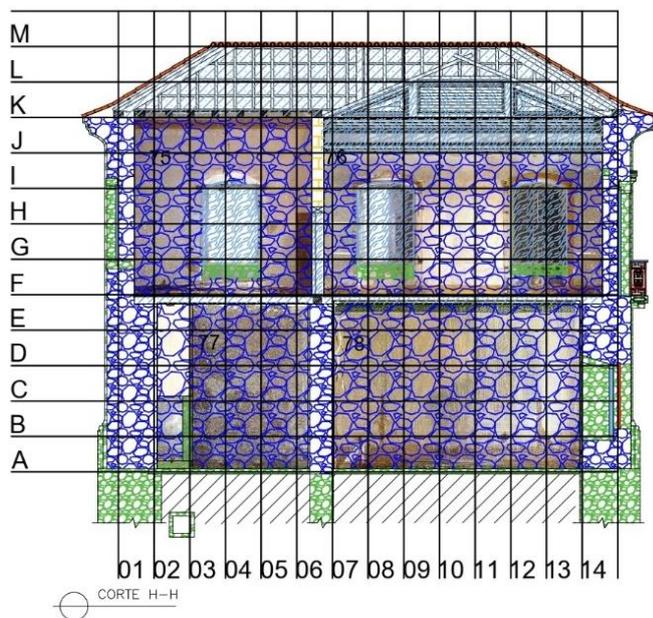


LEGENDA PERÍODO:

 INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782	 PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
 INAUGURAÇÃO 1800	 PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
 PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	 CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

 PLANTA INAUGURAL
 ACRESCIDO
 DEMOLIDO



LEGENDA MATERIAIS:

TIJOLOS CERAMICOS	MADEIRA ESTRUTURAL	ALVENARIA DE PAU A PIQUE	ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA
TIJOLOS FURADOS	MADEIRA DE ACABAMENTO	FERRO	ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA
ADOBES	TELHAS CERÂMICAS	TRAMA DE ESTEIRA	ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023

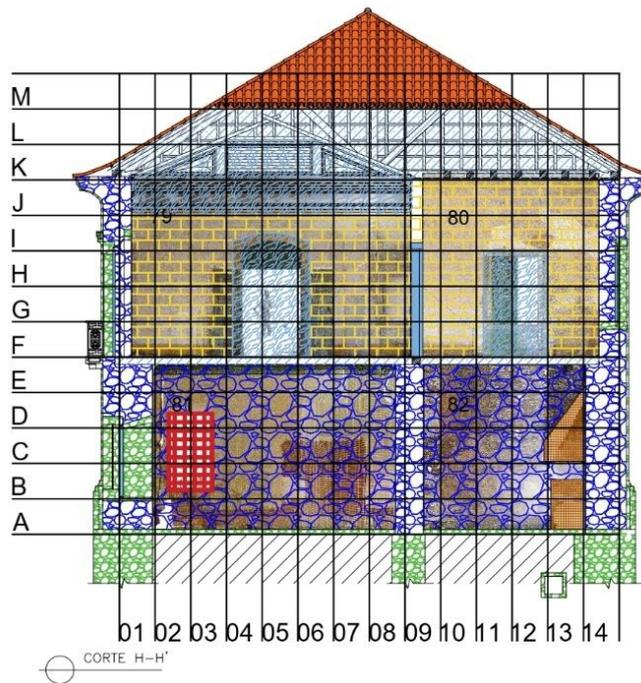


LEGENDA PERÍODO:

INICIO DA CONSTRUÇÃO 1782	PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
INAUGURAÇÃO 1800	PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940	CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

PLANTA INAUGURAL	ACRESCIDO
DEMOLIDO	



LEGENDA MATERIAIS:

- | | | | |
|-------------------|-----------------------|--------------------------|--|
| TIJOLOS CERAMICOS | MADEIRA ESTRUTURAL | ALVENARIA DE PAU A PIQUE | ALVENARIA DE PEDRA E CANTARIA |
| TIJOLOS FURADOS | MADEIRA DE ACABAMENTO | FERRO | ALVENARIA DE PEDRA REVESTIDA |
| ADOBES | TELHAS CERÂMICAS | TRAMA DE ESTEIRA | ESTRUTURA DE PEDRA COM REBOCO REMOVIDO EM 2023 |



LEGENDA PERÍODO:

- INÍCIO DA CONSTRUÇÃO 1782
- INAUGURAÇÃO 1800
- PROVAVELMENTE ENTRE 1900 A 1940

- PROVAVELMENTE ENTRE 1940 A 1960
- PROVAVELMENTE ENTRE 1970 A 1980
- CONFIGURAÇÃO EM 2023

LEGENDA ATIVIDADE:

- PLANTA INAUGURAL
- ACRESCIDO
- DEMOLIDO

ANEXO B - RELATÓRIO DE ARQUEOLOGIA DA EQUIPE DE RESTAURO

Relatório do Programa de Pesquisa Arqueológica junto ao Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG, e Programa de Educação Patrimonial.

Mariana/MG

Volume 1 – Relatório de Campo



RELATÓRIO

Processo 01514.001193/2016-64

Portaria Nº 78, quarta-feira, 28 de abril de 2021

Setembro de 2023

Relatório do Programa de Pesquisa Arqueológica junto ao Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG, e Programa de Educação Patrimonial.

Mariana/MG

Volume 1 – Relatório de Campo

Relatório

Belo Horizonte, setembro de 2023.

Empresa Responsável pela Obra de Restauo



A3 Atelier de Arte Aplicada Ltda. – ME

CNPJ: 04 560 208 0001/16

Responsável: Adriano Furini

Telefone: (34) 9 9176 8891

E-mail: contato@a3restauros.com.br

Endereço de correspondência: Rua Belo Horizonte, 1616. Bairro Beja Vista – São Joaquim da Barra, SP.
CEP 14600-000

Instituição de Apoio

MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS DA PUC MINAS



Responsável: Prof. Cástor Cartelle Guerra

Prof. Bonifácio José Teixeira

Telefone: 31-3319.4152

E-mail: museu@pucminas.br

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 290 – Prédio 40 – Coração Eucarístico – CEP 30535-610 – Belo Hte - MG

Pesquisa Arqueológica

PERUAÇU ARQUEOLOGIA LTDA.

CNPJ: 20.337.883/0001-37

www.peruacuarqueologia.com.br



Coordenação Geral, Campo e Relatório		Coordenação de Campo Participação em Relatório	
 Dra. Clarisse Callegari Jacques Doutora em antropologia e arqueologia pelo PPGA/UFPA E-mail: clarisse@peruacuarqueologia.com.br		Ms. Evelin Luciana Malaquias Nascimento Mestre em Antropologia com habilitação em Arqueologia Histórica pela UFMG	
Equipe de Campo			
Grd. Gabrielle Reis Ferreira Graduada em Antropologia pela UFPel		Ms. Ângelo Pessoa Lima Mestre em antropologia pelo PPGA/UFPA	
Grd. Kalil Felix Pena Graduado em História pela PUC/MG		Ms. Larousse Soares Magalhães Mestre em Arqueologia (UFS)	
Texto Histórico			
Msc. Anaeli Queren Xavier Almeida Mestre em arqueologia pelo PPGAN/UFMG		Ana Paula Pereira A3 Atelier de Arte Aplicada Ltda. – ME	
Endereço: R. Castelo de Lisboa, 635/302 – Castelo - BHte/MG – CEP: 31.330-340 Fones: (31) 9256.89.19 - (31) 9601.43.87 - (31) 9291.63.58			

Sumário

1. Considerações para esta versão do relatório	5
2. Acompanhamento Arqueológico na Área Interna da Edificação	5
3.1. Limpeza e Coleta Abaixo dos Pisos	5
2.3. Fosso do Elevador	16
2.4. Registro dos fogões	20
3. Acompanhamento Arqueológico na Área Externa da Edificação	30
4.2. Trincheiras e paisagismo	31
4.3. Chafariz	47
4.4. Armazém	50
4.6. Capela e Anexo	53

1. Considerações para esta versão do relatório

A versão deste documento refere-se à material compilado a partir do relatório completo de campo de acompanhamento arqueológico. Foi elaborado exclusivamente para compor Anexo da Dissertação de Adriano Furini.

2. Acompanhamento Arqueológico na Área Interna da Edificação

A seguir foram organizadas as atividades de acompanhamento arqueológico realizadas na área interna da edificação. Para fins de visualização dos nomes das Salas em cada andar, está disponibilizado no Anexo 1 plantas que contém tais informações.

3.1. Limpeza e Coleta Abaixo dos Pisos

Tarefa	Descrição
5.3.3	Pisos

Uma das atividades da restauração foi a recuperação do piso de madeira do segundo andar da Casa de Câmara. Constatou-se que parte do piso em madeira do segundo andar foi reformado, e que o material possivelmente presente estaria nos pontos onde o piso e barrotes são apoiados nas paredes (paredes de pedra do primeiro andar, que serviram de base de apoio para a construção do segundo andar). Em alguns casos, quando foi necessária substituição de tábuas antigas, em cômodos do segundo andar onde o piso não havia sido reformado, foi possível identificar material entre “piso e forro”, depositado entre os barrotes.

O material foi coletado durante a remoção do piso em tábuas em algumas salas do segundo andar da edificação da Casa de Câmara e Cadeia. Cabe ressaltar, como registro, que os pisos das salas do fundo da Casa de Câmara (no segundo andar), já haviam passado por manutenção, portanto o material coletado encontrava-se em cima das paredes de pedra que servem de suporte para os barrotes. Já nas salas da frente, as tábuas não haviam sido trocadas, ou somente algumas trocadas na sala de entrada central, fazendo com que o material coletado se originasse também dos espaços entre os barrotes.



Figura 1 - Exemplo de vista do ponto em cima das paredes de pedra, onde os barrotes e o piso ficam apoiados.



Figura 2 - Com a reforma, não foi possível encontrar objetos entre os barrotes nos cômodos do segundo andar, na parte dos fundos da edificação.

Com o intuito de poder avaliar a composição desse sedimento depositado entre piso e forro (segundo andar), o mesmo foi reservado para que pudesse ser peneirado pela equipe de arqueologia e embalado em sacos com a identificação da sala de proveniência.

O sedimento foi posteriormente peneirado pela equipe de arqueologia, com apoio dos trabalhadores da obra. Nesse trabalho pudemos identificar diversas categorias de materiais presentes, e o que parecia ser serragem já bem deteriorada misturada com poeira. Em meio às sujidades e sedimento arenoso, havia insetos, restos de madeira, reboco, cimento, adobe e pequenas pedras. O tipo de material encontrado refere-se ao cotidiano de vivência na edificação da Casa de Câmara e Cadeia. Foram identificados os seguintes materiais: botões, miçangas, filtros de cigarro, fragmentos de papel, ossos de animais (como boi, porco, frango e rato), pregos, fragmentos não identificados de plástico, sementes, palitos de fósforo, tampas de garrafa de plástico e de metal, palitos de picolé, papéis de balas, fragmentos de CD e de filmes fotográficos, restos de papel em formato circular provenientes de furadores de papel, chaves, palito de dentes, lâmina “gilette”, tarrachinas, engrenagens de isqueiro e relógio, canetas e tampas de canetas, dentre outros.

O material foi selecionado quanto ao potencial informativo, sendo descartados materiais recentes (salvo algumas amostras para registro em laboratório) e os coletados foram embalados em sacos plásticos de acordo como tipo de matéria prima, como exemplo ossos, vidro, louça, metal, etc. Foram feitas etiquetas padronizadas com referência ao projeto, quantidade e tipo de material assim como referência ao local de coleta.



Figura 3 - Exemplo de etiqueta padronizada.



Figura 4 - Organização por tipos de material



Figura 5 - Peneiramento do sedimento



Figura 6 - Identificação de materiais diversos na peneira



Figura 7 - Peneiramento



Figura 8 - registro e acondicionamento do material peneirado

O processo de deposição de materiais e sedimento abaixo dos pisos se dá a partir das frestas e buracos criados ao longo do tempo de uso das edificações. São, também, resultado de serragem decorrente da própria instalação do piso ou forro e, ainda, são acúmulos de sujidades trazidas e acumuladas por roedores e insetos. Nas imagens a seguir, é possível observar alguns exemplos de como aos poucos vão sendo formadas frestas e buracos no piso; algumas vezes estes são remendados.



Figura 9 - Exemplo de fresta entre tábuas com remendo.



Figura 10 - Exemplo de desgaste da madeira em ponto de encontro com a parede e apoio no barrote.

Sala do Plenário

Ao longo dos trabalhos de restauro da edificação, diante da necessidade de realizar a retirada de algumas tábuas do assoalho da sala do Plenário da Câmara, foi possível que a equipe de arqueologia acompanhasse a limpeza do vão entre o piso desta sala e o forro da sala abaixo. Esta sala, juntamente com outras salas da parte da frente da edificação, ainda não haviam sido alvo de troca de piso de madeira.

Ainda que já houvesse um conhecimento prévio de que muitas coisas – como materiais e poeira – entrassem pelas frestas entre as tábuas, realizar esse acompanhamento possibilitou registrar os montículos formados ao longo destas frestas. Além disso, foi feita a identificação dos grupos de tábuas que seriam retiradas, para que o material peneirado e coletado pudesse ser diferenciado. Foram retiradas quatro tábuas próximas às janelas da fachada, quatro em linha no centro da sala alinhada com a porta de entrada principal do cômodo e outras quatro junto à parede que faz divisa com os cômodos do fundo da edificação.

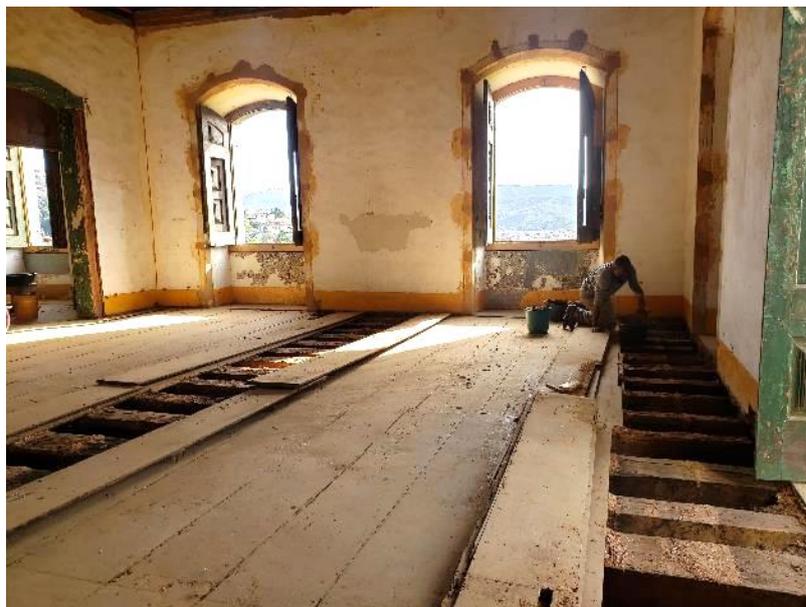


Figura 11 - Visão da sala do Plenário com a retirada de tábuas no centro da sala e junto às janelas da fachada.



Figura 12 - Ao fundo, retirada de tábuas em paralelo à parede que faz divisa com as salas do fundo da edificação.



Figura 13 - Início da retirada das tábuas no centro da sala, alinhado com a porta de entrada.

É interessante observar a linha formada de poeira e acúmulo de sedimento no ponto de junção entre as tábuas, conforme figuras abaixo. Havia, ainda, maior volume de material junto às paredes e, em especial, junto às paredes da fachada. Dentre o material coletado foi identificado tampinhas de garrafa de cerveja, ossos e um artefato de madeira. No material coletado abaixo da retirada das tábuas do centro do cômodo havia metal e ossos, além de uma concentração de filtros de cigarro próximo à janela.



Figura 14 -Linha de acúmulo de poeira depositado sobre os barrotes através de frestas de junção das tábuas do piso.



Figura 15 - Detalhe do acúmulo de sedimento no vão entre o piso e o forro seguindo a lógica da linha de deposição que acompanha a junção das tábuas.



Figura 16 - Aspecto de material depositado formado grande parte pela deterioração da madeira por cupins.



Figura 17 - Exemplo de setor com deposição de sedimento, sujidades, poeira, restos de madeira e outros abaixo do piso.



Figura 18 – Detalhe construtivo: Apoio dos barrotes em pedras para calçá-los em cima das paredes de pedra.



Figura 19 - Exemplo de material depositado abaixo do piso após peneiramento.

2.2. Inscrições nas Paredes e Telhado da Edificação

Tarefa	Descrição
3.1	Edificação Principal – Antiga Sede da Câmara e Cadeia: Cobertura

Conforme relatado em Relatório de Visita Técnica, o telhado da edificação já havia sido trocado em reforma na década de 1980. No entanto, cabe mencionar a identificação de algumas inscrições na estrutura do telhado provavelmente feitas por trabalhadores da obra, conforme figuras abaixo. Algumas em tamanho maior em locais mais evidentes, outras mais discretas. Ainda, percebe-se que estas inscrições estão inseridas em um contexto não visitado e aparente da edificação, mas, ao mesmo tempo, ao acessarmos este ambiente, percebemos a intencionalidade muito clara de serem vistas.



Figura 20 - Exemplo de inscrição feita com tinta branca na estrutura do telhado.



Figura 21 - Inscrição bastante evidente em estrutura do telhado.



Figura 22 - A seta indica inscrição em local mais discreto na estrutura.

É interessante destacar que foram vários os locais em que foram identificadas inscrições em suportes da edificação, em sua maioria nas paredes. Um detalhamento maior acerca destas inscrições em paredes pode ser verificado no Relatório Volume 3 deste Programa.

As inscrições, desgastes, manchas, arranhões presentes em sua maioria em paredes, mas também em corrimões, pisos, portas e janelas, são marcas de ações humanas ao longo do tempo. São vestígios deixados por diferentes pessoas que viveram, trabalharam ou circularam na Casa de Câmara e Cadeia.



Figura 23 - Marcas no chão de pedra ocasionados pelo movimento de abertura e fechamento de porta de metal



Figura 24 - Registro de inscrições em paredes.



Figura 25 - Marcas em baixo relevo em área de fácil acesso ao público.

Entendendo esta edificação como um superartefato (Handsman & Leone, 1995 apud Najjar & Duarte, 2002), ou seja, fazendo um exercício do olhar da arqueologia que estuda a cultura material, podemos pensar a Casa de Câmara como um objeto que foi idealizado, criado e usado (Miller, Glassie, 1999). Durante a sua criação podemos observar detalhes construtivos, escolhas de matérias-primas, que podem ser analisadas a luz da arqueologia da arquitetura, por exemplo. A estrutura pode, ou não, revelar um cumprimento do projeto planejado, ou adaptações necessárias durante a execução da obra¹. Um exemplo é a inserção de papéis retorcidos e pedaços de tecidos em frestas de pisos, portas e janelas com a intenção de preenchimento dos espaços vazios. Em alguns dos jornais coletados foi possível observar datas como do ano de 1992. As mais recuadas foram as identificadas nos alisares da Sala do Plenário, com datas de 1924 e 1925.

¹ Para maiores informações consultar Dissertação de Mestrado em andamento de Adriano Furini da A3 Atelier de Arte Aplicada, empresa responsável pela obra de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.



Figura 26 - Jornal retorcido e colado a reboco, indicando intenção de preenchimento de espaço ou fresta.



Figura 27 - Peça de tecido usado como enchimento de frestas.



Figura 28 - Jornal indicando data: "Terça-feira, 20 de Janeiro de 1925".

Durante o uso considera-se um longo prazo, de meados do Séc. 18 até os dias atuais. Ao longo deste período, este artefato teve diferentes funções e a elas associadas diversas atividades e grupos sociais. Ainda, ao longo do tempo, volta-se à etapa anterior de criação, pois a manutenção de edificações é constante e caracteriza-se não só por reformas, mas ajustes pontuais em acabamentos, telhado, janelas, dentre outros.



Figura 29 - Marcas na janela indicam intenções de uso no passado diferentes do atual.



Figura 30 - Buracos na parede provavelmente usados como suportes para andaimes na construção da edificação.

A complexidade do estudo de edificações como a Casa de Câmara e Cadeia é justamente tentar tecer relações entre vestígios móveis identificados abaixo de pisos e em escavações, marcas da ação humana na sua estrutura e modificações nesta estrutura, que estão relacionadas à diferentes escolhas de intenções de uso da edificação. Este relatório apresenta alguns resultados e alguns ensaios e aproximações a interpretações, buscando contribuir para o conhecimento dos bens edificados, patrimônio da sociedade.

2.3. Fosso do Elevador

Tarefa	Descrição
5.3.2.1.	Demolição de alvenarias sem reaproveitamento
5.8	Acessibilidade: fosso do elevador

Como o projeto contemplava a instalação de um elevador para garantir acessibilidade ao segundo andar, foi necessário que se procedesse à escavação de um fosso para este equipamento. Além disso foi necessária a demolição de alvenaria junto à janela da sala para instalação de porta de acesso ao elevador. Conforme previsto, a equipe de arquitetura foi orientada pela equipe de arqueologia e não houve reaproveitamento do material retirado.

A abertura do fosso foi feita no primeiro andar da casa, na sala onde funcionava o Protocolo, no canto Sudoeste rente ao portal que divide a sala ao meio. Esta escavação foi chamada de Quadra 11 na planta baixa (Anexo 2).

Para o elevador que será instalado, foi necessário a escavação de um fosso de 2,00m x 2,00m de área com 1,40m de profundidade. Foi preservado 30cm em relação à parede Sudoeste, e quando a escavação foi iniciada, observamos que a parede Sudeste possuía um avanço de 19cm. A sala o Protocolo (como as outras do primeiro andar) possui um piso de pedra, no entanto o local escolhido para escavação já estava sem pedra. Ainda assim, pelas dimensões do fosso, foi necessário escavar embaixo de um dos blocos do piso (cerca de 30cm de largura).

Para controle estratigráfico, definimos que a escavação seria realizada em 4 níveis artificiais de 35cm cada. Além disso, optamos por preservar a terra sobre o piso de pedra, por risco de desabamento, e apenas escavar essa parte após finalizada a escavação da área maior.

Fosso do Elevador	
Dimensões (comprimento x largura x profundidade)	2,00m x 2,00m x 1,40m
	
Nível 1: 0-35cm	
<p>Solo de cor marrom avermelhado e textura argilosa, solto, porém mais compactado em alguns lugares. Ocorrência de muitos seixos, de tamanhos variados. Material arqueológico apareceu em pouca quantidade.</p>	
Nível 2: 35-70cm	

Solo de coloração marrom avermelhado e textura argilosa, úmido, porém solto. Ainda havia seixos junto ao sedimento, porém em menor quantidade (até parar de aparecer). Ocorrência de material cerâmico (com decoração vidrada) há cerca de 60cm de profundidade, próximo à parede nordeste. Também apareceu fragmentos de ossos longos.



Nível 3: 70-105cm

Solo de coloração marrom avermelhado, de textura argilosa. O sedimento estava úmido, porém estava bem solto (fofo), apresentando alguns torrões de terra. Ocorrência de um fragmento de cimento recente, a aproximadamente 90cm de profundidade, cujo formato remetia a um negativo de cano de pvc. O fragmento estava muito limpo (sem terra), o que é estranho pela profundidade, mas pode ser um indício de que o local está perturbado. Coadunando com isso, no local onde o bloco foi coletado, o solo está bem mais solto, como se houvesse um buraco.



Nível 4: 105-140cm

Solo de cor marrom avermelhado, de textura argilosa e muito pegajoso (grudando nas ferramentas). No canto Sudeste o sedimento estava bege e mais arenoso.



Perfil (sobre a piso de pedra): 0-140cm



Solo marrom avermelhado, de textura argilosa. ²

Vale lembrar que o piso da sala do Protocolo foi nivelado durante as obras de restauração. No início dos trabalhos, a sala possuía dois tipos de piso. Da entrada até o arco era tablado de madeira, e do arco até os fundos (onde estão as lareiras), o piso era de pedra. Contudo, aquele estava há 50cm acima do piso atual. Sob o tablado havia uma camada de terra e depois de pedra. Além disso, que na camada de pedra (que equivale ao nível atual do piso), havia uma sobreposição composta por pedra, terra e pedra novamente (sendo esse último nível formado pelos blocos maiores, os quais não puderam ser deslocados em função do tamanho). O piso foi então rebaixado em 50cm e os blocos de pedra reassentados. Porém, no canto reservado ao fosso, não havia blocos de pedra e assim permaneceu (pois já havia a previsão de implantação do elevador no local).

Rente à parede Nordeste, há cerca de 1,20m de profundidade (nível 4), notamos uma mudança no sedimento. Ele se tornou mais arenoso, de cor bege com pontos cinza e um leve brilho (como mica). A textura e a cor remetem a um cascalho, mas com granulometria mais fina. Esse solo está mais visível nas proximidades da quina sul, canto esse onde já havia a suspeita de ter um buraco, pois a terra estava sempre mais solta. O surgimento desse sedimento pode ser uma confirmação dessa anomalia.

Outro ponto a se observar a respeito dessa escavação é sobre a ocorrência de material arqueológico, particularmente cerâmica e ossos. Considerando se tratar de uma escavação sob o piso de uma edificação do período colonial, a expectativa era de que não fossem encontrados vestígios. Contudo, esses ocorreram até o nível 4 (entre 105cm e 140cm), o que pode indicar dois caminhos. Ou que os materiais são de período anterior à construção, ou que o local passou por intervenções ao longo do tempo. O segundo caminho parece ser o mais provável, uma vez que há tanto material antigo quanto recente.

² Ver perfil detalhado associado a interpretação de vestígios no Relatório Volume 3.



Figura 31 - Fragmento metálico identificado durante a escavação



Figura 32 - Ossos identificados na escavação do fosso do elevador.

2.4. Registro dos fogões

Estava previsto nas obras de restauração a retirada da camada de cimento que fora colocada envolvendo os fogões localizados nas celas do primeiro piso. Para a limpeza dos fogões abaixo das lajes de quartzito inicialmente foi feita uma vistoria de integridade, tanto das lajes quanto das estruturas dos fogões. Para facilitar a descrição os fogões serão descritos a partir da localização geográfica das salas em que eles se encontram.

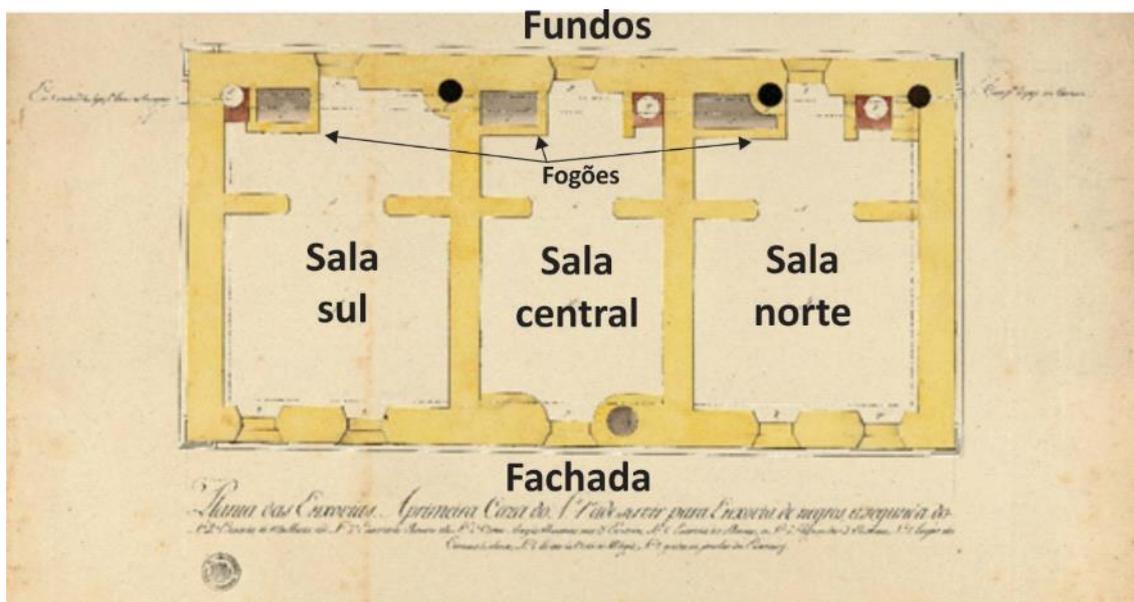


Figura 33 - Planta A da Cadeia de Mariana - José Pereira dos Santos, 1762. Fonte: Biblioteca Mario de Andrade (modificada)

Sala Norte

O fogão desta sala é o que apresentava a melhor condição estrutural no momento das intervenções arqueológicas. O fogão media 2 metros de comprimento por 1m de largura e cerca de 80 centímetros de altura. No seu comprimento ele se encontra colado à parede dos fundos da edificação e em sua largura na parede dividida com a sala central. Para sua construção foram utilizados blocos de quartzito consolidados por argamassa. Posteriormente ao seu uso ele foi coberto por uma grande laje de quartzito medindo 1,02m de largura por 1,99m de comprimento e espessura variando de 10 a 20 centímetros. Além da laje, o fogão encontrava-se revestido por cimento que foi retirado pela equipe da A3 Ateliê de Arte Aplicada antes das intervenções empreendidas pela equipe da Peruaçu Arqueologia.



Figura 34 - Vista geral frontal do Fogão da sala ao norte.



Figura 35 - Vista geral do fogão da Sala ao norte.



Figura 36 - Vista lateral geral do fogão da sala ao norte.



Figura 37 - vista geral da laje que cobria o fogão da sala norte.



Figura 38 - Laje que cobria o fogão da sala norte antes da limpeza.



Figura 39 - Detalhe da superfície da laje que cobria o fogão da sala norte antes da limpeza.

Para se compreender melhor a estrutura do fogão foi empreendida a escavação do seu interior, abaixo da laje de quartzito. A primeira atividade foi limpar a superfície da laje no intuito de observar possíveis marcas em sua superfície, mas após a limpeza não foram observadas marcas relevantes. A segunda etapa foi descolar a laje da estrutura do fogão, removendo o cimento. Em seguida a

equipe da A3 Ateliê de Arte Aplicada construiu uma estrutura de madeira temporária para receber a laje de quartzito, para que depois da escavação ela retornasse para a posição original.



Figura 40 - Limpeza da superfície da laje.



Figura 41 - Superfície da laje após a limpeza.



Figura 42 - Remoção do cimento entre a laje e a estrutura do fogão.



Figura 43 - Estrutura de madeira colocada ao lado do fogão para receber a laje.



Figura 44 - Processo de remoção da laje.



Figura 45 - Processo de remoção da laje.

Como a laje era muito grande e pesada, para não haver riscos para a estrutura do fogão, optou-se pela remoção parcial da laje, expondo parcialmente seu interior. A área exposta media aproximadamente 2 metros de comprimento por 50 centímetros de largura. Inicialmente a escavação seguiria níveis artificiais de 5 centímetros, mas logo no início da escavação foi detectado a possível base do fogão composta por plaquetas de quartzito de dimensões variadas. Entre a laje de quartzito e a base do fogão havia uma camada de cerca de 2 centímetros de sedimento escuro composto por areia, carvão e restos de insetos. A base composta por plaquetas de quartzito cobria

a maior parte da área exposta abaixo da laje, somente na parte próxima à quina entre as paredes do fundo e da divisa com a sala central havia uma porção em que seguia o sedimento escuro rico em carvões e restos de insetos, com cerca de 50 x 50 centímetros. Em função das condições da escavação e da fragilidade do sedimento optou-se por não seguir escavando abaixo do nível desta base.



Figura 46 - Área exposta abaixo da laje de quartzito.



Figura 47 - Início da limpeza abaixo da laje.



Figura 48 - Limpeza do sedimento abaixo da laje.



Figura 49 - Limpeza e exposição da base do fogão composta por plaquetas de quartzito.



Figura 50 - Vista geral da porção escavada.



Figura 51 - Detalhe da porção sem a base original do fogão.



Figura 52 - Detalhe do limite entre a área com a base de blocos de quartzito e a área sem esta base.

Sala Central

Este fogão apresentava as laterais deterioradas, com blocos que compunham as paredes deslocados ou mesmo ausentes. A Laje de quartzito, colocada posteriormente para cobrir o fogão, possuía o comprimento aproximando de 2 x 1 metros, com espessura variando entre 25 e 12cm e altura de 70 centímetros contando com a espessura da laje. Esta laje não cobria toda a superfície do fogão, havia um buraco entre a parte central e as paredes lateral e do fundo com cerca de 75x30cm.



Figura 53 - Vista frontal do fogão da sala central.



Figura 54 - Vistas lateral com destaque para a laje de quartzito que cobre o fogão.



Figura 55 - Vista lateral do fogão da sala central.



Figura 56 - Detalhe da abertura na laje que cobre o fogão da sala central antes da limpeza.

Apesar da fragilidade estrutural deste fogão, foi decidido escavar seu interior somente no ponto em que a laje de quartzito não cobria o fundo. A sequência de limpeza e escavação seguiu a mesma ordem da realizada no fogão da sala norte, com a limpeza superficial da laje de quartzito seguida da escavação a superfície exposta abaixo da laje. As características da parte exposta abaixo da laje de quartzito foram semelhantes às encontradas no fogão da sala norte, uma pequena camada de sedimento arenoso rico em carvão e com presença de resíduos de insetos com espessura de 3 centímetros. Abaixo desta camada de sedimento ocorreu a base de plaquetas de quartzito de dimensões variadas, mas no geral medindo 15 x 15 centímetros. Assim como na intervenção do outro fogão, foi decidido naquele momento não seguir a escavação abaixo desta base.



Figura 57 - Laje sobre a estrutura do fogão após a limpeza superficial.



Figura 58 - Laje sobre a estrutura do fogão após a limpeza superficial.



Figura 59 - Vista da laje com destaque para a limpeza do interior do fogão exposto.



Figura 60 - Detalhe da base de plaquetas de quartzito abaixo da laje.



Figura 61 - Vista inclinada da base de plaquetas de quartzito.



Figura 62 - Outro ângulo da base de plaquetas de quartzito.

Em outro momento, a laje foi retirada durante as obras de restauração e percebeu-se que a estrutura estava muito alterada. A base de plaquetas de quartzito estava apoiada em sedimento arenoso castanho-acinzentado, misturado com vestígios contemporâneos com plástico e pregos. Além disso, havia inúmeras pedras irregulares de quartzito de até 25cm de tamanho máximo

jogadas no seu interior, juntamente com este sedimento e restos de reboco, ossos, fragmentos de vidro. Nota-se que este sedimento se apresentou muito revirado, indicando um depósito de entulho com intenção de preenchimento do vão. Ainda, assemelha com a terra identificada na área externa durante o acompanhamento da escavação da trincheira em frente à Capela, depositada em camada para colocação do piso em seixos. Assim, conclui-se a terra presente no interior dos fogões não se refere a um contexto original, tendo havido diversas modificações nesta estrutura ao longo do tempo.

Sala Sul

Na sala sul se encontra o único fogão que fica colado na latrina. Dos três, este fogão apresentava a estrutura mais fragilizada, com arruinamento parcial visível em sua parte frontal, com blocos deslocados e uma trinca próxima da quina entre o comprimento e a largura indo da laje até o piso da sala. As medidas são semelhantes aos demais fornos, com cerca de 2X1 metros e 70 centímetros de altura, contanto com a espessura da laje. Devido a fragilidade estrutural desse fogão e das trincas das lajes, optou-se por não intervir neste fogão nesta etapa de campo.



Figura 63: Vista geral com a localização do fogão na sala sul.



Figura 64: Vista frontal do fogão.



Figura 65: Vista lateral do fogão.



Figura 66: Vista lateral com detalhe da estrutura do fogão exposta.



Figura 67 - Vista da parte frontal do fogão destacando a trinca e do arruinamento parcial.



Figura 68 - Detalhe da laje de quartzito trincada sobre o fogão.

3. Acompanhamento Arqueológico na Área Externa da Edificação

A seguir é apresentada a descrição dos procedimentos e resultados alcançados ao longo do acompanhamento arqueológico em diferentes pontos de intervenção na área externa à edificação. Por tratar-se de uma área cujo solo foi extremamente revolvido, seja em função de reformas e restauros anteriores, adaptações do terreno para diferentes fins, e sucessivos aterros ao longo do tempo, entende-se o material coletado como pertencente a contexto da cidade de Mariana.

Ainda, tendo em vista a grande quantidade de material construtivo associado a reformas e restauros do bem edificado, e objetos recentes descartados em meio a camadas de entulho, foi empregada metodologia de triagem em campo. Material recente, construtivo (salvo amostras) e com nenhum potencial informativo ou interpretativo foi registrado em campo, mas não foi coletado. Trata-se de postura muito comum por parte de pesquisadores em sítios históricos; no entanto não há costume em registrar os parâmetros para tais escolhas.

Para o acompanhamento arqueológico procedeu-se, primeiramente, na retirada da cobertura superficial, seja esta piso de seixos ou grama. As escavações ocorreram de forma manual, e com auxílio de mini retroescavadeira com concha retificada de largura de aproximadamente 30cm. Para cada trincheira e ampliação para instalação de caixas ou tradagens foram feitas escavações em níveis artificiais que variaram de acordo com o contexto de cada intervenção. Ou seja, iniciou-se a metodologia proposta no Projeto, no entanto, tendo em vista cada contexto a mesma foi adaptada, estando estas descrições presentes de forma individualizada no Anexo 3 para cada atividade de acompanhamento.

Tendo em vista o contexto de deposição da área externa e o volume de terra envolvido nas escavações, a terra escavada foi peneirada de forma amostral, considerando-se peneiramento de um entre três carrinhos de mão de terra retirada das trincheiras. O material peneirado foi coletado e acondicionado em sacos plásticos contendo informações tridimensionais e separado em sacos conforme sua natureza (metal, osso, cerâmica, vidro...)

4.2. Trincheiras e paisagismo

Tarefa	Descrição
4.1.4.2 4.1.4.3	Projeto elétrico e hidráulico
9.8	Paisagismo
11.2	Instalações hidráulicas e afins
11.2.4.3 11.3.3.3	Escavação manual de vala média
11.4	Instalações pluviais

Na área externa à edificação foi feito acompanhamento arqueológico durante a escavação de trincheiras para colocação de tubos de esgoto, escoamento pluvial, irrigação para jardim e passagem de fiação elétrica. Estas trincheiras estão indicadas na imagem abaixo e apresentadas em detalhe através de planta baixa elaborada pela A3 Arquitetura no Anexo 2. A descrição detalhada da composição estratigráfica observada durante as escavações, fotografias e resultados foi organizado em tabelas por trincheira e apresentado no Anexo 3. No texto a seguir, é feito um resumo do contexto da área externa a partir das informações do acompanhamento arqueológico.

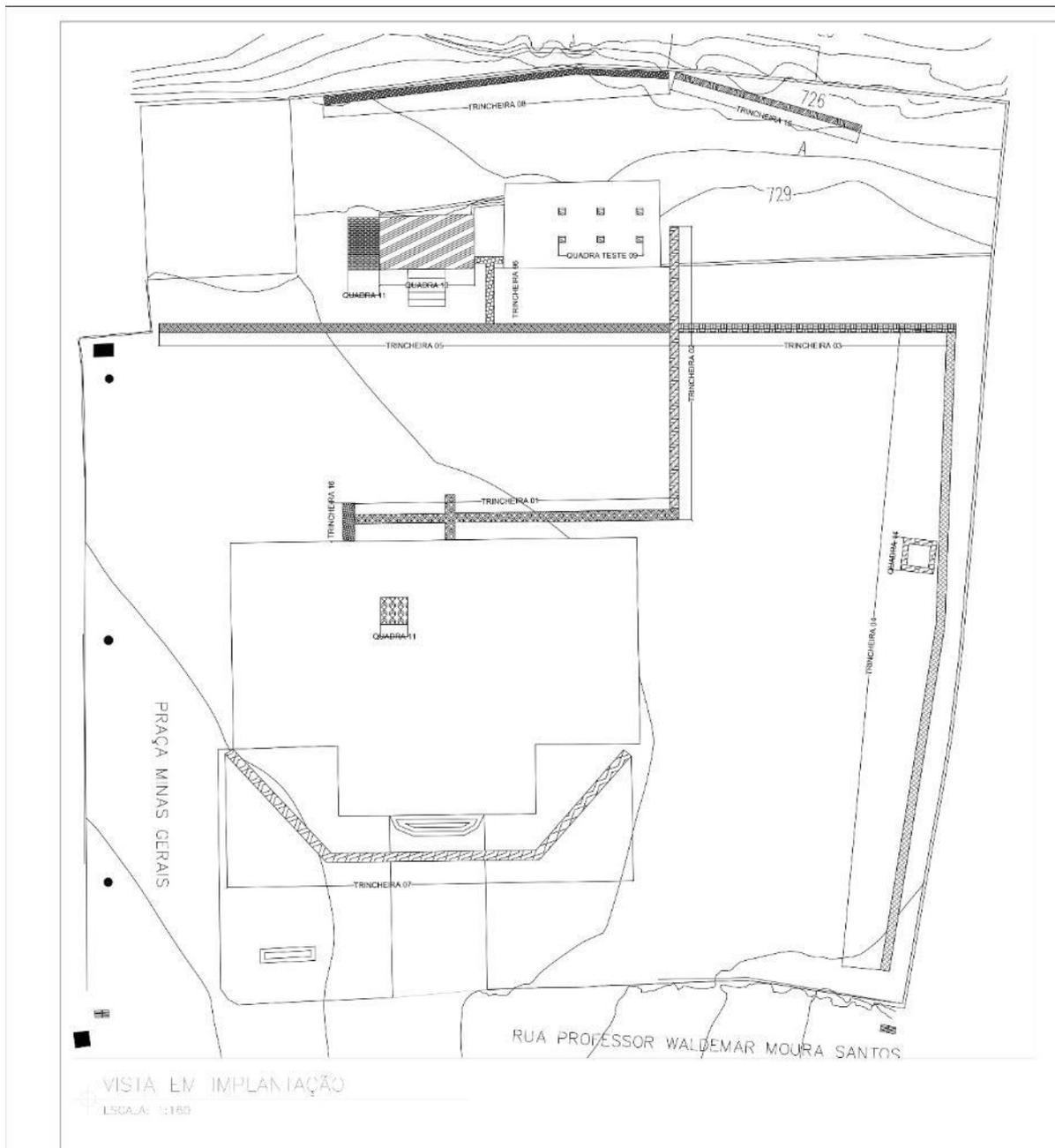


Figura 69 - Planta com intervenções na área externa elaborada por A3 Ateliê de Arte Aplicada.



Figura 70 – Vista das trincheiras 2 (esquerda), 3 (fundo) e 4 (direita).

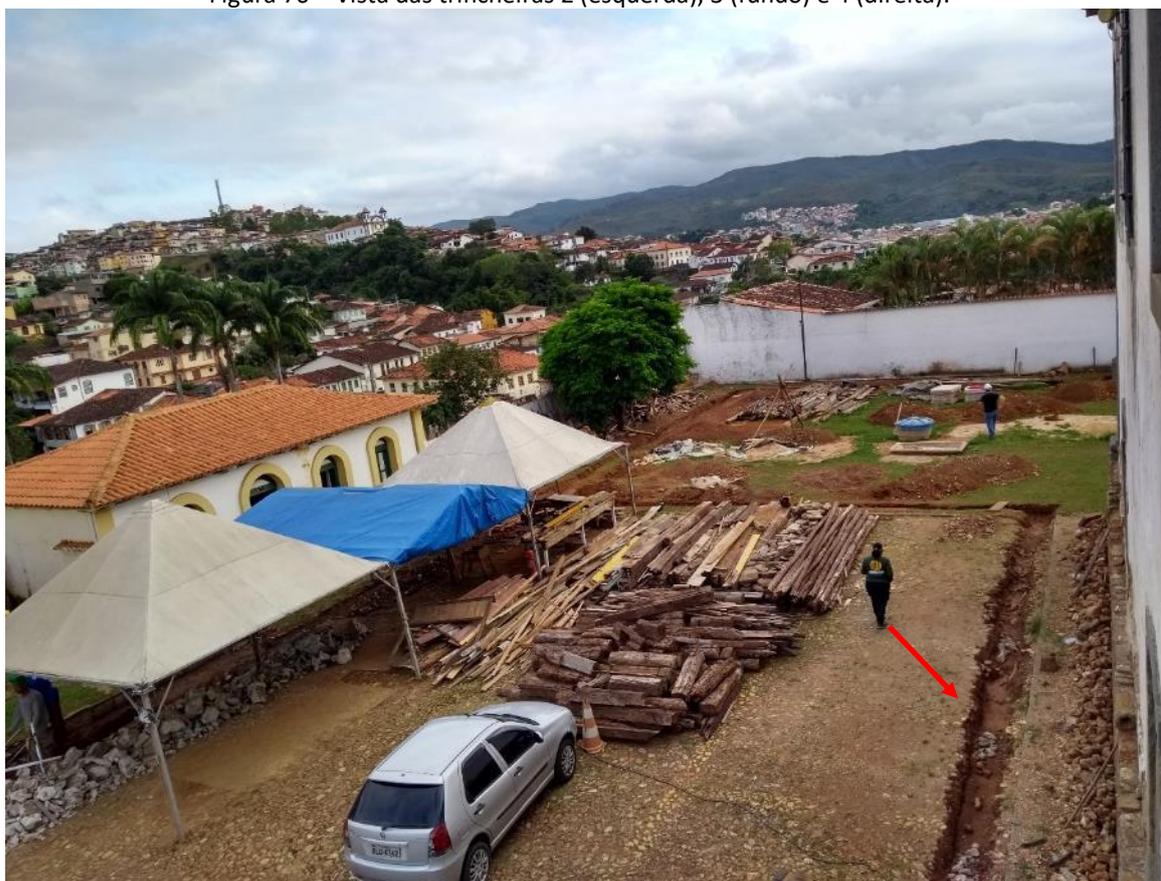


Figura 71 – Trincheiras 2, 3 e 4 ao fundo, e trincheira 1 paralela ao fundo da edificação (indicado em vermelho).



Figura 72 – Vista da Trincheira 5.

A escavação das trincheiras 1 e 2 teve profundidade máxima de 30cm, e demonstrou o que já havia sido relatado por várias pessoas que conheceram o local anteriormente. A trincheira 1, paralela à edificação e localizada adjacente à parede do fundo da Casa de Câmara demonstrou claramente terra proveniente de aterro após a retirada do piso de seixos superficial. Tratou-se de camada areno-argilosa com coloração variando de marrom a marrom-avermelhado contendo materiais recentes como fragmentos de vidro, metal, telhas. Ao final da escavação desta trincheira, em seu limite nordeste, foi identificado piso de cimento anterior, provavelmente associado a passeio. Nesta extremidade, a trincheira 1 conecta-se com a trincheira 2 de forma perpendicular, ligando a edificação da Casa de Câmara e Cadeia ao Armazém.

Ainda, foi chamado de trincheira 16 uma ampliação de forma perpendicular no início da trincheira 01 para colocação de caixa de 60x60cm, profundidade de 45cm máximo. Outra caixa foi colocada na trincheira 1, conforme indicado na planta, com as mesmas dimensões, que alcançou a mesma profundidade e estratigrafia semelhante à descrita para a Trincheira 1. Em ambas, para além dos 30cm de profundidade, a terra seguiu com as mesmas características da camada, estando presente no local de escavação destas duas caixas canos que indicam que a área já havia sido remexida anteriormente.



Figura 73 - Perfil trincheira 1



Figura 74 - Vista trincheira 1.

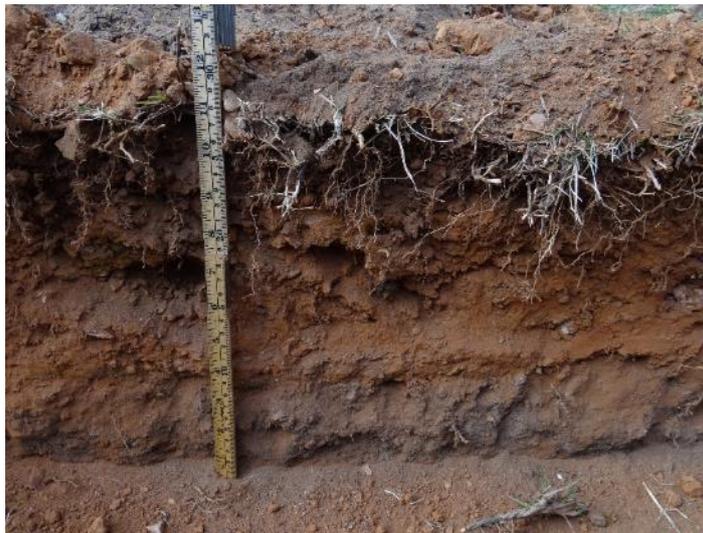


Figura 75 - Estratigrafia trincheira 2.



Figura 76 - Trincheira 2



Figura 77 - Caixa Trincheira 16



Figura 78 - Perfil segunda caixa ao longo da Trincheira 1

A trincheira 2, por sua vez, apresentou camada de terra areno-argilosa avermelhada até cerca de 25cm de profundidade e uma segunda camada de terra arenosa, friável e acinzentada. A mesma

apresentou-se em profundidades que variaram entre 25 e 30cm de profundidade sendo sua espessura pouco clara e variável, pois a profundidade máxima desta trincheira atingiu 30cm. Esta estratigrafia indica, igualmente, aterro na área estando a camada arenosa e acinzentada associada claramente a colocação de seixos para o que se entendeu que fosse, provavelmente, um caminho de entrada para carros, pois também foi identificado pedra característica de meio-fio associada ao limite do piso. Mais adiante durante a escavação do trecho 2, foi identificado também piso de cimento e rocha de quartzito grande arredondada correspondendo, provavelmente, a passeio e pedra de jardim pensando em uma configuração espacial de uso anterior. O último trecho da trincheira 2 foi escavado em área do outro lado do muro adjacente ao Armazém, onde havia anteriormente uma construção anexa recente. Foi retirado piso e contrapiso e o solo assemelhou-se ao presente nos trechos anteriores.

A trincheira 3, localizada de forma paralela à edificação, estava situada entre as trincheiras 1 e 2, sendo estas os seus limites. Nesta área, também foi identificada pelo menos uma camada de aterro semelhante à trincheira 2, até 25cm de profundidade. A partir desta, a terra apresentou-se com coloração rosa e branca, em uma estratigrafia bastante variável, apresentando lentes de coloração diferente. Segundo relatos orais, este setor da área externa foi utilizado como depósito de material de construção pela prefeitura por muitos anos. Esta informação corrobora o observado no acompanhamento, demonstrando que a área externa foi alvo de inúmeros aterros e revolvimento de terra. A estratigrafia abaixo demonstra o solo revolvido, com coloração de terra misturada vermelha e marrom-escuro até os 40cm de profundidade, quando é identificada camada de cerca de 7cm de espessura com terra de coloração rosa e branco. Ainda, ao longo desta trincheira, foi identificado piso cimentício a partir do trecho 2, aos 15cm de profundidade, seguindo até o final da trincheira.



Figura 79 - estratigrafia do trecho 1, trincheira 3.



Figura 80 - Piso cimentício identificado na trincheira 3.



Figura 81 - Trincheira 3 finalizada

A trincheira 4 é paralela ao muro do vizinho, ao lado da Casa de Câmara e Cadeia. Em sua porção mais ao fundo, a estratigrafia assemelha-se muito à da trincheira 3, estando presentes também tijolos misturados ao solo em alguns pontos, conforme figura abaixo. A trincheira 4 não é completamente retilínea, pois foi necessário fazer o contorno ao chafariz. Já na sua metade mais próxima à rua (entre o chafariz e o tapume), Figura 60, não se observa mais a presença da camada rosa e branco, indicando outro uso do espaço.



Figura 82 - Perfil Trincheira 4



Figura 83 - Trincheira 4, porção de fundos.



Figura 84 - Trincheira 4, porção próxima ao tapume.



Figura 85 - Trincheira 4 passando ao lado do chafariz

Segundo relatos, a área onde encontra-se a porção da trincheira 4 mais próxima ao tapume foi local onde esteve presente edificação da antiga Escola Gomes Freire, atualmente alocada na Av. Getúlio Vargas. Na expectativa de identificar vestígios relacionados a esta construção, percebe-se, ao longo do acompanhamento, que esta área também havia sido alvo de aterro e movimentação de solo. Esta constatação não se deu da mesma forma como na trincheira 3, cuja estratigrafia deixa claro as camadas remexidas e de deposição variada, mas através dos materiais identificados em campo com formato pequeno, misturados a materiais recentes, não correspondendo a uma camada específica e nenhum dos fragmentos de vasilhas de louça ou vidro identificados apresentaram outros fragmentos semelhantes próximos a eles. Junto ao Chafariz, foi identificado um provável remanescente de piso de pedras aos 20cm de profundidade que não demonstrou continuidade. Está em nível abaixo da base do chafariz, conforme figura abaixo. Ainda, durante a escavação foi retirada uma pedra em formato de laje de quartzito depositada de forma irregular, assim como outra semelhante no nível 40-80cm.

Nesta área, foi identificada uma camada de aterro de pelo menos 85cm, solo argiloso marrom-avermelhado. Foram identificados nesta trincheira uma sequência de 3 alinhamentos de tijolos paralelos entre si, nos trechos 4 e 5. A profundidade deles foi entre 90cm o ponto mais profundo e 72cm. Os vestígios foram registrados em campo e uma vez que havia sido escavado o suficiente para colocação da tubulação, estas pequenas estruturas não foram escavadas, nem a trincheira ampliada. Possivelmente estes alinhamentos de tijolos estão associados à antiga escola, assim como a pedra com formato quadrado identificada no trecho 5 no mesmo nível. Porém, trata-se de uma suposição, pois não foram identificadas outras estruturas para corroborar com esta ideia.



Figura 86 - Remanescente de piso de pedras



Figura 87 - Alinhamento tijolos trecho 5



Figura 88 - Alinhamento tijolos trecho 5

A trincheira 5 é a continuidade da trincheira 3, escavada de forma paralela aos fundos da edificação e seguindo até o limite do terreno. Nesta trincheira foi identificada uma primeira camada de terra arenosa solta, até 30cm de profundidade, claramente depositada como aterro, possivelmente para calçar o piso de seixos. A partir desta profundidade a terra já se caracterizou por textura argilo-arenosa, avermelhada, com características de solo revolvido. Cabe mencionar que o alinhamento

desta trincheira se sobrepõe a uma canaleta de escoamento de água pluvial já existente de cimento, o que indica que o terreno já estava bastante perturbado. A trincheira apresentou a profundidade máxima de 50cm, que ultrapassou a canaleta de cimento, que por sua vez foi removida durante o processo. Assim como a camada anterior, a camada 2 caracterizou-se por camada e aterro, o que coincide com os relatos orais e justifica aparecimento de lajes de pedra isoladas e blocos sem relação com outros contextos, mas indicadas como posicionadas para apoio ao estacionamento, onde hoje encontra-se o atual escritório da obra.



Figura 89 - Retirada de canaleta em concreto, início da trincheira 5.



Figura 90 - Escavação trincheira 5.



Figura 91 - Perfil trincheira 5, trecho 4.



Figura 92 - Laje identificada em frente ao escritório, trincheira 5.

Durante a escavação da trincheira 5, foram identificados dois vestígios que têm relação com a estrutura hidráulica da Casa de Câmara e Cadeia. Um deles é uma canaleta em cantaria, em seu contexto original, calçada com bases em pedras observadas no perfil da trincheira voltado para a edificação e posicionada de forma perpendicular à esta³, conforme fotos a seguir. Esta canaleta já havia sido impactada pela instalação da canaleta recente em cimento. O pedaço em que ela estava já destruído foi suficiente para passar a tubulação, não sendo necessário realizar outras atividades de resgate ou registro. O outro vestígio é uma manilha feita em pedra depositada verticalmente, em contexto secundário, provavelmente descartada. Esta coincide com instalações hidráulicas do interior da Casa de Câmara, provavelmente vinculada aos tanques de lavagem localizados nas enxovias.

³ Para maiores informações sobre sistemas hidráulicos consultar Dissertação de Mestrado em andamento de Adriano Furini da A3 Atelier de Arte Aplicada, empresa responsável pela obra de restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.

A trincheira 6 refere-se à escavação perpendicular à trincheira 5, ligando o sistema à capela e ao armazém. As características da área escavada assemelham-se à descrição da trincheira 5, somando-se, inclusive, o fato da área já ter sido mexida, como pôde ser percebido em campo na identificação de cano de pvc.



Figura 93 - Canaleta em cantaria em processo de evidenciação.



Figura 94 - Visão da canaleta.



Figura 95 - Perfil associado à canaleta em cantaria, parede voltada ao escritório.

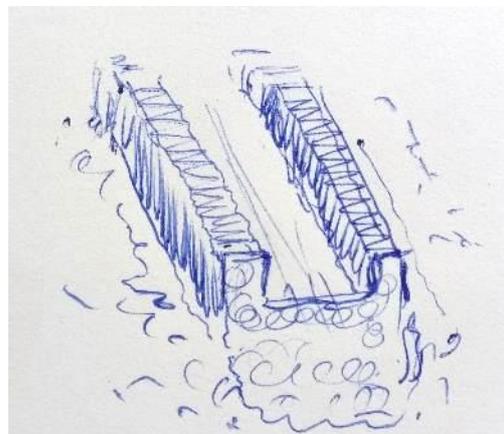


Figura 96 - Desenho esquemático da canaleta feito por Edésio de Souza, artista plástico e à época mestre de obras.



Figura 97 - Local de retirada da manilha, contexto secundário.



Figura 98 - Manilha com 27cm de comprimento e 15cm de diâmetro.

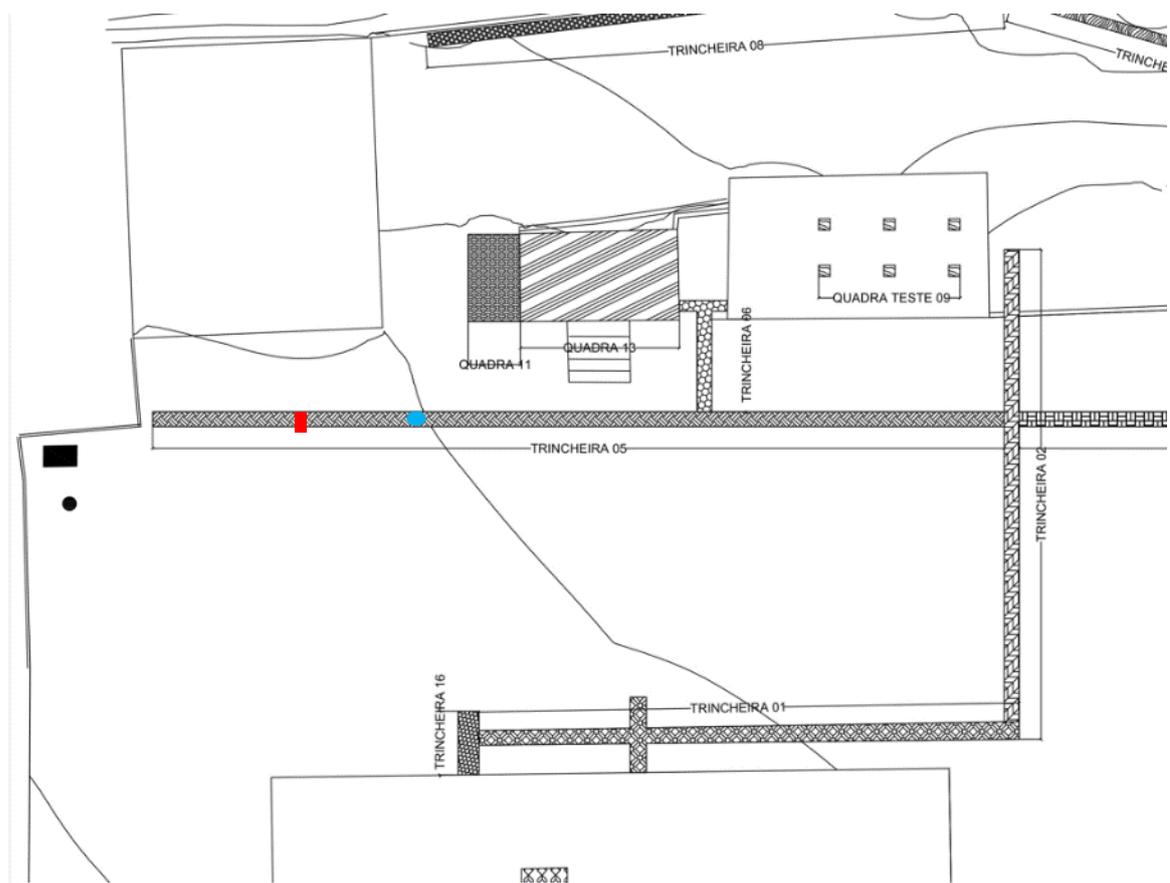


Figura 99 - Localização dos vestígios na Trinchira 5. Em vermelho a canaleta, em azul “manilha” em pedra.

A trincheira 7 está localizada na área externa, em frente à edificação da Casa de Câmara. Caracteriza-se por área alterada, conforme também será confirmado no acompanhamento do paisagismo. Ao longo do acompanhamento, foi identificado estruturas de cimento e fios de calçada, assim como blocos de pedra e calçamento atual. A estratigrafia é homogênea ao longo de toda a trincheira, terra argilosa e marrom-avermelhada, não tendo sido ultrapassado 25cm de profundidade.



Figura 100 - Marcação da trincheira 7.



Figura 101 - Blocos de pedra perpendiculares à trincheira, associados a meio fio.



Figura 102 - Trincheira 7



Figura 103 - Perfil trincheira 7

Na região em frente à Casa de Câmara e em sua lateral foram realizadas outras intervenções, já na etapa final do projeto de restauro, identificados como intervenção da SAAE e limpeza para implantação de grama (referente a paisagismo) indicados na planta abaixo. Ainda, foi feito acompanhamento de trincheira denominada 18, escavação feita para implantação de duto para escoamento da água. A descrição mais detalhada da estratigrafia observada nestas intervenções está mais bem detalhada a seguir e no Anexo 3 deste relatório. No que diz respeito às intervenções na frene e na lateral da Casa de Câmara, foi possível observar que, assim como constatado nos outros acompanhamentos localizados nesta mesma área, trata-se de local com terra proveniente de entulho e terreno já bastante revolvido ao longo do tempo.

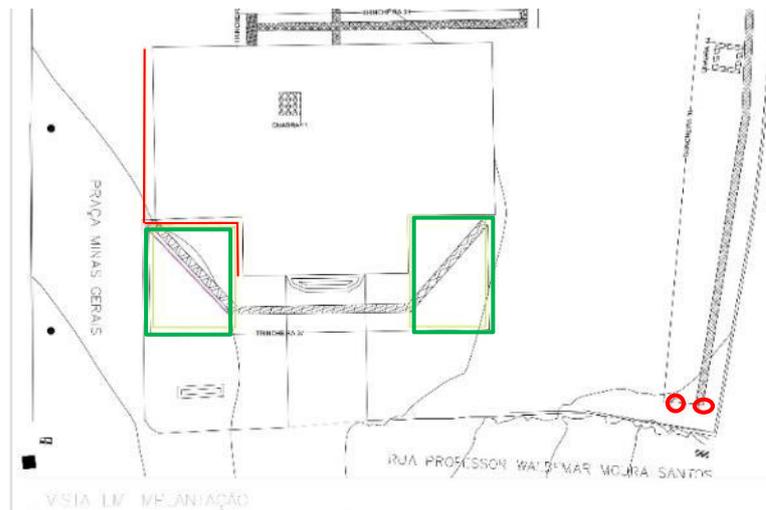


Figura 104 - Intervenções da SAAE em círculos vermelhos, acompanhamento de retirada da grama e nivelamento em retângulos verdes e a trincheira 18 refere-se à linha vermelha.

- Intervenção da SAAE

Durante a etapa de monitoramento, foram realizadas duas intervenções em subsolo referentes às obras do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana – SAAE, para remanejamento do hidrômetro. Foram realizados dois furos, um ao lado do outro, localizados na extremidade direita da Casa de Câmara e Cadeia, próximo à rua Professor Waldemar Moura Santos, porém em um desnível de aproximadamente 2 m da rua. A perfuração visava atravessar a camada de sedimento entre o nível da rua e o nível desta parte da edificação, para, assim, atingir o local de distribuição de água.

Os furos possuíam largura de 60 cm e foram realizados com o uso de trado mecânico. Para melhor controle estratigráfico, o trado foi empregado de modo a retirar a terra aos poucos, possibilitando a coleta de eventuais materiais de interesse arqueológico com proveniência de profundidade e associado ao sedimento correspondente. Nesse sentido, a cada perfuração do solo o sedimento foi analisado com o auxílio de pá e colher de pedreiro para, só então, dar continuidade a novos aprofundamentos com a ferramenta.

De modo geral, o solo se apresentou argiloso, marrom escuro, úmido, formando grandes agregados, e com presença de quartzo nas partes mais profundas. Não foram observadas mudanças significativas na estratigrafia ou entre os distintos furos. Nesta etapa, foi coletado um fragmento de louça proveniente do nível da rua.



Figura 105 - Uso de trado mecânico nas perfurações



Figura 106 - Investigação do solo



Figura 107 - Intervenções no solo no nível da rua



Figura 108 - Louça coletada

- Intervenções para declive de escoamento de água e limpeza para implantação de grama

A retirada da camada superficial do sedimento para implantação de gramado foi realizada em duas áreas da Casa de Câmara e Cadeia, na parte frontal esquerda e direita, conforme indicado no croqui. Além da retirada do sedimento superficial, na lateral esquerda também foi realizada uma raspagem do terreno para promover um leve declive de 10 cm para escoamento de água do sentido da edificação para a rua, evitando infiltrações na parede da fachada. O procedimento foi executado utilizando uma retroescavadeira e uma mini retroescavadeira hidráulica.

Do lado esquerdo, o solo mostrou-se arenoso e com grande quantidade de plástico de antigos encanamentos, assim como observado na Ficha da Trincheira 18, trincheira esta que atravessava a área em questão. Trata-se de solo de aterro utilizado para cobrir intervenções passadas que foram realizadas na área. Dentre os materiais plásticos observados, parte correspondia a um sistema de iluminação instalado outrora. O sedimento foi analisado com o auxílio de colher de pedreiro.

Na lateral direita, foi realizada apenas a raspagem do solo para retirada da grama. O solo se mostrou areno-argiloso e de coloração marrom escura. Nesta área, o procedimento interferiu menos no solo do que o realizado na lateral esquerda, tendo em vista que nesta parcela a intervenção não incluiu o rebaixamento necessário para escoamento da água. A investigação do solo solto pelo

equipamento foi realizada concomitantemente à raspagem e posteriormente, quando, ao fim do trabalho, foi realizado caminhamento em cima do local para melhor observação do sedimento. Do gramado, saíram materiais como telhas, reboco de parede, vidro, plástico, pedaço de cano, pedaço de lona, máscara de proteção, enfim, materiais evidentemente recentes.

Após investigado, o sedimento foi transportado para um caminhão. Não foram identificados materiais de interesse arqueológico em nenhuma destas áreas.



Figura 109 - Remoção de sedimento da lateral esquerda



Figura 110 - Remoção de sedimento da lateral direita



Figura 111 - Colher de plástico



Figura 112 - Pedaço de lona



Figura 113 - Máscara com respirador



Figura 114 - Fundo de recipiente de metal

Finalmente, em área localizada nos fundos do Armazém, as trincheiras 8 e 15 são contínuas e localizam-se nos fundos das edificações do Armazém, capela e escritório e seguem rente ao muro. Trata-se de área de platô retificado na encosta do morro, aos fundos da Casa de Câmara e Cadeia. A profundidade das trincheiras foi 25cm máximo e largura de 45cm. Esperava-se que, por ser área de encosta, nos fundos das edificações, haveria potencial para a presença de vestígios arqueológicos. No entanto, seguindo o histórico de aterramentos frequentes nesta área, e a própria intenção de criar uma superfície plana para aproveitamento de espaço indica que a área foi muito modificada ao longo do tempo. Observou-se terra homogênea areno-argilosa de coloração marrom e marrom-avermelhada proveniente de aterro.



Figura 115 - Escavação da trincheira 15, junto à base do muro em área plana.



Figura 116 - Escavação trincheira 8.

4.3. Chafariz

Tarefa	Descrição
9.6.1.3	Chafariz de bacia: substituição de piso externo

O Chafariz foi implantado em área aberta ao lado da Casa de Câmara, adjacente a trincheira 4. Foi denominado quadra 14 no Anexo 2. Durante a escavação desta trincheira, foi feito também a retirada do piso em volta do chafariz e averiguado que ele está apoiado em base de concreto de 30cm de espessura. O chafariz não está em seu contexto original, provavelmente foi removido da área lateral da Igreja São Francisco, onde há uma base de pedras com o contorno da sua base talhado⁴, conforme figura abaixo:

Figura 296: Muro 2 e pedra do chafariz

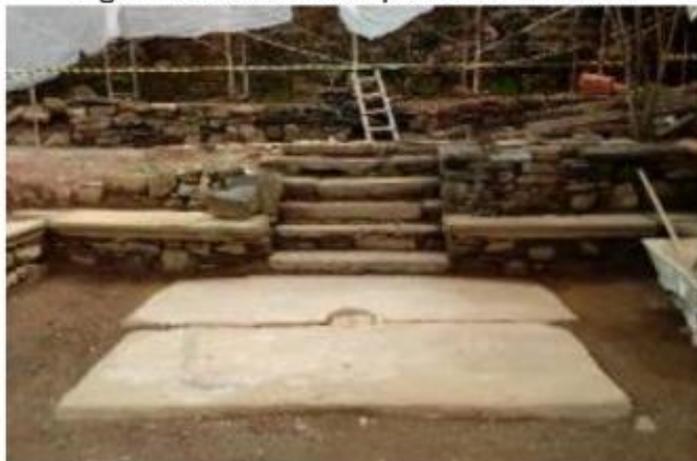


Figura 117 - Imagem do local onde se pensa ser original do chafariz, ao lado da Igreja São Francisco.
Fonte: Peruaçu, 2021.

⁴ Ver Peruaçu. Relatório de Pesquisa Arqueológica junto às Obras de Restauo da Casa do Conde de Assumar e Programa de Educação Patrimonial, Mariana/MG - VOLUME 1. Belo Horizonte, 2021. Processo IPHAN 01514.002320/2019-95.



Figura 118 - Localização do chafariz.



Figura 119 - Retirada do piso em volta ao chafariz.



Figura 120 - Base de concreto



Figura 121 - Chafariz adjacente à trincheira 4.

4.4. Armazém

Tarefa	Descrição
8.4.2.1	Armazém: pisos – substituição por piso de quartzito

A área do Armazém foi denominada 09 no Anexo 2. No armazém foram realizadas 6 escavações teste de 30cm x 30cm com profundidades variadas. O objetivo foi de verificar se, de fato, havia ali um aterro, conforme havia sido indicado. A profundidade das 6 sondagens foram:

A1 (22cm de profundidade)

A2 (23 cm de profundidade)

A3 (25cm de profundidade)

A4 (22 cm de profundidade)

A5 (10cm de profundidade)

A6 (23cm de profundidade)



Figura 122 - Localização das sondagens no Armazém

A estratigrafia de todas as sondagens foi a mesma, conforme demonstrado nas fotos abaixo. Havia piso de cerâmica e contrapiso totalizando 8cm de espessura e em seguida terra argilosa avermelhada proveniente de aterro. Não foram encontrados materiais arqueológicos, sendo apenas contrapiso e entulhos. A terra retirada foi verificada, e não foram identificados vestígios arqueológicos. Segundo o que nos foi relatado na obra, o Armazém possui uma fundação em pedras, que inclui um arrimo aos fundos da edificação. Como preenchimento de terra de toda a área da fundação, o arrimo começou a ceder, sendo necessário a retirada deste aterro.



Figura 123 - A1



Figura 124 - A2



Figura 125 - A3



Figura 126 - A4



Figura 127 - A5



Figura 128 - A6



Figura 129 - Escavação e verificação da terra.

4.6. Capela e Anexo

Tarefa	Descrição
3.2.1	Capela: cobertura
3.3.1 3.3.2	Anexo: remoção de telha inclusive estocagem, com reaproveitamento.

Conforme indicado em relatório de vistoria, a cobertura da Capela, do Anexo e inclusive da Casa de Câmara foi trocada na década de 1980. A equipe de arquitetura foi orientada para separar e guardar, indicando o local de coleta, caso aparecessem vestígios associados, mas tais não foram encontrados. Durante a manutenção do piso da Capela não foi feita limpeza abaixo do piso de madeira, no entanto, foi também dada a mesma orientação. Na escadaria de acesso à Capela foi feita a retirada de excesso de cimento e concreto, não sendo necessário acompanhamento arqueológico (quadra 10 da Planta – Anexo 2). Ainda, na lateral da Capela, no lado do escritório, foi feito rebaixamento do setor chamado quadra 11 na Planta (Anexo 2). Foi constatado que todo aquele setor se tratava de aterro com terra arenosa marrom-acinzentada, pouco compacta, idêntica à camada de cerca de 10cm presente na trincheira 05. Trata-se provavelmente do aterro mais recente realizado na área externa da Casa de Câmara, provavelmente após a existência de estacionamento de carros no local. Tendo em vista esta ação recente e o caráter de aterro do setor, não foi recomendado acompanhamento arqueológico.

**ANEXO C - PRANCHAS COM SOLUÇÕES PONTUAIS DO PROJETO DE
RESTAURO**

1 RECUPERAÇÃO DO PISO DE PEDRA DAS ENXOVIAS



DURANTE O PROCESSO DE RESTAURAÇÃO FOI POSSÍVEL RECUPERAR O PISO ORIGINAL DE PEDRA DAS CADEIAS. TAL PISO ESTAVA COBERTO POR ASSOALHO DE MADEIRA BASTANTE DANIFICADO, TANTO O BARROTEAMENTO QUANTO AS PRÓPRIAS TÁBUAS.

5 RECUPERAÇÃO DO TAMANHO ORIGINAL DOS FOGÕES

FOI PROPOSTA, JUNTO COM OS ARQUEÓLOGOS, A RESTAURAÇÃO DOS FOGÕES EM SEU TAMANHO ORIGINAL



6 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DO FORRO DA SALA DA CONTABILIDADE E INFORMAÇÕES TURÍSTICAS



UNIFORMIZAR A TONALIDADE E APLICAR CAMADA DE PROTEÇÃO NO FORRO NOVO



REMOÇÃO DAS MANCHAS BRANCAS E APLICAÇÃO DE CAMADA DE PROTEÇÃO

8 APRESENTAÇÃO DE PROSPECÇÕES E GRAFISMOS

MANTER EXPOSTAS AS PROSPECÇÕES QUE CONTÊM ELEMENTOS ARTÍSTICOS, PROSPECÇÕES E GRAFISMOS.



MANTER EXPOSTOS E PROTEGIDOS COM VIDRO TEMPERADO, OS GRAFISMOS ENCONTRADOS NO CORREDOR DAS ENXOVIAS



REMOÇÃO DE PROSPECÇÕES ESTRATIGRÁFICAS E COBERTURA DE STENCIL COM TINTA BRANCA, NO CORREDOR DAS ENXOVIAS

2 EVIDENCIAR OS CANOS DE PEDRA SABÃO DAS CELAS

MANTER EXPOSTOS E SEM REBOCO AS CHEGADAS DOS CANOS DE PEDRA SABÃO QUE TRAZIAM A ÁGUA PARA DENTRO DAS ENXOVIAS.



3 MOVIMENTAÇÃO DO BOJO DA CELA DAS MULHERES PARA O LADO DA COMUA

FOI NECESSÁRIO O DESLOCAMENTO DO BOJO PARA VIABILIZAR O CAMINHO DE ACESSIBILIDADE.



4 RODAPÉ EM ARGAMASSA NAS ENXOVIAS.

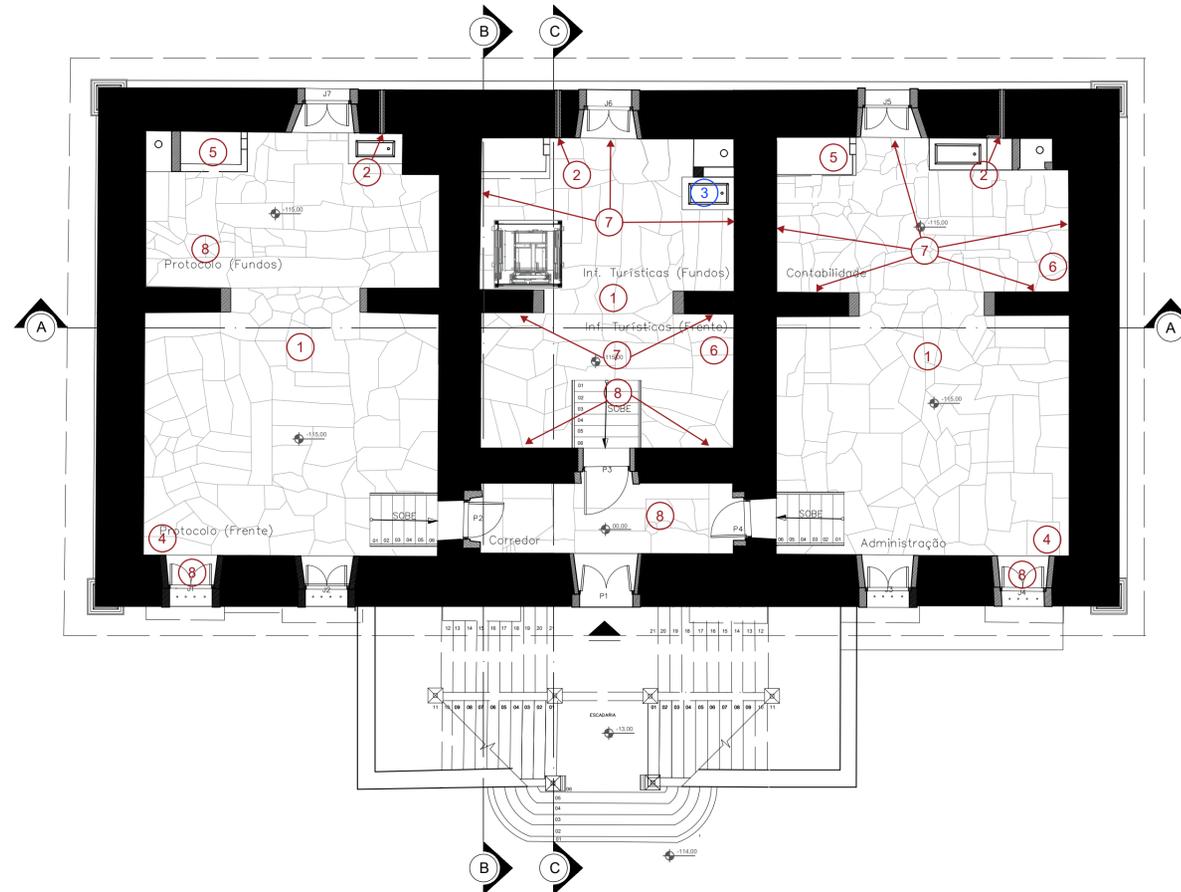
FOI DECIDIDO, JUNTO AO FISCAL CARLOS ANTUNES, A EXECUÇÃO DE UM RODAPÉ EM ARGAMASSA, PARA PASSAGEM DAS MANGUEIRAS DE COMPLEMENTARES



7 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA NAS SALAS DAS ENXOVIAS



MANTER AS SALAS DA CONTABILIDADE E INF. TURÍSTICAS SEM REBOCO

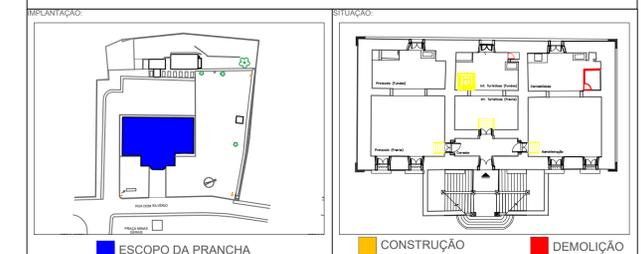


PLANTA BAIXA, CADEIA

ESCALA: 1:100

LEGENDA

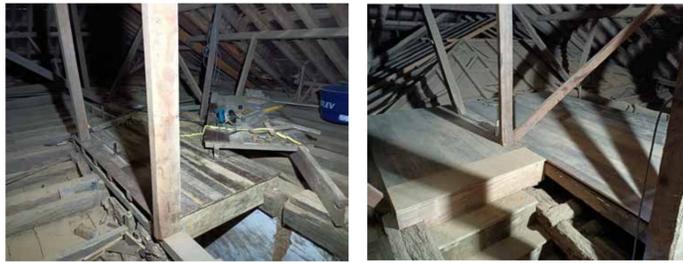
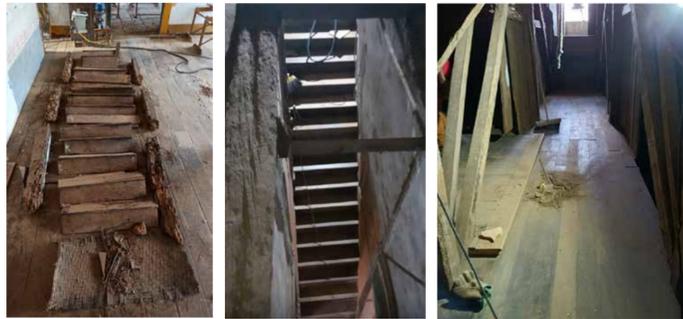
- nº ALTERAÇÃO EM VÁRIAS LOCALIDADES
- nº ALTERAÇÃO PONTUAL
- nº ALTERAÇÃO COM LOCAL INDICADO
- ÁREA PARA APLICAR VIDRO



	EMPRESA RESPONSÁVEL	A3 ATELIER DE ARTE APLICADA	PROJETO	ARQUITETÔNICO	FOLHA 01 DE 04 FOLHAS
	LOCAL	MARIANA - MINAS GERAIS	TIPO DE OBRA	ALTERAÇÕES PONTUAIS	
ESCALA	1:100	CONTÍDUO	PLANTA BAIXA, PRIMEIRO PAVIMENTO	FORNECIDO	A1

9 RESTAURAÇÃO DA ESCADARIA DE MADEIRA, REINSTALAÇÃO DO ASSOALHO DO CAMPANÁRIO E PLATAFORMA DE ÁUDIO E VÍDEO

COM A RECONSTITUIÇÃO DA ESCADARIA DE MADEIRA QUE DÁ ACESSO AO CAMPANÁRIO, FOI POSSÍVEL TAMBÉM RECONSTITUIR O ANTIGO ASSOALHO DO CAMPANÁRIO. TAMBÉM FOI EXECUTADO UM ASSOALHO E UM FORRO SOBRE A ENTRADA DA ESCADARIA.



13 REESTRUTURAÇÃO DA ESTRUTURA DA PAREDE DE PAU-A-PIQUE

ESTRUTURA REFEITA SEGUINDO AS MEDIDAS DA ORIGINAL, PORÉM COM MATERIALIDADE CONTEMPORÂNEA. SUGESTÃO DE MANTER A PAREDE SEM BARREAR.



16 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DAS COMUAS SUPERIORES

EVIDENCIAR OS LOCAIS DAS ANTIGAS COMUAS SUPERIORES. NA SALA DE REUNIÕES, MANTER O ALÇAPÃO EXISTENTE. NA SALA DA COMUNICAÇÃO, ASSENTAMENTO DO ASSOALHO NO SENTIDO CONTRÁRIO DA SALA E ACENTUAR AS MARCAS DE COSTURA NA PAREDE DE PEDRA. NA SALA DA PRESIDÊNCIA, ASSENTAMENTO DO ASSOALHO NO SENTIDO CONTRÁRIO E ACENTUAR AS MARCAS DE COSTURA NA PAREDE DE PEDRA



10 REMOÇÃO DO REBOCO SOBRE OS DUTOS DE PEDRA

REMOÇÃO DO REBOCO DOS DUTOS EM PEDRA DAS CHAMINÉS DAS ENXOVIAS.



11 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DA LAREIRA

APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DA LAREIRA DA SALA DA PRESIDÊNCIA. REMOÇÃO DO REBOCO INTERNO E CONSOLIDAÇÃO.



12 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DOS FORROS RESTAURADOS

UNIFORMIZAR A TONALIDADE E APLICAR CAMADA DE PROTEÇÃO NOS FORROS RESTAURADOS



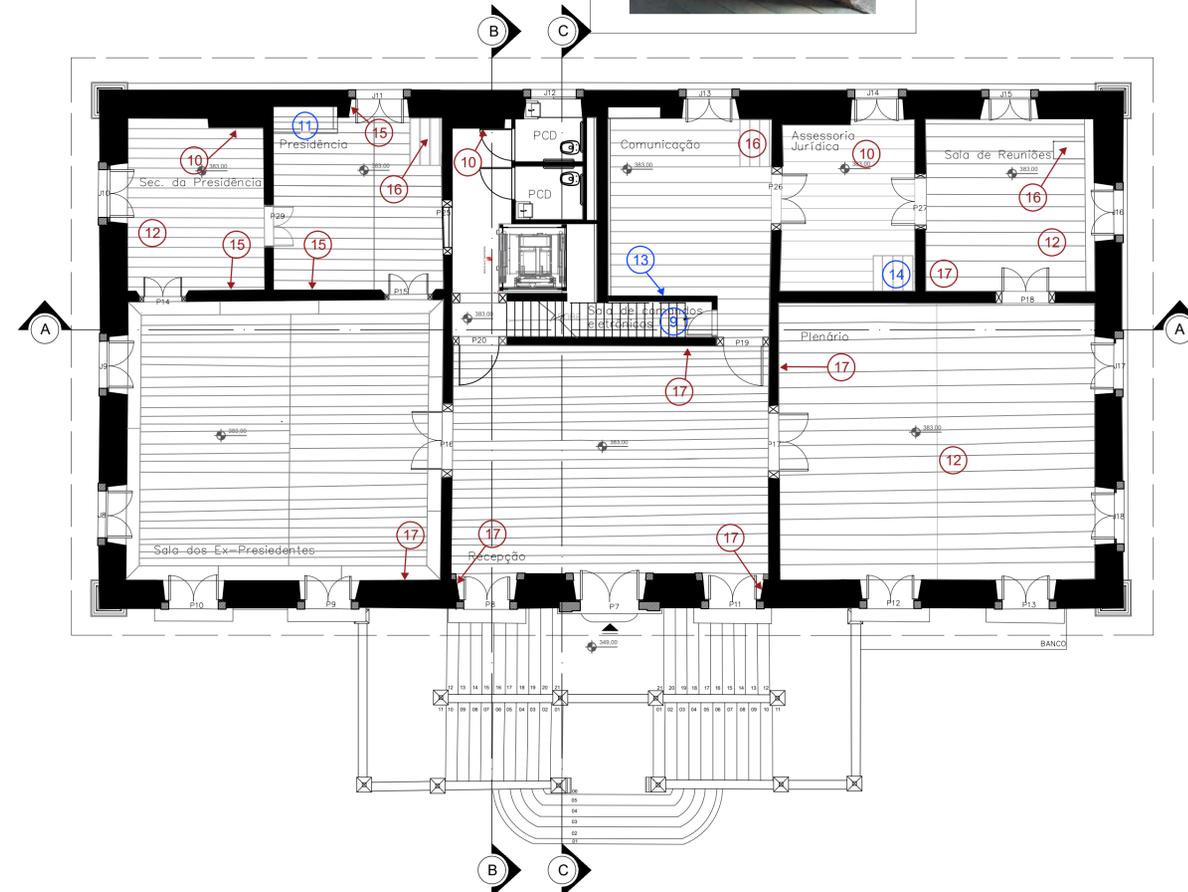
FORRO DA SALA DE REUNIÕES



FORRO DA SALA DO PLENÁRIO



FORRO DA SALA DA SEC. DA PRESIDÊNCIA



PLANTA BAIXA, CÂMARA

ESCALA: 1:100

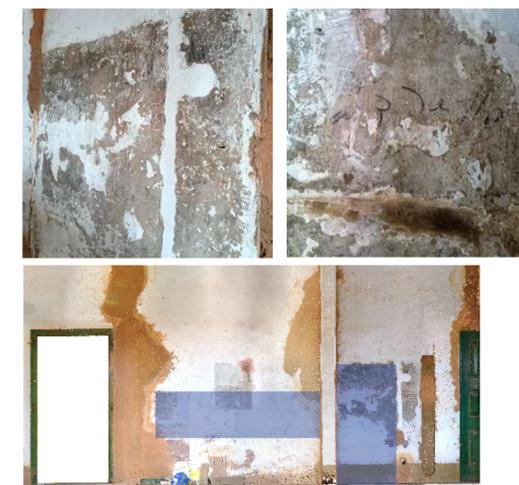
14 RECUPERAÇÃO DO ALÇAPÃO

RECUPERAÇÃO DO ALÇAPÃO ORIGINAL DA "CELA DOS NEGROS" NO ASSOALHO DA SALA DO JURÍDICO. ALÇAPÃO EVIDENCIADO INSTALANDO AS TÁBUAS DO ASSOALHO EM DIREÇÃO CONTRÁRIA À PAGINAÇÃO.



15 GRAFISMOS

MANTER EXPOSTOS E PROTEGIDOS COM VIDRO TEMPERADO, OS GRAFISMOS ENCONTRADOS NAS SALAS DA PRESIDÊNCIA E DA SEC. DA PRESIDÊNCIA.



17 PINTURAS PARIETAIS

EXPOSIÇÃO DOS DIVERSOS MOMENTOS DE PINTURAS ARTÍSTICAS ENCONTRADOS NAS PAREDES DO ANDAR SUPERIOR (CÂMARA). TAMBÉM MANTER OS GRAFISMOS ENCONTRADOS EXPOSTOS.



RECUPERAÇÃO INTEGRAL DAS PINTURAS PARIETAIS DA SALA DE REUNIÕES.



JANELA DE PROSPECÇÃO NA OMBREIRA DA P08, NA SALA DOS EX-PRESIDENTES



JANELA ESTRATIGRÁFICA NA OMBREIRA DA P08, NA SALA DA COMUNICAÇÃO

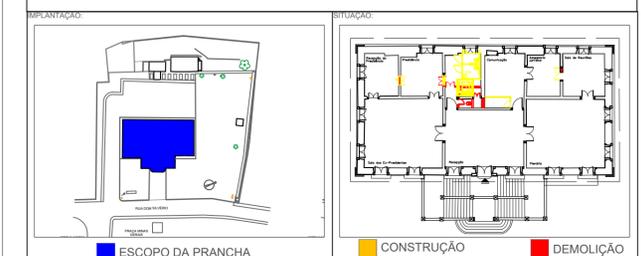


JANELA DE PROSPECÇÃO DE PINTURAS PARIETAIS NA SALA DO PLENÁRIO



COBERTURA DO BARRADO NA SALA DA RECEPÇÃO COM TINTA BRANCA.

- LEGENDA**
- nº ALTERAÇÃO EM VÁRIAS LOCALIDADES
 - nº ALTERAÇÃO PONTUAL
 - nº ALTERAÇÃO COM LOCAL INDICADO
 - ÁREA PARA APLICAR VIDRO



	EMPRESA RESPONSÁVEL	A3 ATELIER DE ARTE APLICADA	PROJETO DE	ARQUITETÔNICO	FOLHA 02 DE 04 FOLHAS
	RESPONSÁVEL	MARIANA - MINAS GERAIS	PROJETO DE	ARQUITETÔNICO	
ESCALA	1:100	OBJETO	CASA DE CÂMARA E CADEIA	CONTÉUDO	PLANTA BAIXA, SEGUNDO PAVIMENTO

18 MANTER OS BARRADOS EM PEDRA SEM O REBOCO

PARA PERMITIR UMA MELHOR TROCA DE ÚMIDADE ENTRE AS PAREDES E O MEIO EXTERNO (FACHADAS: PRINCIPAL, POSTERIOR E LATERAL DIREITA)



20 APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DA P01

MANTER A PORTA P01 SEM COBERTURA DE PINTURA. APRESENTAR A ESQUADRIA COM O RESULTADO DA REMOÇÃO DE TINTAS, SOMENTE COM A APLICAÇÃO DE UMA CAMADA DE PROTEÇÃO (VERNIZ ACETINADO).

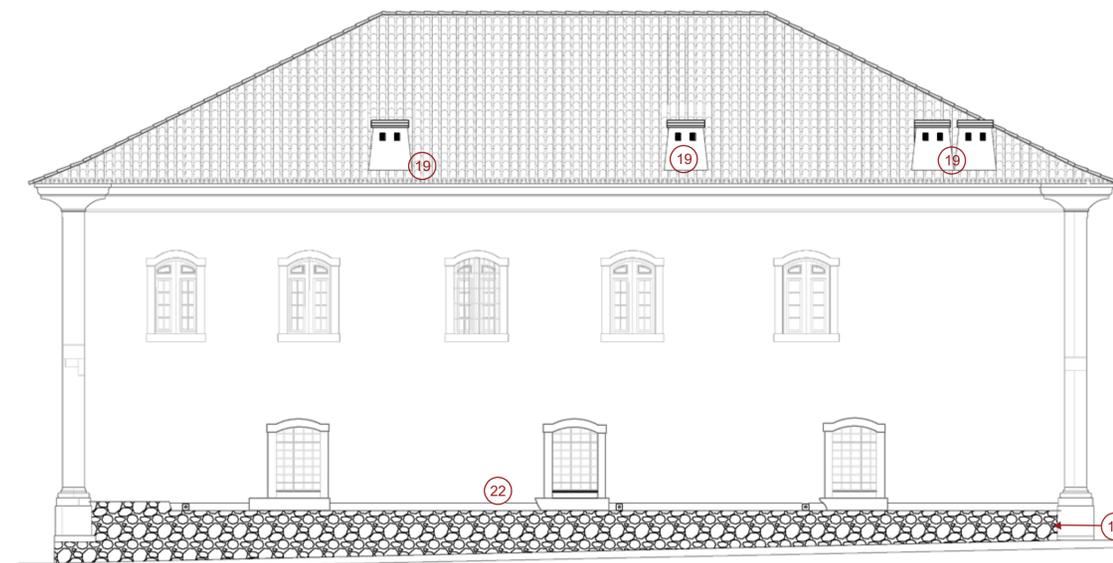


21 DEFINIÇÃO DAS CORES PARA A ALVENARIA EXTERNA

APLICAÇÃO DE TINTA MINEIRAL BRANCA NAS ALVENARIAS EXTERNAS E RECUPERAÇÃO DA CIMALHA REAL NO SEU TOM ORIGINAL (CINZA)



FACHADA PRINCIPAL
ESCALA: 1:100



FACHADA POSTERIOR
ESCALA: 1:100

19 RESTAURAÇÃO DOS CHAMINÉS

REMOÇÃO DA ESTRUTURA DE MADEIRA EXISTENTE E ABERTURA DOS VÃOS DE VENTILAÇÃO. FOI EXECUTADO UM NOVO FECHAMENTO QUE GARANTE A VEDAÇÃO COMPLETA DAS CHAMINÉS SEM PERDER A IDENTIDADE DOS VÃOS LATERAIS.



22 PAGINAÇÃO DAS ESQUADRIAS

FOLHAS EM VERMELHO E CAIXILHARIA EM BRANCO GELO, PARA AS ESQUADRIAS EXTERNAS.



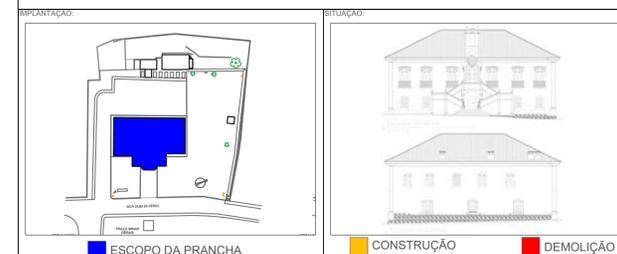
22 RESTAURAÇÃO DA ESTRUTURA DO AQUEDUTO

EXECUÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DO AQUEDUTO EM LAJES DE QUARTZITO. DURANTE A DEMOLIÇÃO DA CINTA DE CONCRETO EXISTENTE, POSSIBILITOU DESCOBRIR RESQUÍCIOS DO NÍVEL ORIGINAL PARA RECONSTITUIÇÃO.



LEGENDA

- nº ALTERAÇÃO EM VÁRIAS LOCALIDADES
- nº ALTERAÇÃO PONTUAL
- nº → ALTERAÇÃO COM LOCAL INDICADO



	EMPRESA RESPONSÁVEL: A3 ATELIER DE ARTE APLICADA	PROJETO: ARQUITETÔNICO	03 04
	CLIENTE: MÁRIANA - MINAS GERAIS	OBJETO: ALTERAÇÕES PONTUAIS	
ESCALA: 1:100	CONTÉUDO: FACHADA PRINCIPAL E FACHADA POSTERIOR		

23 RESTAURAÇÃO DO BARRADO, OMBREIRAS E ESCADARIA DA CAPELA

REMOÇÃO DA CAMADA DE REBOCO DE CIMENTO NO BARRADO DA CAPELA. LIMPEZA E CONSOLIDAÇÃO DO CANJICADO. RESTAURAÇÃO DAS OMBREIRAS, POSSIBILITANDO VISUALIZAR O DETALHE DA SOLEIRA DA PORTA. RECOLOCAÇÃO DO PRIMEIRO DEGRAU, ENCONTRADO NO CANTEIRO.



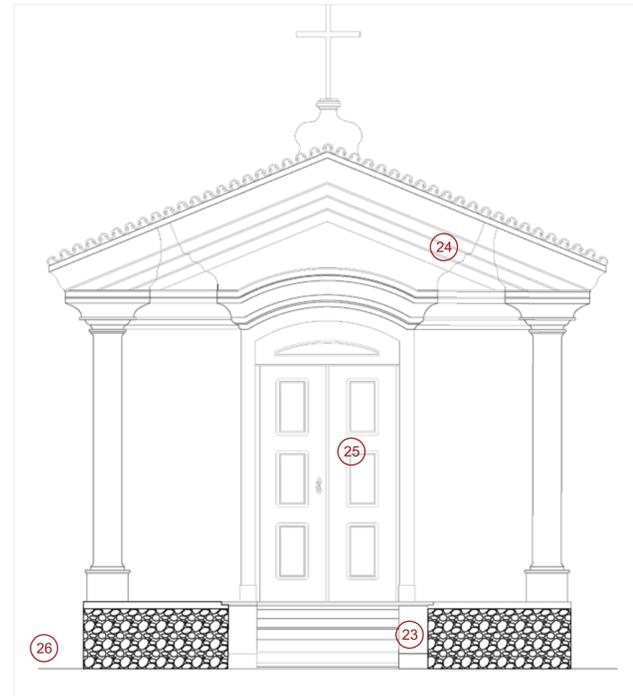
24 RESTAURAÇÃO DO FRONTÃO DA CAPELA

RESTAURAÇÃO DOS DETALHES DO FRONTÃO DA CAPELA COM O USO DE ARGAMASSA MINERAL.

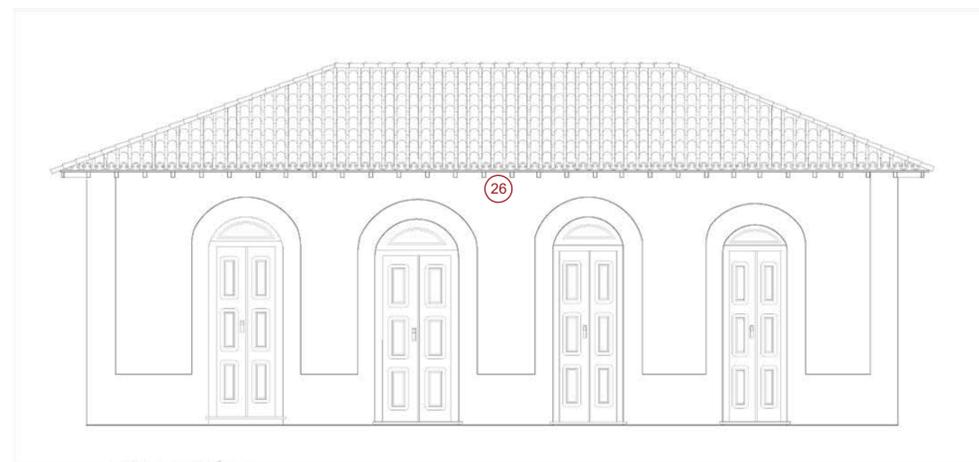


27 COMPLEMENTAÇÃO DO FRECHAL

COMPLEMENTAÇÃO DE ARGAMASSA NO FRECHAL DO ARMAZÉM.



CAPELA
ESCALA: 1:50



ARMAZÉM
ESCALA: 1:50

25 RESTAURAÇÃO E RECOLOCAÇÃO DO RETÁBULO NA CAPELA

REMOÇÃO DO RETÁBULO DA SALA DA COMUNICAÇÃO (ONDE FUNCIONAVA COMO ARMÁRIO), RESTAURAÇÃO E RECOLOCAÇÃO DO BEM INTEGRADO DE VOLTA À CAPELA.



26 DEMOLIÇÃO DO MURO AO LADO DA CAPELA

FOI DECIDIDO, JUNTO COM A COMISSÃO DE VEREADORES, A DEMOLIÇÃO DO MURO DE CONCRETO E BLOCO DE CIMENTO AO LADO DA CAPELA.



28 DEVOLUÇÃO DO CHAFARIZ PARA A IGREJA DE SÃO FRANCISCO

DEVOLUÇÃO DO CHAFARIZ PARA SEU LOCAL DE ORIGEM, O PÁTIO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

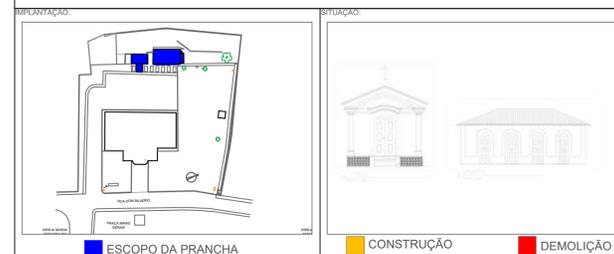


LEGENDA

nº ALTERAÇÃO EM VÁRIAS LOCALIDADES

nº ALTERAÇÃO PONTUAL

nº ALTERAÇÃO COM LOCAL INDICADO



	EMPRESA RESPONSÁVEL:	A3 ATELIER DE ARTE APLICADA	PROJETO:	ARQUITETÔNICO	FOLHA:	04
	LOCAL:	MARIANA - MINAS GERAIS	OBJETO:	ALTERAÇÕES PONTUAIS	04	04
	EDIFÍCIO:	CASA DE CÂMARA E CADEIA	CONTEÚDO:	CAPELA E ARMAZÉM	FORMATO:	A1
	ESCALA:	1:50				

ANEXO D - RELATÓRIO DE MODIFICAÇÕES PONTUAIS

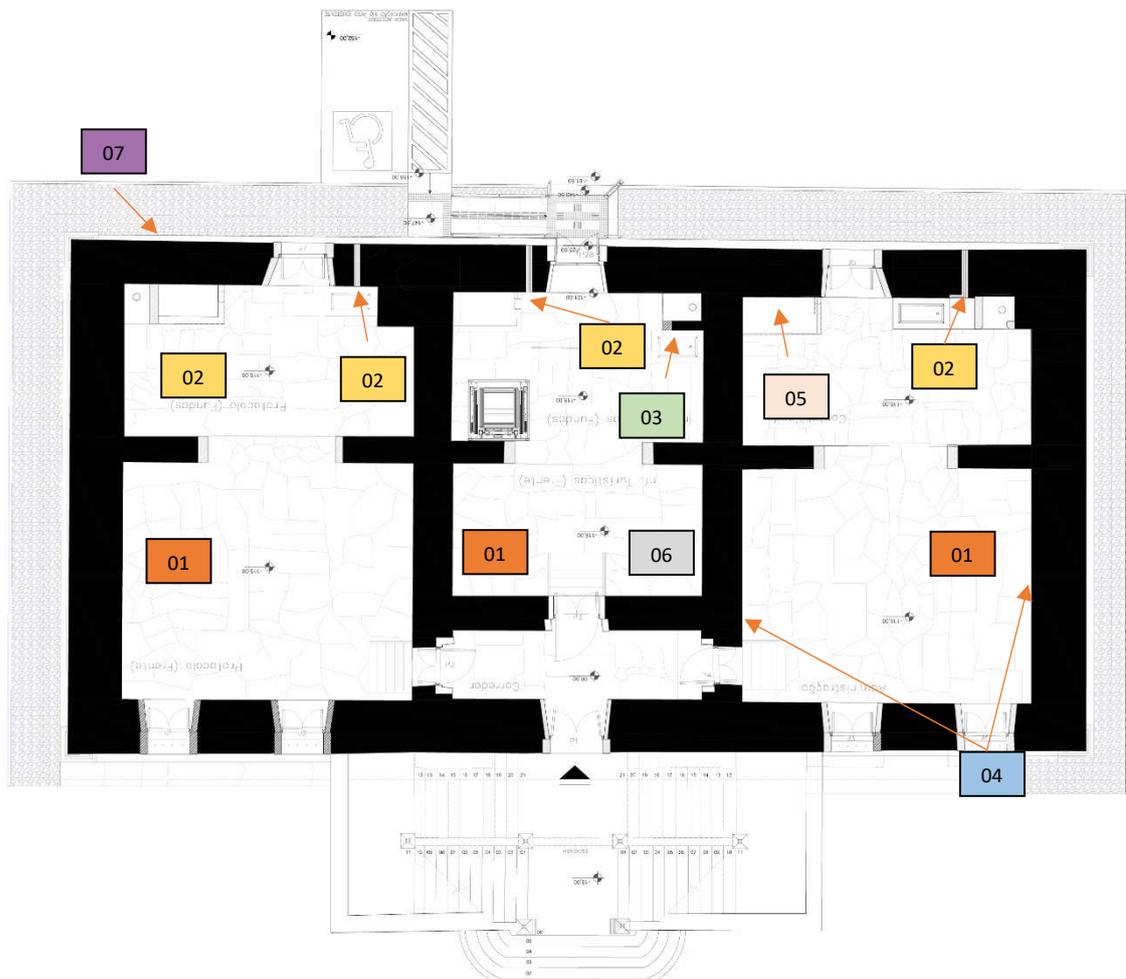


À
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
À
Prefeitura Municipal de Mariana

Ref.: CONTRATO Nº150/2020
Objeto: Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana

Título: RELATÓRIO 13
Assunto: Relatório de modificações pontuais.

RELATÓRIO DE MODIFICAÇÕES PONTUAIS



1. RECUPERAÇÃO DO PISO DE PEDRA DAS ENXOVIAS

01

O decorrer do processo de restauração evidenciou o piso original de pedra das enxovias, o qual estava oculto sob um barroteamento de madeira e um assoalho de tábuas corridas danificados, viabilizando a recuperação do piso em lajes de pedra no interior das enxovias. Tais intervenções foram aprovadas nos pareceres emitidos sob os números SEI 3453353 e 3453909.



Sala do Protocolo



Sala de Inf. Turísticas



Sala da Contabilidade

2. ALCATRUZ EM PEDRA CANALIZAÇÃO DE ÁGUA ENXOVIAS (INTERNA E EXTERNAMENTE)

Manter expostos e sem reboco os alcatruzes em pedra sabão que canalizavam água até o interior das enxovias e no pavimento superior na sala da presidência.



Sala do Protocolo (interno)



Sala de Inf. Turísticas (interno)



Sala da Contabilidade (interno)



Sala da Presidência



Sala do Protocolo (externo)



Sala de Inf. Turísticas (externo)



Sala da Contabilidade (externo)



Sala dos banheiros



3. MOVIMENTAÇÃO DO BOJO DA ENXOVIA DAS MULHERES 03

Para viabilizar a acessibilidade, se fez necessário a movimentação do bojo em pedra existente na sala de Informações Turísticas (antiga enxovia das mulheres). Tal intervenção foi aprovada nos pareceres emitidos sob os números de processo 3453353 e 3453909 no SEI.



Sala de Informações Turísticas

4. RODAPÉ EM ARGAMASSA DAS SALAS DA CONTABILIDADE E PROTOCOLO 04

Decidido em conjunto com o fiscal Carlos Antunes, pela execução do rodapé em argamassa para a passagem dos eletrodutos de infraestrutura dos projetos complementares evitando os recortes na alvenaria do tipo canjicado.



Sala da Contabilidade

5. RECUPERAÇÃO DO TAMANHO ORIGINAL DOS FOGÕES 05

A equipe multidisciplinar formada por arquitetos, restauradores e arqueólogos, propôs a restauração do fogão em sua dimensão original, na enxovia dos negros atual contabilidade.



Sala da Contabilidade

6. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DO FORRO DA SALA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

06

Remoção dos resquícios de repintura na cor branca, apresentação estética e aplicação de camada de proteção.



Sala de Inf. Turísticas



7. RESTAURAÇÃO DA ESTRUTURA DO AQUEDUTO 07

Durante a demolição da cinta de concreto existente, descobriu os resquícios dos níveis e métodos construtivos de um possível aqueduto na fachada posterior do monumento. Realizada a complementação de pequenas lajes de pedra do tipo quartzito nesse trecho.



Fachada
Posterior

8. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DAS SALAS INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E CONTABILIDADE

Arco abatido constituído em pedra, manter a alvenaria aparente sem a inserção de novo reboco.



Sala de Inf. Turísticas (frente)

Manter a parede do arco abatido sem reboco na área de perda e manter os trechos com argamassa original sem cobertura. Realização de limpeza, consolidação e aplicação de camada protetora.



Sala de Inf. Turísticas (fundos)

Manter aparente os trechos de alvenaria em canjicado e de reboco com argamassa original que apresentam sinais de picote. Remoção dos trechos com reboco posterior (de cimento) .

9. ALTERAÇÃO NA EXECUÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DA JANELA J06 EM PORTA 9

Com a remoção da grade, observou-se os danos nas ombreiras da j06. a intervenção proposta contava com o escoramento das ombreiras e a remoção integral das contra-vergas interna e externa. Tal execução traria riscos para a estrutura e as peças em cantaria originais. Após uma reunião com o canteiro Rinaldo Urzedo, optou-se por seccionar as contra-vergas mantendo um apoio sob as ombreiras. Como acamamento abaixo do corte, optou-se para deixar aparente o canjicado do interior das paredes. será aplicado água de cal cristalina para refixação da argamassa.

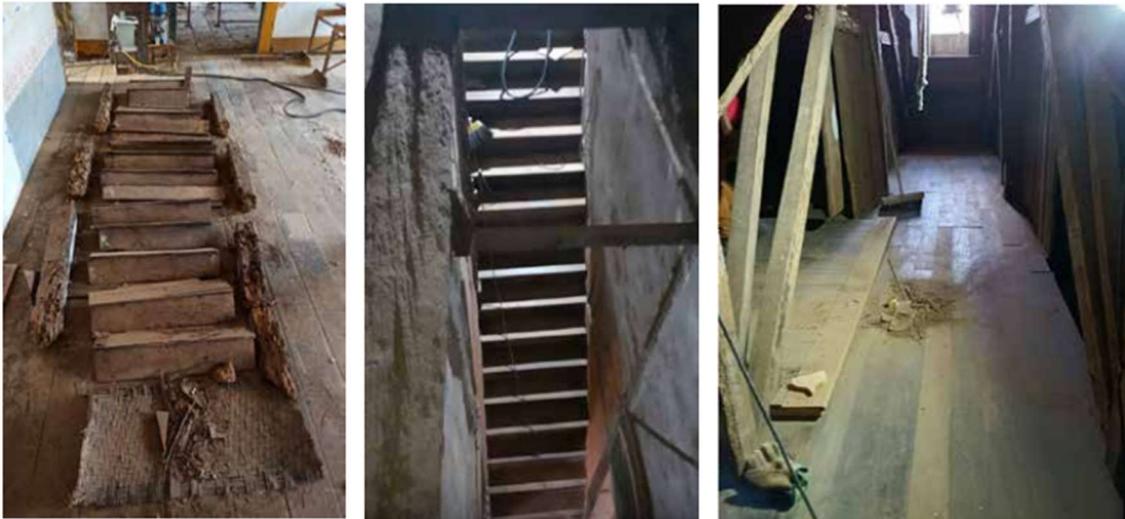


Execução da abertura do vão para porta 09 a partir da J06.



10. RESTAURAÇÃO DA ESCADARIA DE MADEIRA, REINSTALAÇÃO DO ASSOALHO DO CAMPANÁRIO E PLATAFORMA DE ÁUDIO E VÍDEO.

Com a reconstituição da escadaria de madeira que dá acesso ao campanário, foi possível reconstituir o antigo assoalho do campanário. Executou-se um assoalho e um forro sobre a entrada da escadaria.



Escadaria de acesso ao Campanário e Campanário

11. REMOÇÃO DO REBOCO SOBRE OS DUTOS DE PEDRA

Remoção do reboco dos dutos em pedra das chaminés das enxovias.



Sala Secretaria da
Presidência

Sala Assessoria Jurídica

Acesso aos novos
sanitários PCD



12. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DA LAREIRA

Apresentação estética da lareira da sala da presidência. Remoção do reboco interno e consolidação.



Sala da Presidência

13. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DOS FORROS RESTAURADOS

Apresentação estética na tonalidade com uma aguada de tinta na cor verde e aplicação de camada de proteção nos forros restaurados.



Forro da Sala de Reuniões



Forro do Plenário



14. ALÇAPÃO ORIGINAL DA “CELA DOS NEGROS” NO ASSOALHO DA SALA DO JURÍDICO.

Alçapão evidenciado instalando as tábuas do assoalho em direção contrária à paginação existente.



Sala Assessoria Jurídica

15. REESTRUTURAÇÃO DA ESTRUTURA DA PAREDE DE PAU-A-PIQUE

Estrutura refeita seguindo as medidas da original, porém com materialidade contemporânea. Barrear e rebocar a parede dos dois lados.



Escadaria de acesso ao Campanário e Campanário



16. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DAS COMUAS SUPERIORES

Evidenciar os locais das antigas comuvas superiores. Na sala de reuniões, mantendo o alçapão existente. Na sala da comunicação, assentamento do assoalho no sentido contrário da sala e acentuar as marcas de costura na parede de pedra. Na sala da presidência, assentamento do assoalho no sentido contrário e acentuar as marcas de costura na parede de pedra.



Sala de Reuniões



Sala da Presidência



Sala da Comunicação

17. PINTURAS PARIETAIS

A execução da obra de restauração acontece de forma multidisciplinar, unida com a arqueologia da arquitetura e as prospecções parietais, proporcionam estudos profundos sobre as intervenções anteriores. tais estudos revelaram que houve algumas mudanças arquitetônicas internas e externas, ao logo da ocupação do edifício. essas alterações se manifestam nas dimensões, ornamentação, fluxo, conforto e função do edifício. pode-se comprovar que a pintura em questão foi realizada no segundo momento de intervenção no edifício (entre 1830 à 1840), momento esse em que o prédio sofreu a maior intervenção de sua história. as salas na configuração original foram pensadas segundo funções sociais executadas pela coroa portuguesa. Com a mudança para o império, houve as mudanças nos códigos judiciário e penitenciário (oficialmente como consequência do primeiro reinado em 1822). Pode-se constatar diversas alterações, algumas delas como:

- Extinção das salas dos dois segredos e da casa do carcereiro, ambas se tornaram salas administrativas. - Subtração de lareira e chaminé superior, na atual sala da comunicação.
- Desativação dos fogões da enxovia nesse contexto, houve uma grande redescorção do espaço interno administrativo, o stencil com motivo floral e barrado cinza.



Tais motivos também foram encontrados no corredor das enxovias e na cela das mulheres (atual sala de informações turísticas), espaço que também houve mudança de função. A configuração atual de espaços internos encontra-se inalterada desde tal período, somente contando com pequenos aditivos e subtrações para atender o atual programa de necessidades. Como a pintura em questão se relaciona com a configuração atual e nessa sala é a única remanescente da materialidade original (forro e piso já são de intervenções anteriores), optou-se por recuperar a mesma. por esse exposto, a contratada sugere a preservação da pintura na sala da recepção, inclusive sua complementação até a esquadria p20 e rodaforno.



Sala Ex Presidentes



Recepção



Corredor das enxovias



Sala da Recepção (extender o barrado em toda a sala)



Sala da Recepção (manter expostas as prospecções do rodaforno)



Sala do Plenário



Sala de reuniões



18. GRAFISMOS

Manter expostos e protegidos com vidro temperado, os grafismos encontrados nas salas da presidência e da sec. da presidência.



Sala da Presidência e Sec.
da Presidência (Aplicação
de vidro de 8mm)



Arco da J01



Arco da J04 (finalizar a remoção de
repinturas)



Corredor das enxovias (Aplicação de vidro de 8mm)

19. APRESENTAÇÃO ESTÉTICA DA P01 19 MANTER A PORTA P01

Sem cobertura de pintura. Apresentar a esquadria com o resultado da remoção de tintas, somente com a aplicação de uma camada de proteção (verniz acetinado).



Porta P01 na fachada frontal



20. DEFINIÇÃO DAS CORES PARA A ALVENARIA EXTERNA

Aplicação de tinta mineral branca nas alvenarias externas e recuperação da cimalha real no seu tom original (cinza).



Pintura externa destacando a cimalha em cinza

21. RESTAURAÇÃO DOS CHAMINÉS

Remoção da estrutura de madeira existente e abertura dos vãos de ventilação. Foi executado um novo fechamento que garante a vedação completa das chaminés sem perder a identidade dos vãos laterais



Chaminés no Telhado



22. PAGINAÇÃO DAS ESQUADRIAS

Folhas e caixilhos das esquadrias pintados em vermelho utilizando a tinta Vermelho Terra acetinado da fabricante Coral cujo código é: 95RR 07/271.



Esquadrias com pintura em vermelho

23. FUNDAÇÃO CORRIDA EM PEDRA APARENTE

Para permitir uma melhor troca de umidade entre as paredes e o meio externo (fachadas: principal, posterior e lateral direita) manter a fundação corrida em pedra aparente sem aplicação de argamassa de reboco.



Barrados externos sem revestimento em argamassa



24. REMOÇÃO DE ATERRO SOBRE A PEDRA DE FUNDAÇÃO DAS PAREDES

É necessário fazer um corte no calçamento da fachada lateral esquerda para limitar a ação penetrante da água de chuva para dentro das paredes. Nas imagens abaixo, é possível observar a área sem aterro (sem patologias, à esquerda) e a área aterrada com patologias na pintura (à direita). Situação semelhante acontece na fachada principal. Onde grandes lajes de quartzito do passeio estão sobre a pedra de fundação. Abaixo dessas lajes existe terra que está em contato com o reboco, tal configuração permite a entrada de água para dentro das paredes. Aumentando a umidade dentro da edificação e causando patologias na pintura e desagregação da argamassa do canjicado. será necessária a relocação das lajes e a criação de um dreno superficial para escoamento da água da chuva.



Fachada lateral direita

25. RESTAURAÇÃO DO BARRADO, OMBREIRAS E ESCADARIA DA CAPELA

Remoção da camada de reboco de cimento no barrado da capela. Limpeza e consolidação do canjicado. restauração das ombreiras, possibilitando visualizar o detalhe da soleira da porta. Recolocação do primeiro degrau, encontrado no canteiro.



Escadaria da Capela



26. RESTAURAÇÃO DO FRONTÃO DA CAPELA

Restauração dos detalhes do frontão da capela com o uso de argamassa mineral.



Frontão da Capela

27. RESTAURAÇÃO E RECOLOCAÇÃO DO RETÁBULO NA CAPELA

Remoção do retábulo da sala da comunicação (onde funcionava como armário), restauração e recolocação do bem integrado no interior da capela.



Interior da Capela



28. DEMOLIÇÃO DO MURO AO LADO DA CAPELA

A demolição do muro em bloco de concreto, ficou decidido juntamente com a comissão dos vereadores e aprovada pelo fiscal da prefeitura



Demolição de muro ao lado da Capela

29. COMPLEMENTAÇÃO DO FRECHAL

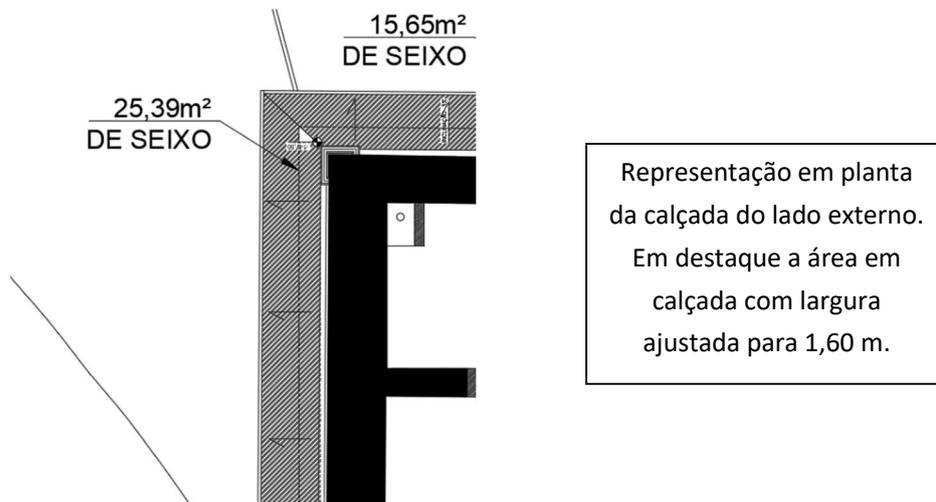
Complementação de argamassa no frechal do armazém.



Fachada do Armazém

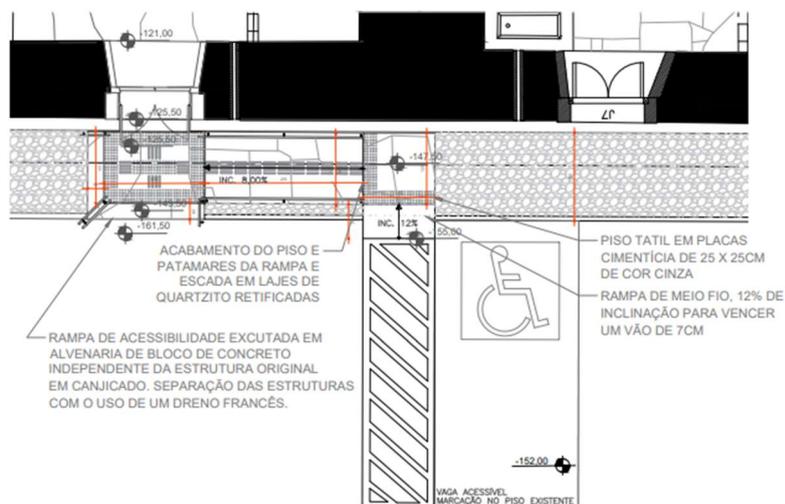
30. ALTERAÇÃO DA CALÇADA AO LADO DA FACHADA LATERAL ESQUERDA

Em complemento às ações de Remoção de aterro sobre pedra do embasamento na fachada lateral esquerda, se faz necessário o alargamento da calçada ao lado desta fachada alterando a sua largura que atualmente mede aproximadamente 1,00 m para a nova largura de 1,60 m. Dessa forma é possível executar a drenagem da água pluvial que corre sobre a superfície da rua.

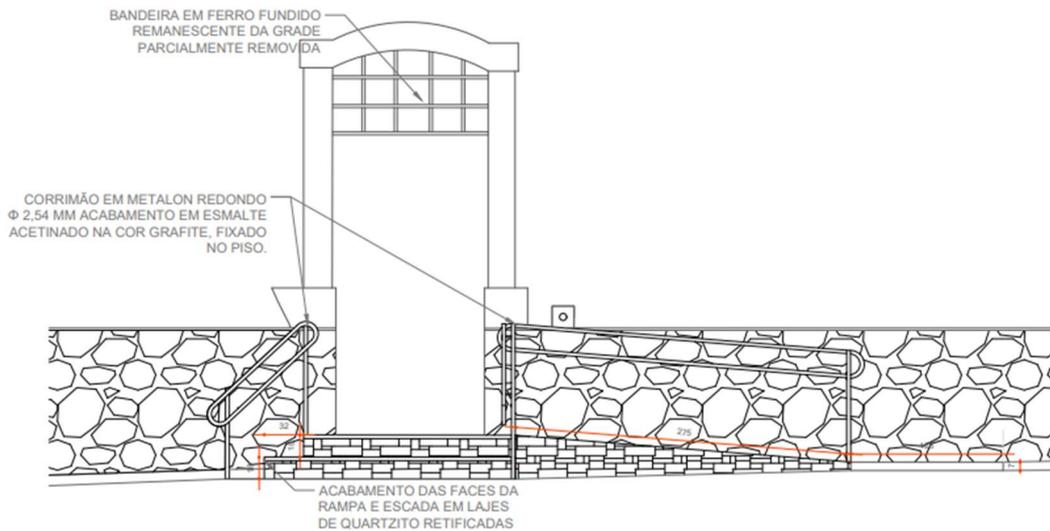


31. RAMPA DE ACESSIBILIDADE

Em conjunto com as outras intervenções visando promover o acesso da Pessoa com Deficiência ou mobilidade reduzida ao interior da edificação, se faz necessária a inserção de uma rampa autoportante a ser executada em alvenaria de blocos de concreto mantendo a distinção e independência da estrutura original em canjicado na fachada posterior. A separação das estruturas será demarcada por um dreno do tipo francês.



Detalhe da Planta da Rampa de acesso



Vista da fachada posterior com detalhe para a rampa

As observações aqui realizadas poderão ser complementadas a fim de dirimir quaisquer dúvidas que, porventura, possam surgir.

Sendo assim e sem mais para o momento.

Atenciosamente.

Mariana, 04 de maio de 2023.



Adriano Luis de Souza
Sócio proprietário da Empresa A3 Atelier de Arte Aplicada

ANEXO E - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ARQUEOLOGIA

EMPRESA: A3 ATELIER DE ARTE APLICADA CNPJ 04.560.208/0001-16

MONUMENTO: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA

LOCALIZAÇÃO: MARIANA - MG

1. PROPOSTA TÉCNICA:

1.1. Plano de Trabalho:

O presente plano de trabalho foi idealizado para atender à demanda apresentada pelo IPHAN no Termo de Referência apresentada no Parecer Técnico no 265/2020/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG intitulado “Termo de Referência: Programa de Pesquisa Arqueológica junto ao Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG, e Programa de Educação Patrimonial. Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.”

Na TR está destacada a necessidade de prever Monitoramento arqueológico juntamente com Prospecção e Salvamento Arqueológico, se necessário, em todas as atividades que envolvam intervenção em sub-superfície, destacando as seguintes tarefas:

Está destacado, ainda, que o acompanhamento deve ser realizado também na fase inicial das atividades:

Tarefa - Descrição	Atividade prevista
Prospecção de fechamento do canteiro de obras	Acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate

Além das etapas de campo envolvendo monitoramento e, se necessário, prospecção e resgate, o TR destaca a necessidade de se elaborar um “Programa de Educação Patrimonial” tendo como público alvo: “...i) colaboradores e coordenações da empresa responsável pela realização da obra de revitalização; ii) público escolar e docentes da Escola Estadual Doutor Gomes Freire; iii) comunidade de entorno ao local das obras, e, iv) servidores da Prefeitura Municipal de Mariana que estejam diretamente envolvidos na obra em voga”.

1.1.1. Acompanhamento Arqueológico

De acordo com a IN01/2015 em seu Art. 16 “o Acompanhamento Arqueológico, que consiste na presença, em campo, de Arqueólogo, que será responsável pela gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado durante a execução do empreendimento.”

Para o presente trabalho a Peruaçu Arqueologia disponibilizará um Arqueólogo Master como coordenador de campo que acompanhará durante todo o tempo obras realizadas pelos empreendedores que necessitarem de intervenções em subsolo. Haverá, também, um arqueólogo júnior que auxiliará a coordenação de campo. Além disso um Arqueólogo Pleno auxiliará nas questões burocráticas com os empreendedores e os órgãos públicos, atuando com Coordenador Geral do projeto.

Os produtos para esta etapa de trabalho são os seguintes:

Relatórios destinados ao IPHAN e ao Ministério Público conforme a demanda por acompanhamento Arqueológico.

Auxílio arqueológico durante as etapas de intervenções em subsolo.

É importante destacar que de acordo com a IN01/2015 em seu Art. 17 Parágrafo 2º o arqueólogo coordenado deverá proceder da seguinte forma em caso de achados arqueológicos:

“1- determinar a paralização da obra nos trecho ou áreas onde for identificados patrimônio arqueológico;

comunicar ao IPHAN a existência de patrimônio arqueológico na Área Diretamente Afetada – ADA do empreendimento, recomendando as medidas a serem adotadas; e aguardar deliberação e pronunciamento do IPHAN ao órgão ambiental licenciador e ao empreendedor, no prazo máximo de quinze dias, sobre as ações a serem executadas.”

1.1.2. Prospecção Arqueológica

A Prospecção pretende identificar e delimitar todas as estruturas arqueológicas presentes nas áreas que sofrerão intervenção pelas obras de restauração da Casa de Câmara e Cadeia para averiguar a existência de bens arqueológicos em subsuperfície, junto ao grau de preservação e disposição espacial. Será necessário lançar mão da prospecção arqueológica se houver identificação de estruturas arqueológicas nos trechos que sofrerem intervenções em subsuperfície. A prospecção dará subsídio para melhor compreensão das estruturas.

1.1.3. Resgate Arqueológico

A partir dos resultados das prospecção seguirá o resgate arqueológico nos casos em que a obra irá impactar uma sessão ou mesmo destruir a estrutura arqueológica. O resgate é feito através de escavações arqueológicas sistemáticas para evidenciar com segurança os vestígios arqueológicos. Segue-se a isso o registro criterioso das estruturas com levantamento fotográfico e elaboração de topografia e planta baixa. É importante nestas escavações manter um controle estratigráfico, permitindo a detecção das diferentes profundidades de deposição dos objetos, o que pode indicar diferença cronológica na história de vida da Casa de Câmara e Cadeia. Além disso as áreas escavadas são delimitadas por quadras de 1m². Está é uma forma de mapear a distribuição espacial da deposição dos objetos, procurando entender o uso dos diferentes espaços.

O material arqueológico proveniente das intervenções de subsuperfície será coletado, acondicionado em embalagens plásticas e identificado quanto à sua localização em três eixos dimensionais e em relação aos lugares específicos na paisagem local. O registro sistemático dos locais com bens arqueológicos será feito com a elaboração de croquis e plantas baixas, cortes longitudinais, localização em mapa topográfico e de satélite, descrição textual e preenchimento de fichas padrão IPHAN – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA.

Cabe destacar que as atividades de campo constituem apenas parte do trabalho arqueológico. Em continuidade aos trabalhos, o material arqueológico e os dados coletados em campo devem ser tratados em laboratório, através de limpeza específica, curadoria, inventário, análise e síntese, que serão posteriormente compilados no relatório final.

Por fim, será elaborado um relatório final das etapas de Acompanhamento, Prospecção e resgate, contendo as atividades realizadas, junto à avaliação dos possíveis impactos do empreendimento sobre o patrimônio Arqueológico.

1.1.4. Programa de Educação Patrimonial

A realização do Programa de Educação Patrimonial é exigida pela portaria IPHAN 230/2002, e mais tarde pela Instrução Normativa 01 IPHAN 2015. Antes disso, através da Portaria IPHAN 007/1988, ainda em vigor, já eram exigidos uma “(...) proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional”, bem como “indicação dos meios de divulgação dos resultados”.

Mais recentemente, a portaria IPHAN 137/2016 institui marcos referenciais para a educação patrimonial, esta é entendida como uma prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio. Os processos educativos que fazem parte do Programa devem ser inclusivos e construídos de forma coletiva e dialógica, garantindo, também, a participação dos diferentes públicos envolvidos. O planejamento da educação patrimonial durante o resgate arqueológico dá continuidade às ações realizadas anteriormente nas etapas de Diagnóstico e Prospecção, como por exemplo a definição dos públicos alvo, o contato prévio com estes, reuniões, palestras e oficinas acerca do trabalho do arqueólogo e do patrimônio da região em foco. Na última etapa, de resgate, são incluídos nas ações os resultados das pesquisas realizadas e definidos produtos e ações para a divulgação destes.

1.1.5. Elaboração do Projeto de Pesquisa Arqueológico

Conforme preconiza a Portaria SPHAN 07/1988, qualquer pesquisa arqueológica que implique intervenções no subsolo deverá ser precedida da Portaria de Autorização do IPHAN, publicada no Diário Oficial da União (DOU). Após a análise e a aprovação do projeto pelo IPHAN, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) publicará a Portaria no Diário Oficial da União (DOU), autorizando o arqueólogo coordenador a realizar as atividades de pesquisa em campo. Ressalta-se que, **somente após a publicação da Portaria**, as atividades de monitoramento das obras poderão ter início. Para a elaboração do projeto serão seguidas as orientações da Portaria IPHAN No. 07/88.

Os documentos necessários à composição do Projeto são os seguintes:

- Carta de endosso de Instituição de Guarda e Pesquisa (Reserva Técnica) para a guarda e conservação do material arqueológico que por ventura seja identificado em campo e exumado;
- Cópia do RG e CV do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo e da equipe tecnicamente habilitada;
- Declarações de Coordenação e Participação dos profissionais elencados para compor a equipe técnica do Projeto;
- Atos Constitutivos do Empreendedor ou comprovante de inscrição no CNPJ;
- Carta de Endosso Financeiro ao Projeto pelo Empreendedor;

Arqueologia (CNA) publicará a Portaria no Diário Oficial da União (DOU), autorizando o arqueólogo coordenador a realizar as atividades de pesquisa em campo. Ressalta-se que, **somente após a publicação da Portaria**, as atividades de escavação e monitoramento das obras poderão ter início. Para a elaboração do projeto serão seguidas as orientações da Portaria IPHAN No. 07/88.

Os documentos necessários à composição do Projeto são os seguintes:

- Carta de endosso de Instituição de Guarda e Pesquisa (Reserva Técnica) para a guarda e conservação do material arqueológico que por ventura seja identificado em campo e exumado;
- Cópia do RG e CV do Arqueólogo Coordenador, do Arqueólogo Coordenador de Campo e da equipe tecnicamente habilitada;
- Declarações de Coordenação e Participação dos profissionais elencados para compor a equipe técnica do Projeto;
- Atos Constitutivos do Empreendedor ou comprovante de inscrição no CNPJ;
- Carta de Endosso Financeiro ao Projeto pelo Empreendedor;
- Versões digitais dos mapas/plantas.

1.1.6. Atividades de Educação Patrimonial

Realização de ações de Educação Patrimonial, como a realização de palestras e atividades educativas, visando o esclarecimento e instrução dos funcionários quanto aos procedimentos que deverão ser observados/adotados durante a pesquisa arqueológica na praça. Além disso, está previsto no presente orçamento a realização de reuniões e outras atividades com os públicos destacados no TR.

1.1.7. Pesquisa histórica em fontes primárias

A pesquisa histórica acerca da Praça da Sé deverá focar as sucessivas ocupações ao longo do tempo, identificando seus usuários e as funções desempenhadas pelo local ao longo do tempo. A pesquisa documental deverá ser conjugada à pesquisa arqueológica, de modo que ambas se complementem e permitam compreender, de forma integrada, o uso do espaço, a vida cotidiana e os modos de viver dos agentes históricos que ali se estabeleceram.

1.1.8. Curadoria

Conforme diretrizes contidas na Portaria SPHAN 07/1988 e Portaria IPHAN n.º 196/2015, os materiais arqueológicos coletados durante os trabalhos de campo (acompanhamento com possíveis prospecções e resgates) deverão ser obrigatoriamente submetidos às atividades de laboratório. Os procedimentos de curadoria implicam na triagem, higienização, identificação, descrição, registro e inventário das peças exumadas em campo. Ao final destes procedimentos, todo o acervo deverá ser encaminhado à Instituição de Guarda responsável pelo seu depósito definitivo.

Como não é possível estimar o volume de peças que serão identificadas durante as intervenções arqueológicas, será previsto nesse orçamento um valor unitário para cada peça exumada nas atividades de campo. Neste valor estará incluso todos os custos com laboratório, pessoal contratado para triagem e curadoria, especialistas contratados para a análise de cada categoria de vestígio arqueológico, equipamento utilizado na análise e no acondicionamento dos artefatos e, também, os impostos sobre as atividades.

Ressalta-se que não há neste momento, definição de instituição de guarda nem uma definição de ações caso se localizem vestígios arqueológicos. Todas as negociações financeiras com a instituição de guarda **cabem ao contratante**.

1.1.9. Elaboração do Relatório Final

Após os trabalhos de monitoramento das obras deverá ser consolidado o Relatório Final do Projeto, em cujo escopo deverá conter:

1. Os 13 pontos listados no Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração (NAJJAR e DUARTE, IPHAN, 2002: 36) como documentos necessários ao final da pesquisa, e demais parâmetros legais;
2. Descrição pormenorizada das atividades realizadas durante o trabalho de campo e das estratigrafias do sítio;

3. Documentário fotográfico dos seguintes elementos: da realização dos trabalhos; das quadras escavadas e de todos os perfis; do material arqueológico escavado. Essas fotografias deverão referenciar as quadras e níveis e estar em boa qualidade;
4. Planta georreferenciada das áreas escavadas, plotando estruturas arqueológicas, caso haja;
5. Croquis de estruturas e demais vestígios nas quadras e nos níveis arqueológicos, em formato impresso e digital;
6. Croquis de perfis, indicando níveis e quadras, em formato impresso e digital;
7. Descrição sumária, fotos/desenhos análise e discussão da relevância científica dos vestígios identificados;
8. Inventário completo dos vestígios recolhidos, incluindo documentários gráficos e fotográficos em quantidade suficiente para a identificação dos mesmos, bem como comprovante de recebimento do material emitido pela instituição de guarda;
9. Resultados da análise e interpretação dos bens arqueológicos resgatados;
10. Pesquisa histórica documental específica da casa, visando determinar o histórico de proprietários e das funções que a edificação desempenhou ao longo da sua existência;
11. Incorporar os resultados da pesquisa histórico-documental primária, visando correlacionar períodos de ocupação, estratos arqueológicos e vestígios móveis exumados, tal como discutir as estruturas específicas e sua função;
12. Relato das atividades de educação patrimonial executadas;
13. Assinatura do Arqueólogo Coordenador no relatório impresso, responsabilizando-se pelo seu conteúdo; Versão digital do Relatório, das fotos dos trabalhos e dos vestígios exumados (em boa resolução) e das planilhas (em formato *.xrl*);
14. Planta da área *escavada* e das estruturas arqueológicas encontradas em formato *dwg* e *pdf*.

2. Equipe Técnica:

A equipe técnica prevista para conceber e executar o **Projeto de Prospecção e Monitoramento Arqueológico junto à Restauração da Casa de Câmara e Cadeia, Mariana/MG** será composta pelos seguintes profissionais:

EQUIPE TÉCNICA	
Profissional	Atividade
1 Arqueólogo Coordenador Geral	Elaboração de projeto; Trabalho de Campo; Consolidação do Relatório Final
1 Arqueólogo Coordenador de Campo	Trabalho de Campo; Atividades de Laboratório; Consolidação de dados; Atividades de Educação Patrimonial.
Arqueólogo Júnior	Trabalho de campo; Atividades de Laboratório; Atividades de Educação Patrimonial

Estagiários	Auxílio na curadoria do material arqueológico móvel
Arqueólogos Especialistas	Para análise dos diferentes materiais arqueológico que por ventura venham a aparecer durante a etapa de acompanhamento

3. Cronograma de Execução

A tabela a seguir apresenta o cronograma de atividades para a execução dos serviços, conforme o disposto no item 2.1 - Plano de Trabalho.

Cabe destacar que **os trabalhos de campo só poderão ser realizados após a publicação no Diário Oficial da União da Portaria de Autorização emitida pelo IPHAN**. O prazo estimado para a liberação da autorização, conforme IN 01/2015 é de 30 dias. Portanto, caso a Portaria seja publicada antes ou depois do referido prazo, o cronograma das atividades deverá ser ajustado.

Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Assinatura do contrato	X							
Elaboração do Projeto e Protocolo no IPHAN	X							
Pesquisa histórica em fontes primárias		X	X					
Atividades de Educação Patrimonial	X	X	X	X				
Trabalhos de campo (acompanhamento)		X	X	X	X			
Trabalho de campo (prospecção e resgate)		X	X	X	X			
Curadoria e análise (pode ampliar dependendo da quantidade de material que apareça)					X	X	X	
Consolidação do Relatório Final						X	X	X
Protocolo do Relatório Final no IPHAN-MG								X

4. Infraestrutura / Logística

A realização dos trabalhos de campo envolve o uso de ferramentas adequadas para as escavações, além de equipamentos de localização, de captura de imagens e de precisão. Alimentação e Transporte dos profissionais em campo são indispensáveis para a execução das atividades previstas, assim como o uso de EPIs e o auxílio de operários. Na tabela a seguir, estão discriminados os itens necessários para a execução dos trabalhos de campo e de consolidação de dados.

LOGÍSTICA / INFRAESTRUTURA

Itens	Especificações	Custos
Equipamentos usados em campo	GPS; máquina fotográfica, bússolas, notebook, trenas, etc.	Previstos no valor da proposta
Alimentação da equipe	2 refeições, café da manhã, lanche e água	Previstos no valor da proposta
Hospedagem da equipe em Mariana	Hospedagem em Hotel local	Previstos no valor da proposta
Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)	Óculos, luvas, botas de segurança, capacete	Previstos no valor da proposta
Material de consumo usado em campo e em escritório	Itens diversos de papelaria e ferramentas leves	Previstos no valor da proposta
Deslocamento Belo Horizonte-Mariana	Veículos, combustível, seguro	Previstos no valor da proposta
Laboratório	Remuneração Equipe Técnica e material de consumo	Previstos em separado, com valor referente a cada peça nesta proposta
	Espaço físico para a realização da atividade	Previstos em separado, com valor referente a cada
		peça nesta proposta
Endosso Institucional e Financeiro	Cf. Portaria SPHAN 07/1988	Não previsto (Ver Item 2.5)
Material para acondicionamento e guarda	Caixas, sacos plásticos de tamanhos variados, etc.	Previstos no valor da Proposta

- Após o andamento dos trabalhos, caso o quantitativo do material para acondicionamento e guarda seja inferior ou superior ao calculado, o contrato deverá ser readequado.

5. Endosso Institucional

De acordo com as determinações da Portaria SPHAN 007/1988, que tratam dos requisitos necessários à solicitação e à obtenção de autorização para a pesquisa arqueológica, é obrigatória a apresentação da prova de idoneidade financeira do projeto de pesquisa, como também da declaração de endosso da instituição científica que apoiará o projeto. Conforme o Artigo 5º, parágrafo 1º, os projetos de pesquisa arqueológica que não apresentarem garantia quanto à sua execução e quanto à guarda do material resgatado serão liminarmente rejeitados e, dessa forma, não poderão ser executados.

Ressalta-se que cabe ao empreendedor a negociação do endosso com a instituição de guarda.

ANEXO F - PARECERES TÉCNICOS



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Coordenação Técnica do IPHAN-MG

PARECER TÉCNICO nº 265/2020/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG

ASSUNTO: Termo de Referência: Programa de Pesquisa Arqueológica junto ao Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG, e Programa de Educação Patrimonial. Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIA: Proc. 01514.001193/2016-64

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2020.

I. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência atende ao DESPACHO Nº 1640/2020 COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG (SEI 2222042), que responde ao DESPACHO Nº 2/2020 ETM-MG/IPHAN-MG (SEI 2204248). Trata-se de solicitação de manifestação da Divisão Técnica – Patrimônio Arqueológico sobre o “Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia” (PAC CH 172 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia, em Mariana/MG, P.A. IPHAN nº 01514.001193/2016-64).

Para tanto, consideramos os respectivos “Projeto de Restauração” (SEI 1146491, fls. 3-90) e “Contrato de Prestação de Serviços” (SEI 1992217), bem como consulta aos projetos hidráulico, pluvial e sanitário e respectivas plantas.

Cabe destacar que a necessidade do projeto de arqueologia foi prevista no “Projeto de Restauração” (SEI 1146491, fls. 54) e “Contrato de Prestação de Serviços”, item 5.13 (SEI 1992217 fls.13).

II. TERMO DE REFERÊNCIA

II.1 - DOS LOCAIS E ATIVIDADES

Observando o documento “Contrato de Prestação de Serviços” (SEI 1992217), as ações direcionadas as pesquisas arqueológicas serão estabelecidas em correspondência a cada “Item” da planilha orçamentária sintética e respectivas características – considerando atividades de natureza superficial e subsuperficial.

Indicamos inicialmente para que haja previsão de Monitoramento Arqueológico [1] em todas as atividades desenvolvidas na obra de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG – entre os itens 3.1. e 11.4. O Quadro a seguir traz de forma reduzida as Tarefas e atividades correspondentes:

Tarefa	Descrição	Atividades prevista

3.1	Edificação Principal – Antiga Sede da Câmara e Cadeia: Cobertura	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento, ii) remoção do piso em tábuas, iii) demolição do piso de pedra
3.2.1	Capela - Cobertura	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
3.3.1/3.3.2	Anexo: remoção de telha inclusive estocagem, com reaproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
4.1.4.2/4.1.4.3	Projetos elétrico e hidráulico	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
5.1.2.2/8.1.8	Entalhamento com aproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
5.3.2.1	Demolição manual de alvenarias sem aproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
5.3.3	Pisos	
5.7.1	Sanitários: intervenções subsuperficiais no projeto hidráulico/esgotamento	
5.8	Acessibilidade: fosso do elevador	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
5.9/5.9.1:	Subsolo: escavação manual para abertura de cava de fundação e entorno, exclusivo esgotamento e escoramento	
8.4.2.1	Armazém: pisos: substituição por piso de quartzito	i) acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
9.4	recuperação dos calçamentos	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
9.6.1.3	Chafarizes de bacia: substituição de piso externo	i) acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
9.8	Paisagismo	
10.2.1	Instalações elétricas e afins: infraestrutura: na previsão de intervenções subsuperficiais	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
10.3	Telecomunicações: infraestrutura	i) acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate

10.4	Segurança eletrônica: infraestrutura	i) acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
11.2	Instalações Hidráulicas e afins: Hidráulica	
11.2.3.1/ 11.2.3.2	Caixas d'água, se reservatórios subterrâneos	i) acompanhamento arqueológico, e, se necessário prospecção e resgate
11.2.4.3/ 11.3.3.3	Escavação manual de vala média	
11.2.4.7	Caixa de passagem em alvenaria	
11.4	Instalações pluviais	

Em adendo, observamos que a proposta de cercamento apresentada no documento “Proposta de fechamento do canteiro de obras” (SEI 2182856) prevê a realização de intervenções subsuperficiais de 60cm para a instalação de tapumes. Desta forma, tal tarefa também deverá ser incorporada ao projeto de arqueologia, com indicação de acompanhamento arqueológico:

Tarefa - descrição	Atividades prevista
Proposta de fechamento do canteiro de obras	i) acompanhamento arqueológico, e, se necessário prospecção e resgate

II.2 - DOS PRODUTOS E ESPECIFICIDADES

A partir do estabelecimento das Tarefas e atividades correspondentes que deverão ser desenvolvidas - conforme item II.1 - faz-se necessário o encaminhamento ao IPHAN/MG dos seguintes produtos:

1. Projeto do Programa de Pesquisa Arqueológica e documentação correlata, conforme estabelece Art.5º da Portaria SPHAN nº 07/88;
2. Programa de Educação Patrimonial;
3. Cronograma das obras relacionado às áreas estabelecidas;
4. Relatório do Programa de Pesquisa Arqueológica; e,
5. Relatório do Programa de Educação Patrimonial.

Estabelece-se por meio deste Parecer Técnico que o projeto do Programa de Pesquisa Arqueológica junto ao Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG deverá apresentar metodologias de pesquisa correspondentes as etapas de Monitoramento Arqueológico, Prospecção Arqueológica e Salvamento e Resgate Arqueológico.

Tal posicionamento técnico objetiva, principalmente, dar celeridade aos procedimentos relacionados às pesquisas arqueológicas na obra em tela bem como, garantir a realização dos métodos adequados à preservação do bem arqueológico local, conforme revelado.

Considerando-se a natureza das atividades a serem desenvolvidas na realização das “Tarefas” (Monitoramento Arqueológico e Prospecção Arqueológica) e possíveis desdobramentos - na constatação de vestígios arqueológicos que conformem um sítio arqueológico, segundo projeto a ser apresentado, ou

ainda, locais onde se observe a necessidade de investigação subsuperficial detalhada para avaliação da área - orienta este Termo de Referência:

- 1 - Paralisação imediata das obras na referida área;
- 2 - Encaminhar informação ao IPHAN/MG; e,
- 3 - Alinhamento junto ao órgão relacionado a natureza da atividade e respectivo cronograma de realização.

O Programa de Pesquisa Arqueológica deverá monitorar e investigar exaustivamente todas as áreas que receberão intervenções durante o Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG.

O projeto do Programa de Pesquisas Arqueológicas deverá prever atividades de análise e conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da realização do projeto, conforme estabelece Portaria IPHAN 196/2016.

O Programa de Educação Patrimonial deverá estabelecer como público alvo: i) colaboradores e coordenações da empresa responsável pela realização da obra de revitalização; ii) público escolar e docentes da Escola Estadual Doutor Gomes Freire; iii) comunidade de entorno ao local das obras, e, iv) servidores da Prefeitura Municipal de Mariana e que estejam diretamente envolvidos na obra em voga.

Direcionado às ações a serem realizadas junto ao o público escolar e docente da Escola Estadual Doutor Gomes Freire e comunidade de entorno, o Programa de Educação Patrimonial deverá necessariamente prever a aplicação dos Inventários Participativos (http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf)

Os relatórios a serem encaminhados deverão apresentar todas as atividades, ações e respectivos detalhamentos significativos à pesquisa e ao cumprimento do estabelecido no presente Termo de Referência.

Apontamos que o início das atividades do Projeto de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana/MG relaciona-se diretamente a presença da equipa de arqueologia em campo e, desta forma, nenhuma atividade deverá ser realizada até que a Portaria autorizativa de pesquisa seja publicada no D.O.U., conforme análise e provação dos projetos a serem encaminhados ao IPHAN/MG, nos moldes estabelecidos pelo presente Termo.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer informações necessárias.

Respeitosamente,

Daniel Cruz

Arqueólogo - Técnico 1 Área II

Matrícula SIAPE 3129160

(Superintendência do IPHAN em Minas Gerais – SE/IPHAN-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gabriel da Cruz, Arqueólogo**, em 19/10/2020, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2247625** e o código CRC **E3B12E7B**.

Referência: Processo nº 01514.001193/2016-64

SEI nº 2247625



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Coordenação Técnica do IPHAN-MG

PARECER TÉCNICO nº 481/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG

ASSUNTO: Análise do Relatório Arqueológico de Visita Técnica e Atualização do Escopo do Projeto de Arqueologia - Obras de Restauração na Casa de Câmara e Cadeira - Município de Mariana/MG.

REFERÊNCIA: Proc. 01514.001193/2016-64

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2021.

I. INTRODUÇÃO

O presente parecer responde ao DESPACHO Nº 2780/2021 COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG (SEI nº 3132004), que encaminha para análise e manifestação técnica o documento Relatório Técnico Serviços e Prospecções Arqueológicas Atual (SEI nº 2843842), apresentado ao IPHAN/MG pela Prefeitura Municipal de Mariana, por meio do Ofício PAC 052/2020 - Encaminha Relatório Atualizado (SEI nº 2843834).

II. HISTÓRICO

O histórico referente às manifestações acerca do Patrimônio Arqueológico pode ser consultado no Parecer - Projeto de Avaliação de Impacto Arqueol 39 (SEI nº 2619784).

24/11/2020 - E-mail A3 Restauros (SEI nº 2325679) que protocola o Projeto e demais documentos correlatos junto ao IPHAN/MG;

14/04/2021 - Ofício 1247 (SEI nº 2608053), que encaminha o projeto e documentos correlatos para análise e manifestação técnica;

22/04/2021 - Parecer - Projeto de Avaliação de Impacto Arqueol 39 (SEI nº 2619784) que analisa o Projeto e encaminha o extrato da portaria autorizativa;

22/04/2021 - Ofício 1349 (SEI nº 2622384) que encaminha manifestação técnica ao Gabinete;

22/04/2021 - Ofício 1184 (SEI nº 2622560) que encaminha o processo ao CNA para publicação da Portaria Autorizativa;

27/04/2021 - Despacho 139 (SEI nº 2628135), que encaminha a publicação da Portaria no DOU;

28/04/2021 - Portaria _Nº 30 de 28 de Abril de 2021 (SEI nº 2633665) que autoriza os trabalhos de arqueologia, publica no DOU;

11/05/2021 - Ofício 1322 (SEI nº 2662769) que informa da publicação da portaria no DOU e encaminha o Despacho nº 139/2021 ATEC-CNA/CNA/DEPAM (SEI nº 2628135);

26/07/2021 - Ofício PAC CH 050/2021- Encaminha Relatório (SEI nº 2839025) que apresenta o Relatório Arqueológico de Visita Técnica...(SEI nº 2839042) ao IPHAN/MG;

26/07/2021 - Ofício 221 (SEI nº 2839351) que encaminha o Ofício PAC CH 050/2021- Encaminha Relatório (SEI nº 2839025) à COTEC-IPHAN/MG;

17/09/2021 - Ofício - Troca de Coordenador de Campo de Arqueologia (SEI nº 2970570) que apresenta o Documento - Documentação Anaeli (SEI nº 2970575) dos interessados, ao IPHAN/MG e solicita alteração na equipe técnica;

01/12/2021 - Despacho 2780 (SEI nº 3132004) que encaminha o Relatório Arqueológico de Visita Técnica...(SEI nº 2839042) à área técnica de arqueologia do IPHAN/MG para análise e manifestação

III. ANÁLISE

O Relatório Técnico Serviços e Prospecções Arqueológicas (SEI nº 2839042) foi protocolado pela empresa responsável pela execução do projeto de restauração em pauta, A3 ATELIER DE ARTE APLICADA LTDA - ME, sob responsabilidade técnica da equipe de arqueologia consultora, PERUAÇU ARQUEOLOGIA LTDA., sob coordenação geral da arqueóloga Dra. Clarisse Callegari Jacques.

O Ofício encaminhado pelos interessados informa que o relato de visita técnica tem como objetivo o pleito da atualização das atividades de arqueologia previstas do Termo de Referência emitido ao projeto de arqueologia da obra em pauta, considerando a situação do Projeto de Arquitetura e o andamento da obra. Informa ainda que até o momento não foi firmado contrato junto à empresa que realizará o projeto de arqueologia. Encaminha em anexo os seguintes documentos:

- *RELATÓRIO TÉCNICO DE VISITA TÉCNICA E ATUALIZAÇÃO DO ESCOPO DO PROJETO DE ARQUEOLOGIA - Elaboração Peruaçu Arqueologia – Arqueóloga Dra. Clarisse Callegari Jacques*
- *PRANCHAS DO PROJETO ARQUITETÔNICO ATUALIZADO PELA CONTRATADA;*
- *PRANCHAS COM A IDENTIFICAÇÃO DAS SALAS.*

O Relatório Arqueológico de Visita Técnica e Atualização do Escopo do Projeto de Arqueologia foi apresentado pela arqueóloga coordenadora do projeto, Dra. Clarisse Callegari Jacques.

Inicialmente são informados os objetivos principais do documento apresentado: relato do andamento das obras de restauro na Casa de Câmara e Cadeia; e atualização do escopo de trabalho de acompanhamento arqueológico previsto no Programa de Pesquisa Arqueológica. Informa ainda que a equipe de arqueologia não esteve em campo até aquele momento, devido à ausência de contrato firmado para a realização dos serviços.

As atividades das obras de restauro foram iniciadas tendo em vista a necessidade do cumprimento de obrigações contratuais do cronograma. Com a obra em andamento, foi percebida a necessidade da atualização do escopo das atividades de acompanhamento previstas no projeto. Então foi solicitada pela equipe consultora, uma vistoria técnica em campo. A proposta de alteração do escopo levou em consideração duas informações principais: o projeto de arquitetura foi atualizado e houve uma reforma na edificação da Casa de Câmara e Cadeia na década de 1980.

A atualização do escopo das atividades foi apresentada no Capítulo 2 do documento. Foi destacado inicialmente que não foram realizadas intervenções em subsuperfície na externa da edificação. Na sequência, é destacada a realização de diversas reformas e manutenções no imóvel, em diversos períodos temporais, com destaque principalmente à uma reforma ocorrida na década de 1980, sobre a qual não se localizou até o momento, maiores informações, mas que é de conhecimento geral. As fotos apresentadas junto à descrição das atividades são bastante ilustrativas, principalmente quanto à cobertura, forros e edificação recente. A Tabela 1 (pg. 6) detalha a revisão dos itens do quadro apresentado no Termo de Referência arqueológico emitido à obra. Abaixo, destacamos em negrito os apontamentos sobre cada um dos itens.

Tarefa	Descrição	Atividades prevista
3.1	Edificação Principal – Antiga Sede da Câmara e Cadeia: Cobertura	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento, ii) remoção do piso em tábuas, iii) demolição do piso de pedra
	Em reforma realizada na década de 1980, foi feita manutenção e limpeza do piso em tábuas, troca de telhas e manutenção do telhado. O piso de pedra previsto para demolição refere-se à piso insta	
3.2.1	Capela - Cobertura	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
	As telhas são novas. Foram trocadas e feito manutenção na década de 1980.	
3.3.1/3.3.2	Anexo: remoção de telha inclusive estocagem, com reaproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
	As telhas são novas. Foram trocadas e feito manutenção na década de 1980.	
4.1.4.2/4.1.4.3	Projetos elétrico e hidráulico	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
	O projeto elétrico não envolve intervenção em subsolo. Será feita manutenção na parte elétrica das paredes da edificação. Está previsto acompanhamento arqueológico caso o projeto hidráulico envolva intervenção em subsuperfície na área externa	
5.1.2.2/8.1.8	Entalhamento com aproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
	Não está previsto no projeto atualizado	
5.3.2.1	Demolição manual de alvenarias sem aproveitamento	Acompanhamento: i) orientação no descarte e sobre o reaproveitamento
	A demolição refere-se a anexos construídos na década de 1980. O planejamento de manter abertas as alvenarias originais está em processo de aprovação. Foi demolida estrutura recente construída na lateral.	
5.3.3	Pisos	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
	Já executado. Em reforma realizada na década de 1980, foi feita manutenção e limpeza do piso em tábuas	
5.7.1	Sanitários: intervenções subsuperficiais no projeto hidráulico/esgotamento	
	Não está previsto intervenções subsuperficiais no projeto atualizado	
5.8	Acessibilidade: fosso do elevador	
	Está previsto acompanhamento arqueológico. O elevador será	

	no interior da edificação.	
5.9/5.9.1:	Subsolo: escavação manual para abertura de cava de fundação e entorno, exclusivo esgotamento e escoramento	
	Não está previsto no projeto atualizado	
8.4.2.1	Armazém: pisos: substituição por piso de quartzito	i) acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
	Não está previsto intervenção em subsolo. Será retirado revestimento cerâmico sem afetar o contrapiso.	
9.4	recuperação dos calçamentos	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
9.6.1.3	Chafarizes de bacia: substituição de piso externo	i) acompanhamento arqueológico na previsão de nivelamento e/ou qualquer intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
9.8	Paisagismo	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
10.2.1	Instalações elétricas e afins: infraestrutura: na previsão de intervenções subsuperficiais	i) acompanhamento arqueológico e, se necessário, prospecção e resgate
10.3	Telecomunicações: infraestrutura	i) acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
	Está previsto acompanhamento arqueológico no caso de intervenções subsuperficiais para instalações de telecomunicações	
10.4	Segurança eletrônica: infraestrutura	i) acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
	Não haverá intervenção em subsolo para a infraestrutura de segurança eletrônica. A mesma será feita nas paredes	
11.2	Instalações Hidráulicas e afins: Hidráulica	i) acompanhamento arqueológico na previsão de intervenção subsuperficial e, se necessário prospecção e resgate
	Será mantido encanamento atual. No caso de escavações em subsolo está previsto acompanhamento arqueológico	
11.2.3.1/ 11.2.3.2	Caixas d'água, se reservatórios subterrâneos	i) acompanhamento arqueológico, e, se necessário prospecção e resgate
	Não está previsto no projeto atualizado.	
11.2.4.3/ 11.3.3.3	Escavação manual de vala média	i) acompanhamento arqueológico, e, se necessário prospecção e resgate
	Está previsto acompanhamento arqueológico.	

11.2.4.7	Caixa de passagem em alvenaria	
	Não está previsto escavação em subsolo, a caixa será somente trocada	
11.4	Instalações pluviais	
	Está previsto acompanhamento arqueológico	

Tarefa - descrição	Atividades prevista
Proposta de fechamento do canteiro de obras	i) acompanhamento arqueológico, e, se necessário prospecção e resgate
Foi protocolada e aprovada nova proposta para fechamento do canteiro de obras (SEI 2556358)	

Sequencialmente, o documento relata as ações já realizadas, divididas em 04 tópicos:

2.1. Coberturas e pisos - quanto aos forros e telhas, a edificação apresenta atualmente telha nova e forro recente de madeira pintado, inclusive com instalação de luminárias tipo “spot” recentes (Figuras 1 a 4). Consta ainda encanamento recente no piso do segundo andar. As telhas da edificação principal, da Capela, e Armazém, incluindo o forro, também são recentes (Figura 6). Quanto aos pisos dos Anexos, o do Armazém será removido superficialmente, sem alteração no contrapiso, e por isso solicita dispensa da necessidade do acompanhamento arqueológico. O piso da Capela não será alterado. Quanto aos pisos de tábuas da edificação principal, do segundo piso, a substituição e manutenção das tábuas está sendo pontual, sendo que em dois cômodos não será necessária esta substituição. Haverá monitoramento específico em alguns cômodos, se necessária a troca de barrotes e tábuas do piso localizadas nas extremidades do cômodo, onde possa haver vestígios arqueológicos depositados. Foi destacado ainda a existência de três lareiras antigas, uma em cada cômodo da porção posterior do segundo piso da edificação, sendo que uma estava tampada, conformando parede, e outras duas revestidas com cimento. Foi recomendado o registro das estruturas e correlação com informações históricas.

2.2. Piso do Primeiro Pavimento - retirada do piso de madeira e remoção do piso de pedras recente posicionado acima de um aterro, igualmente removido, para evidenciação de piso de pedras antigo. Foi detalhada a situação do piso recente na parte posterior da edificação, construído sobre aterro realizado sobre o piso de pedras original. Tal situação também remete à reforma ocorrida na década de 1980. Na sala Contabilidade Frente, foi observado que parte do piso de pedras original havia sido removido anteriormente (Figura 11). Nenhuma intervenção ou limpeza foi realizada durante as obras de restauro na terra exposta. Foi identificado, também, um antigo sistema de esgoto proveniente dos banheiros e das pias, identificado em registros históricos consultados. Estas estruturas haviam sido revestidas com cimento que está sendo cuidadosamente removido. Constam fotos das lareiras, estruturas de cozinha, estrutura de canalização e local do banheiro, com assento.

2.3. Demolição de estruturas recentes - Foi demolido, de acordo com o projeto, a construção anexa ao Armazém. Tratava-se de uma construção recente em área restrita sem realização de intervenções em subsolo (Figura 20).

2.4. Fechamento do Canteiro de Obras - foi realizado fechamento do canteiro por meio de “...instalações de pilares em madeira autoportantes, confeccionados individualmente em forma de tripé em madeira apoiados no solo e unidos por tela soldada e tábuas em madeira na face superior e inferior”. As fotos (Figura 21 e Figura 22) correspondem às estruturas descritas.

3. Considerações Finais - aborda inicialmente a necessidade da revisão do escopo das atividades, tendo em vista a revisão do projeto arquitetônico, bem como as características da edificação, principalmente

reformas e manutenções anteriores. Ainda existem, conforme tabela apresentada, previsão de acompanhamento arqueológico em tarefas que se encontram paralisadas.

Durante as atividades realizadas no piso do primeiro pavimento foi evidenciado o piso original em pedras e as estruturas de canalização de esgoto, fogão, banheiro e pias antigos sem comprometimento à sua integridade. Durante as atividades, realizadas sem o acompanhamento arqueológico, foram identificados e coletados vestígios materiais, pela equipe de arquitetura, que foram armazenados na administração para análise da equipe de arqueologia.

Destacamos aqui a caracterização do potencial informativo do ponto de vista da arqueologia das estruturas identificadas no primeiro pavimento e das lareiras do segundo pavimento. São informação, que conforme aponta o documento (Relatório Técnico, pg. 19):

"Estas informações, associadas a outras fontes documentais e estudos da arquitetura da edificação em tela podem contribuir sobremaneira aos estudos históricos realizados até o momento sobre temáticas variadas que incluem a história do sistema carcerário, da cidade de Mariana como um todo, o cotidiano setecentista, o sistema de canalização hidráulica e de esgoto em cidades históricas, dentre outros."

4. Anexos - Pranchas do Projeto arquitetônico atualizado e Pranchas com salas identificadas, nas quais é possível identificar todos os locais descritos no documento.

VI. PARECER

Com base no Relatório Técnico Serviços e Prospecções Arqueológicas Atual (SEI nº 2843842), apresentado ao IPHAN/MG pela Prefeitura Municipal de Mariana por meio do Ofício 052/2021 (SEI nº 2843842), sob responsabilidade da A3 ATELIER DE ARTE APLICADA LTDA - ME, responsável pelo projeto de restauração e pela arqueóloga Dra. Clarisse Callegari Jacques, coordenadora do projeto de arqueologia, apontamos o seguinte:

1. A alteração do escopo das atividades do *Programa de Pesquisa Arqueológica* é justificável considerando os elementos apresentados no documento apresentado, e a proposta é passível de anuência, sem prejuízos ao Patrimônio Arqueológico, embora as atividades de escavações para evidenciação do piso original do primeiro piso, já realizadas, teriam sido melhor avaliadas sob o acompanhamento arqueológico recomendado.

2. As estruturas identificadas na edificação principal (estruturas de canalização de esgoto, fogão, banheiro, lareiras e pias antigos) tem significativa relevância do ponto de vista da arqueologia, e devem ser devidamente contextualizadas e interpretadas sob tal aspecto. Considerando ainda a relevância de tais estruturas, não foi informado qual a proposta para incorporação ou socialização dos bens ao projeto arquitetônico. Destacando ainda o § 1º do Art. 74 da Portaria IPHAN nº 375/2018, recomendamos à Coordenação Técnica, que oriente à possibilidade da incorporação das estruturas históricas ao Projeto Arquitetônico de restauração do imóvel em pauta.

Art. 74. As pesquisas arqueológicas devem resultar na produção de conhecimento por meio de documentação detalhada, assim como na identificação e caracterização de sítios e seus elementos.

§ 1º O Iphan deve priorizar a preservação in situ."

Este parecer técnico tem por objetivo fundamentar a decisão administrativa da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais e, por este motivo, não deve ser considerado como a **Manifestação Conclusiva** do IPHAN/MG.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do senhor Coordenador Técnico Substituto, para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

Respeitosamente,

Daniel Cruz

Arqueólogo - Técnico 1 Área II

Matrícula SIAPE 3129160

(Superintendência do IPHAN em Minas Gerais – SE/IPHAN-MG)



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gabriel da Cruz, Arqueólogo**, em 06/12/2021, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3153732** e o código CRC **A201667B**.

Referência: Processo nº 01514.001193/2016-64

SEI nº 3153732



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPAM
Área Técnica do CNA

PARECER TÉCNICO nº 2493/2021/ATEC-CNA/CNA/DEPAM

ASSUNTO: Análise das solicitações de informações contidas no **Ofício** Nº 3788/2021/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN, que trata sobre Serviços de Arqueologia - Contratação de Serviços Especializados para Execução da Restauração da Casa de Câmara e Cadeia, em Mariana/MG - Termo de Compromisso PACCH nº 172

REFERÊNCIA: 01514.001193/2016-64

Brasília, 09 de dezembro de 2021.

I. INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo realizar nota técnica acerca das solicitações de informações contidas no **Ofício** Nº 3788/2021/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN, que trata sobre **Serviços de Arqueologia - Contratação de Serviços Especializados para Execução da Restauração da Casa de Câmara e Cadeia, em Mariana/MG - Termo de Compromisso PACCH nº 172**. A análise será norteadas pelos seguintes dispositivos legais: Decreto nº 3.551, Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, Portaria Iphan 07/88, dentre outros.

II. NOTA TÉCNICA

O **Ofício** Nº 3788/2021/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN cita **Ofícios** do PAC/MARIANA nºs 043/2021 (SEI [2791522](#)), 067/2021 ([2885881](#)) e 097/2021([3068082](#)), nos quais a Prefeitura Municipal de Mariana nos solicita, com urgência, manifestação acerca dos serviços de arqueologia no âmbito das obras, cujo **Ofício** 043/2021 da Prefeitura de Mariana/MG solicita informações referentes às atividades. O referido **Ofício** solicita os seguintes esclarecimentos:

1. O “Projeto Casa de Câmara e Cadeia – arqueológico” aprovado e com portaria publicada em 27 de abril supre todas as exigências de arqueologia?
2. O “Projeto Casa de Câmara e Cadeia – arqueológico” aprovado e com portaria publicada em 27 de abril motiva pedido de aditivo ou está contido no valor de R\$ 18.125,05 (dezoito mil, cento e vinte e cinco reais e cinco centavos) mil da planilha aprovada no DPE?

No que tange ao item 1. - serviços de Arqueologia e a responsabilidade do IPHAN acerca das análises e manifestações, indico o que segue.

O Projeto de *Restauração da Casa de Câmara e Cadeia*, no item 9.4 (SEI [1146491](#)), conforme citado ao longo desse processo, previa a execução de atividades arqueológicas, sendo citadas dispositivos normativos para tanto:

“As escavações do sub-solo devem ser realizadas de forma muito planejada e restrita aos pontos imprescindíveis no âmbito do projeto, evitando a destruição e intervenções desnecessárias em estruturas sotopostas e ou vulneráveis.

A intervenção de estar atenta as normas de preservação do patrimônio arqueológico presentes em diversos documentos nacionais (Lei federal nº 3.924 de 26/07/61- Art. 5, Constituição Federal de 1988 - Capítulo II, artigo 23º, Portaria da SPHAN nº 07/12/88, Carta de Santos de 2004 - Art. 13) e internacionais (**Carta de Atenas de 1931 - artigo VI, Carta de Veneza de 1964 art. 15º, Recomendação de Nova Delhi de 1956 - Unesco Art. 21, Carta de Burra de 1980 - ICOMOS, por sua vez, em seu art. 8º, Carta de Laussane (ICOMOS/ICHM) de 1990 - art. 5º, Carta de Cracóvia de 2000 - art. 5º etc**)”.(Grifo meu)

Conforme exposto, o Projeto de *Restauração da Casa de Câmara e Cadeia indica os instrumentos legais os quais devem reger as atividades no que tange à arqueologia, não restringindo-se sua ação ao subsolo. Conforme informações contidas no Parecer Técnico 238 (SEI nº 2463646) a arqueologia em projetos como o em epígrafe deve atuar de forma complementar e indicada nos demais compartimentos da Casa de Câmara e Cadeia. O artigo 15º da Carta de Veneza aponta:*

“As escavações devem realizar-se em conformidade com normas científicas e de acordo com a “Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas”, adotada pela UNESCO em 1956.

Devem ser asseguradas a manutenção das ruínas e as medidas necessárias à conservação e a proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.

Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, deve ser excluídos a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembrados. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e refuzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas”.

Já a Recomendação de Nova Dehli, art, 21, avança:

“21. A autorização deveria definir as obrigações do pesquisador no período em que durar a concessão e a seu término. Deveria ser por ela prevista, especialmente, a guarda, a manutenção e o restabelecimento das feições do sítio, assim como a conservação, durante os trabalhos e ao término das escavações, dos objectos e monumentos descobertos. [...]”.

A Carta de Burra de 1980 traz à discussão conceitos e procedimentos:

Artigo 6º As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.

[...]

Artigo 23 Qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão.

Artigo 24 Os estudos que implicam qualquer remoção de elementos existentes ou escavações arqueológicas só devem ser efetivados quando forem necessários para a obtenção de dados indispensáveis à tomada de decisões relativas à conservação, do bem e/ou à obtenção de testemunhos materiais fadados a desaparecimento próximo ou a se tornarem inacessíveis por causa dos trabalhos obrigatórios de conservação ou de qualquer intervenção inevitável.

Artigo 25 Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras, etc.)”.

Depreende-se a partir das Cartas citadas acima, que a arqueologia possui papel fundamental nas atividades que envolvam intervenções em bens com significância cultural. A atuação de profissionais de arqueologia em projetos de restauração, conhecida como Arqueologia de Restauração, surgiu em meados do século XX para caracterizar os trabalhos que tinham por objetivo apenas o fornecimento de elementos para os projetos de restauração de monumentos (NAJJAR & DUARTE, 2002). Conforme as autoras citadas, é nos projetos de restauração que se verifica a importância de cada um desses profissionais, que têm seus objetivos e metodologias próprias, sendo o denominador comum entre eles a necessidade de contar, o mais completamente possível, a história do bem, ou seja, as alterações físicas e suas respectivas (ou não) mudanças de uso. Nesse sentido, considera-se a arqueologia como fonte de conhecimento única, tendo em vista que produz conhecimento a partir da cultura material e a associação entre os dados pelos levantamentos histórico e arquitetônico, em conjunto com os das pesquisas arqueológicas, sendo capaz de fornecer bases solas para as interpretações, para o conhecimento científico e cultural acerca dos bens.

Segundo a PORTARIA Nº 420, DE 22 DEZEMBRO DE 2010, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

Art. 2º - Os estudos, projetos, obras ou intervenções em bens culturais tombados devem obedecer aos seguintes princípios:

I - prevenção, garantindo o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e ponderação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar a integridade de bens culturais de forma a impedir a sua fragmentação, desfiguração, degradação, perda física ou de autenticidade;

II - planejamento, assegurando prévia, adequada e rigorosa programação, por técnicos qualificados, dos trabalhos a desenvolver em bens culturais, respectivas técnicas, metodologias e recursos a empregar na sua execução;

III - proporcionalidade, fazendo corresponder ao nível de exigências e requisitos a complexidade das obras ou intervenções em bens culturais e à forma de proteção de que são objeto;

IV - fiscalização, promovendo o controle das obras ou intervenções em bens culturais de acordo com os estudos e projetos aprovados;

V - informação, através da divulgação sistemática e padronizada de dados sobre as obras ou intervenções realizadas em bens culturais para fins histórico-documentais, de investigação e estatísticos.

[...]

Art. 3º - Para os fins e efeitos desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II - Conservação: conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem;

III - Manutenção: conjunto de operações destinadas a manter, principalmente, a edificação em bom funcionamento e uso;

Considerando ainda a portaria Iphan Nº 375, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018:

Art. 41. São instrumentos de Autorização e Gestão do patrimônio cultural material protegido em âmbito federal:

1. A aprovação de intervenções em bens tombados e nas respectivas áreas de entorno, quando couber;

Art. 42. O Iphan realizará ações e atividades de Autorização com as seguintes finalidades:

1. Efetivar os princípios da Prevenção e da Cuidado;

2. Controlar a circulação de bens culturais protegidos;

3. Participar do combate ao tráfico ilícito de bens culturais; e
4. Disciplinar a pesquisa em bens arqueológicos.

A respeito das intervenções em bens tombados, destaco os princípios da prevenção e planejamento, os quais apontam para a necessidade da apreciação por este Instituto de modo a garantir o caráter prévio e sistemático e assegurar a prévia, adequada e rigorosa programação em projetos de intervenção. No que se refere à arqueologia, a observação de tais aspectos, são fundamentais para que ocorra a adequada avaliação das atividades necessárias, bem como os produtos esperados de eventuais ações arqueológicas em bens tombados.

Considerando o exposto acima, indico que para o caso em tela, bem como para demais atividades relativas a intervenções em bens tombados, a Superintendência de Minas Gerais faça apreciação prévia e planejada, por meio da Equipe Técnica de Arqueologia, anteriormente à emissão dos Projetos de Intervenção, Conservação e Manutenção. A apreciação prévia e planejada poderá indicar com maior detalhamento as atividades a serem realizadas, bem como produtos específicos, conferindo maior previsibilidade para o Projeto.

Considerando a natureza, especificidade dos bens arqueológicos e os locais em que são identificados, recomenda-se que os projetos de arqueologia em bens tombados incluam, além do monitoramento, atividades de resgate. Tal ação é necessária pois visa garantir seu adequado estudo a partir de técnicas próprias da disciplina, preservando os vestígios e trazendo informações necessárias. Nesse sentido, o Parecer Técnico nº 265/2020/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG (SEI nº 2247625) emitido pela Superintendência está a contento a respeito das atividades a serem executadas e seus desdobramentos.

Indica-se ainda que as demandas por acompanhamento arqueológico no projeto de restauração nos itens 3.1; 3.2.1; 3.3.1/3.3.2; 5.1.2.2/8.1.8; 5.3.2.1 *da Casa de Câmara e Cadeia* são suficientes e adequados para o efetivo estudo do bem. Nesse sentido, recomenda-se que análises posteriores e de projetos distintos também considerem os tipos de intervenções, pois podem prever um estudo detalhado e não restrito ao subsolo, garantido a articulação das informações de todo o local.

Recomenda-se para as demais ações, tais como de Conceição de Camargos (Ação 175) e Obras Emergenciais em São Caetano – Monsenhor Horta (Ação 176) e Bom Jesus – Furquim (Ação 177) seja realizada nos mesmos moldes do Parecer Técnico nº 265/2020/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG (SEI nº 2247625), no entanto deve-se garantir a apreciação prévia e planejada seja realizada pelo Área Técnica de Arqueologia da Superintendência anteriormente à emissão de seus respectivos projetos.

Por fim, cumpre informar que as pesquisas arqueológicas em bens tombados podem carecer de alterações, adaptações e inclusões em seu escopo, dado que eventuais vestígios arqueológicos e estruturas (ou a ausência) podem suscitar abordagens distintas para seu detalhamento, o que implica na reformulação das prioridades em campo. Nesse sentido, recomenda-se que nestes projetos a equipe de arqueologia mantenha contato constante com a Superintendência à medida que as atividades forem executadas, de posse de informações e recomendações acerca do local, devendo apontar eventuais adaptações e/ou alterações na execução do projeto.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração da Chefia imediata para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.



Documento assinado eletronicamente por **Erik Alves de Oliveira, Arqueólogo**, em 09/12/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Eric Lemos Pereira Faustino, Coordenador de Pesquisa e Licenciamento**, em 09/12/2021, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §



3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3172881** e o código CRC **3A437226**.

Referência: Processo nº 01514.001193/2016-64

SEI nº 3172881



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Divisão de Apoio IPHAN-MG

Ofício Nº 1177/2022/DIVAP IPHAN-MG/IPHAN-MG-IPHAN

Belo Horizonte, 31 de março de 2022

Exma. Senhora

Anna de Grammont

Coordenação do PAC Cidades Históricas de Mariana

Prefeitura Municipal de Mariana

Praça Juscelino Kubitschek, s/nº - Bairro Centro

35.420-000 – Mariana/MG

Assunto: Ação 172 – Restauração da Casa de Câmara e Cadeia - Mariana/MG.

Projeto Arquitetônico de Readequação

Referência: Caso responda este, indicar expressamente o Processo nº 01514.001193/2016-64.

Senhor Prefeito,

Com nossos cumprimentos e cordial visita, comunicamos a V. Exa., que o projeto arquitetônico de readequação, visando a restauração da **Casa de Câmara e Cadeia**, localizada na **Praça Minas** – Mariana/MG, de interesse desta **Município**, processo em epígrafe, objeto da **Ação PAC-CH 172**, foi **aprovado** pelo IPHAN nesta data, sendo esta aprovação válida até **31/03/2024**.

Ressaltamos que a presente aprovação pelo IPHAN se restringe, exclusivamente, aos aspectos relativos ao Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e não poderá ser usada como reconhecimento de propriedade ou posse do imóvel, além de não excluir a necessidade de aprovação pelos demais órgãos públicos. Destaca-se a necessidade de que o projeto aprovado permaneça na obra durante sua execução, para fins de fiscalização.

Sem mais para o momento e, na certeza de contarmos com seu apoio para a salvaguarda do nosso rico patrimônio cultural, com protesto de elevada estima e consideração nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento necessário.

Atenciosamente,

DÉBORA MARIA RAMOS DO NASCIMENTO FRANÇA
Superintendente do IPHAN em Minas Gerais
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Debora Maria Ramos do Nascimento Franca**, **Superintendente do IPHAN-MG**, em 18/04/2022, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

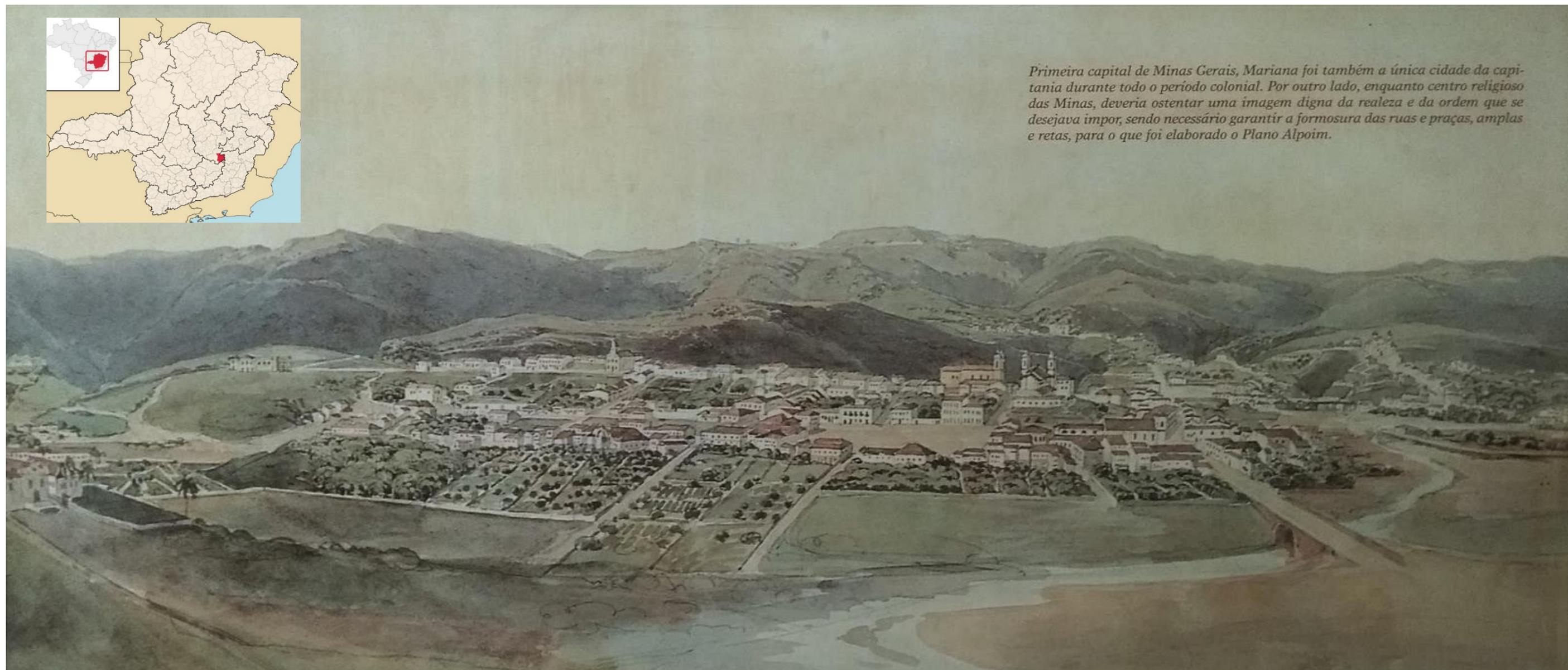


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3453909** e o código CRC **7DD00B39**.

Rua Januária, nº 130 - Bairro Centro, Belo Horizonte. CEP 30110-055
Telefone: (31) 3222-2440 | Website: www.iphan.gov.br

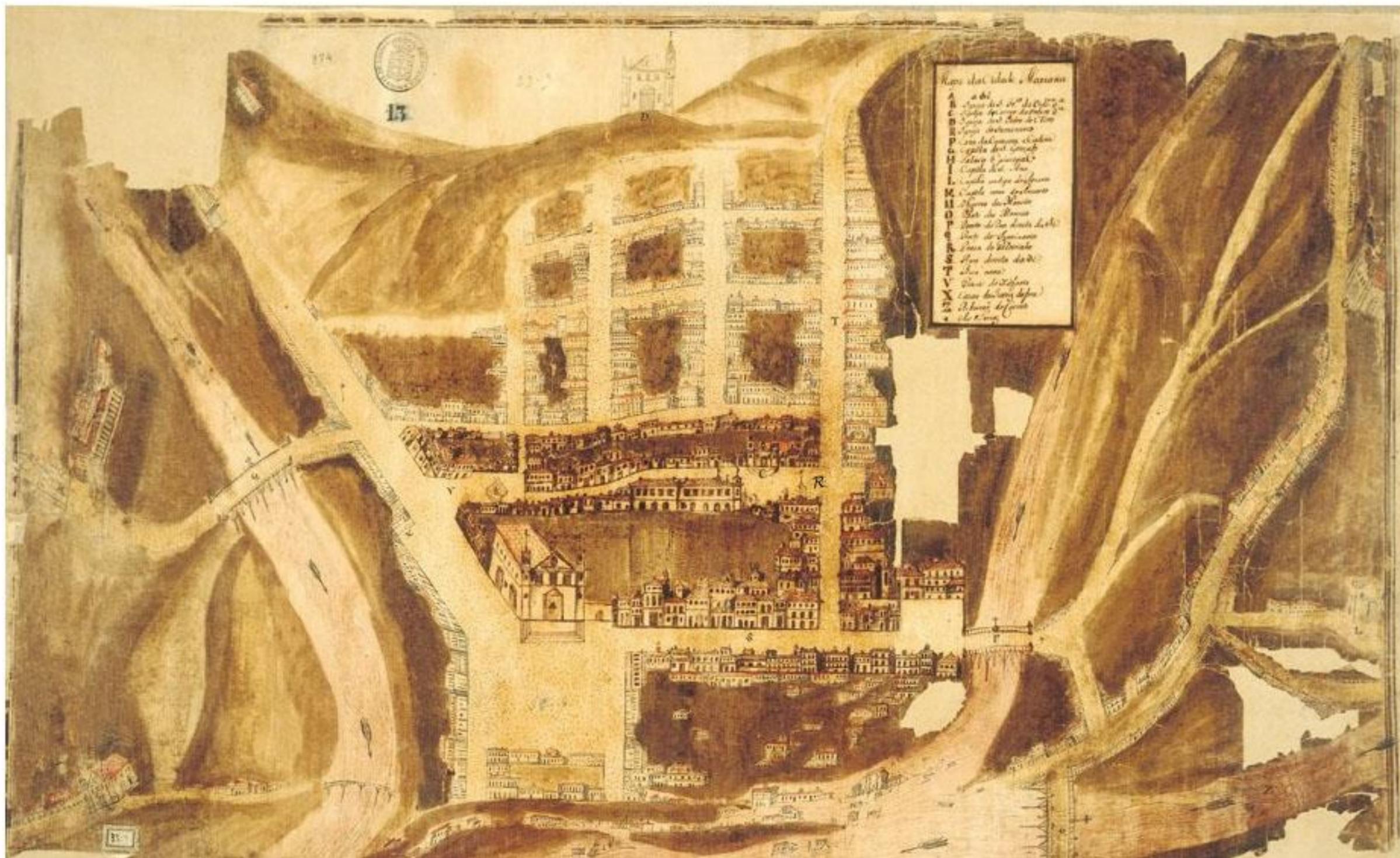
ANEXO G - CARTOGRAFIA

Mapa 01 / Fig.01: Localização de Mariana/MG / Aquarela de 1817 completada e corrigida por Thomas Ender, a partir de esboço de Johann Emmanuel Pohl



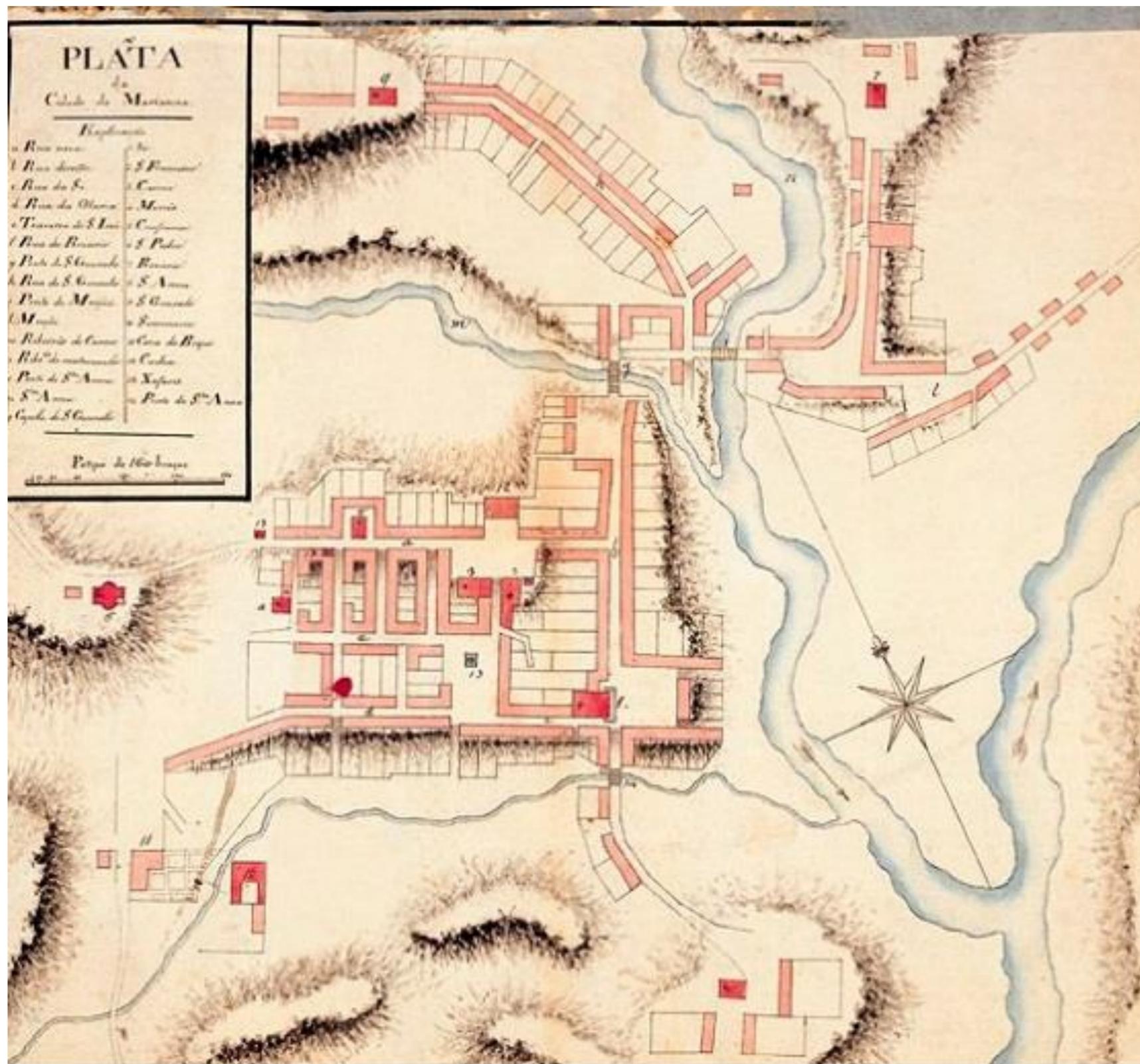
Fonte: IBGE,2017 / Viagem ao Interior do Brasil. Domínio público.

Mapa 02: Mariana entre 1796 a 1801



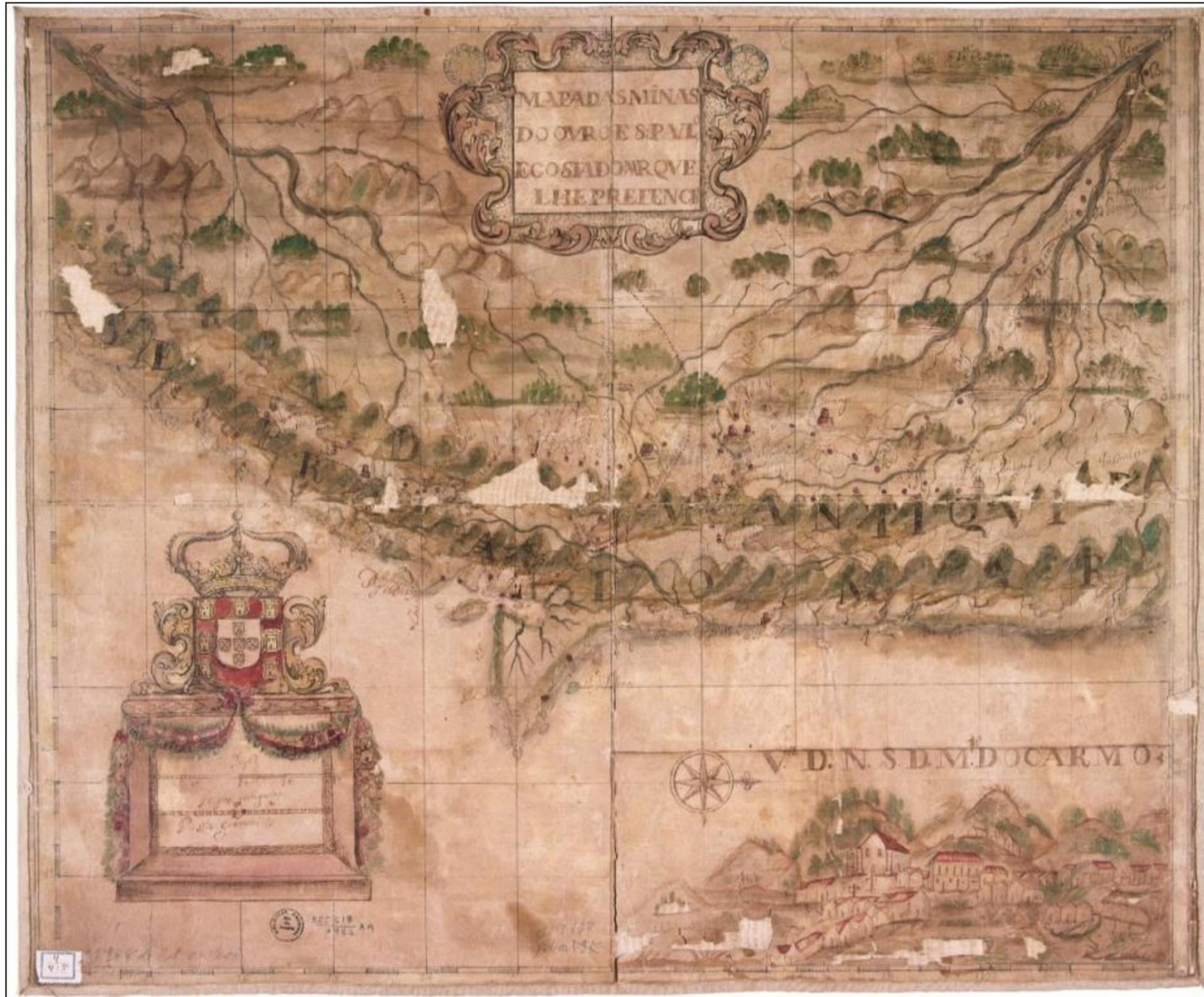
Fonte: Turismologia, blog, 2017.

Mapa 03: Mariana na segunda metade do século XVIII



Fonte: Domínio público, Arquivo Histórico do Exército

Mapa 04: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, 1717



Fonte: Arquivo do Itamaraty

Fig. 02: litografia de aproximadamente 1846, executada por Frederico Guilherme Briggs e Peter Ludwig (Lytographya do Commercio de Ludwig e Briggs)



Fonte: Biblioteca Nacional